

ISSN 2237-2083

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

Faculdade de Letras da UFMG

OUT./DEZ. 2024

V. 32 – N. 4



LREVISTA DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM

Universidade Federal de Minas Gerais

REITORA: Sandra Regina Goulart Almeida; VICE-REITOR: Alessandro Fernandes Moreira

Faculdade de Letras

DIRETORA: Sueli Maria Coelho; VICE-DIRETOR: Georg Otte

Editora-chefe

Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG)

Editoras-associadas

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ)

Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Conselho Editorial

Alejandra Vitale (UBA, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina), Didier Demolin (Université de la Sorbonne Nouvelle Paris 3, Paris, França), Ieda Maria Alves (USP, São Paulo/SP, Brasil), Jairo Nunes (USP, São Paulo/SP, Brasil), Scott Schwenter (OSU, Columbus, Ohio, Estados Unidos), Shlomo Izre'el (TAU, Tel Aviv, Israel), Stefan Gries (UCSB, Santa Barbara/CA, Estados Unidos), Teresa Lino (NOVA, Lisboa, Portugal), Tjerk Hagemeijer (ULisboa, Lisboa, Portugal)

Organizadores convidados do Dossiê temático Linguística geral hoje

Filipe Almeida Gomes (PUC Minas), Gabriel de Ávila Othero (UFRGS), Valdir do Nascimento Flores (UFRGS)

Editor de Arte

Emerson Eller

Projeto Gráfico

Stéphanie Paes

Secretaria

Lilian Souza dos Anjos, Julia Neto

Revisão e normalização

Ana Regina Vaz Calindro (UFRJ), Janayna Maria da Rocha Carvalho (UFMG), Maria Mendes Cantoni (UFMG)

Diagramação

Gabriel Batista Silva Magela

REVISTA DE ESTUDOS DA
LINGUAGEM





This work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/> or send a letter to Creative Commons, PO Box 1866, Mountain View, CA 94042, USA.

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Indexadores

Diadorim [Brazil]
DOAJ (Directory of Open Access Journals) [Sweden]
DRJI (Directory of Research Journals Indexing) [India]
EBSCO [USA]
EuroPub [England]
JournalSeek [USA]
Latindex [Mexico]
Linguistics & Language Behavior Abstracts [USA]
MIAR (Matriu d'Informació per a l'Anàlisi de Revistes) [Spain]
MLA Bibliography [USA]
OAJI (Open Academic Journals Index) [Russian Federation]
Portal CAPES [Brazil]
REDIB (Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico) [Spain]
Sindex (Scientific Indexing Services) [USA]
Web of Science [USA]
WorldCat / OCLC (Online Computer Library Center) [USA]
ZDB (Elektronische Zeitschriftenbibliothek) [Germany]

REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 1 - 1992 - Belo Horizonte, MG,
Faculdade de Letras da UFMG

Histórico:

1992 ano 1, n.1 (jul/dez)
1993 ano 2, n.2 (jan/jun)
1994 Publicação interrompida
1995 ano 4, n.3 (jan/jun); ano 4, n.3, v.2 (jul/dez)
1996 ano 5, n.4, v.1 (jan/jun); ano 5, n.4, v.2; ano 5, n. esp.
1997 ano 6, n.5, v.1 (jan/jun)

Nova Numeração:

1997 v.6, n.2 (jul/dez)
1998 v.7, n.1 (jan/jun)
1998 v.7, n.2 (jul/dez)

1. Linguagem - Periódicos I. Faculdade de Letras da UFMG, Ed.

CDD: 401.05

Faculdade de Letras da UFMG
Seção de Periódicos, sala 2017
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte, MG – Brasil
Tel.: (31) 3409-6009
www.letras.ufmg.br/periodicos
periodicosfaleufmg@gmail.com

Sumário

Apresentação

943 A Linguística Geral hoje

General Linguistics Today

Filipe Almeida Gomes; Gabriel de Ávila Othero ; Valdir do Nascimento Flores

Dossiê: A linguística geral hoje

951 A linguística de Émile Benveniste: dos particulares às propriedades gerais e ao universal

Émile Benveniste's linguistics: from particular aspects to general properties and the universal

Sara Luiza Hoff

971 A linguística geral de Émile Benveniste: uma análise das seções “Transformações da linguística” dos *Problemas de Linguística Geral I e II*

The General Linguistics of Émile Benveniste: an Analysis of the Sections

“Changes in Linguistics” from Problems in General Linguistics I and II

Paula Ávila Nunes

993 Jakobson, um linguista da enunciação, mas de qual enunciação estamos falando?: uma investigação em linguística geral

Jakobson, an enunciative linguist, but what enunciation are we talking about?: an investigation in General Linguistics

Isabela Barbosa do Rêgo Barros; Silvana Silva

1011 Uma reflexão sobre a Linguística Geral e o aspecto vocal
A Reflection about General Linguistics and the Vocal Aspect
Raphaela Machado Monteiro Chittolina

1023 From the fortress of ideas to the house of cards of certainties: an epistemological essay on science and linguistics in modernity and postmodernity
Da fortaleza das ideias ao castelo de cartas das certezas: um ensaio epistemológico acerca da ciência e da linguística na modernidade e na pós-modernidade
Reiner Vinicius Perozzo; Felipe Flores Kupske

Varia

1045 Unveiling the Academic Vocabulary of Sustainable Development Goal-Research Papers: A Comprehensive Lexical Multidimensional Analysis
Desvendando o vocabulário acadêmico de artigos científicos sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável: uma análise multidimensional lexical detalhada
Paula Tavares Pinto; Tony Berber Sardinha; Denis Luiz Marcello Owa; Maria Claudia Nunes Delfino; Simone Vieira Resende

1066 Contribuições do léxico na construção do Cosmicismo nos contos de H. P. Lovecraft: uma abordagem da Linguística de Corpus
Lexis and the construction of Cosmicism in the works of H. P. Lovecraft: A corpus linguistics perspective
Marcia Veirano Pinto; Josué dos Santos Francisco

1091 (Des)encontros discursivos entre os populismos de Perón e Vargas
Discursive (dis)agreements between the populisms of Perón and Vargas
Priscila Marinho

Apresentação

A Linguística Geral hoje

General Linguistics Today

Filipe Almeida Gomes
Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais (PUC Minas)
Belo Horizonte | MG | BR
filipegomesc15@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7356-3128>

Gabriel de Ávila Othero
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
gabriel.othero@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-2060-6312>

Valdir do Nascimento Flores
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
CNPq
vnf.ufrgs@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2676-3834>

Resumo: Este artigo destaca a relevância atual do debate sobre as possibilidades teórico-metodológicas da linguística geral — um campo dos estudos linguísticos que ganhou destaque no final do século XIX e se consolidou na primeira metade do século XX. Após um longo período de menor produção nesse domínio, observa-se, no século XXI, um renovado interesse por reflexões epistemológicas acerca do tema. Nesse contexto, o texto revisita aspectos históricos e conceituais da linguística geral, apresenta algumas das principais tendências contemporâneas da área e introduz os artigos que compõem a seção temática desta revista, dedicada à discussão atual desse campo no cenário da linguística brasileira.

Palavras-chave: Linguística geral; epistemologia da linguística; aspectos historiográficos da linguística.

Abstract: This article highlights the current relevance of the debate surrounding the theoretical and methodological possibilities of general linguistics - a field of linguistic studies that gained prominence in the late 19th century and became more established in the first half of the 20th century. After a long period of reduced scholarly production in this area, the 21st century has seen a renewed interest in epistemological reflections on the subject. In this context, the text revisits historical and conceptual aspects of general linguistics, outlines some of the field's contemporary trends, and introduces the articles that make up the thematic section of this journal, which is dedicated to the current state of this discussion within Brazilian linguistics.

Keywords: General linguistics, epistemology of linguistics, historiographical aspects of linguistics.



1 Sobre a linguística geral ontem e hoje

Tal como eu a comprehendo, a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos. Trata-se, portanto, de uma interrogação incessante, que se desenvolve, que se renova, na medida em que a experiência do linguista se aprofunda e seu olhar se amplia.

(Émile Benveniste)

No decorrer do século XX, o sintagma “linguística geral” – e seus equivalentes em outras línguas – alcança notoriedade. Prova disso é o fato de que ele intitula diversos livros dos mais renomados linguistas. Em 1902, na Itália, surge o trabalho *Estética como ciência da expressão e linguística geral*, de Benedetto Croce. Em 1916, na Suíça, vem a público o afamado *Curso de linguística geral*, atribuído a Ferdinand de Saussure. Na França, em 1921, aparece a obra *Linguística histórica e linguística geral*, de Antoine Meillet. No Brasil, em 1942, é publicado o *Princípios de linguística geral*, de Joaquim Mattoso Câmara Jr. E, de volta à França, vê-se aparecer, em 1960, o trabalho *Elementos de linguística geral*, de André Martinet. Na Espanha, em 1961, publica-se a obra *Teoria da linguagem e linguística geral*, do linguista romeno Eugenio Coseriu. Novamente na França, é publicado, em 1963, o *Essais de linguistique générale*, de Roman Jakobson. No Reino Unido, aparece, em 1964, a primeira edição do livro *Linguística geral*, de Robert H. Robins. Na França, vem a público, em 1966, o primeiro volume de *Problemas de linguística geral*, de Émile Benveniste. Na Itália, em 1973, surge o trabalho *Lições de linguística geral*, de Coseriu. E, finalmente, na França, em 1974, aparece o segundo volume de *Problemas de linguística geral*, de Benveniste.

De fato, esses exemplos confirmam a notoriedade do sintagma “linguística geral”. Porém, mais do que isso, eles nos colocam frente a uma inescapável questão: o que se designa por meio da expressão “linguística geral”?

Colombat, Fournier e Puech (2017), em *Uma história das ideias linguísticas*, demonstram interesse em compreender o conceito expresso pelo sintagma “linguística geral”. Segundo esses autores, é possível identificar três diferentes acepções para a expressão “linguística geral” (cf. Colombat, Fournier, Puech, 2017, p. 234-240).

Na primeira acepção, a linguística geral é tomada como sendo, ao mesmo tempo, uma reflexão metodológica e uma proposição de um conjunto de princípios, ambas com vistas a possibilitar a descrição das línguas em sua diversidade. É essa compreensão de linguística geral – aparentemente, um trabalho de base dedutiva – que os autores observam como proposta por Saussure (1916) e, antes disso, como subjacente ao trabalho de Victor Henry (1896). Na segunda acepção, a linguística geral é tomada como sendo a generalização dos resultados propiciados pelas linguísticas particulares. É essa compreensão de linguística geral – aparentemente, um trabalho de base indutiva – que os autores observam como proposta por Meillet. Finalmente, em uma terceira acepção, a linguística geral é tomada como sendo, de diferentes maneiras, o conjunto de observações interdisciplinares a respeito da linguagem. É essa compreensão que Colombat, Fournier e Puech (2017) atribuem a Walter Benjamin e, com alguma especificidade, a Gabriel de Tarde.

A essa altura, certamente poderíamos recordar o trabalho epistemológico de Martin (2003, p. 75), para quem “a linguística geral [...] se situa por natureza na universalidade, para além das línguas singulares”. Ao que acrescenta: “a linguística geral postula a existência de uma função universal, chamada linguagem, que permite à nossa espécie dar formas a pensamentos e comunicá-los: as línguas são apenas realizações particulares da linguagem” (Martin, 2003, p. 75). Nessa esteira, encontra-se também Haspelmath (2021, p. 2), para quem a linguística geral deve ser “baseada em universais da linguagem” ou, dito de outro modo, “a linguística geral tem um sentido não ambíguo (o estudo da linguagem humana como uma capacidade dos humanos, ou como um atributo geral da espécie humana)”.¹

Entretanto, o que realmente chama atenção é o fato de que a primeira acepção mencionada por Colombat, Fournier e Puech (2017) – isto é, o entendimento de que a expressão “linguística geral” designa, a um só tempo, uma reflexão metodológica e uma proposição de um conjunto de princípios – assemelha-se ao que a linguista Claudine Normand (2000, p. 467) já assumia como “generalidade teórica dos princípios” – ou seja, uma linguística preocupada em conhecer e esclarecer seus próprios fundamentos filosóficos. Não por acaso, Henry (1896) e Saussure (1916) são os exemplos tanto de Normand (2000) quanto de Colombat, Fournier e Puech (2017).

Ora, esse conjunto de considerações parece justificar o entendimento de que – em relação à generalidade teórica dos princípios (Normand, 2000) e em relação à reflexão metodológica articulada à proposição de um conjunto de princípios (Colombat; Fournier; Puech, 2017) – a linguística geral é, antes de tudo, uma linguística dos fundamentos. Nesse sentido, então, parece muito adequada a definição apresentada por Émile Benveniste: “tal como eu a comprehendo, a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma, sobre sua definição, sobre seu objeto, sobre seu estatuto e sobre seus métodos” (Benveniste, 2014, p. 90). E mais: “trata-se, portanto, de uma interrogação incessante, que se desenvolve, que se renova, na medida em que a experiência do linguista se aprofunda e seu olhar se amplia” (Benveniste, 2014, p. 90).²

Diante desse entendimento, soa um tanto claro que, independentemente do grau de consciência que tem o linguista acerca de seu fazer, a linguística geral é uma condição para qualquer linguística específica. Quer dizer, quando se questionam princípios desde o interior do próprio sistema questionado, quando se reformulam conceitos, quando se especificam métodos, o que se está fazendo é, antes de tudo, linguística geral.

Com efeito, como sugerido por Gomes (2024), ao se considerar o movimento de crítica das ciências – “crítica” no sentido kantiano, isto é, no sentido de “investigação dos fundamentos” –, a expressão “linguística geral” não é a única movimentada para lidar com a tema em questão. Quando se tem em mente, na investigação da linguagem e das línguas, a generalidade teórica dos princípios (Normand, 2000) ou, se se quiser, a reflexão metodológica articulada à proposição de um conjunto de princípios (Colombat; Fournier; Puech, 2017), ainda outras expressões entram em cena, com destaque para o sintagma “filosofia da linguística” – utilizado por Bouquet (2004) e, no Brasil, por Borges Neto (2004) – e para a expressão “epistemologia da linguística” – usada por Normand (2011) e Flores; Othero (2023, 2024). É

¹ “The study of human languages as a capacity of humans, ou as a general attribute of the human species”.

² “C'est donc une interrogation sans fin, qui se développe, qui se renouvelle à mesure que l'expérience du linguiste s'approfondit et que son regard s'entend.” (Benveniste, 2012, p. 60).

justamente por isso que Bouquet (2004) elabora o seguinte comentário, a respeito da obra de Saussure, que nos convém trazer *in extenso*:

de um lado, na esteira da expressão *filosofia da história*, generalizam-se no século XIX as etiquetas “filosofia de...”, atribuídas às teorias dos princípios fundamentais de uma disciplina – *filosofia da botânica*, *filosofia da química*, *filosofia da arte da guerra*, assim como *filosofia da gramática* etc. Por outro lado, o movimento da crítica das ciências, que começou nos anos 1870 e estava a pleno vapor na virada do século, conferiu um novo valor à locução *filosofia das ciências* – um valor que logo se cristalizou no termo *epistemologia* –, de maneira que as diversas “filosofias de...”, como dissessem respeito a disciplinas científicas, tornaram-se, virtualmente pelo menos, a declinação de uma teoria unificada. Segundo esse duplo paradigma, verifica-se que a expressão *filosofia da linguística* empregada por Saussure é candidata a significar aquilo que se entende hoje por *epistemologia da linguística*. De fato, essa interpretação está de acordo, em parte, com o conteúdo da reflexão saussuriana. (Bouquet, 2004, p. 77-78).

Assim, a despeito do que se poderia considerar um eclipse do sintagma “linguística geral”, o fato é que a linguística geral – ou “epistemologia da linguística” ou, ainda, “filosofia da linguística” – continua presente nos estudos linguísticos; ao seu redor, ainda gravitam discussões de grande monta, que reafirmam sua vitalidade e sua importância. E é isso que se pode observar nos trabalhos recolhidos nesta seção temática. A motivação que nos impulsionou a propô-la está ligada à crença que temos na contemporaneidade do tema para a reflexão epistemológica da linguística como campo do saber que se quer distinto de outros que também se dedicam à linguagem humana. Falemos um pouco sobre essa contemporaneidade.

2 O que há de novo no campo da linguística geral?

Para responder a essa questão, é necessário considerar o que Haspelmath (2020) descreve como “o paradoxo da linguística geral”, que se refere à ideia de que, embora desejemos estudar a linguagem humana em sua totalidade, só podemos observar enunciados específicos de línguas particulares. Haspelmath apresenta uma solução para esse paradoxo no interior de sua reflexão; no entanto, não é essa solução que nos interessa aqui e, sim, o paradoxo em si, o qual, segundo pensamos, deve ser sempre mantido como uma espécie de advertência, de alerta, para qualquer reflexão nesse campo (a esse respeito, ver também a discussão de Labov, 1987, em seu texto “Some Observations on the Foundation of Linguistics”).

Nesse sentido, é justo admitir que há uma atualidade plural dos estudos em linguística geral (cf. Flores; Othero, 2024). Ora, embora o campo tenha uma longa tradição, o fato é que ele tem sido recentemente visto sob novas e distintas perspectivas, o que torna prematuro estabelecer limites rígidos para os tipos de pesquisa que podem ser realizados.³ Assim, sugerimos, por enquanto, três ou quatro possíveis direções de investigação.

A primeira delas está profundamente enraizada na tradição da linguística e possui um caráter filosófico e epistemológico. Nesse caso, busca-se reduzir a diversidade dos conhecimen-

³ Veja um pouco dessa pluralidade de perspectivas na edição n. 14, de março de 2010, da Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL (www.revel.inf.br), cujo tema foi “História e Filosofia da Linguística”.

tos concretos das línguas humanas a um número limitado de princípios fundamentais. A linguística geral seria, então, uma descrição abrangente desses princípios gerais (cf. Flores; Othero, 2023), que servirão para fundamentar o entendimento das línguas e da capacidade linguística.

A segunda linha de pesquisa concentra-se em uma característica intrínseca das línguas: a variação e a mudança. O estudo dos mecanismos que explicam como a variação e a mudança ocorrem nas línguas (sem perder o aspecto universal que subjaz às estruturas das mais diversas línguas) pode, sem dúvida, constituir um importante campo de investigação da linguística geral (cf. Rizzi, 2021).

A terceira abordagem para compreender a linguística geral está relacionada ao estudo dos universais da linguagem humana (cf. Haspelmath 2020; Martin 2003). No entanto, a aparente simplicidade dessa ideia esconde a complexidade do próprio conceito de “universais”, que podem ser definidos de várias maneiras (formais, funcionais, semânticos, tipológicos, antropológicos, biológicos, conceituais, entre outros). Essas diferentes abordagens dependem do quadro teórico adotado e do que é considerado relevante para integrar esse conceito.

Uma última via poderia vir da ideia de que há problemas gerais de linguística (Flores, 2019, p. 20-21), quer dizer, “‘problemas’ com os quais todas as perspectivas teóricas do heterogêneo campo linguístico têm de se importar”; ou ainda, “temas transversais” que estariam presentes em toda a reflexão linguística (aquisição, dissolução, variação etc.). Esses “problemas”, embora ensejem respostas localizadas no interior de quadros teóricos específicos, atravessam a linguística como campo.

Na mesma direção dessas possibilidades ou em outras direções, encontramos também os trabalhos que compõem esta seção temática, que atestam a fecundidade da área no Brasil. Passemos a eles.

3 Sobre os trabalhos desta seção temática

Os trabalhos apresentados nesta seção temática versam sobre quadros linguísticos influentes na segunda metade do século XX e na contemporaneidade. Vejamos.

No artigo **A linguística de Émile Benveniste: dos particulares às propriedades gerais e ao universal**, a autora Sara L. Hoff apresenta o resultado de sua pesquisa sobre “a reflexão linguística de Émile Benveniste, considerando especificamente a relação estabelecida entre as particularidades de cada língua, as características gerais que as unem e o universal da presença do homem na língua e na linguagem”. A autora mostra que “a linguística benvenistiana comprehende uma atenção conjunta ao universal, às propriedades gerais das línguas e aos sistemas linguísticos particulares”.

Na sequência, temos o artigo **A linguística geral de Émile Benveniste**, de autoria de Paula Avila Nunes. O artigo explora o caráter de Émile Benveniste como linguista geral. Ela mostra que “a enunciação seria uma via de acesso a uma proposta de linguística geral que aparece de forma programática ao longo de sua obra”.

No artigo **Jakobson, um linguista da enunciação, mas de qual enunciação estamos falando?: Uma investigação em linguística geral**, as autoras Silvana Silva e Isabela Barbosa Rêgo Barros discutem as contribuições das investigações linguísticas do linguista Roman Jakobson. Segundo as autoras, “Jakobson propõe uma linguística geral ao revelar uma interlo-

cução contínua e crítica com outros campos do saber, ao trazer conceitos operadores gerais para explicar problemas práticos de linguagem e ao fazer da linguística uma ciência da significação”.

No texto **Uma reflexão sobre a linguística geral e o aspecto vocal**, Raphaela Machado Monteiro Chittolina apresenta uma “reflexão sobre o aspecto vocal para a linguística geral”. Partindo de um ponto de vista da linguística enunciativa, a autora discute trabalhos que investigam o aspecto vocal em linguística.

Finalmente, fechando esta seção temática, o leitor tem acesso ao texto **From the fortress of ideas to the house of cards of certainties: an epistemological essay on natural sciences and linguistics in modernity and postmodernity**, de Reiner Vinicius Perozzo e Felipe Flores Kupske. Nesse artigo, os autores discutem o “redirecionamento epistemológico que rege a linguística, a partir do qual as certezas mais sólidas e as verdades mais contundentes podem sofrer abalos expressivos (...). Os autores mostram a influência da pós-modernidade “sobre a maneira como vislumbramos a linguística atualmente: um paradigma que presume a descrição, a análise e a explicação dos fatos linguísticos à luz da Teoria da Complexidade”, apresentando “uma visão alternativa para o estudo da linguagem, baseada na pós-modernidade e em seu construto teórico”.

Referências

BENVENISTE, É. *Últimas aulas no Collège de France (1968-1969)*. Tradução de Daniel Costa da Silva *et al.* São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BENVENISTE, É. *Dernières leçons: Collège de France 1968 et 1969*. Paris : EHESS/Gallimard/Seuil, 2012.

BORGES NETO, J. *Ensaios de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

BOUQUET, S. *Introdução à leitura de Saussure*. Tradução de Carlos A. L. Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004 [1997].

COLOMBAT, B; FOURNIER, J-M; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Tradução de Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.

FLORES, V. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019.

FLORES, V.; OTHERO, G. Várias linguísticas, uma epistemologia da linguística. In: OTHERO, G.; FLORES, V. (orgs.). *A linguística hoje: múltiplos domínios*. São Paulo: Contexto, 2023. p. 07-17.

FLORES, V.; OTHERO, G.. Linguística geral. In: OTHERO, G.; FLORES, V. (orgs.). *A linguística hoje: historicidade e generalidade*. São Paulo: Contexto, 2024. p. 105-119.

GOMES, F.. Valentin N. Volóchinov: um filósofo da ciência da linguagem. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 66, n. 00, p. eo24006, 2024. DOI: 10.20396/cel.v66i00.8675803.

HASPELMATH, M. General linguistics must be based on universals (or non-conventional aspects of language). *Theoretical Linguistics*, v. 47, n. 1-2, p. 1-31, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1515/tl-2021-2002>.

LABOV, W. *Some Observations on the Foundation of Linguistics*. Manuscrito não publicado, 1987.

MARTIN, R. *Para entender a linguística: epistemologia elementar de uma disciplina*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

NORMAND, C. La généralité des principes. In: AUROUX, Sylvain. (Dir.). *Histoire des idées linguistiques*. Tome 3: L'hégémonie du comparatisme. Sprimont: Mardaga, 2000, p. 463-472.

NORMAND, C. Saussure: uma epistemologia da linguística. Tradução de Daniel Costa da Silva. In: SILVEIRA, Eliane. (ed.). *As bordas da linguagem*. Edufu: Uberlândia, 2011, p. 11-30.

RIZZI, L. *Complexité des structures linguistiques, simplicité des mécanismes du langage*. Paris: Fayard, 2021.

Dossiê

A linguística geral hoje

A linguística de Émile Benveniste: dos particulares às propriedades gerais e ao universal

*Émile Benveniste's linguistics: from particular aspects to
general properties and the universal*

Sara Luiza Hoff

Tradutora e pesquisadora independente
Porto Alegre | RS | Brasil
saraluizahoff@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-7216-2576>

Resumo: Este artigo tem como objetivo pensar, por meio de uma pesquisa bibliográfica, sobre a reflexão linguística de Émile Benveniste, considerando especificamente a relação estabelecida entre as particularidades de cada língua, as características gerais que as unem e o universal da presença do homem na língua e na linguagem. A análise demonstra que a presença de diversas línguas nas teorizações de Benveniste indica que o linguista adota um raciocínio por amplitude, que defende o exame da maior quantidade possível de línguas para o estabelecimento de características comuns a elas, ou seja, propriedades gerais, enquanto, ao mesmo tempo, evidencia um universal linguístico-antropológico, relacionado ao exercício do discurso, à enunciação. Essas constatações indicam que a linguística benvenistiana comprehende uma atenção conjunta ao universal, às propriedades gerais das línguas e aos sistemas linguísticos particulares.

Palavras-chave: Émile Benveniste; línguas; particular; geral; universal.

Abstract: This article aims to ponder, through bibliographical research, about the linguistic reflection by Émile Benveniste, specifically considering the relationship established between the particularities of each given language, the general characteristics that unite them, and the universal presence of man in the language system and in language. The analysis shows that the presence of several languages in Benveniste's theorizations indicates that the linguist adopts a broad-based reasoning, which deems that the examination of as many



languages is necessary to establish their shared characteristics, that is, general properties, while, at the same time, it highlights a linguistic-anthropological universal, related to the exercise of discourse, to enunciation. These findings indicate that Benveniste's linguistics comprises a joint attention to the universal, to the general properties of languages and to particular linguistic systems.

Keywords: Émile Benveniste; languages; particular; general; universal

1 Introdução

O linguista Émile Benveniste é notório, entre outros aspectos, pela amplitude e diversidade de sua obra e pelo uso disseminado de línguas em suas teorizações.

A primeira propriedade é evidenciada, de um ponto de vista numérico, por Mohammad Djafar Moïnfar, que, em sua catalogação dos textos benvenistianos publicados entre 1922 e 1974, constata que Benveniste “[...] nos deixou: 18 livros, quase 300 artigos e um número semelhante de resenhas recheadas de reflexão e frequentemente tão ricas quanto seus artigos”¹ (Moïnfar, 1992, p. 22, tradução minha). Essa perspectiva é substanciada pela natureza de sua obra, como atesta Flores (2017a, p. 50):

Benveniste é um autor que ultrapassa limites disciplinares. Sua vasta obra não pode ser reduzida a um campo específico da linguística, nem mesmo a um tema específico. Seus estudos tratam de inúmeros aspectos da linguagem (morfologia, sintaxe, léxico, enunciação etc.) e estão em relação com várias áreas do conhecimento (filosofia, antropologia, psicanálise, literatura, história etc.).

A atuação diversificada de Benveniste, no entanto, tem um ponto de convergência: o interesse pela linguagem. Como Flores, Galindez e Rosário (2019, p. 21) afirmam, ao visar “[...] uma teoria de conjunto da linguagem, do 'grande problema da linguagem', Benveniste acabou se envolvendo com questões que, em princípio, estariam fora da cogitação de linguistas, relacionadas à arte, filosofia, sociologia, psicanálise, literatura”.

Assim, é possível pensar que, apesar da abrangência da reflexão benvenistiana, dado o seu interesse principal, ela é, essencialmente, uma reflexão linguística. Desse modo, neste artigo, considero que as proposições de Benveniste ao longo de sua obra constituem um dado modo de pensamento e que esse modo de pensamento é norteado por questões relacionadas, de modo amplo, à teoria da linguagem.

Nesse sentido, é importante notar que, no Prefácio dos *Problemas de linguística geral* (PLG) – sua obra mais célebre –, Benveniste declara que reúne alguns de muitos estudos publicados previamente, afirmando que

¹ No original: “[...] nous a laissée: dix-huit livres, près de trois cents articles, et autant de comptes rendus pleins de réflexion et souvent aussi riches que ses articles.”

[s]e os apresentamos sob a denominação de *problemas* isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem, que se formula nos principais temas tratados: encaram-se as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento, e também os problemas da análise intralinguística (Benveniste, 1995a, não paginado, grifo do autor).

Sob o risco de parecer reducionista, aqui, considero que é possível entender que a reunião de alguns artigos sob o título *Problemas de linguística geral* permite pensar que o conjunto das teorizações de Benveniste constituem uma teoria da linguagem, ou, caso se deseje fazer uma aproximação, em outros termos, uma linguística e, mais especificamente, uma linguística geral² – entendida, portanto, simplesmente como uma linguística que se preocupa com “[...] o grande problema da linguagem”.

Este artigo se baseia nessa perspectiva, examinando essa reflexão linguística do ângulo do emprego uso amplo de línguas. Esse fato é testemunhado, por exemplo, por ninguém menos do que Roland Barthes em sua resenha para o segundo volume dos *Problemas de linguística geral*, que recebe o título “Por que gosto de Benveniste”. No texto, Barthes (2012, p. 211, grifo do autor) destaca a atuação de Benveniste e a “[...] situação justa – mas hoje em dia rara, mal apreciada – do seu trabalho: é um linguista das línguas, e não apenas um linguista da linguagem”. A afirmação de Barthes é repetida por vários outros estudiosos de Benveniste e pode ser constatada até mesmo numericamente: um inventário recente indica que, ao longo de parte de sua obra,³ Benveniste menciona 470 línguas (cf. Hoff, 2023), o que, por si só, consiste em um indicativo de que elas desempenham um papel fundamental na reflexão do linguista.

Partindo dessa constatação, este artigo tem por objetivo pensar, por meio de pesquisa bibliográfica, sobre a relação estabelecida entre as particularidades de cada sistema linguístico, as características gerais que os unem e o universal da presença do homem na língua e na linguagem na teoria benvenistiana.

Para atingir o objetivo, o artigo se divide em duas seções. Na primeira – denominada “A amplitude da linguística benvenistiana” –, reflete-se sobre o objeto da ciência da linguagem e o modo de raciocínio adotado por Benveniste, com base em observação de Jean-Claude Milner (2021). A seção seguinte, por sua vez, tem como título “Os particulares, as propriedades gerais e o universal” e discute as particularidades específicas de cada língua, as características comuns – gerais – das línguas e a universalidade da presença do homem na língua e na linguagem. Por fim, traçam-se algumas considerações finais sobre como essas três noções comparecem na linguística benvenistiana.

² A discussão sobre o que é uma linguística geral, assim como a definição do que é a linguística geral para Benveniste, são questões amplas e ainda não plenamente definidas, que fogem do escopo pretendido por esse artigo, que busca pensar sobre como se organiza a teorização feita por Benveniste, considerando especialmente a presença das línguas em sua obra (conforme explicitado em seguida).

³ O corpus para o estabelecimento do inventário inclui 11 livros de Benveniste: *Origines de la formation des noms en indo-européen* (1973 [1935]), *Textes sogdiens : édités, traduits et commentés* (1940), *Vessantara Jātaka : texte sogdien, édité, traduit et commenté* (1946), *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen* (1948), *Études sur la langue ossète* (1959), *Hittite et indo-européen. Études comparatives* (1962), *Problèmes de linguistique générale, 1* (2006b [1966]), *Titres et noms propres en iranien ancien* (1966), *Le vocabulaire des institutions indo-européennes, 1* (1993 [1969]) e *Le vocabulaire des institutions indo-européennes, 2* (1980b [1969]), *Problèmes de linguistique générale, 2* (1980a [1974]) e *Langues, cultures, religions* (2015).

2 A amplitude da linguística benvenistiana

Jean-Claude Milner, em *Introdução a uma ciência da linguagem*, discute a hipótese de que a linguística é uma ciência. Para isso, ele coloca sob exame o programa de pesquisa da gramática gerativa de Noam Chomsky, visto que, segundo ele, o autor “[...] dominou os estudos linguísticos de tal maneira que mesmo aqueles que nele não se inscreviam diretamente foram por ele afetados” (Milner, 2021, p. 17), além de ter mantido “[...] firmemente, como eixo de seu projeto, o cientificismo explícito e assumido [...]” (Milner, 2021, p. 18). Entre as questões que Milner coloca como pertinentes está a noção de objeto.

De acordo com Milner, uma dificuldade se impõe em relação a isso: “[...] se a linguística é uma ciência, é uma ciência de quê? Dito de outro modo, como ela denominará seu objeto?” (Milner, 2021, p. 46). A resposta para a questão, segundo o autor (2021, p. 46), não é meramente terminológica, “[...] porque é através das palavras que serão admitidas ou não que algo de um programa efetivo deverá ser assinalado”. Para o autor,

[...] quando se trata de palavras tão primitivas como *linguagem* ou *língua* podem ser para a linguística, podemos apenas dizer o seguinte: a linguística não pode deixar de encontrar as proposições resumidas por essas palavras, são elas que tocam pontos que são essenciais para ela, a ponto de ela não poder questioná-las sem ela própria se dissolver. Quaisquer que sejam essas proposições em si mesmas, elas funcionam, portanto, como irredutíveis, são um limite mínimo que não se pode ultrapassar; sua significação funciona como fatos primitivos (Milner, 2021, p. 47, grifos do autor).

O primeiro fato que Milner examina é a linguagem. Inicialmente, o autor propõe que, sendo a “linguagem” entendida como a suposição de “[...] uma única coisa: que existam seres falantes” – o que ele denomina de *factum loquendi*⁴ –, ela deve ser, em vez de um objeto, um axioma, já que se trata de algo que a linguística não pode questionar. Então, “[...] a ciência linguística não problematiza as questões de existência, mas somente a questão das propriedades de objetos cuja existência é percebida como um dado” (Milner, 2021, p. 49). Há, no entanto, uma outra concepção possível de linguagem, que deriva do segundo ponto considerado por Milner: a existência das línguas.

Em relação a isso, ele afirma que

[d]izer que as realizações da linguagem são as línguas é supor, no mínimo, que o conjunto das produções lingüísticas mereça ser designado por um nome comum. É supor, além disso, que elas se distribuam, de maneira análoga aos reinos da natureza, em classes e subclasses, cada língua correspondendo, grosso modo, ao que, na natureza, chamamos de espécie. É supor, enfim, que se possa dizer o que é *uma* língua particular. É supor, em suma, (I) que seja possível distinguir uma língua de uma não língua e (II) que seja possível distinguir uma língua de outra. É preciso, para isso, que se possa raciocinar em termos de propriedades: dito de

⁴ Embora eu opte por apenas abordar o *factum loquendi* neste trabalho, é importante observar que há, segundo Milner (2021, p. 50-51), outros fatos que devem ser tomados como primitivos pela linguística: o *factum linguæ*, referente ao fato de que o que é falado pelos seres humanos recebe o nome de língua, o *factum linguarum*, que diz respeito à existência de múltiplas línguas, e o *factum grammaticæ*, que se relaciona à possibilidade de descrição das línguas em termos gramaticais.

outro modo, é preciso que se possa distinguir as propriedades de uma língua das propriedades de uma não língua, as propriedades de uma língua das propriedades de uma outra língua (Milner, 2021, p. 49-50, grifo do autor).

Milner considera ser mais difícil estabelecer a diferença entre as línguas do que entre o que é e o que não é língua. Segundo ele, “[d]e fato, sempre chega um ponto em que a resposta demandada se revela impossível, em que parece que, fora os dados massivos e grosseiros, não podemos determinar com segurança e precisão quando podemos afirmar que duas línguas são a mesma ou são diferentes [...]” (Milner, 2021, p. 52). Porém, “[...] para a ciência, o mais importante não é o que diferencia uma língua de outra; o principal são as propriedades que distinguem uma língua do que não é uma língua”, o que implica raciocinar em termos de propriedades definidoras (Milner, 2021, p. 53).

Nesse contexto, dois tipos de raciocínio são possíveis: em extensão, o que implica examinar exaustivamente todas as línguas particulares para depois listar as suas propriedades, ou em compreensão, que prevê que as propriedades possam ser estabelecidas sem um tal exame. Para Milner (2021, p. 54),

[...] contrariamente ao que se diz muitas vezes, é o ponto de vista da compreensão que é o mais natural: ninguém jamais supôs que seria preciso conhecer e enumerar todas as línguas para que se pudesse falar de maneira válida sobre elas. Além do mais, essa é uma tarefa impossível. Por um lado, por razões materiais: é certo que ainda não fizemos o inventário de todas as línguas conhecidas e cabe supor que novas línguas ainda serão descobertas. Mas, sobretudo, por razões de fundo: se é verdade que não dispomos de um procedimento seguro para distinguir ou não duas línguas, a noção de “todas as línguas”, tomada em extensão, fica certamente desprovida de significação. Uma proposição do tipo “todas as línguas são articuladas” não é menos abstrata que a proposição “todas as línguas são transformacionais”; tal como esta, aquela não está baseada em um exame exaustivo das línguas observadas.

Há, então, segundo Milner, um dilema a enfrentar: ou admite-se que não há como formular qualquer afirmação sobre o conjunto das línguas ou assume-se uma perspectiva mais razoável, que estabelece que “[...] as línguas não têm em comum senão um conjunto muito pobre de propriedades, as quais podemos entender como propriedades mínimas que permitem distinguir uma língua daquilo que não é uma língua” (Milner, 2021, p. 55). Para o autor, o conjunto dessas propriedades forma o segundo conceito de linguagem (a saber, a existência de línguas, conforme mencionado anteriormente), sendo que, nessa definição, a linguagem pode ser considerada um dos objetos da linguística:

Nós nos deparamos, portanto, com a seguinte situação: por um lado, definimos uma matriz de questionamentos, o que podemos chamar de um programa de pesquisa: enumerar as propriedades que distinguem uma língua do que não é uma língua. Pode-se imaginar, de antemão, várias possibilidades: que toda língua possua todas as propriedades ou somente algumas; que cada propriedade exista em todas as línguas (propriedades universais) ou somente em algumas línguas (propriedades gerais); que as propriedades estejam presentes em si mesmas ou que se condicionem (universais de implicação); que cada propriedade esteja presente somente nas línguas ou, ao contrário, que somente a combinação de pro-

propriedades seja característica; etc. Todas essas questões podem ser resumidas da seguinte maneira: a linguagem seria um objeto? Ela teria propriedades exclusivas? Não podemos julgar de antemão as repostas, mas, pelo menos, o programa está relativamente bem definido (Milner, 2021, p. 56).

Desse modo, Milner entende que a linguística só pode ter como objeto a linguagem como o conjunto das propriedades definidoras de uma formação linguística, que só podem ser definidas por meio do raciocínio por compreensão. A existência dos seres falantes – e, logo, da linguagem – não faz parte do horizonte das pesquisas senão como pressuposto.

Ao considerar a exposição do autor e fazer um deslocamento de suas ideias (elaboradas, como apontado anteriormente, tendo em vista um direcionamento específico à teoria desenvolvida por Chomsky), refletindo sobre as suas proposições e questionamentos em relação a um outro programa de pesquisa – no caso, a linguística benvenista – surgem duas questões.

A primeira diz respeito ao tipo de raciocínio adotado por Benveniste em sua linguística. Segundo Milner (2021, p. 54), o raciocínio por extensão é impossível de fato e ilícito de direito, o que tornaria o raciocínio por compreensão o único viável. Em relação a isso, parece importante reforçar que, ao se tomar a noção de raciocínio em extensão em sentido estrito, trata-se efetivamente de algo que, senão impossível, é muito provavelmente irrealizável, já que isso incluiria “[...] listar exaustivamente *todas* as línguas” (Milner, 2021, p. 54, grifo meu), o que implicaria não somente obstáculos relativos à dimensão da tarefa – visto que entende-se que há, atualmente, entre 7.000 e 8.000 línguas vivas, de acordo com Hammarström (2016) – como também questões basilares, já que a quantidade de línguas existentes é, em certa medida, indefinida e que as fronteiras entre as línguas nem sempre são bem delimitadas.

Por outro lado, também não parece possível considerar que o raciocínio benvenistiano seja por compreensão, ou seja, que ele ocorra “[...] mais em termos de propriedades do que em termos de classes [...]” (Milner, 2021, p. 54). Um primeiro ponto a considerar em relação a isso é que, na reflexão de Benveniste, tanto o pensamento em termos de classes quanto o pensamento em termos de propriedades entram em jogo, constantemente, nas análises linguísticas, que buscam não somente demonstrar os atributos e características das línguas e da linguagem, mas também classificar os fenômenos observados, fazendo uma apreciação das funções que as estruturas particulares de cada língua cumprem.

É importante também considerar a questão do ponto de vista das grandezas: Milner não determina se há uma quantidade mínima implicada no raciocínio em termos de compreensão – ele somente afirma não haver a necessidade de um exame de todas as línguas para que ele ocorra. Em função disso e dado o interesse de Milner no gerativismo chomskyano, é possível conjecturar que esse tipo de raciocínio pode ser adotado tomando apenas *uma* língua como base, já que Chomsky (1983, p. 65) defende que é possível “[...] propor um princípio geral da estrutura linguística fundado na observação de uma única língua”, justificando tal declaração com base na “[...] hipótese de que os seres humanos não estão especificamente adaptados para aprender tal língua humana e não uma outra, digamos, o inglês em lugar do japonês”. Nesse sentido, é importante ter em conta que, embora Benveniste não liste *todas* as línguas, o inventário mencionado anteriormente (cf. Introdução) deixa evidente que, na prática, Benveniste considera um grande número de línguas em suas análises.

Além disso, é importante considerar que, independentemente da inexequibilidade prática da tarefa de raciocinar em extensão, Benveniste (1995a, p. 6) afirma que “todos os tipos

de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem”, o que pode ser entendido como uma indicação de que existe, de certa forma, uma oportunidade, ainda que teórica, da realização desse raciocínio. Em outros termos, a impossibilidade concreta de examinar todas as línguas não elimina a possibilidade abstrata de fazê-lo.

Assim, acredito ser necessário ultrapassar o binarismo sugerido por Milner, admitindo um terceiro modo de raciocínio, que contemple a observação de um número considerável – mas não totalitário – de línguas para a definição de propriedades da linguagem. Benveniste, nessa concepção, raciocina não inteiramente em termos de compreensão e nem inteiramente em termos de extensão, sendo possível entender que ele raciocina em termos do que poderíamos chamar de *amplitude*: há um movimento que prevê que “[...] o linguista tem necessidade de conhecer o maior número possível de línguas para definir a linguagem” (Benveniste, 2006a, p. 30), ou seja, para chegar às propriedades comuns às línguas e às teorizações sobre a linguagem. Assim, fica implícito que, quanto mais amplas forem as análises, melhores serão os seus resultados. Tal percepção é confirmada pela quantidade de línguas mencionadas por Benveniste, bem como pelo modo como elas aparecem nas teorizações benvenistianas, em que são utilizadas como ponto de partida e base de investigações e/ou como modo de ilustrar certas proposições teóricas e enriquecer a análise. Além disso, o próprio Benveniste (1948, p. 155, tradução minha, grifo meu) afirma a necessidade de amplidão, ao afirmar, em *Noms d'agent et noms d'action en indo européen*, que “somente uma verificação ampla poderá legitimar uma conclusão geral”.⁵

Sobreavém, dessa constatação, o segundo tema de debate surgido a partir da leitura das considerações de Milner, que diz respeito ao objeto da linguística. Para Benveniste (1995a, p. 20), “[...] a linguística tem duplo objeto: é ciência da linguagem e ciência das línguas”.

Em relação ao segundo objeto – as línguas –, não parece haver, para Milner, qualquer problema substancial além das dificuldades em relação às distinções entre o que é e o que não é uma formação linguageira e entre uma determinada formação linguageira e outra. Do mesmo modo, é possível observar, por meio da leitura dos textos de Benveniste, que as línguas se fazem presentes a todo momento na obra do linguista, sendo, então, efetivamente um objeto da sua linguística.

No entanto, parece ser necessário refletir mais detalhadamente em relação ao primeiro objeto – a linguagem.

Ao propor que há, em Benveniste, um raciocínio por amplitude, que prevê o exame da maior quantidade possível de línguas, possibilitando o estabelecimento de características comuns a elas, entendo que se admite, também, que a segunda concepção de linguagem de Milner – quando ela “[...] resume uma questão de propriedades” (Milner, 2021, p. 55) – se faz presente na linguística benvenistiana. Uma leitura do artigo “‘Ser’ e ‘ter’ nas suas funções linguísticas”, da quarta parte do PLG I, confirma esse posicionamento, já que, ao longo do texto, Benveniste examina estruturas de diferentes línguas,⁶ enfatizando as diferenças e semelhan-

⁵ No original: “Seule une vérification étendue pourra légitimer une conclusion générale.”

⁶ Nesse artigo, são citadas 54 línguas diferentes: indo-europeu, latim, sânscrito, avéstico, islandês antigo, grego, tocário, irlandês, russo, húngaro, aramaico, árabe, turco antigo, turco médio oriental, turco khwarezmiano, altai, baškir, osmanli, sogdiano, yagnabi, persa, pastó, osseto, latim tardio, irlandês atual, koutcheano, espanhol, siamês, cambojano, francês atual, francês, turco, mongol clássico, curdo, georgiano clássico, ewe, vai, kanuri, hitita, védico, grego homérico, antigo eslavo, gótico, tunica, armênio, egípcio antigo, latim arcaico, alemão, islandês, alto-alemão antigo literário, bávaro, alamano, inglês antigo e eslavo macedônio. Desses, só não

ças entre elas, investigando, com isso, o atributo da auxiliaridade, que pode ser entendido como uma propriedade de algumas línguas, podendo manifestar-se tanto no verbo “ser” quanto no verbo “ter”, dependendo da língua considerada, já que “[...] as mesmas relações podem tomar, conforme as línguas, expressões formais muito diferentes [...]”, ou seja, “[o]s tipos linguísticos podem diferir totalmente; certas relações fundamentais se realizam apesar disso para os mesmos processos formais, aparentemente em virtude de necessidades de estrutura” (Benveniste, 1995a, p. 220-221).

Não obstante essa admissão da linguagem em termos de propriedades entre os objetos da linguística benvenistiana, ainda é necessário refletir sobre outra questão: a primeira concepção de linguagem proposta por Milner, aquela que toma a linguagem como designação do que ele denomina *factum loquendi*, ou seja, como indicativo da existência de seres falantes, tem algum lugar na teoria de Benveniste? Como explicitado anteriormente nesta seção, para Milner, quando a linguagem é tomada nesse sentido, ela não pode ser admitida como objeto de uma ciência da linguagem, sendo somente um axioma. Nesse contexto, surge uma nova interrogação: há algum modo de conciliar a afirmação de Benveniste de que a linguística tem por objeto a linguagem e a primeira concepção de linguagem de Milner?

Na recensão que faz de *Introdução a uma ciência da linguagem*, Giorgio Agamben, ao considerar as intersecções entre a filosofia e a linguística, enfatiza a questão do objeto desses dois campos. Segundo Agamben, o *factum loquendi* cabe somente à filosofia:

[...] a filosofia se ocupa, pelo contrário, precisamente do *factum loquendi* que a ciência da linguagem deve limitar-se a pressupor. A filosofia é a tentativa de *expor* esse pressuposto, de tomar consciência do significado do fato que é falar. [...] a filosofia se ocupa, com efeito, da pura existência da linguagem, independentemente de suas propriedades reais (as propriedades transcendentais, com que o filósofo deve saber lidar, não ultrapassam o âmbito do existente puro), enquanto a linguística se ocupa da língua, na medida em que ela pode ser descrita em termos de propriedades reais, isto é, tem (ou melhor, é) uma gramática (Agamben, 2015, p. 57, grifos do autor).

No entanto, é importante considerar que a existência dos falantes não está ausente da linguística benvenistiana. Um trecho célebre de “Da subjetividade na linguagem” ilustra o alinhamento da concepção de linguagem de Benveniste com a perspectiva de Milner que aponta para a existência de falantes: “É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição de homem” (Benveniste, 1995a, p. 285). Desse modo, não resta dúvida de que a primeira concepção milneriana de linguagem é parte da teorização de Benveniste. Como afirma Flores (2017b, p. 13, grifos do autor) esse é um fato manifesto: “[...] o axioma *o homem na linguagem* é o *factum loquendi* da teoria da linguagem de Benveniste. Isto é, um fato primitivo que afirma a pura existência da linguagem e dos seres falantes. Nessa perspectiva, a linguagem é uma propriedade constitutiva do *Homo loquens*”.

Ao admitir esse axioma, parece-me, no entanto, ser preciso levar em conta que há, sendo Benveniste especialmente conhecido por meio da chamada teoria da enunciação – na

são fornecidos exemplos em eslavo macedônio, em húngaro, em persa, em tunica e em russo (cf. Benveniste, 1995a, p. 204-227).

França, é a leitura “[...] permanentemente dominante, para muitos quase exclusiva” (Normand, 2009, p. 13); no Brasil, “[...] ninguém ignora que Benveniste é o ‘autor da enunciação’ por exce-lência” (Flores, 2017a, p. 53) e há uma “[...] constância das ideias desse linguista quando o dis-curso e a enunciação são o objeto de estudo”⁷ (Brait, 1994/1995, p. 208-209, tradução minha) –, uma reflexão que, embora não seja exatamente *sobre* esse axioma em si, deriva e se rela-ciona profundamente a ele. Assim, a formulação axiomática do *factum loquendi* origina, em Benveniste, teorizações. Em outros termos, Benveniste não somente toma a existência dos falantes como fato incontestável, transformando-a em uma premissa de sua linguística, mas também reflete sobre as consequências desse fato. A própria existência de uma “teoria enun-ciativa de Benveniste” – mesmo que atribuída, como aponta Flores (2013) – e de conceitos como “enunciação”, “locutor”, “pessoa” e “aparelho formal da enunciação” (entre outros asso-ciados ao *factum loquendi*) indica que esse axioma não é somente admitido tacitamente, mas também faz surgir corolários que se tornam objetos de estudo.

Desse modo, entendo que há, na linguística benvenistiana, senão “[...] uma coexistên-cia do filosófico e do linguístico” (Flores, 2019, p. 32), ao menos uma forte contiguidade entre a linguagem como *factum loquendi* e o objeto da ciência linguística. Benveniste, retomando os termos de Agamben (2015), pressupõe a existência dos falantes e da linguagem, mas não se limita a somente pressupô-la. Ele também reflete sobre fatos intimamente associados a esse pressuposto e, por meio disso, de certa forma, o expõe, se aproximando, assim, de uma perspectiva filosófica. Nesse caso, parece, então, ser necessário ultrapassar a perspectiva que exclui qualquer possibilidade de participação, ainda que indireta, do *factum loquendi* entre os objetos da linguística benvenistiana.

Assim, quando se concebe a teoria da linguagem de Benveniste em sua amplitude, entendo ser possível considerar que ela tem, como objeto, como o próprio Benveniste afirma, as línguas – sistemas particulares que são o ponto de apoio, a base para os estudos do lin-guista – e a linguagem, havendo duas noções implicadas nesta última: uma relacionada às propriedades comuns a certas línguas, ou seja, propriedades gerais, e outra associada ao uni-versal, que diz respeito aos corolários derivados da pressuposição do *factum loquendi*. A pró-xima seção explora esse ponto de vista.

3 Os particulares, as propriedades gerais e o universal

Ao prever o duplo objeto da linguística em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da lingúis-tica” (PLC I), Benveniste aponta não somente para a prioridade das línguas na linguística, mas também identifica que é sempre a partir das línguas que se chega à linguagem:

Comecemos por observar que a linguística tem duplo objeto: é a ciência da lingua-gem e a ciência das línguas. Essa distinção, que nem sempre se faz, é necessária: a linguagem, faculdade humana, característica universal e imutável do homem, **não é a mesma coisa que as línguas**, sempre particulares e variáveis, nas quais se realiza. É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas. Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes se entrelaçam com frequência e finalmente se confun-

⁷ No original: “[...] la constance des idées de ce linguiste quand le discours et l’énonciation sont l’objet d’étude.”

dem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, **põem sempre em questão a linguagem** (Benveniste, 1995a, p. 20).

É interessante observar que, nessa citação, Benveniste associa as línguas – sempre particulares e, logo, diversas – a duas perspectivas distintas: por um lado, as línguas são a realização da *faculdade humana universal da linguagem* e, por outro lado, elas denotam *problemas gerais da linguagem*. Há, então, três noções em jogo na linguística benvenistiana: uma que se refere ao que é particular a cada língua, outra que diz respeito à generalização das características das línguas e uma relacionada a um traço universal antropológico. Nesta seção, cada uma dessas noções será mais bem examinada.

A ideia de algo particular – singular, individual, próprio – é associada por Benveniste às línguas empíricas, ou seja, essa noção diz respeito ao que Benveniste denomina, em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (PLG II), de nível histórico da língua: “[...] existe a língua como idioma empírico, histórico, a língua chinesa, a língua francesa, a língua assíria [...]” (Benveniste, 2006a, p. 96). O linguista diz, por exemplo, em “Categorias de pensamento e categorias de língua” (PLG I), ser indiscutível o fato de que “[...] o pensamento adota em toda parte os mesmos meios em qualquer língua que escolha para descrever a experiência. Nesse sentido, torna-se independente, não da língua, mas das estruturas linguísticas particulares” (Benveniste, 1995a, p. 80) e declara, em “Vista d’olhos sobre o desenvolvimento da linguística” (PLG I) que, “de fato, a linguagem se realiza sempre dentro de uma língua, de uma estrutura linguística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular” (Benveniste, 1995a, p. 31, grifo do autor). A especificidade singular de cada língua é, por vezes, observada: “A doutrina helênica, porém, não faz senão transpor em conceitos a particularidade de um certo estado de língua” (Benveniste, 1995a, p. 183); “Estes caracteres [os caracteres formais da enunciação] **são**, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido” (Benveniste, 2006a, p. 83).

Aquilo que é próprio e particular de cada sistema linguístico é, além disso, reiteradamente tomado, por Benveniste, como parte essencial de suas análises e reflexões. Em *O vocabulário das instituições indo-europeias*, por exemplo, ele afirma:

Assim, a cada vez, o que se deve considerar não é um termo isolado, e sim o conjunto das relações: foi assim que se condicionou a história de cada termo. Além da estrutura geral do parentesco indo-europeu, **cumpre reconhecer para cada língua, numa determinada época, uma estrutura particular que deve ser interpretada em seus próprios termos**. É partindo de *bhrātr̥ vya-*, com seu sentido de “filho de irmão” dado pela tradição india, que podemos restaurar as condições da passagem para o sentido de “primo”, e depois de “rival”, que se efetua no sânscrito clássico. Mais do que qualquer outro conjunto lexical, os termos de parentesco nos obrigam a manter e a combinar os dois procedimentos de uma mesma exigência metodológica: a consideração estrutural do conjunto da nomenclatura **e a consideração dos níveis de cada língua** e de cada sociedade (Benveniste, 1995b, p. 263, itálico do autor, negritos meus).

Ao mesmo tempo em que há uma apreciação dos *particulares*, ou seja, das línguas em si mesmas, também se faz presente, nas teorizações benvenistianas, a noção de *geral*, que diz respeito a algo que é compartilhado por um conjunto de línguas.

Em *Études sur la langue ossète*, por exemplo, Benveniste defende a necessidade de analisar a relação entre **čyā-* e a forma osseta *cai-*, pois ela “[...] implica um problema de fonética histórica comum ao conjunto dos dialetos iranianos e que deve ser tratado em toda a sua generalidade”⁸ (Benveniste, 1959, p. 25, tradução minha, grifos do autor). Também em *O vocabulário das instituições indo-europeias*, ao analisar a ideia de fidelidade, associada, com frequência, ao carvalho, Benveniste (1995b, p. 106, grifos do autor) determina que “[...] o radical **drew-* com suas formas alternantes **drū-*, **doru-* designa apenas a ‘árvore’; assim o gótico *triu* traduz o grego *xúlon* ‘árvore, madeira’, e tal é o sentido na generalidade das línguas”.

No artigo “A linguagem e a experiência humana”, por sua vez, após determinar que “[...] o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito” (Benveniste, 2006a, p. 76), o linguista sírio-francês passa a analisar como diferentes sistemas organizam as formas verbais do passado e do futuro. Segundo Benveniste (2006a, p. 76), “constata-se que nas línguas dos mais variados tipos, nunca falta a forma do passado, e que muito frequentemente ela é dupla ou mesmo tripla”, enquanto, “ao contrário, muitas línguas não têm forma específica de futuro”, se servindo “[...] frequentemente do presente com algum advérbio ou partícula que indica um momento futuro”. Para sustentar a análise, o linguista apresenta exemplos em francês e chinuque. Para Benveniste (2006a, p. 77),

[e]ste contraste entre as formas do passado e as do futuro é instrutivo por sua própria generalidade no mundo das línguas. Há evidentemente uma diferença de natureza entre esta temporalidade retrospectiva, que pode assumir várias distâncias no passado de nossa experiência, e a temporalidade prospectiva, que não entra no campo de nossa experiência e que, para dizer a verdade, não se temporaliza senão enquanto previsão de experiência. A língua coloca aqui em relevo uma dissimetria que está na natureza desigual da experiência.

Assim, observa-se que as afinidades entre algumas línguas, ou seja, as propriedades gerais, não escapam ao horizonte de Benveniste; pelo contrário, em alguns casos, elas são até mesmo utilizadas como meio de comprovação de hipóteses e de consolidação de teorizações.

A observação dessas propriedades compartilhadas pode ser entendida como um modo de dar a ver, para além das particularidades empíricas, as características da “[...] língua enquanto sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação” (Benveniste, 2006a, p. 96), ou seja, as propriedades gerais se relacionam ao nível fundamental da língua proposto em “Estrutura da língua e estrutura da sociedade” (PLG II). Desse modo, ao estabelecer traços comuns aos sistemas empíricos particulares, Benveniste acaba por evidenciar “[...] o sistema fundamental da língua” (Benveniste, 2006a, p. 96). Assim, é importante notar que há, para Benveniste, uma estreita associação entre os particulares de cada língua e as propriedades gerais de línguas – a alternância entre os (muitos) exames de certas línguas e de estruturas particulares e os traços comuns gerais, que unem várias línguas, são uma constante da reflexão benvenistiana.

⁸ No original: “Mais, a la différence de **čyāv-*: oss. *cæu*- «aller», le rapport **čyā-* : oss. *cai-* implique un problème de phonétique historique commun a l’ensemble des dialectes iraniens et qu’il faut traiter dans toute sa généralité”

O *Vocabulário das instituições indo-europeias* é especialmente instrutivo em relação a essas duas perspectivas. Já no seu prefácio, Benveniste denota a intenção de mobilizar as línguas particulares e o que lhes é comum: ele afirma que os dados com que lida “[s]ão específicos como termos de instituições, mas em línguas particulares [...]” e que analisa esses dados visando determinar a “[...] sua gênese e conexão indo-europeia” (Benveniste, 1995b, p. 9), ou seja, ele parte de línguas específicas, buscando ver o que eles podem dizer sobre uma perspectiva comum a elas. Isso segue sendo observado ao longo de toda a obra, como ocorre, por exemplo, no capítulo sobre “Empréstimo, tomada de empréstimo e dívida”:

O objetivo deste capítulo é mostrar como termos técnicos correlatos para “dívida”, “empréstimo”, “tomada de empréstimo” se constituíram *independente*mente, *em várias línguas* – iraniano, latim, gótico, grego –, por especificação e diferenciação de *termos mais gerais* ou pertencentes a uma outra ordem de representação. No entanto, além das *designações particulares* resultantes de evoluções próprias a cada língua, encontraremos, de um lado, *um termo de generalidade bastante grande* e, de outro lado, *um procedimento de formação comum* ao grupo das palavras concernentes a essas noções (Benveniste, 1995b, p. 179-180, grifos meus).

Nesse contexto, é interessante notar que, em *O vocabulário das instituições indo-europeias*, embora a análise se centre nas línguas indo-europeias, como indica o título da obra, Benveniste não se limita a observar unicamente o indo-europeu, citando, às vezes, línguas de outras famílias, como o mordve (família fino-ugriana), em “Uma oposição lexical a ser revista: *sus* e *porcus*” (Benveniste, 1995b, p. 32) e o aramaico (família semítica), em “A importância do conceito de paternidade” (Benveniste, 1995b, p. 207). O horizonte de observação dos particulares das línguas, então, é bastante amplo.

Nesse sentido, chama a atenção o capítulo dedicado ao “*Rex*”, em que Benveniste examina a raiz “**rēg-*”, se questionando se há alguma relação entre ela e a forma grega “*òpēyō*” (*orégō*). A aproximação das formas é pouco fundamentada e enfrenta um problema inicial, de natureza fonética: “Como a correspondência entre os radicais **reg-* do lat. *rego* e *reg-* do gr. *o-rég-ō* é evidente, justificar-se-á o- inicial do grego?” (Benveniste, 1995c, p. 11, grifos do autor). Essa é, segundo Benveniste, uma questão que remete à morfologia do próprio indo-europeu. Para Benveniste, é necessário considerar uma característica do grego, a existência de uma vogal protética a, e ou o, ocorrendo principalmente antes de *r*:

Sem poder aqui discutir detalhadamente **essa particularidade**, contentemo-nos em indicar que ela deriva de uma **condição linguística geral**. **As línguas do mundo não possuem necessariamente, nem juntas**, as líquidas *r* e *l*. Não é o caso de se julgar necessário distinguir essas duas líquidas, e **seria baldado procurá-las em todas as línguas**. Na verdade, encontra-se seja *r*, seja *l*, sejam as duas juntas, **dependendo das línguas**. Um contraste vívido é o do chinês que conhece *l*, mas não *r*, e do japonês que conhece *r*, mas não *l*. Em outros casos, *l* e *r* parecem existir materialmente na língua, mas nem por isso correspondem a dois fonemas distintos. Em francês, não se pode confundir *roi* e *loi*, pois *r* e *l* são dois fonemas diferentes, cada qual com sua realidade dentro do sistema fonológico. Mas existem línguas muito variadas que apresentam *r* ou *l* indistintamente (em polinésio, por exemplo), isto é, uma única líquida com modo de articulação variável (Benveniste, 1995c, p. 12, itálicos do autor, negritos meus).

Benveniste articula, em um único parágrafo, a noção de *particulares* (não só da língua grega, de onde parte a análise, mas do chinês, do japonês, do francês e do polinésio), uma ideia de uma situação *geral*, expressa pela constatação de que há grupos de línguas correspondentes às diferentes configurações possíveis das líquidas *r* e *l* (questão que, aliás, Benveniste já havia discutido anteriormente, em “*Répartition des consones et phonologie du mot*”, de 1939 (cf. Benveniste, 2015, p. 131-139), e, também, uma percepção de algo possivelmente *universal*, indicado pela menção a uma procura do fenômeno sob análise em *todas* as línguas do mundo.

Há, no entanto, dois pontos a observar em relação a esse universal aludido pela menção de *todas as línguas*.

O primeiro é específico à citação de *O vocabulário das instituições indo-europeias*: nela, Benveniste associa a busca de um universal em relação às líquidas *r* e *l* à inutilidade; trata-se de uma tarefa sem sentido, infrutífera, vã. A explicação para um tal posicionamento pode residir no fato de que já estava constatada a generalidade da matéria: há línguas que usam somente *r*, línguas que usam somente *l* e línguas em que as duas formas estão presentes. Estabelecida essa configuração de três diferentes categorias de uso das líquidas, torna-se impossível considerar que exista algo comum a todas as línguas, ou seja, definir alguma propriedade universal em torno da matéria.

O segundo aspecto a mencionar tem caráter mais global: a menção a “*todas as línguas*”, embora não muito comum, não é de todo ausente das teorizações de Benveniste. Porém, em alguns casos, esse sintagma ocorre acompanhado de algum qualificador restritivo, como quando o linguista fala em “[...] *todas as línguas que possuem um verbo* [...]” (Benveniste, 1995a, p. 247) ou em “[...] *todas as línguas do grupo shoshone* [...]” (Benveniste, 2006a, p. 112). Também há instâncias em que o sintagma ocorre isoladamente, mas parece se referir mais ao conjunto das línguas indo-europeias do que a todas as línguas do mundo: no primeiro volume de *O vocabulário das instituições indo-europeias*, por exemplo, Benveniste (1995b, p. 105) menciona que, “com efeito, se Osthoff está certo, o nome do carvalho deve ser indo-europeu comum; deve ter existido em todas as línguas, e com esse sentido”; já em *Hittite et indo-européen*, por exemplo, lê-se que, “nesse caso, seria altamente surpreendente se, o único entre todas as línguas, o eslavo tivesse preservado, em uma data relativamente tardia e em plena produtividade, um sufixo de uma constituição tão antiga”⁹ (Benveniste, 1962, p. 92, tradução minha). Pela própria natureza dessas obras, é mais provável que, nesses casos específicos, Benveniste esteja se referindo ao conjunto do indo-europeu.

Há, no entanto, três ocorrências do sintagma “*todas as línguas*” que merecem ser destacadas e mais bem analisadas. Duas delas são encontradas no texto “*A linguagem e a experiência humana*”:

Todas as línguas têm em comum certas categorias de expressão que parecem corresponder a um modelo constante. As formas que revestem estas categorias são registradas e inventariadas nas descrições, mas suas funções não aparecem claramente senão quando se as estuda no exercício da linguagem e na produção do discurso. São categorias elementares, independentes de toda determinação cultural e nas quais vemos a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem.

⁹ No original: “Dans ce cas, il serait hautement surprenant que, seul de toutes les langues, le slave eût conservé à une date relativement si tardive et en pleine productivité un suffixe de constitution si ancienne.”

Tentaremos aqui esclarecer duas categorias fundamentais do discurso, aliás necessariamente ligadas, a de pessoa e a de tempo (Benveniste, 2006a, p. 68, grifos meus).

Chega-se assim a esta constatação – surpreendente à primeira vista, mas profundamente de acordo com a natureza real da linguagem – de que o único tempo inerente à língua é o presente axial do discurso, e que este presente é implícito. Ele determina duas outras referências temporais; estas são necessariamente explicitadas em um significante e em retorno fazem aparecer o presente como uma linha de separação entre o que não é mais presente e o que vai sê-lo. Estas duas referências não se relacionam ao tempo, mas as [sic] visões sobre o tempo, projetadas para trás e para frente a partir do ponto presente. *Esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho a sua maneira.* Ela informa os sistemas temporais concretos e notadamente a organização formal dos diferentes sistemas verbais (Benveniste, 2006a, p. 76, grifos meus).

A terceira citação relevante ocorre em “A natureza dos pronomes”. Benveniste principia o texto afirmando que os pronomes são geralmente considerados, do ponto de vista formal e funcional, uma mesma classe, para então declarar que “[...] todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, demonstrativos, etc.)” (Benveniste, 1995a, p. 277). Isso, segundo Benveniste, leva a uma constatação: “A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem” (Benveniste, 1995a, p. 277). É fundamental observar que Benveniste diz que vai tratar o problema do segundo ponto de vista, como fato de linguagem, precisamente “[...] para mostrar que os pronomes não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos”, sendo ou pertencentes “[...] à sintaxe da língua [...]” ou característicos das “[...] ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (Benveniste, 1995a, p. 277). Aqui, é importante observar que, como afirma Flores, é possível relativizar a expressão “pronomes”, que pode ser entendida não no sentido da tradição gramatical, como uma classe de palavras, mas sim como remetendo à “[...] posição que cada um é obrigado a ocupar na linguagem para ser falante” (Flores, 2019, p. 73).

Chama a atenção que, nos dois textos – “A linguagem e a experiência humana” e “A natureza dos pronomes” –, a menção a algo que ocorre em *todas as línguas* – portanto, *universal* – têm relação com o exercício do discurso, à enunciação. O universal, nesse caso, então, não diz respeito a uma equivalência formal entre as línguas, mas trata-se de uma correspondência funcional; em outros termos, ao citar os fatos observáveis em todas as línguas, Benveniste não se ocupa da existência de uma mesma estrutura, mas sim de diferentes meios de colocar a língua em uso. Assim, não são os pronomes em si que são universais, mas sim o fato de eles expressarem a categoria de pessoa, o que o próprio Benveniste afirma em “Estrutura das relações de pessoa no verbo”: “o verbo é, com o pronome, a única espécie de palavra submetida à categoria da pessoa” (Benveniste, 1995a, p. 247); não são as formas particulares de expressão do presente, do passado e/ou do futuro que são universais, mas sim a categoria do tempo; e a mesma lógica pode, evidentemente, ser aplicada à categoria de espaço. Como coloca Flores (2019, p. 76), “o conjunto formado pelas indicações de pessoa, espaço e tempo constitui uma

espécie de dispositivo, inerente a todas as línguas [...]. Trata-se de um sistema universal. Não se pode conceber uma língua que não o tenha". Assim, as menções a todas as línguas nos textos observados remetem à "[...] universalidade da experiência humana na linguagem", já que "não há língua que possa ser concebida como tal sem apresentar a possibilidade de que nela, em seu interior, o homem possa se singularizar" (Flores, 2013, p. 107-108).

Desse modo, há, para Benveniste, um universal¹⁰ de natureza linguístico-antropológica: a presença do homem na língua e na linguagem. Esse universal se relaciona com o "[...] colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (Benveniste, 2006a, p. 82). Não poderia ser diferente: sendo a enunciação o fato que dá origem ao falante e, logo, que permite a concretização do *factum loquendi* e, consequentemente, da linguagem como existência, ela é obrigatoriamente *universal*, isto é, ocorre em *todas* as línguas. É através da enunciação que as línguas efetivamente se manifestam, se concretizam e, portanto, podem ser observadas. Como determina Flores (2019, p. 66, grifo do autor),

[a] enunciação é a categoria que permite pensar o *Homo loquens* não mais somente como uma pressuposição existencial da linguagem, mas como o que dela emerge nas línguas, unificando-as – trata-se de uma propriedade humana – e, ao mesmo tempo, singularizando-as na manifestação línguageira de cada falante.

Assim, ainda segundo Flores (2019, 75), "a enunciação é a única categoria disponível aos falantes, caso se queira usar um termo mais usual, que preenche todas as condições para ser, simultaneamente, geral e específica, universal e particular, para ser de todas as línguas e de cada uma em particular, para ser de todos e de cada um", sendo algo que "[...] está na linguagem e se mostra nas línguas, portanto, mostra nas línguas o lugar que nelas habita o homem", ou seja, diz respeito, concomitantemente, ao linguístico e ao antropológico.

Em "Da subjetividade na linguagem", Benveniste resume a questão ao propor que a subjetividade tem um fundamento linguístico. Ele se pergunta: "Terá de ser linguístico esse fundamento? Onde estão os títulos da linguagem para fundar a subjetividade?" (Benveniste, 1995a, p. 287). A resposta é categórica:

De fato, a linguagem corresponde a isso em todas as suas partes. É tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem. *Falamos realmente da linguagem e não apenas de línguas particulares. Os fatos das línguas particulares, que concordam, testemunham pela linguagem* (Benveniste, 1995a, p. 287, grifo meu).

Segundo Benveniste (1995a, p. 290), "a instalação da 'subjetividade' na linguagem cria na linguagem e, acreditamos, igualmente fora da linguagem, a categoria da pessoa" e, ao mesmo tempo, "tem além disso efeitos muito variados sobre a própria estrutura das lí-

¹⁰ A existência desse universal, note-se, não exclui a possibilidade de identificar outros universais nas teorizações benvenistianas – o que deve ser mais bem investigado e definido. Em "A frase nominal" (PLG I), por exemplo, Benveniste (1995a, p. 167) afirma que "[...] toda língua, seja qual for a sua estrutura, é capaz de produzir asserções finitas"; já em "A classificação das línguas" (PLG I), lê-se que "[...] cada língua tem para resolver um certo número de problemas, que se reduzem todos à questão central da 'significação'" (Benveniste, 1995a, p. 125). Neste trabalho, no entanto, opto por realçar o universal linguístico-antropológico da presença do homem na língua e na linguagem.

guas, quer seja na organização das formas ou nas relações da significação". Os fatos da única língua por ele apresentados no texto, o francês, servem " [...] para ilustrar alguns efeitos da mudança de perspectiva que a 'subjetividade' pode introduzir", sendo que "é menos importante delimitar [as particularidades assinaladas] do que fazê-las ver" (Benveniste, 1995a, p. 290). Assim, como aponta Flores (2020, p. 588), "[...] a subjetividade é inerente – no sentido de ser constitutiva – à linguagem, e as línguas não fazem mais do que 'testemunhar' isso através de categorias linguísticas".

Ao considerar o que, para Benveniste, é geral e o que é universal, é importante, ainda, observar uma questão terminológica. É notório o fato de que as teorizações de Benveniste apresentam flutuações terminológicas, ou seja, nos termos de Flores (2013, p. 34), "[é] fácil encontrar, nessa teoria, termos que, apesar de idênticos do ponto de vista da expressão, são completamente distintos quanto a seu significado (uso homônimo)", "[...] termos com expressões diferentes, mas que têm o mesmo conceito (uso sinônimo)" e "[...] termos que adquirem nuances de sentido em diferentes momentos de reflexão do autor (uso polissêmico)". Em meu ponto de vista, nos empregos que Benveniste faz dos termos "geral" e "universal", esses três tipos de uso estão, de alguma forma, implicados.

No Prefácio do primeiro volume dos *Problemas de linguística geral*, Benveniste caracteriza a quarta parte da obra, dedicada às "Funções sintáticas", afirmando que, nela, "[...] procuram-se [...] as constantes sintáticas através de tipos linguísticos muito variados, e se apresentam modelos específicos de certos tipos de frases que se reconhecem como *universais*: frase nominal, frase relativa" (Benveniste, 1995a, não paginado, grifo meu).

No entanto, o título do capítulo 17, integrante dessa quarta parte do PLG I, é "A frase relativa, problema de sintaxe *geral*" (Benveniste, 1995a, p. 228, grifo meu). É fundamental, aqui, observar que Benveniste principia esse texto minimizando a possibilidade de comparações de expressões formais entre as línguas e afirmando que as línguas apresentadas no texto "[...] não representam de maneira nenhuma um conjunto unitário e certamente não são a totalidade das línguas que se poderiam utilizar" (Benveniste, 1995a, p. 229).

A frase nominal, por sua vez, também é qualificada por adjetivos diferentes em momentos distintos. É universal, segundo o Prefácio do PLG I (mencionado anteriormente). Já no texto dedicado inteiramente a ela, também do PLG I, "A frase nominal", de 1950, lê-se que

[e]sse tipo de frase não se limita a uma família ou a certas famílias de línguas. [...] A frase nominal encontra-se não apenas em indo-europeu, semítico, ugro-fílico, banto mas ainda nas línguas mais diversas: sumeriana, egípcia, caucasiana, altaica, dravídica, indonésia, siberiana, ameríndia, etc. É, inclusive, *tão geral* que, para medir-lhe estatística ou geograficamente a extensão, seria melhor enumerar *as línguas flexionais que não a conhecem* (como as línguas indo-europeias de hoje) do que enumerar aquelas em que aparece. Não saberíamos como descrevê-la de igual maneira em toda parte. Comporta modalidades que seria necessário distinguir. Permanece o fato de que as estruturas linguísticas mais variadas admitem ou exigem que, em certas condições, um predicado verbal não seja expresso ou que um predicado nominal seja suficiente. A que necessidade, então, estará ligada a frase nominal para que tantas línguas diferentes a produzam paralelamente [...]? (Benveniste, 1995a, p. 163-164, grifos meus).

Por outro lado, em "Ser' e 'ter' as suas funções linguísticas" (PLG I), Benveniste (1995a, p. 204, grifos meus) classifica esse tipo de frase de modo diferente: "O fato de que exista uma 'frase

nominal', caracterizada pela ausência do verbo, e de que seja *um fenômeno universal* parece contraditório com *o fato, também muito geral*, de que tenha por equivalente uma frase de verbo 'ser'."

Entendo que há dois aspectos que devem ser considerados em relação a essas citações. O primeiro é que o próprio Benveniste nega, nos trechos citados mesmo, a universalidade das estruturas sobre as quais discorre, manifestando expressamente que elas só ocorrem em alguns casos, que elas têm equivalentes formais diferentes ou que elas não são observadas na totalidade das línguas.

Para além desse reconhecimento intratextual, parece ser importante apreciar também uma questão conceitual: considerando que Benveniste determina, como mencionado anteriormente (cf. seção 2), que é necessário examinar o maior número possível de línguas e que, além disso, ele insiste com frequência que "[a]s distinções que cada língua manifesta devem ser relacionadas com a lógica particular que as sustenta e não submetidas de imediato a uma avaliação universal" (Benveniste, 1995a, p. 89) e que "um estudo [...] de todo fato linguístico deve começar por uma definição da sua diferença" (Benveniste, 1995a, p. 181), uma alegação da universalidade de uma dada forma ou estrutura, por Benveniste, seria, de certa forma, contraditória. Em outros termos, parece haver, na postura de pesquisa adotada por Benveniste, um exercício de cautela em relação aos fatos observados, o que não condiz com a universalização de uma determinada particularidade linguística. Nesse cenário, parece fazer mais sentido que os fenômenos de língua sejam classificados como *gerais* – isto é, comuns a algumas e até mesmo à maioria das línguas – em vez de *universais*, se referindo à totalidade das realidades linguísticas. Quando o que está em questão são as características das línguas, então, há sempre um movimento de *generalização*, já que, dada a diversidade das línguas, sempre há a possibilidade de encontrar uma língua que não obedeça a um dado padrão.

Ainda nesse contexto, é importante observar que a enunciação – que é, como afirma Flores (2019, p. 74, grifo do autor), uma condição fundamental, já que "não há língua no mundo que se configure como tal sem o aparato da enunciação", não podendo ser, portanto, senão *universal* –, é caracterizada por Benveniste, em "O aparelho formal da enunciação" (PLG II) – texto que justamente representa, segundo Flores (2013, p. 161), "[...] um momento-síntese da obra enunciativa de Benveniste" – como um fenômeno *geral*. Ao mencionar o primeiro dos diversos aspectos sob o qual o processo da enunciação pode ser estudado, Benveniste afirma que

[o] mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao *fenômeno geral da enunciação* – é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala (Benveniste, 2006a, p. 82, grifo meu).

Assim, é preciso atentar para o fato de que Benveniste não parece aplicar muito ou nenhum rigor ao uso dos termos "geral" e "universal", sendo, assim, necessário avaliar as definições possíveis para eles. Como espero ter demonstrado anteriormente, na leitura que eu faço da teoria benvenistiana como um todo, entendo que é geral aquilo que se refere às propriedades que são comuns a um dado grupo de línguas – cuja extensão pode variar, mas não se refere à totalidade das línguas –, enquanto tudo aquilo que se relaciona ao fato de que o homem está na língua e a utiliza para falar é universal.

4 Considerações finais: Dos particulares às propriedades gerais e ao universal

Tendo em vista o exposto na seção anterior, é essencial salientar que os conceitos de *geral* e *universal* devem ser percebidos como sendo somente distintos – em vez de opostos. Ambos comparecem na teoria benvenistiana, juntamente com a noção de *particular* de cada língua, isto é, as *três* perspectivas são examinadas e estudadas em conjunto.

Benveniste, no Prefácio do PLG I, dá indicações disso ao determinar que “[...] a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem” (Benveniste, 1995a, não paginado). Há, assim, um movimento que parte do *nível histórico* da língua, ou seja, dos dados particulares das línguas, sempre realizações únicas e específicas, que servem como testemunhas daquilo que as une, daquilo que compartilham, que lhes é comum, ou seja, permitem chegar às propriedades gerais, que determinam a língua no *nível fundamental*. A partir dessas observações, também se torna possível entender a linguagem como realidade *linguístico-antropológica*, a “faculdade de simbolizar inerente à condição humana” (Flores; Barbisan; Finatto; Teixeira, 2009, p. 152), que é, portanto, universal, inerente a todos os seres humanos e manifesta em todas as línguas.

Assim, entende-se que a linguística benvenistiana – que, como o próprio Benveniste define, tem por objeto as línguas e a linguagem – inclui tanto a consideração sobre os traços singulares das línguas particulares quanto a apreciação da linguagem de dois pontos de vista distintos: como *faculdade humana universal* e como *problemas gerais das línguas*. É somente a partir da consideração do que é particular, daquilo que é encontrado nas línguas (tomadas em sua diversidade e na maior amplitude possível) – o primeiro objeto de consideração –, que ao linguista será facultado conhecer, melhor entender e definir o outro objeto de seu interesse, a linguagem, considerada tanto do ponto de vista geral dos “[...] problemas infinitamente diversos [que as] línguas têm em comum [...]” quanto como “faculdade humana, característica universal e imutável do homem [...]” (Benveniste, 1995a, p. 20).

Fica evidente, portanto, que a teoria da linguagem de Benveniste comprehende tanto a consideração de um universal linguístico-antropológico da presença do homem na língua e na linguagem, que se mostra nas línguas por meio da enunciação, quanto as propriedades linguísticas comuns descobertas através de um movimento de generalização, o que aponta para a língua no seu nível fundamental. Ambas as perspectivas dependem fundamentalmente das línguas empíricas – no nível histórico –, já que é nelas que a linguagem se realiza através da enunciação e também é nelas que se observam as particularidades que conduzem às propriedades gerais, colocando, novamente, a linguagem em questão. Portanto, a teoria benvenistiana decorre da atenção conjunta ao universal, às propriedades gerais das línguas e aos sistemas linguísticos particulares.

Referências

AGAMBEN, G. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Tradução: Antônio Guerreiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BARTHES, R. Por que gosto de Benveniste. In: BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 3. ed. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 207-213.

BENVENISTE, É. *Études sur la langue ossète*. Paris: Klincksieck, 1959.

BENVENISTE, É. *Hittite et indo-européen - Études comparatives*. Paris: Adrien Maisonneuve, 1962.

BENVENISTE, É. *Langues, cultures, religions*. Limoges: Lambert-Lucas, 2015.

BENVENISTE, É. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes - 2. Pouvoir, droit, religion*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980b [1969].

BENVENISTE, É. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes - 1. Economie, parenté, société*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1993 [1969].

BENVENISTE, É. *Noms d'agent et noms d'action en indo-européen*. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948.

BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias*: vol. I - Economia, parentesco, sociedade. Tradução: Denise Bottmann. Campinas: Pontes, 1995b.

BENVENISTE, É. *O vocabulário das instituições indo-europeias*: vol. II - Poder, direito, religião. Tradução: Denise Bottmann e Eleonora Bottmann. Campinas: Pontes, 1995c.

BENVENISTE, É. *Origines de la formation des noms en indo-européen*. 4eme tirage. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1973 [1935].

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. Tradução: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4^a ed. Campinas: Pontes, 1995a.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução: Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006a.

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*, 1. Paris: Éditions Gallimard, 2006b [1966].

BENVENISTE, É. *Problèmes de linguistique générale*, 2. Paris: Éditions Gallimard, 1980a [1974].

BENVENISTE, É. *Textes sogdiens*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1940.

BENVENISTE, É. *Vessantara Jātaka : texte sogdien édité, traduit et commenté*. Paris: Librairie Orientaliste, 1946.

BENVENISTE, *Titres et noms propres en iranien ancien*. Paris: C. Klincksieck, 1966.

BRAIT, B. La réception d'Émile Benveniste au Brésil: quelques aspects. *Língua e literatura*, São Paulo, n. 21, p. 199-215, 1994/1995. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/linguaeliteratura/article/view/114558/112389>>. Acesso em: 15 out. 2019.

CHOMSKY, N. A propósito das estruturas cognitivas e de seu desenvolvimento: uma resposta a Piaget. In: PIATTELLI-PALMARINI, M. *Teorias da linguagem, teorias da aprendizagem: o debate entre Jean*

Piaget & Noam Chomsky. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix; Ed. da Universidade de São Paulo, 1983. p. 50-73.

FLORES, V. N. Atualidade de Benveniste no Brasil: os aspectos antropológicos de uma teoria da enunciação. *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo*, v. 13, n. 1, p. 9-18, 2017b. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/6828>>. Acesso em: 7 jul. 2017.

FLORES, V. N. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. N. O universal e o particular na linguística geral de Benveniste. *Linguagem & Ensino, Pelotas*, v. 23, n. 3, p. 583-593, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/17787>>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FLORES, V. N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Vozes, 2019.

FLORES, V. N. *Saussure e Benveniste no Brasil*: Quatro aulas na École Normale Supérieure. São Paulo: Parábola Editorial, 2017a.

FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B.; FINATTO, M. J. B.; TEIXEIRA, M. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

FLORES, V. N.; GALINDEZ, V.; ROSÁRIO, H. M. Apresentação. In: FENOGLIO, I. *Émile Benveniste: a gênese de um pensamento*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2019. p. 19-23.

HAMMARSTRÖM, H. Linguistic diversity and language evolution. *Journal of Language Evolution*, Oxford, v. 1, n. 1, p. 19-29, fev. 2016.

HOFF, S. L. “Mas guardemos isso: não há língua má”: as línguas na teoria da linguagem de Benveniste. 2023. 287 p. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/259626>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MILNER, J.-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Tradução: Daniel Costa da Silva, Gabriel de Ávila Othero, Heloisa Monteiro Rosário e Valdir do Nascimento Flores. Petrópolis: Vozes, 2021.

MOÏNFAR, M. Dr. Bibliographie des Travaux d’Émile Benveniste. In: BADER, Françoise et al. *Mélanges linguistiques offerts à Émile Benveniste*. Paris: Société de Linguistique de Paris; Louvain: Peeters, 1975. p. VI-LII.

NORMAND, C. Leituras de Benveniste: algumas variantes sobre um itinerário demarcado. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 12-19, jan.-mar. 2009. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/download/5647/4115/>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

A linguística geral de Émile Benveniste: uma análise das seções “Transformações da linguística” dos *Problemas de Linguística Geral I e II*

*The General Linguistics of Émile Benveniste:
an Analysis of the Sections “Changes in Linguistics” from
Problems in General Linguistics I and II*

Paula Ávila Nunes

Universidade Tecnológica Federal do
Paraná (UTFPR) | Curitiba | PR | BR
paulanunes@professores.utfpr.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-9696-0625>

Resumo: O artigo pretende explorar a hipótese de que Émile Benveniste, apesar de ser conhecido como “pai da enunciação” pode ser considerado, na verdade, como um linguista geral. Nessa perspectiva, a enunciação seria uma via de acesso a uma proposta de linguística geral que aparece de forma programática ao longo de sua obra. Este texto analisa, para tanto, as seções *Transformações da linguística*, presentes em ambos os volumes de *Problemas de Linguística Geral*, investigando de que forma o linguista sírio se posiciona em relação a seus antecessores e a seus contemporâneos quando o assunto é o modo como os estudos linguísticos se desenvolviam anteriormente ou eram desenvolvidos até o momento de sua escrita. Investiga-se também qual o conceito de generalidade presente na linguística benvenisteana, com base em Colombat, Fournier e Puech (2017) e em que sentido ela se distancia de outras abordagens no campo dos estudos da linguagem por articular o *factum grammaticae* com o *factum loquendi*, nos termos de Milner (2021).

Palavras-chave: linguística geral; enunciação; Benveniste.

Abstract: The article aims to explore the hypothesis that Émile Benveniste, despite being known as the “father of enunciative studies”, can be considered a general linguist. From this perspective, enunciation would serve as a means of access to a proposal of general linguistics that programmatically appears throughout his work.



This text analyzes the sections *Changes in Linguistics*, present in both volumes of *Problems in General Linguistics*, examining how the syrian linguist positions himself in relation to his predecessors and contemporaries regarding the development of linguistic studies both in the past and up to the time of his writing. It also investigates the concept of generality in Benveniste's linguistics, based on Colombat, Fournier, and Puech (2017), and how it diverges from other approaches in the field of language studies by articulating the *factum gramaticae* with the *factum loquendi*, in Milner's (2021) terms.

Keywords: general linguistics; enunciative studies; Benveniste.

1 Introdução

Émile Benveniste é um linguista à parte. Seus trabalhos no campo da linguística geral mudaram algo no cenário das ciências humanas, mas como ele visava a uma antropologia – histórica – da linguagem, ou seja, uma teoria de conjunto, ele teve que se envolver com o que, *a priori*, não lhe dizia respeito: arte, filosofia, sociologia, etnologia, psicanálise, literatura. (...) No entanto, seu método de trabalho, combinando o senso de rigor intelectual e o gosto pelo risco teórico, permanece um modelo.

(Gérard Dessons)

Aqueles que se aproximam pela primeira vez da produção teórica de Benveniste possivelmente ouvem, em algum momento, uma remissão a esse teórico como o “pai da enunciação”. De fato, é inquestionável que o linguista sírio seja referência incontornável para todos os que se debrucem sobre os estudos das mais diversas teorias que compõem o campo enunciativo. No entanto, essa aparente asserção insuspeita não deveria passar despercebida, uma vez que parece encerrar um contrassenso: as teorizações de Benveniste não só *não* se resumem ao campo enunciativo como também apresentam pouca homogeneidade entre si. É o que atesta Flores (2022a) ao frisar que “(...) a obra de Benveniste transborda compartimentos disciplinares, seja em função de sua diversidade temática, seja em função dos diferentes usos que são feitos de suas especializadas pesquisas” (p. 154), o que gera não apenas leituras díspares entre si como também promove “alguma resistência ao estabelecimento de uma condensada visão geral” (p. 154) de seus escritos.

Também faz parte desse contrassenso na recepção e na leitura de Benveniste o fato de que o próprio linguista, ao reunir uma seleção de escritos que julgava mais relevantes ao

público, opta por intitular o volume¹ de *Problemas de Linguística Geral*, sem nenhuma alusão ao termo que lhe consagrou, a enunciação. Ilustra essa visão – de que Benveniste é mais um linguista da enunciação do que um linguista geral – a percepção de Flores e Othero (2023b), que, ao recuperarem a classificação tripartite que Normand (2000) propõe para os linguistas gerais, não citam o nome de Benveniste como um linguista representativo do “geral”, ainda que façam referência a ele mais adiante ao abordarem as grandes linhas de investigação dessa área, ainda que o atrelando ao nome de Saussure, o precursor do campo que, como sabemos, foi continuado, mas também ultrapassado por Benveniste.²

Salta aos olhos, pois, que, embora Benveniste seja, mesmo que de forma tangencial, referenciado como um *linguista geral*, essa não costuma ser a visão mais difundida sobre sua contribuição à linguística. Além disso, como bem critica Flores (2022b), a consideração de Benveniste como um teórico restrito ao campo da enunciação, “pai fundador” de tal perspectiva teórica, normalmente é tomada de forma tão acrítica que, se nos perguntarmos “sobre o alcance epistemológico que a enunciação tem no escopo da linguística, vemos que quase inexistem trabalhos que a apresentam em uma dimensão propriamente epistêmica” (p. 12).

É nessa conjuntura, portanto, que este trabalho se desenvolve, tentando justamente explicitar em que medida as elucubrações de Benveniste acerca da enunciação compõem, na verdade, uma via de acesso à sua linguística geral. Dizemos “a sua” porque, como se tentará defender aqui, se existe um programa de linguística geral em Benveniste, ele certamente é diferente daquilo que é comumente entendido por “linguística geral” no campo dos estudos da linguagem,³ a começar pela ideia de que se trata não de uma teoria finalizada, mas de um programa. Tal noção é mobilizada aqui em sentido análogo ao que se tem em “programa gerativista”, por exemplo. Trata-se de um conjunto de teorias com objeto e objetivo definidos, mas cujos quadros teóricos vão se modificando ao longo do tempo em virtude dos próprios desdobramentos do estudo. Ao afirmar que Benveniste tem um programa de linguística geral, portanto, tenciona-se enfatizar que seu objetivo último era esse, a linguística geral, tendo desenvolvido, para tanto, uma série de teorizações que se apresentam de forma bastante heterogênea entre si, embora possa haver uma espécie de mínimo denominador comum entre elas.

Dessa forma, à questão de Flores (2022a), de se “há algum elemento unificador que permita reunir essa aparente dispersão de temas e que tenha sido desconsiderado pelos leitores de Benveniste” (p. 152), respondemos, com as próprias palavras de Benveniste, que, sim: há “o grande problema da linguagem”. Mas a linguagem, como sabemos desde Saussure, é refratária a uma linguística que se quer científica, se considerarmos um ideal específico de ciência: o naturalista.

É necessário, assim, retraçar o caminho seguido por Benveniste na busca da constituição de sua própria linguística, que tomava tanto as línguas quanto a linguagem como objeto. Registre-se, de início, porém, no que concerne a esse ponto, que Benveniste parece ter revisto seu posicionamento a respeito do objeto da linguística ao longo de seus estudos. Por

¹ Embora a obra tenha sido publicada em dois tomos, sabe-se, pelos prefácios de ambos, que Benveniste atuou na seleção e na organização apenas do primeiro, tendo o segundo sido organizado por Moïnfar e seguido a divisão nas mesmas seções que o sírio havia proposto para o primeiro.

² Sobre isso, ver, por exemplo Flores (2017); Flores; Nunes (2007) e Nunes (2012).

³ Embora as expressões “linguística” e “estudos da linguagem” não costumem se recobrir conceitualmente, elas são empregadas, neste texto, sem qualquer distinção.

exemplo, em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, texto de 1963, ele afirma que “É das línguas que se ocupa o linguista e a linguística é em primeiro lugar a teoria das línguas” (Benveniste, 1995, p. 20 – ênfase acrescida). No entanto, ainda nesse mesmo texto, na continuação do parágrafo, percebemos que o estudo das línguas ocupa *o primeiro lugar* da tarefa da linguística, mas resulta em outro: “Dentro da perspectiva em que nos aqui colocamos, veremos que essas vias diferentes [da linguagem, faculdade humana universal e imutável, e das línguas, sempre particulares e variáveis] se entrelaçam com frequência e finalmente se confundem, pois os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, a um certo grau de generalidade, põem sempre em questão a linguagem”. Chama a atenção, no entanto, que, cinco anos depois, em um texto de 1968, o linguista é mais taxativo: “A linguística é a tentativa de compreender este objeto evanescente: a linguagem” (Benveniste, 1989, p. 29). A isso, acrescenta, ainda na mesma página: “A linguística pretende englobar tudo isso [a gramática, a filologia e a fonética] e o transcender. Tudo que diz respeito à linguagem é objeto da linguística. (...) A linguística se ocupa do fenômeno que constitui a linguagem”.

Essa constatação de um pensamento em curso, somente possível quando olhamos para seus textos em diacronia, dá mostras da necessidade, enfatizada anteriormente, de se acompanhar o raciocínio do teórico ao longo de suas produções, marcando um percurso tanto de crítica à linguística que o precedia ou que lhe era contemporânea quanto de constituição de alternativas para os estudos no campo da linguagem a partir dos problemas e limitações encontrados. Essas alternativas, que ampliaram o escopo da linguística até mesmo para uma ciência que estuda, para além da língua, as propriedades do símbolo, como realizado em seu artigo *Semiologia da língua* (1969), mas já antecipado em *Tendências recentes em linguística geral* (1954),⁴ configuraram uma abrangência explícita em seu objeto de pesquisa que, assim entendemos, permitem a defesa da ideia de que Benveniste desenvolve um programa de linguística geral, e não exclusivamente uma teoria (a da enunciação).

A linguística de Benveniste parece dar testemunho, por seus axiomas e sua metodologia de análise, daquilo que Milner (2021) observou e teorizou anos mais tarde, ainda que visando a um outro escopo teórico: pelo fato de a linguística ter como objeto uma coisa única (*res unica*), ela só pode ser uma ciência única. E ela o é, entre outras coisas, na medida em que nenhuma outra ciência precisa “mostrar como ela se faz ciência” (Flores; Othero, 2023b, p. 10) nem formalizar seu próprio objeto, como se faz necessário nos estudos da linguagem. Sendo esse um imperativo para todo e qualquer linguista, sobretudo para aquele que se propõe a teorizar sobre a linguística geral, é indispensável que entendamos como esse objeto e sua abordagem se formam na obra benvenisteana, interrogando-os, portanto, de forma epistêmica.

Dada a dimensão da tarefa, que certamente não poderia se esgotar em um artigo, um recorte se impõe: a investigação se centrará em observar como Benveniste aborda o tema da

⁴ No texto de 1954, lê-se: “Vê-se, em todo caso, como será necessária, para o conjunto das ciências que operam com formas simbólicas, uma investigação das propriedades do símbolo. As pesquisas iniciadas por Peirce não foram retomadas e é uma pena. É do progresso na análise dos símbolos que se poderia esperar principalmente uma compreensão melhor dos complexos processos da significação na língua e provavelmente também fora da língua” (Benveniste, 1995, p. 13). A passagem em questão parece resumir com precisão o empreendimento levado a cabo pelo autor no texto de 1969, que, não por acaso, começa com uma remissão a Peirce. Nele, Benveniste mostra a especificidade da língua em relação a outros sistemas semiológicos, destacando que tal diferença reside precisamente nos “complexos processos de significação da língua”, nomeados por ele de universo semiótico e semântico de significância.

linguística geral nas seções intituladas *Transformações da linguística*, presentes, sob o mesmo título, em cada um dos tomos de seu *Problemas*, por considerarmos que os artigos que compõem essa seção respondem mais diretamente do que outros à questão em pauta. Interessanos observar, assim, o posicionamento de Benveniste frente aos linguistas que o precederam, o que é feito na primeira parte deste texto, mas também em relação a seus contemporâneos, temática abordada na seção imediatamente subsequente.

Em um segundo momento, na sequência do que expomos aqui, centramo-nos na investigação da hipótese de que a enunciação é a via de entrada de Benveniste na linguística geral, o que ele faz ao custo de redimensionar o que se entende por “geral” nesse caso: não mais uma *linguística* geral, mas uma *ciência* geral do homem, uma antropologia da enunciação.

2 Benveniste e seus antecessores

A relação de Benveniste com Saussure não é apenas conhecida, mas já foi amplamente teorizada em artigos e livros. Trata-se de uma relação que certamente tem como um de seus pivôs Antoine Meillet, discípulo do genebrino e mestre do sírio, e seus estudos de linguística comparada, mas que vai muito além dessa relação de mestria. Benveniste parece ter cumprido com bastante êxito o programa apenas esboçado no *Curso de Linguística Geral* de desenvolvimento da linguística como parte de uma semiologia geral, a qual, por sua vez, integraria uma psicologia geral. Interessa-nos aqui, no entanto, um elemento específico dessa relação, qual seja, a forma como Benveniste discorre sobre as ideias de seus antecessores (sobretudo Saussure) e as integra em suas reflexões sobre a língua(gem).

Em um texto de 1954, publicado no primeiro tomo de sua recolha de artigos sob o título de *Tendências recentes em linguística geral*, Benveniste cita Saussure (na Europa) e Bloomfield (nos Estados Unidos) como dois expoentes da linguística moderna naquele momento. Ainda que procedendo cada uma à sua maneira, Benveniste reconhece em ambos uma orientação parecida no intuito de 1) delimitar qual a tarefa do linguista e “o que descreverá sob o nome de língua” (Benveniste, 1995, p. 8), pondo em questão o objeto de sua pesquisa; 2) forjar os instrumentos por meio dos quais esse objeto será analisado, permitindo uma descrição idêntica de tudo aquilo que vier a ser analisado sob o rótulo de “língua”, ou seja, um questionamento sobre a técnica de investigação e descrição adotada pela linguística; e 3) investigar o problema da significação, isto é, a capacidade que as línguas têm de “dizer alguma coisa”.

Sobre essas três tarefas, Benveniste assevera: “O simples enunciado dessas questões mostra que o linguista quer desprender-se dos apoios ou das amarras que encontrava em quadros pré-fabricados ou em disciplinas vizinhas” (p. 8). A observação é importante em função daquilo que o autor parece querer delinear: a linguística (geral), que ele refere nas figuras de Saussure e de Bloomfield como seus representantes, começa a se afastar de outras disciplinas vizinhas, que a engessavam. Quais seriam essas disciplinas? Embora o referido texto não as mencione diretamente, o percurso de retomada histórica traçado pelo autor em texto posterior, de 1968, publicado no segundo tomo de seu *Problemas* sob o título de *Estruturalismo e linguística*, permite-nos inferir que se tratava 1) da filosofia, primeira investigação (ainda que especulativa) sobre a linguagem, e 2) da filologia, cujos estudos comparatistas tiveram grande relevância até o início do século 20, levados adiante inclusive por nomes como Saussure, Meillet e o próprio Benveniste.

Desprender-se das amarras dessas disciplinas significava, portanto, em nossa leitura, estabelecer um novo objeto para a linguística e um novo conjunto de princípios a partir dos quais esse objeto poderia ser estudado. A leitura dos textos citados, nos quais o sírio aborda – como sugere o título mesmo da seção – as tendências nos estudos da linguagem, permite-nos atestar que o primado do estruturalismo (e do distribucionalismo na América do Norte) institui uma visada imanentista e sistêmica da língua, como depreendemos da passagem a seguir:

(...) através de muitos debates teóricos e sob a inspiração do *Cours de linguistique générale* de Ferdinand de Saussure (1916), determina-se uma nova noção da língua. Os linguistas tomam consciência da tarefa que lhes cabe: estudar e descrever por meio de uma técnica adequada a realidade linguística atual, não misturar nenhum pressuposto teórico ou histórico na descrição, que deverá ser sincrônica, e analisar a língua nos seus elementos formais próprios. A linguística entra então na sua terceira fase, a de hoje [da época em que Benveniste escreve]. Toma por objeto não a filosofia da linguagem nem a evolução das formas linguísticas, mas, em primeiro lugar, a realidade intrínseca da língua, e visa a se constituir como ciência – formal, rigorosa, sistemática (Benveniste, 1995, p. 21-22)

Esse formalismo, dotado de rigor e sistematicidade, tem em seu horizonte o interro-gante saussuriano “sobre o valor da língua, e sobre o que distingue a língua de qualquer outro objeto da ciência” (Benveniste, 1989, p. 15), uma questão que se coloca a serviço da constituição do campo como uma ciência específica: não mais como uma *ciência natural*,⁵ que poderia ser descrita como um organismo vivo, mas como uma *instituição social* – conforme o entendimento saussuriano⁶ –, o que muda tudo.

Contudo, se observamos aí uma espécie de continuidade que Benveniste desenvolve a partir de trabalhos de linguistas precedentes, preocupados com as condições gerais desse objeto específico de sua ciência e com formas de abordá-lo, também é notória a insatisfação do linguista com o formalismo requerido por esse projeto científico. Em *Essa linguagem que faz a histórica*, também de 1968, Benveniste é explícito em sua crítica: “Estritamente falando, o estruturalismo é um sistema formal. Ele não diz absolutamente nada sobre o que denominamos a significação” (Benveniste, 1989, p. 34). Essa não era a primeira vez que Benveniste se manifestava descontente com a falta de consideração do campo pela questão do sentido. Na abertura de seu célebre *A forma e o sentido na linguagem*, de 1966, o linguista, dirigindo-se a filósofos, dispara: tendo cometido a imprudência de, leigo em filosofia, aceitar o convite para

⁵ Embora possamos adotar a ideia de “ciência natural”, em consonância com Colombat, Fournier e Puech (2017), é necessário registrar que Benveniste se refere à linguística praticada nos séculos 19 e 20 como uma “ciência histórica”, ainda que adote a mesma perspectiva genealógica contida na ideia de “ciência natural”: “(...) é preciso ver que, até os primeiros decênios do nosso século, a linguística consistia essencialmente numa genética das línguas. Fixava-se, para tentar estudar a evolução das formas linguísticas. Propunha-se como ciência histórica, e o seu objeto era, em toda parte e sempre, uma fase da história das línguas” (Benveniste, 1995, p. 21 – itálico no original; sublinha acrescida).

⁶ Explicam Colombat, Fournier e Puech (2017) que “(...) uma língua é para Saussure uma instituição (e não uma espécie natural) porque ela se apresenta à observação ‘toda formada’, ‘sempre já’ instituída, sem que o momento inaugural da sua instituição possa jamais aparecer em sua unicidade e radicalidade primeira suposta” (p. 231). Registre-se, em contrapartida, que essa não é uma posição unânime dentro do campo linguístico. A perspectiva gerativista, por exemplo, “entende a linguagem como uma capacidade biológica exclusiva da espécie humana e que aproxima, por isso, a linguística do quadro das ciências ditas ‘naturais’” (Othero, 2023, p. 122)

o debate, aumentou-a escolhendo “um tema cujo enunciado parece convir mais a um filósofo do que a um linguista: a forma e o sentido na linguagem” (p. 220).

Do lugar de fiel seguidor dos princípios saussurianos, Benveniste também não deixa de expor suas ressalvas em relação à linguística que o precedia, com destaque para a desconsideração de um aspecto que seria capital no desenvolvimento de sua teoria: o fato de que não é apenas a faceta *formal* da língua que deve interessar a um linguista, mas também o “problema” de que ela *significa*. Essa será, como veremos a seguir, também a crítica dirigida a seus contemporâneos.

3 Benveniste e seus contemporâneos

Em *Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística*, texto de 1963, publicado no primeiro volume do *Problemas*, Benveniste dá prosseguimento àquilo que já se empenhou em fazer no texto de abertura desse tomo, publicado nove anos antes. Contudo, o enfoque de cada artigo é bastante diferente. No texto de 1954 (*Tendências recentes em linguística geral*), Benveniste trata de evidenciar de que forma a linguística foi tomando corpo como campo teórico e disciplinar diferente dos estudos sobre a linguagem até então. Pode-se dizer que o esforço era situar em que medida a linguística se separou de uma abordagem especulativa, própria da filosofia, e como veio a romper com a linguística histórica e comparada como método único e necessário de abordagem das línguas. Não é fortuita, portanto, sua remissão, nesse texto, aos teóricos que hoje temos como basilares ao campo: Saussure, Bloomfield, Jakobson, Trubetzkoy, para citar os mais conhecidos. A referência a esses autores, sendo os dois últimos contemporâneos de Benveniste, tem por intuito assinalar duas grandes viradas no campo. Primeiramente, aquela relacionada ao objeto, considerado não mais em seu aspecto histórico ou filogenético, mas como uma instituição social:

Não se cede mais tão facilmente como antes à tentação de erigir como propriedades universais da linguagem as particularidades de uma língua ou de um tipo linguístico. Alargou-se o horizonte dos linguistas. Todos os tipos de línguas adquirem direitos iguais de representar a linguagem. (Benveniste, 1995, p. 6)

Em segundo lugar, aquela relacionada ao método de abordagem desse objeto, agora não mais tomado de empréstimo de disciplinas vizinhas, mas elaborado especificamente para esse objeto único que pretende dar conta:

[O simples enunciado dessas interrogações sobre o método] afasta toda visão *a priori* da língua para construir as suas noções diretamente sobre o objeto. Essa atitude deve pôr termo à dependência, consciente ou não, em que se encontrava a linguística face à história, de um lado, e a uma certa psicologia, do outro. Se a ciência da linguagem deve escolher os seus modelos, será nas disciplinas matemáticas ou dedutivas que racionalizam completamente o seu objeto, reconduzindo-o a um conjunto de propriedades objetivas munidas de definições constantes. Isso quer dizer que se tornará cada vez mais “formal”, pelo menos no sentido de que a linguagem consistirá na totalidade das suas “formas” observáveis. (Benveniste, 1995, p. 8)

Embora a perspectiva formal, sobretudo em sua remissão às “formas observáveis”, seja provavelmente um efeito do corolário saussuriano de que a língua é *forma* e não *substância*, observa-se o efeito radical que essa concepção tem sobre a linguística, em especial pela remissão às disciplinas matemáticas e dedutivas. Benveniste parecia haver entendido, como antecipado, a *scientia infima et unica* com que lidava – nos termos em que Milner (2021) irá abordá-la posteriormente – ciência de *res unica* e, justamente por isso, que impõe que seu objeto seja sempre forjado, em consonância com outro corolário saussuriano: o ponto de vista cria o objeto. A formalização de um objeto, portanto, é o próprio fazer da linguística, algo que Benveniste bem percebe já na década de 60. A questão é que, como advertem Flores e Othero (2023b), “a formalização do objeto – o que poderíamos chamar, na esteira de Culíoli (2000), de *a passagem do empírico ao formal* – não se dá nem da mesma maneira para todos os linguistas nem sobre os mesmos dados ‘brutos’” (p. 14 – grifos no original).

Eis o ponto de interesse desta seção: Benveniste reconhece os avanços no campo da linguística, celebra-os com algum entusiasmo e identifica, nos diferentes teóricos contemporâneos a si mesmo, certas recorrências no trato com esse objeto específico chamado linguagem: “A abordagem descritiva, a consciência do sistema, a preocupação de levar a análise até as unidades elementares, a escolha explícita dos procedimentos são outros tantos traços que caracterizam os trabalhos linguísticos modernos” (Benveniste, 1995, p. 25). No entanto, não deixa de anotar, no mesmo texto, uma ressalva que terá, como veremos mais adiante aqui, importância fundamental em seu trabalho: “Não é apenas a *forma* linguística que depende dessa análise; convém considerar paralelamente a *função* da linguagem” (Benveniste, 1995, p. 25 – grifos no original), aspecto a que voltaremos adiante.

Nessa conjuntura dos anos 60, em que a linguística acompanhava mudanças teóricas importantes também em outros campos, emerge uma nova perspectiva que mudará para sempre o campo, a qual Benveniste não desconsidera: o gerativismo. A publicação, em 1957, de *Estruturas sintáticas*, em que Chomsky se posiciona de forma radicalmente diferente ao distibucionalismo de Harris e de Bloomfield, promove uma revolução na área, seguida pela publicação de *Aspects of the theory of syntax* (em 1965), *Topics in the theory of generative grammar* (1966) e, é claro, *Cartesian linguistics* (também de 1966). Essa mudança radical que se iniciava nos anos 60 no campo dos estudos da linguagem não passou despercebida, decerto, por Benveniste.

Em entrevista a Pierre Daix, em 1968, transcrita sob o título de *Estruturalismo e linguística*, texto de abertura do segundo tomo do *Problemas*, Benveniste explicita de que modo entende a inovação que o trabalho, à época ainda incipiente, mas de grande potência, de Chomsky imprime à linguística: “(...) ele [Chomsky] considera a língua como produção, e isto é algo bem diferente [do que se fazia até então]. Um estruturalista tem primeiro a necessidade de construir um corpus. (...) [e]n quanto que em Chomsky é exatamente o contrário, ele parte da fala como produto” (Benveniste, 1989, p. 18).

Interessa-nos observar que não apenas Benveniste conhecia o trabalho de Chomsky como ainda lhe creditava uma grande inovação em relação aos estruturalistas que dominavam a paisagem teórica da linguística até então: a ideia de produção. E isso não deve ser ignorado.

Benveniste é, como se sabe, um teórico da produção linguística, embora, evidentemente, não nos mesmos termos de Chomsky. Basta atestar que a alcunha a ele conferida é de “pai da enunciação”, justamente porque é esse conceito (relativo à produção, e não o de enunciado, relativo ao produto) que o teórico se esforça por explorar em sua obra. Não deixa de ser digno de nota, inclusive, que a formalização desse objeto, como referido anterior-

mente, só ocorre de maneira explícita quase no final da carreira (abreviada, é bem verdade) de Benveniste. É somente em *O aparelho formal da enunciação*, texto de 1970, que, pela primeira vez, vemos o sírio se empenhar para sistematizar o quadro referencial que se esboçava há décadas em sua obra, mas de forma dissolvida e, por que não, ainda tateante. Tal como Saussure, Benveniste também foi elaborando seu pensamento à medida que pesquisava e ensinava. À diferença do genebrino, porém, o professor do Collège de France não se furtou de publicar suas impressões ao longo de mais de três décadas. É por isso que vemos, na diacronia dos trabalhos de Benveniste, um pensamento em formação, mas já sempre lá, de forma programática.

Conjetura-se, assim, que o fato de Benveniste frisar a inovação chomskyana de consideração da língua como produção não é mero acaso. Evidentemente, não se pode afirmar que a ideia de produção, em Chomsky, equivalha, *pari passu*, àquela de enunciação em Benveniste, tampouco creditar uma influência direta do linguista estadunidense sobre a obra do sírio, tendo em vista justamente que a noção de enunciação e de língua-discurso⁷ (nas mais diferentes flutuações terminológicas que assume na obra de Benveniste) já estavam no horizonte do autor muito antes de sua formalização específica no texto de 70. O que interessa notar, contudo, é que a ideia de língua como *produção*, e não como produto, é muito mais próxima à concepção de Benveniste sobre o funcionamento da linguagem do que o que vinha sendo desenvolvido na própria linguística até então.

Observe-se, por exemplo, que, no já citado texto de 1954, Benveniste retoma seu mestre, Antoine Meillet, com quem estudou gramática comparada, recuperando o que ele chama de “projeto”, instituído por seu professor em obra de 1906: “Cumprirá determinar a que estrutura social corresponde uma certa estrutura linguística e como, de maneira geral, as mudanças de estrutura social se traduzem por mudanças de estrutura linguística” (Benveniste, 1995, p. 15). Logo em seguida, Benveniste adverte que há entraves para a realização disso (embora não inviabilizem sua realização, ele deixa claro), os quais dizem respeito tanto aos “problemas inerentes à análise linguística” quanto à cultura e à significação. E esses entraves, se lemos bem, são oriundos do fato de a língua ser tomada como produto, não como produção:

(…) a língua empírica é o resultado do processo de simbolização em muitos níveis, cuja análise nem foi ainda tentada; o ‘dado’ linguístico não é, sob esse aspecto, um dado primeiro, do qual bastaria dissociar as partes constitutivas: é, já, um complexo, cujos valores resultam uns das propriedades particulares de cada elemento, outros das condições da sua organização, outros ainda da situação objetiva. (Benveniste, 1995, p. 13)

A passagem reproduzida, quando lida no contexto da obra do sírio, mostra-nos uma antecipação metodológica do que viria a ser sua forma de proceder em sua pesquisa: a análise que não havia nem sido “tentada” até então, que não se restringiria a aspectos formais da língua, é levada a cabo por Benveniste ao longo das décadas que seguem, atestando o caráter programático do excerto em tela. Dá testemunha disso, por exemplo, o texto *Os níveis da análise linguística*,⁸ de 1964, em que o autor subverte a concepção formalista de elementos

⁷ Para mais informações sobre esses dois conceitos dentro da diacronia dos estudos benvenisteanos, ver os capítulos “Enunciação”, “Língua” e “Linguagem”, do *Guia conceitual da linguística de Benveniste* (Toldo; Flores, 2025), além da própria apresentação da obra, que discorre sobre a flutuação terminológica presente nos textos do sírio.

⁸ Para uma apreciação mais detida sobre a concepção de níveis da análise linguística e sua implicação na obra do autor, ver o capítulo homônimo no já referido *Guia conceitual da linguística de Benveniste* (Toldo; Flores, 2025).

discretos, pensando-os não mais em sua distribuição em uma porção linguística nata, mas articulados em níveis de análise, uma vez que só a noção de nível é “própria para fazer justiça à natureza *articulada* da linguagem e ao caráter discreto dos seus elementos” (1995, p.127 – grifo no original). A proposta de que a língua opera por relações distribucionais e integrativas, as quais articulam forma e sentido, será basilar para suas formulações posteriores, sobretudo nos textos *A forma e o sentido da linguagem* (1966), *Semiologia da língua* (1969) e *O aparelho formal da enunciação* (1970), nos quais desenvolve noções capitais de sua obra, como universos semiótico e semântico de significação e aparelhos formais da língua e da enunciação, todos oriundos dessa nova visada que Benveniste imprime à língua em seus estudos (Nunes, 2020).

Evidentemente, não queremos dizer, com isso, que o sírio toma o mesmo caminho metodológico que Chomsky. Como notado anteriormente, a formalização do objeto é específica de cada visada teórica. Contudo, é possível justamente afirmar que há algo na teoria gerativa que interessa a Benveniste: a possibilidade de se estudar a produção a partir de seu produto. Diz Benveniste a Pierre Daix:

(...) em Chomsky é exatamente o contrário, ele parte da fala como produto. Ora, como se produz a língua? Não se reproduz nada. Tem-se aparentemente um certo número de modelos. Ora, todo homem inventa sua língua e a inventa durante toda sua vida. E todos os homens inventam sua própria língua a cada instante e cada um de uma maneira distintiva, e a cada vez de uma maneira nova. (Benveniste, 1989, p. 18)

Não é necessária grande incursão na obra benvenisteana para ver nessa afirmação a ideia de enunciação, que lhe conferirá crédito no *hall* dos grandes linguistas de seu tempo. Benveniste parece concordar com, pelo menos, duas ideias gerativistas: a da produção linguística como fato de capital importância e a da não exaustividade do *corpus*, fruto da possibilidade criativa do falante, prevista no próprio mecanismo gerativo da linguagem humana que permite criações infinitas a partir de um conjunto finito de dados e regras. Se há esses pontos de toque entre as duas vertentes, porém, fica claro que a formalização⁹ que cada autor dá a esse objeto é completamente diferente: enquanto o gerativismo, naquele momento, pensa um conjunto de base e as regras de combinação e transformação desses elementos, Benveniste se interessa pelo que, nesse sistema, permite a produção linguística singular e irrepetível (a enunciação). Sua resposta também aparecerá como um aparelho formal, mas da enunciação, não apenas da língua, o que ele elabora a partir de um expediente parecido com o programa gerativo, a saber, a análise dos produtos, isto é, das línguas empiricamente faladas no mundo, que Benveniste examinou extensivamente.

O curioso é que, se Chomsky chega a um denominador comum, a que chamou de *gramática universal* – que responderia por toda a variabilidade linguística em virtude de mecanismos de transformação de estruturas de superfície –, Benveniste não é menos universalista. Em primeiro lugar, porque o próprio Benveniste reconhece que a gramática transformacional tem seu lugar numa teoria da linguagem, ainda que não conte com a complexidade de sua concepção de língua integralmente:

⁹ Gérard Dessons (2006) nota, inclusive, que não apenas a formalização é diferente, mas também o estilo: “E Benveniste escreve. No sentido forte, ‘literário’, do termo. Ele se posiciona, neste sentido, nos antípodas da atividade ‘árborícola’ de Chomsky, cujo trabalho ele [Benveniste] considera ‘muito técnico, muito seco, algébrico’” (p.12).

A enunciação supõe a conversão individual da língua em discurso. Aqui a questão – muito difícil e pouco estudada ainda – é ver como o “sentido” se forma em “palavras”, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descrever sua interação. É a semantização da língua que está no centro deste aspecto da enunciação, e ela conduz à teoria do signo e à análise da significância. Sob a mesma consideração disporemos os procedimentos pelos quais as formas linguísticas da enunciação se diversificam e se engendram. A “gramática transformacional” visa a codificá-las e formalizá-las, para daí depreender um quadro permanente, e, de uma teoria da sintaxe universal, propõe remontar a uma teoria do funcionamento do espírito. (Benveniste, 1989, p. 83)

Bem entendido, Benveniste considera que a teoria gerativa é capaz de oferecer importantes contribuições à análise de um aspecto específico da língua, qual seja, a sua organização em um universo semiótico de significância. Isso fica claro porque, no texto em questão, há uma nota de rodapé após o sintagma “análise da significância” em que o autor informa: “tratamos disso particularmente num estudo publicado pela revista *Semiotica*, I, 1969”. O texto a que ele se refere é *Semiolegia da língua*. Nele, além de tentar situar a língua como sistema especial dentro de todo o conjunto dos sistemas semiológicos, Benveniste faz uma contribuição capital à linguística ao atribuir à língua um funcionamento duplo, pautado concomitantemente pelos universos semiótico e semântico de significação. Para o primeiro, deixa ele claro, a teoria do signo desenvolvida por Saussure (citada, inclusive, no texto reproduzido acima) pode ser suficiente. Da mesma maneira, a teoria da gramática transformacional também poderia – se bem lemos o excerto em tela – ser suficiente, uma vez que se trata de uma forma e um sentido inerentes ao sistema linguístico, alheios a qualquer emprego particular. Entretanto, a linguística do universo semântico, esboçada e teorizada por Benveniste nesse texto, ainda restava por ser feita, mas de algo já sabíamos, pois ele mesmo nos advertia: seu aparato metodológico não poderia ser o mesmo dedicado à análise do universo semiótico de significância.

De tudo o que precede, notamos que a teoria enunciativa benvenisteana coloca em primeiro plano o fato de que há algo também universal, embora não empregue diretamente esse termo, mas que não se resume a uma “sintaxe universal”, conforme excerto supracitado. Trata-se, antes, de outro universal: o da subjetividade na linguagem, marcada por um *lugar*, uma *posição*, na linguagem, facultado pela categoria dos pronomes, que permite ao falante o exercício da língua em um tempo e espaço específicos. Enquanto a perspectiva gerativa é uma formalização abstrata que opera exclusivamente sob a concepção de língua como sistema – de caráter imanentista, portanto – a língua de Benveniste é sempre uma língua-discurso, o que não cabia em nenhuma outra visada teórica vigente até então, concedendo-lhe a “paternidade” dessa nova forma de consideração do objeto.

4 A particularidade da linguística (geral) de Benveniste

Antes de nos debruçarmos sobre o caráter generalista da linguística benvenisteana, nosso propósito último aqui, é necessário entender em que medida suas proposições foram subversivas à linguística praticada à sua época. Até aqui, tratamos de evidenciar que o sírio operou, ao menos em um primeiro momento, na esteira direta dos trabalhos saussurianos, inclusive

por sua ligação com Antoine Meillet. A trajetória acadêmica de Benveniste¹⁰ – atestada por suas publicações – mostra algo análogo à de Saussure: o início na gramática comparada dá, paulatinamente, lugar a um interesse pela linguagem em seu caráter mais geral. Sabemos que, para Saussure, isso ocorre a contragosto: ele nunca deixou de manifestar seu profundo descontentamento¹¹ com a cátedra de Linguística Geral e com as ideias que perseguia, uma frustração marcada pela dificuldade de abordagem desse objeto. Para Benveniste, ao contrário – que, é bem verdade, não precisou “desbravar o terreno” como Saussure – a linguística geral se apresentava de uma forma que, por razões diferentes ao mestre genebrino, também lhe causavam certo descontentamento. São inúmeras as passagens, mesmo se nos ativermos apenas às seções *Transformações da linguística*, em que Benveniste menciona aspectos sobre a linguagem que ainda não haviam sido abordados e que se colocavam como grande problema para o linguista. Citemos apenas um trecho que ilustra esse descontentamento:

(...) admite-se, por princípio, que a análise linguística, para ser científica, deve abster-se da significação e prender-se unicamente à definição e à distribuição dos elementos. As condições de rigor impostas ao processo exigem que se elimine esse elemento inapreensível, subjetivo, impossível de classificar, que é a significação ou o sentido. (...) é de temer-se que, se esse método deve generalizar-se, a linguística não possa jamais reunir-se a nenhuma das outras ciências do homem nem da cultura. A segmentação do enunciado em elementos discretos não leva a uma análise da língua, da mesma forma que uma segmentação do universo físico não leva a uma teoria do mundo físico. Essa maneira de formalizar as partes do enunciado arrisca-se a acabar numa nova atomização da língua (...). (Benveniste, 1995, p. 13)

A inovação benvenisteana reside, portanto, na consideração da língua para além de seu aspecto meramente formal, já advertido como um aforismo: o emprego da língua é diferente do emprego das formas, conforme postula em *O aparelho formal da enunciação* (Benveniste, 1989). Suas teorizações sobre os níveis da análise linguística, os universos semiótico e semântico de significação, as noções gêmeas de forma e de sentido, os aparelhos formais da língua e da enunciação, todas, em conjunto e cada uma a seu modo, ilustram o afastamento de Benveniste em relação a uma linguística que desconsiderava os problemas do sentido em nome de um ideal científico:

(...) os linguistas que gostariam de garantir para o estudo da linguagem uma conotação científica se voltam de preferência para a matemática, procuram processos de transcrição mais que um método axiomático, cedem um tanto facilmente à atração de certas técnicas modernas, como a teoria cibernetica ou a da informação. Uma tarefa mais produtiva consistiria em refletir nos meios de aplicar em linguística certas operações da lógica simbólica. O lógico perscruta as condições de verdade às quais devem satisfazer os enunciados nos quais a ciência se fundamenta. Recusa a linguagem “ordinária” como equívoca, incerta, flutuante, e quer forjar para si uma língua inteiramente simbólica. Mas o objeto do linguista é precisamente esta “linguagem ordinária” que ele toma como dado e cuja estrutura inteira explora. (Benveniste, 1995, p. 14-15)

¹⁰ Para saber mais sobre sua trajetória acadêmica, é elucidativo ler sua *Biobibliografia*, escrita por Georges Redard, e reproduzida como anexo no livro *Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)* (Benveniste, 2014).

¹¹ Dá testemunho disso a célebre carta que envia a ninguém menos do que Antoine Meillet, afirmando estar “muito desgostoso com tudo isso e com a dificuldade que há, em geral, em escrever sequer dez linhas tendo o senso comum em matéria de fatos de linguagem” (Saussure, 1964, p. 95), conforme citado em Flores (2023).

Essa consideração da “linguagem ordinária” no escopo dos estudos linguísticos faz com que Benveniste passe a considerar algo que era uma excrescência para a linguística de seu tempo: a própria enunciação. Ou, para usar uma formulação mais clara, Benveniste, ao criticar o fazer científico da linguística de então, calcado em uma visão naturalista de ciência (Milner, 2021), da qual algumas vertentes dos estudos da linguagem queriam se aproximar, reivindica operar com o que excedia esse recorte que mutilava o objeto linguístico, transformando-o em uma segmentação alheia à significação e à língua em uso. E o ponto de convergência do sistema com a língua em uso é propriamente a enunciação: “antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua. Depois da enunciação, a língua é efetuada em uma instância de discurso (...)” (Benveniste, 1989, p. 83). É por isso que Benveniste convoca, para além da análise do sistema, o homem que fala: se “a enunciação se caracteriza por colocar em implicação o *factum loquendi* e o *factum gramaticae*”, então “o ponto de excesso da linguística em relação à ciência articulado por Benveniste é que sua teoria supõe a implicação do *factum loquendi* e do *factum gramaticae*”¹² (Flores, 2022b, p. 18).

A compreensão da linguagem como uma *res unica* permite a Benveniste a elaboração de uma teoria também única, em que tanto a descrição do sistema quanto o fato de que esse sistema é mobilizado por um locutor em um tempo e espaço específicos, em condição inter-subjetiva, são levados em consideração. A linguística de Benveniste não é, portanto, alheia à noção de sistema, tampouco prescinde da análise de línguas específicas, pois “a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre as línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem” (Benveniste, 1995, s/p).

Observe-se que, neste último trecho citado, Benveniste faz referência a “mecanismos gerais”. No entanto, tais mecanismos, cujo entendimento derivaria da análise das línguas empíricas, não respondem ao intuito da gramática comparada, preocupada com uma genealogia linguística, ou mesmo da linguística geral, ancorada nos princípios generalistas de descrição linguística. Os mecanismos gerais de Benveniste respondem ao que, nas línguas, são portadores de significância, ou seja, a como cada língua articula forma e sentido: “Podem-se, pois, conceber muitos tipos de descrição e muitos tipos de formalização, mas todos devem necessariamente supor que o seu objeto, a língua, é dotado de significação, que em vista disso é que é estruturado” (Benveniste, 1995, p. 13).

Qual é a descrição e a formalização de que Benveniste se vale para explorar o elemento significante da língua? Articular, em um primeiro momento, os universos semiótico e semântico de significância e, em um segundo momento, um aparelho formal da língua a um aparelho formal da enunciação (Nunes, 2020). Em outras palavras, articular, como men-

12 Essa nomenclatura advém do trabalho de Jean-Claude Milner (2021), para quem há quatro tipos de fatos relacionados à língua(gem): (1) *Factum loquendi*: “existem seres falantes, que produzem formações lingüísticas. (...) Ele supõe já que se possa distinguir uma produção lingüística de algo que não seja.” (Milner, 2021, p. 47); (2) *Factum linguae*: “o fato de que aquilo que um ser falante fala merece receber o nome de língua, que deverá se distinguir do *factum loquendi*, ou o simples fato de que existam pessoas que falam” (p. 50); (3) *Factum linguarum*: “que [as línguas] sejam diversas, mas sempre formando uma classe homogênea” (p. 50); (4) *Factum gramaticae*: “o fato de que as línguas sejam passíveis de descrição em termos de propriedades. (...) supõe a possibilidade de atribuir propriedades a uma formação lingüística sem levar em consideração nem quem a profere, nem seu eventual destinatário, nem as circunstâncias do proferimento. Resulta disso certas propriedades que serão externas às circunstâncias, ou seja, serão constantes” (p. 51).

cionado anteriormente, o fato gramatical ao *factum loquendi*. O interessante, porém, é que Benveniste faz uso de suas extensas descrições de fatos gramaticais, nas mais diversas línguas, para subsidiar suas investigações sobre o *factum loquendi*. É o que atesta, por exemplo, a teorização que faz sobre os pronomes, que respondem não por formas linguísticas, mas por posições na linguagem; ou, ainda, o que permite que suas análises sobre léxico ou estruturas linguísticas (que compõem, inclusive, seções específicas de seus *Problemas*) possam ser tomadas em relação com aspectos gerais da cultura, da história, da psicologia. A interlocução de Benveniste, portanto, com outros campos do saber não é fortuita: ele mesmo já anuncjava sua preocupação com uma abertura da linguística às “ciências do homem”, talvez até mesmo como um objetivo de sua própria teorização:

Eume utilizo do desenvolvimento de todas as ciências que seguem na mesma direção. Durante muito tempo a única companhia da linguística era a filologia. Agora vemos todo o conjunto das ciências humanas se desenvolver, formar-se toda uma grande antropologia (no sentido de “ciência geral do homem”). (Benveniste, 1989, p. 38)

Se é verdade que o *factum loquendi*, que conduziria a uma linguística mais afinada ao grande campo das ciências humanas, estava no horizonte de Benveniste, pode-se pensar que essa forma de proceder leva a cabo, de maneira muito singular, a proposição saussuriana de estudo da língua como um aspecto particular da semiologia e desta como uma faceta da psicologia geral, entendida não como terapêutica, mas como ciência que investiga o pensamento (ou o espírito, para usar seu termo) e a simbolização próprias do ser humano, isto é, seus processos cognitivos como um todo. Essa linha de raciocínio permite explicar o porquê de Benveniste acentuar, em passagens como as reproduzidas anteriormente neste texto, a necessidade de abordagem não apenas das *formas*, mas da *função* da linguagem. Contudo, como se sabe, a grande função a que Benveniste se refere, sublinhada no excerto a seguir, não é, digamos, muito científica:

Antes de qualquer coisa, a linguagem significa, tal é seu caráter primordial, sua vocação original que transcende e explica todas as funções que ela assegura no meio humano. Quais são essas funções? Tentemos enumerá-las? Elas são tão diversas e tão numerosas que enumerá-las levaria a citar todas as atividades de fala, de pensamento, de ação, todas as realizações individuais e coletivas que estão ligadas ao exercício do discurso: para resumi-las em uma palavra, eu diria que, bem antes de servir para comunicar, a linguagem serve para viver. (1989, p. 222 – itálico no original; sublinhado acrescido)

“Servir para viver” certamente não diz muito sobre *como* a linguagem significa. É por isso que a investigação sobre essa grande função acaba de desdobrando, em Benveniste, em outros termos. Sua ideia de função é apresentada, textualmente, seguida de diferentes especificações: “função de simbolizar” (Benveniste, 1995, p. 26); “função organizadora” (Benveniste, 1995, p. 30); “função cultural” (Benveniste, 1989, p. 24); além de sintagmas como “grandes funções sintáticas” (Benveniste, 1989, p. 86). Isso nos leva a crer, portanto, tal como defende Nunes (2023), que há, para Benveniste, uma função básica, que comanda todas as outras: a função significante. Benveniste nunca perde de vista esse aspecto: a língua significa, tal é seu caráter

primordial. E, para tanto, o falante tem a seu dispor “um aparelho de funções” (Benveniste, 1989, p. 86), que engloba todas as anteriormente citadas e outras que não inventariamos.

Além disso, não podemos esquecer que a maneira como Benveniste concebe a enunciação – como o colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização – já apresenta os termos pelos quais entende função. Colocar em funcionamento é desempenhar função. O radical da palavra não deixa dúvidas. É, portanto, verdade, até mesmo em termos etimológicos, que a enunciação coloca a língua para funcionar. Ou seja, o fato de que há um sujeito que fala (*factum loquendi*) e que, para tanto, se apropria de um aparelho de formas (*factum grammaticae*) é a articulação necessária, embora aparentemente banal, que faz com que a linguagem humana *funcione*. É por isso, pensamos, que Flores (2022b) defende que “[a] enunciação mostra que há na linguagem grandes funções nas quais o homem se situa ao falar uma língua. A palavra-chave aqui é função. Nesse sentido, a enunciação é o puro ter lugar das funções do homem na língua e na linguagem” (p. 19).

É, assim, a partir da ideia de função, que desenvolvemos o argumento de que a linguística de Benveniste é uma linguística geral, ainda que de tipo específico. Do exposto até aqui, podemos atestar que Benveniste era avesso à ideia de atomização dos estudos linguísticos, quer seja pela análise exclusiva de elementos linguísticos discretos, quer seja, em derivação disso, pelo fechamento da linguística às ciências congêneres. Ele também não perde de vista o fato de que há algo que se pode chamar de “o grande problema da linguagem, que se formula nos principais temas tratados [nos artigos compilados nos *Problemas*]: encaram-se as relações entre o biológico e o cultural, entre a subjetividade e a socialidade, entre o signo e o objeto, entre o símbolo e o pensamento, e também os problemas da análise intralingüística” (Benveniste, 1995, s/p). Se essa leitura estiver correta, podemos postular, então, que Benveniste acede a uma linguística geral por meio de dois aspectos: primeiramente, pela abertura disciplinar facultada por teorizações que partem da lógica do “problema”, conforme analisou Dessons (2006):

Pensar refere-se à atividade intelectual que se define como a invenção simultânea de um objeto (de pensamento) e de uma maneira. (...) Para Benveniste, a arte de pensar é, antes de tudo, a arte do problema. (...) A ideia é, acima de tudo, que os trabalhos apresentados não constituem construções de conhecimento, mas atos de investigação em um domínio onde a linguagem não é uma positividade a ser conhecida de uma vez por todas, mas uma ‘problemática’ a ser formulada indefidamente, e de maneira nova a cada vez.¹³ Portanto, é como problemas que os objetos da linguística são tratados (...). A questão, se é um problema, não é mais apenas uma interrogação, é - *quaestio* - uma pesquisa (p. 10-12 – tradução nossa).

Em segundo lugar, pela elaboração de uma teoria da enunciação, que permite a articulação da linguística até então realizada, centrada nos aspectos imanentes da língua, com uma linguística das grandes funções do homem na língua e na linguagem (Flores, 2020). Dito de outra forma, tanto a noção de problema como a noção de enunciação, entendida como um colocar a língua em funcionamento, são os elementos unificadores na obra de Benveniste, que fazem com que ele afirme que “[s]e os apresentamos [os estudos compilados nos dois volumes]

¹³ Sublinhe-se a relevância dessa ideia de reformulação indefinida do problema para a noção de programa de linguística geral defendida neste texto.

sob a denominação de problemas isso se deve ao fato de trazerem em conjunto, e cada um em particular, uma contribuição ao grande problema da linguagem" (Benveniste, 1995, s/p.).

O leitor com maior trajetória e familiaridade nos estudos benvenisteanos poderia se perguntar, como faz Flores (2020), sobre como textos que aparentam ser tão díspares entre si e que foram sujeitos a leituras tão diversas apresentam algum tipo de unidade. Decerto, a resposta para essa questão pelo viés do problema é muito convidativa, tendo em vista que o próprio Benveniste, no prefácio do *Problemas I*, já deixa claro que se trata de uma "contribuição ao grande problema da linguagem". No entanto, o entendimento da enunciação como elemento unificador não parece ter a mesma transparência, considerando, sobretudo, que o sírio começa seus estudos não na linguística geral, mas na gramática comparada.

Ora, são inúmeras as instâncias em que Benveniste articula o particular das línguas com o universal da linguagem, tal como investigou detidamente Flores (2019). Aqui mesmo já fizemos referência a algumas dessas passagens. Seria de se perguntar, então, em que medida a incursão de Benveniste nos estudos de diferentes línguas, algo que ele fez tão bem e com tanta perspicácia – como atestam suas primeiras grandes publicações, as quais versavam sobre aspectos do indo-europeu –, permitiu-lhe chegar a generalizações que, em nossa hipótese, nos autorizam a encaminhar a conclusão de que se trata, na verdade, de uma linguística geral. Dito de outra forma, se "as particularidades de uma língua não podem ser alcançadas a propriedades universais" (Flores, 2020, p. 585), qual o lugar das descrições de línguas em Benveniste? Em particular, qual sua contribuição para uma teoria geral da linguagem? Flores (2020) se encarrega de responder: "a análise das línguas tem, para o linguista, a importância de dar a ver o que é próprio de cada língua: sua configuração gramatical, suas categorias, suas noções, enfim, seu modo de ser" (p. 586), ao que acrescenta: "sua abordagem das línguas permite-lhe colocá-las em um lugar epistemológico, no interior de sua teoria da linguagem, que evoca grandes questões transversais à linguística" (p. 587)

Essas "grandes questões transversais à linguística" foram reclamadas por Flores (2019) pela mesma ótica do problema de Benveniste. Em uma espécie de brincadeira com o título da compilação de artigos do sírio, Flores (2019) postula que há também problemas gerais de linguística, ou seja, "independentemente da perspectiva assumida, há problemas com os quais toda e qualquer linguística em algum momento tem de se haver. São temas que dizem respeito ao fazer do linguista, e dele se espera algum posicionamento (p. 331). Ora, na articulação desses dois raciocínios, tem-se que o estudo das línguas em Benveniste conduz o autor, ao mesmo tempo, a *problemas de linguística geral*, posto que o fazem se interrogar sobre o próprio objeto e método de análise daquilo com que se depara, e a *problemas gerais de linguística* (ou de linguagem), uma vez que se depara com aspectos que, estando presentes em todas as línguas, dizem respeito à linguagem em seu caráter geral. E o que Benveniste descobre que é, a um só tempo, problema geral de linguística e problema de linguística geral? Precisamente a enunciação, que convoca um remanejamento do objeto e da teoria para dar conta do sujeito que fala, ao mesmo tempo em que abre a linguística para um projeto maior e mais audacioso, qual seja, o da interlocução com outras ciências humanas. Se a enunciação diz respeito à colocação, em ato, da língua em funcionamento, se ela é o próprio ter lugar das grandes funções da linguagem (Flores, 2020) e se tudo isso diz respeito à linguagem, não a línguas específicas, então a enunciação, em Benveniste, tem caráter generalista, ainda que sua linguística geral seja diferente daquela praticada até então. A enunciação é, pois, a via régia de entrada que Benveniste toma para aceder à linguística geral, inaugurando uma nova perspectiva de generalidade para

o campo. A enunciação é, portanto, um critério tanto metodológico quanto epistemológico em Benveniste: metodológico porque suas análises, dos mais variados fenômenos, nas mais diversas línguas, nunca perdem de vista o caráter enunciativo, ou seja, são sempre análises da imbricação entre forma e sentido num funcionamento linguístico particular, mas freqüentemente com alcances antropológicos, como ilustra, entre muitos outros exemplos, sua teorização sobre a subjetividade na linguagem no texto *homônimo*; e epistemológico porque a enunciação articula, no trabalho do sírio – na leitura que dele fazemos, ao menos – problemas de linguística geral com problemas gerais de linguística, em uma espécie de resposta, *em ato*, ao que Benveniste criticava nas teorias vigentes em sua época. A enunciação é sua forma específica de conhecer, de estudar a linguagem, de acessá-la por meio das línguas que lhe dão testemunho. É tempo, pois, de tentar entender melhor o que há de geral em sua linguística.

5 O que há de geral na linguística de Benveniste?

Colombat, Fournier e Puech, em seu livro *Uma história das ideias linguísticas*, afirmam que podemos entender “geral”, no sintagma “linguística geral”, de pelo menos três formas diferentes ao longo da evolução das ciências da linguagem. Em um primeiro momento, compreendido entre o final do século 19 e início do 20, marcado sobretudo pelas investigações saussurianas, o “geral” dizia respeito “aos princípios gerais de uma descrição das línguas, quer dizer, [à] unidade geral, articulada, sistemática, dos princípios que permitem descrevê-los em sua própria diversidade e em seu parentesco” (Colombat, Fournier, Puech, 2017, p. 234-235). Mas é precisamente o estudo da gramática comparada, a que Benveniste também se filiou, que surge, na virada do século, um segundo entendimento, em que a linguística geral se torna “inseparável do ponto de vista histórico sobre as línguas” (p. 235), como preconiza Meillet: “[a] nova linguística geral, fundada sobre o estudo preciso e detalhado de todas as línguas em todos os períodos de seu desenvolvimento” (p. 235). A ideia de generalidade aqui se confunde com exaustividade, preceito que já estava, sem dúvidas, também presente no *Curso de Linguística Geral*, em que lemos que a tarefa da linguística será a de, entre outras coisas, “fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger” (p. 13). Isso significava, na concepção de Saussure, “fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família” (p. 13). Depreende-se daí o lugar cativo que a genealogia linguística teve em uma primeira concepção de linguística geral.

O “geral”, portanto, nesse momento que antecede os estudos benvenisteanos, responde tanto a uma interrogação sobre método e objeto – que pautou o que se convencionou chamar de linguística geral – quanto a uma questão de exploração tão abrangente quanto possível (critério de exaustividade). Essa mudança de entendimento é expressa por Colombat, Fournier e Puech (2017) como a passagem de uma linguística comprometida com os princípios fundamentais de uma descrição linguística para uma interessada por uma “generalização tendencial dos resultados das linguísticas particulares”, cujo “destino se confunde, sem dúvida, com aquele de uma antropologia geral em transformação e progressos perpétuos” (2017, p. 235).

Essa mudança de perspectiva já seria suficiente para encaminharmos o entendimento de Benveniste sobre o lugar da linguística (geral) em relação a outras ciências humanas, pela abertura a uma antropologia geral. No texto de 1954 que citamos anteriormente, ele anunciaava de forma programática: “somos tentados a pensar que as discussões sobre as questões

de método em linguística poderiam ser apenas o prelúdio de uma revisão que englobaria, finalmente, todas as ciências do homem" (Benveniste, 1995, p. 4).

Observe-se que, até 1954, Benveniste ainda não havia feito importantes avanços teóricos que seriam fundamentais no desenvolvimento de sua teoria. Noções como níveis de análise linguística, semiótico e semântico, forma e sentido, semiologia da língua, aparelho formal da enunciação, desenvolvidas na década seguinte, período de maior maturidade teórica do sírio, são apenas esparsamente esboçadas em textos anteriores e não ganham maior profundidade até a segunda metade da década de 60. Entretanto, é inquestionável que tais desenvolvimentos tinham em vista uma ciência mais geral, não da língua, mas do homem, como ele cita em texto de 1963. Mesmo antes, ainda no texto de 1954, Benveniste já antecipa o alcance que essa pesquisa pode vir a ter:

Finalmente, e aqui tocamos as *questões cujo alcance ultrapassa a linguística*, percebe-se que as 'categorias mentais' e as 'leis do pensamento' não fazem, em grande parte, senão refletir a organização e a distribuição das categorias linguísticas. Pensamos um universo que a nossa língua, em primeiro lugar, modelou. As modalidades da experiência filosófica ou espiritual estão sob a dependência inconsciente de uma classificação que a língua opera pelo simples fato de ser língua e de simbolizar. Eis aí alguns dos temas revelados por uma reflexão familiarizada com a diversidade dos tipos linguísticos. (Benveniste, 1995, p. 7 – ênfase acrescida)

Essa compreensão da linguística como parte de um conjunto maior é consoante com a perspectiva de Colombat, Fournier e Puech (2017), para quem a nova conjuntura cultural e teórica do século 20 permitiu que os estudos linguísticos "resulta[ssem] menos de uma dinâmica interna das ciências da linguagem" (p. 235), e mais de uma "redistribuição das questões de pensamento entre as disciplinas que definem ou redefinem seu objeto" (p. 236)

Nessa nova forma de fazer ciência, mais *interdisciplinarmente regulada*, para usar a expressão dos autores, "o linguista não está excluído, mas ele participa em seu lugar – aquele do expert ao lado de outros experts – para a construção de um campo, diferenciado, mas homogêneo, em que os fatos de linguagem podem encontrar seu sentido geral somente na confluência de muitas disciplinas" (p. 237). Esse lugar, o de expert, parece ser justamente o de Benveniste.

Percebe-se, assim, que o "geral" naquilo que estamos propondo – de considerar a linguística da enunciação de Benveniste como uma via régia de construção de uma linguística geral – parece recobrir, a um só tempo, mas de formas específicas, todos os conceitos de "geral" arrolados por Colombat, Fournier e Puech. Benveniste elabora uma linguística sempre preocupada com seu objeto e seu método (primeira perspectiva de generalidade). O fato de não encontrarmos em sua obra um quadro metodológico definido, aplicável a todos os fenômenos linguísticos que se quisesse abordar pelo prisma da enunciação, já é sintomático de que o sírio não pensa em uma generalidade de método (lembremos da passagem de Dessons reproduzida anteriormente), uma vez que seu objeto passa a ser a linguagem, esse objeto multifacetado. Como já nos advertia Saussure, a heterogeneidade, o caráter heteróclito do objeto linguagem demanda diferentes métodos, a depender do ponto de vista. Benveniste leva isso ao extremo ao apresentar textos em que seu objeto específico (e, portanto, sua forma de proceder) se modificam, mas nunca perdem de vista o princípio da significação e da linguagem como objeto último.

Numa segunda acepção de generalidade, temos também um Benveniste importado com a exaustividade. Sua longa lista de trabalhos que vão desde a descrição de línguas antigas,

passando por línguas ameríndias (uma novidade para a época) e culminando em comparações linguísticas sofisticadas demonstram não só a grande erudição do mestre, mas também sua preocupação com o fato de “(...) os problemas infinitamente diversos das línguas têm em comum o fato de que, *a um certo grau de generalidade*, põem sempre em questão a linguagem” (Benveniste, 1995, p. 20 – grifo acrescido). Salta aos olhos que, como já citado anteriormente, Benveniste concebe cada língua, em sua particularidade, como um problema (no sentido esboçado por Dessons) para a linguística. Ao mesmo tempo, e não à toa, concebe que essa via do problema é que levará, com um certo grau de *generalidade*, a uma questão maior de linguagem, seu objeto último.

Em terceiro lugar, os estudos de Benveniste, sobretudo os da década de 60, quando abre diálogo com filósofos em *A forma e o sentido da linguagem*; quando se indaga sobre os aspectos psíquicos e linguísticos do tempo em *A linguagem e a experiência humana*; ou quando pensa a linguagem humana em suas particularidades frente a outros sistemas de signos em *Semiologia da língua*; ou, ainda, quando fecha seu *O aparelho formal da enunciação* afirmando que “amplas perspectivas se abrem para a análise das formas complexas do discurso, a partir do quadro formal esboçado aqui” (1989, p. 90), mostram, cada um em sua particularidade, suas contribuições não apenas para a linguística, mas para sua articulação com uma teoria geral da linguagem, que se confunde com uma teoria geral do homem. Essa abertura só é possível, como o próprio Benveniste testemunha, à medida que a linguística ganha a companhia de outras ciências que não apenas a filologia (ver citação reproduzida anteriormente). Porém, ela também o conduz a um impasse.

6 A aporia da linguística geral de Benveniste

Em texto recente, Flores (2022b) discorre sobre o que chama, tomando emprestado um termo do filósofo Giorgio Agamben, de “aporia da enunciação”. Tomamos igualmente emprestada essa ideia para desenvolver uma perspectiva de aporia ligada à linguística geral de Benveniste, nos moldes que tentamos esboçar aqui.

Colombat, Fournier e Puech (2017), ao constatarem que há diferentes formas de se entender o “geral” em “linguística geral”, fazem uma observação de importância capital para pensarmos a linguística da enunciação de Benveniste como uma linguística geral. Afirmam os autores que “a generalidade não é um dado, mas uma construção” (p. 240). A pergunta que se impõe, portanto, é como Benveniste veio a construir sua teoria geral da linguagem. Os referidos autores ainda especulam o que seria uma linguística geral hoje:

Que seria uma ciência da ‘língua’? Sem o conhecimento da diversidade das línguas? Uma ciência da linguagem fundada sobre a universalidade das operações do pensamento sem consideração das particularidades dos sistemas linguísticos que tornam possível seu exercício? Uma ciência das línguas sem a consideração da variação infinita dos atos concretos de fala e de suas condições de realização efetiva? (p. 240)

Do exposto até aqui, podemos depreender que Benveniste não elabora sua “ciência da língua” por meio de alguma das formas aventadas pelos teóricos. Como vimos, a diversidade das línguas é um ponto fulcral para o sírio, tanto que se apresenta como uma forma

de entrada nesse objeto mais vasto e heterogêneo chamado de “linguagem”. Além disso, Benveniste não considera que haja “universalidade das operações de pensamento”, uma vez que este sempre depende do “quadro da língua” assumido pelo falante: “As modalidades da experiência filosófica ou espiritual estão sob a dependência inconsciente de uma classificação que a língua opera” (Benveniste, 1995, p. 7). Também é evidente que Benveniste considera firmemente a “variação infinita dos atos concretos de fala e de suas condições efetivas”. Sua teoria enunciativa é exatamente a consideração máxima desses aspectos.

Como, então, Benveniste constrói sua linguística geral? Por meio de uma outra generalização, que diz respeito àquilo que há de universal no particular (Flores, 2019; 2020). É geral, quer dizer, universal, em Benveniste, que as línguas testemunhem pela linguagem. É geral que um falante se aproprie do quadro formal de um dado idioma e se enuncie por meio de uma língua. É geral que um sujeito mobilize a língua em suas grandes funções: a de simbolizar, a de organizar, a de significar. É por essa imbricação entre linguagem e sujeito falante que, ao final, a linguística de Benveniste só se torna geral porque permite generalizações não no nível do sistema linguístico, o que, como vimos, não se sustentam, mas no nível da enunciação, ou seja, no fato de que há ser humano que fala uma dada língua. É por essa razão que tentamos defender aqui que a enunciação funciona, na teoria de Benveniste, como uma via de acesso que leva a uma linguística geral. Não podemos perder de vista, contudo, que essa linguística geral lhe é específica. Benveniste menciona mais de uma vez sua trajetória singular. Quando perguntado se sua linguística é um projeto de longa data ou sempre um recomeço, responde: “Há as duas coisas. Há evidentemente um certo número de interrogações que lhe acompanham durante toda sua existência, mas, de qualquer forma, talvez seja inevitável na medida em que se tem *uma ótica própria*” (Benveniste, 1989, p. 38 – grifo acrescido).

De forma análoga, em texto produzido apenas três anos após essa resposta, encontramos uma observação de Benveniste que parece concluir bem o raciocínio empreendido aqui. Ao apresentar-se frente a uma plateia de filósofos para discutir um assunto que parece interessar muito mais a eles do que aos linguistas, Benveniste adverte:

(...) abordo o tema como linguista e não como filósofo. No entanto, é necessário ver que não trago aqui qualquer coisa como o ponto de vista dos linguistas; *um tal ponto de vista que seja comum ao conjunto ou ao menos a uma maioria de linguistas não existe*. Não só não há entre os linguistas uma doutrina reconhecida nesta matéria, mas constata-se entre muitos deles uma aversão a tais problemas e uma tendência a deixá-los de fora da linguística. (p. 221 – ênfase acrescida)

O depoimento pessoal de Benveniste, se podemos chamar assim, evidencia aquilo que Colombat, Fournier e Puech (2017) sintetizam: “a generalidade pode ser, ao mesmo tempo, um ponto de consenso e o lugar de todos os mal-entendidos” (p. 234). Ou, ainda, aquilo que Claudine Normand sustentava: “não se pode fazer a história da linguística geral como se faz a da gramática geral ou da gramática comparada, pois esse termo remete menos a uma totalidade empírica (...) do que à formulação de uma ideia” (Normand, 2000, p. 443 apud Flores; Othero, 2023a, p. 106). É por isso que Benveniste, tal como faz no texto de 1963, frisa três anos depois: “Quem fala aqui o faz em seu nome pessoal e propõe pontos de vista que lhe são próprios” (1989, p. 221). É exatamente dessa forma que procuramos entender a linguística geral aqui: não como um conjunto teórico marcado pela homogeneidade, mas como uma *intenção de generalidade* em seu alcance, pois a linguística geral de Benveniste é a linguística

do particular e do irrepetível. No caso desse linguista, especificamente, esperamos não só ter deixado claro em que termos pensamos essa generalidade, mas, sobretudo, porque a encaramos como um ponto de vista particular. A linguística geral de Benveniste, possibilitada pela sua teorização sobre a enunciação, é seu ponto de vista particular sobre a linguagem, mas nem por isso menos geral. Eis aí sua aporia.

Referências

BENVENISTE, É. Últimas aulas no *Collège de France* (1968 e 1969). Trad. de Daniel Costa da Silva et al. 1^a ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989 [1970], p. 81-90.

BENVENISTE, É. Semiologia da língua. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989 [1969], p. 43-67.

BENVENISTE, É. Estruturalismo e linguístico. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989 [1968a], p. 11-28.

BENVENISTE, É. Esta linguagem que faz a história. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989 [1968b], p. 29-40.

BENVENISTE, É. A forma e o sentido na linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1989 [1966/1967], p. 220-242.

BENVENISTE, É. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1995 [1963a], p. 19-33.

BENVENISTE, É. Tendências recentes em linguística geral. In: BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 1995 [1954], p. 3-18.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral I*. São Paulo: Pontes, 1995.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. São Paulo: Pontes, 1989.

CHOMSKY, N. *Topics in the theory of generative grammar*. 2^a ed. Paris: Mouton, 1969.

CHOSMKY, N. *Cartesian linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper & Row, 1966.

CHOMSKY, N. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

CULIOLI, A. La linguistique: de l'empirique au formel. In: CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 2000.

DESSONS, G. Émile Benveniste: l'invention du discours. Paris: Éditions In Press, 2006

FLORES, V. do N. *A linguística geral de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Contexto, 2023.

FLORES, V do N. A linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem. *Revista Humanidades e Inovação*. Palmas, v.9, n. 4, 2022a. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidade-seinovacao/article/view/7139>. Acesso em: 06 abr. 2025.

FLORES, V do N. A aporia da enunciação. In: ROSÁRIO, H. M.; HOFF, S. L.; FLORES, V do N. *Leituras de Émile Benveniste*. Porto Alegre: Zouk, 2022b. p. 12-20

FLORES, V do N. O universal e o particular na linguística geral de Benveniste. *Revista Linguagem & Ensino*. Pelotas, v. 23, n. 3, 2020. DOI: <https://doi.org/10.15210/rle.v23i3.17787>

FLORES, V. do N. *Problemas gerais de linguística*. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

FLORES, V. do N. O que há para ultrapassar na noção saussuriana de signo? De Saussure a Benveniste. *Gragoatá*, Niterói, v. 22, p. 1005-1026, 2017. DOI:10.22409/gragoata.2017n44a969

FLORES, V. do N.; OTHERO, G. de A. Linguística Geral. In: OTHERO, G. de A.; FLORES, V. do N. *A linguística hoje: historicidade e generalidade*. São Paulo: Contexto, 2023a. p. 105-119

FLORES, V. do N.; OTHERO, G. de A. Várias linguísticas, *uma epistemologia da linguística*. In: OTHERO, G. de A.; FLORES, V. do N. *A linguística hoje: múltiplos domínios*. São Paulo: Contexto, 2023b. p. 7-17

FLORES, V. N.; NUNES, P. A. Lingüística da Enunciação: uma herança saussuriana? *Organon*, Porto Alegre, v.21, p.199-209, 2007. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-8915.39592>

MILNER, J-C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

OTHERO, G. de A. Linguística gerativa. In: OTHERO, G. de A.; FLORES, V. do N. *A linguística hoje: historicidade e generalidade*. São Paulo: Contexto, 2023. p. 121-129.

NORMAND, C. La question d'une science générale. In : AUROUX, S. *Histoire des idées linguistiques – Tome 3 : L'hégémonie du comparatisme*. Liège : Pierre Mardaga, 2000.

NUNES, P. A. A passagem de infans a falante e a hipótese da aquisição de uma função significante. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 33, p. 125-140, 2023. DOI:10.5902/2176148584389

NUNES, P. A. Dos universos aos aparelhos: transformações da teorização benvenisteana. In: OLIVEIRA, G.F.; ARESI, F. (orgs.) *O universo benvenisteano: enunciação, sociedade, semiologia*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p.46-74.

NUNES, P. A. Émile Benveniste, leitor de Saussure. *Cadernos do IL*, Porto Alegre, v. 42, p. 51-63, 2012.

TOLDO, C; FLORES, V. do N. *Guia conceitual da linguística de Benveniste*. São Paulo: Editora Contexto, 2025.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27^a ed. São Paulo, Cultrix, 2006.

Jakobson, um linguista da enunciação, mas de qual enunciação estamos falando? Uma investigação em linguística geral

*Jakobson, an enunciative linguist, but what enunciation are
we talking about? an investigation in General Linguistics*

Isabela Barbosa do Rêgo Barros

Universidade Católica de Pernambuco
(UNICAP) | Recife | PB | BR
isabela.barros@unicap.br
<https://orcid.org/0000-0002-0123-7670>

Silvana Silva

Universidade Federal do Rio Grande do
Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
ssilvana2011@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4069-580X>

Resumo: Este trabalho aborda os construtos teóricos de Jakobson alinhados a uma linguística geral, evidenciando a aproximação entre o linguista da comunicação e a linguística da enunciação. O corpus de análise é composto por textos da edição brasileira da obra *Linguística e Comunicação* e o texto *Les embrayeurs*, que está no volume I da obra *Essais de Linguistique Générale*. A leitura dos textos delineia o pensamento jakobsoniano entre enunciação e comunicação e, ao final, constata que não há um critério cronológico entre as publicações que assegure a passagem de uma concepção comunicativa ou funcionalista de linguagem para uma concepção enunciativa, mas que os temas se encontram dispostos no interior e entre os textos. As evidências encontradas demonstram que Jakobson propõe uma linguística geral ao revelar uma interlocução contínua e crítica com outros campos do saber, ao trazer conceitos operadores gerais para explicar problemas práticos de linguagem e ao fazer da linguística uma ciência da significação. Aliás, é o tema da significação, transversal a todos os textos analisados, que coloca em perspectiva comunicação e enunciação e marca o lugar de Roman Jakobson entre os principais linguistas do século XX.

Palavras-chave: Linguística geral; Roman Jakobson; enunciação; comunicação.

Abstract: This paper addresses Jakobson's theoretical postulations aligned with general linguistics, highlighting the approximation between a linguist interested in the communication process and the linguistics of enunciation. The corpus of analysis is composed of



texts from the Brazilian edition of the work *Linguistics and Communication* and the text *Les embrayeurs*, which is in volume I of the work *Essais de Linguistique Générale*. The reading of the texts outlines Jakobson's thinking between enunciation and communication and, in the end, it is found that there is no chronological transition from a communicative or functionalist conception of language to an enunciative conception; these themes are interspersed within and among his texts. Our study demonstrates that Jakobson proposes a general linguistics by revealing a continuous and critical interlocution with other fields of knowledge, by bringing general operator concepts to explain practical problems of language and by making linguistics a science of meaning. In fact, it is the theme of meaning, found in all the texts analyzed, that puts communication and enunciation into perspective and marks Roman Jakobson's place among the main linguists of the 20th century.

Keywords: general linguistics; Roman Jakobson; enunciation; communication.

1 Introdução

É muito comum encontrarmos em livros ou manuais de linguística a associação do nome de Jakobson ao chamado campo dos estudos enunciativos, de maneira geral, ou mesmo à linguística da enunciação de forma particular. Este é o caso de Flores e Teixeira (2005) e de Flores *et. al.* (2009), apenas para citar algumas obras.¹ O primeiro denomina Jakobson como “o linguista da comunicação” (Flores; Teixeira, 2005, p.21). O segundo, dividindo os autores do campo enunciativo entre aqueles que produzem um modelo de análise e aqueles que não o fazem, coloca Jakobson nesse segundo lugar, a saber, o de apresentar “propostas teórico-metodológicas de análise enunciativa explicitamente elaboradas.” (Flores *et. al.* 2009, p. 15). A nosso ver, considerar Jakobson duplamente como um linguista vinculado a uma suposta área conexa ou interdisciplinar – a comunicação – e ao mesmo tempo dizer que ele faz parte de um grupo de linguistas com proposta metodológica é, para dizer, o mínimo, paradoxal. A tese que defendemos nesse artigo é que Jakobson propõe uma linguística geral de envergadura comparável à de grandes linguistas como Ferdinand de Saussure² e Émile Benveniste.³

¹ Da mesma forma, em uma obra mais antiga, a de Brait (2001) encontramos a referência a Jakobson como um autor que contribui para os estudos enunciativos.

² A tese de que Saussure propôs uma “linguística geral” está em Flores (2023).

³ A consideração de que Benveniste elaborou uma “linguística geral” está em Flores (2022).

No entanto, como toda ciência linguística demanda fazer a sua ‘tarefa’ epistemológica, qual seja, rever continuamente seus pressupostos, princípios e afirmações, como nos ensina Saussure, pensamos ser o momento de olhar com mais atenção para este linguista, dito tão ‘importante’ mas tão ‘esquecido’, apesar de recorrentes afirmações de ser fundamental para o campo dos estudos enunciativos, para o campo de estudos funcionalistas, para a fundação da fonologia, para o campo de estudos semióticos, só para citar alguns. Não pretendemos neste trabalho explicar a razão do esquecimento de Jakobson pela contemporaneidade da Linguística nem adentrar em aspectos historiográficos, ainda que necessários. Nosso objetivo é mais modesto e parte de uma premissa simples: se há associação entre o denominado linguista da comunicação e a linguística da enunciação, qual é esta relação? Há emparelhamento constante ou há pontos de divergência e distanciamentos? Ou mesmo: retomando a leitura de Normand (2009) para os textos de Benveniste, qual seja, a de que “não há em Benveniste uma revolução enunciativa; a busca dos traços de subjetividade nas formas linguísticas está presente desde o início e se teoriza pouco a pouco entre hesitações e afirmações” (p. 161), há também para Jakobson uma paulatina e hesitante teorização da comunicação como enunciação?

Badir (2020) é bastante preciso sobre a dificuldade existente com a palavra ‘enunciação’. Ao empreender uma breve história epistemológica da linguística, o autor questiona o estatuto de ‘enunciação’ tanto como ‘noção’ – como requer Ono (2009) –, já que se poderia pensar nela em outros autores, quanto como ‘conceito’, uma vez que não há estabilidade referencial em Benveniste. Badir (2020) acrescenta ainda que não se pode pensar em ‘enunciação’ nem como *termo*, mas sim como *termo em devir*, quer dizer, um termo que se constrói *a posteriori* por uma comunidade de pesquisadores que atribuem a Benveniste um certo ‘imaginário’ de fundação de uma linguística, em grande medida diferenciada de um estruturalismo e de um gerativismo, já que “Em Benveniste, *enunciação* não encontra um posicionamento claro diante de um termo já estabelecido.” (2020, p. 48). De forma análoga, podemos nos perguntar se o rápido estabelecimento de Jakobson como linguista importante para o campo de estudos enunciativos não se daria em função de um certo ‘contorno’ contextual em torno da palavra ‘comunicação’, uma vez que esta se apresenta como ‘novidade’ em função da chamada e emergente teoria da comunicação?

Muitas são as questões e os enviesamentos epistemológicos e institucionais aí presentes. Neste emaranhado de dúvidas, pensamos que a proposta de Flores (2012) nos ajuda a percorrer esse labirinto. O autor observa a existência de três tipos de usos de “enunciação” nos textos de Benveniste, a saber, uma variação ou *flutuação conceitual*, uma *homonímia terminológica* e uma *sinonímia terminológica*. Tendo em mente essas relações (mas também podendo observar outras), é que procuraremos traçar o percurso teórico-contextual das relações entre *comunicação* e *enunciação*.

Uma palavra final: recentemente, Flores (2023) propõe que a linguística seja concebida como uma epistemologia única (p. 13). O primeiro aspecto ressaltado pelo autor é que esta epistemologia tem como tarefa “dar a conhecer as diferentes possibilidades da passagem do empírico ao formal” (p.14). O segundo aspecto é trazido em Epílogo pelo autor, e mostra que essa assimilação entre ‘epistemologia’ e ‘linguística(s)’ deve ser mais bem compreendida como entende Benveniste: “[...] a linguística geral é a linguística que se interroga sobre si mesma” (p.16). Ora, essa segunda proposição nos mostra que há uma dupla tarefa da epistemologia única: a primeira vinculada a uma *hipótese interna* – para usar os termos de

Ducrot – para a epistemologia, qual seja, ser tarefa disciplinar de ‘cada’ linguística – e uma segunda vinculada a uma *hipótese externa*, qual seja, que a epistemologia pode ser feita por uma *linguística geral* que não tem compromisso direto com ‘teorias’, ‘disciplinas’, ‘compreensões históricas’ do fazer linguístico, mas com uma compreensão de maior envergadura da linguagem e da linguística no seio das ‘ciências humanas’, como aliás quis Saussure (1997,, p. 24). Nesse sentido, nossa proposição de base é que Roman Jakobson – à semelhança de Ducrot, evocado acima – opera também com uma dupla epistemologia: a de uma *linguística particular* que põe em paralelo ‘enunciação’ e ‘comunicação’ e a de uma *linguística geral* em que a ‘comunicação’ tem um estatuto teórico mais elevado que ‘enunciação’.

Além disso, entendemos, com Normand (2000a, p. 447 apud Flores e Othero, 2024), que a tentativa de formulação de uma *linguística geral* passa pela resolução dos seguintes problemas, a saber,

[primeiro] necessidade de esclarecer a relação da linguística com as outras ciências e com a filosofia. Para ser geral, a linguística deve tomar emprestado de outros os complementos ou mesmo o seu quadro teórico? [...], [segundo] necessidade de passar da descrição à explicação unificante, pois a observação dos fatos é muito pouco se somos capazes de fornecer deles a explicação, [terceiro] necessidade de rever os problemas ligados pela tradição gramatical: os resultados obtidos pela descrição minuciosa dos fatos permitiriam retomar, sobre outras bases, as grandes questões das gramáticas gerais? [quarto] necessidade de reintroduzir a significação, no estudo que, por quase um século, se quer estritamente formal, [quinto] necessidade de refletir sobre o método: podemos continuar, quando seguimos os modelos das ciências exatas, a acreditar apenas na observação direta dos fatos e a reduzir a teoria a um conjunto de técnicas? (Flores; Othero, 2024, p. 107).

Ora, procuraremos demonstrar que Roman Jakobson propõe uma *linguística geral* pois se debruça sobre, no mínimo, três dos cinco problemas acima elencados, notadamente o primeiro, pela relação contínua e crítica que Jakobson faz entre a Linguística e a Antropologia, a Linguística e as Teorias da Comunicação, a Linguística e a Neurologia; o segundo, pela busca de conceitos operadores gerais para explicação de problemas práticos, tais como o da tradução; e o quarto problema, que é transversal a todos os textos que analisamos nesse trabalho. Demonstrar o funcionamento da *linguística geral* de Roman Jakobson é o propósito deste texto e das páginas seguintes.

2 Percurso teórico-textual: relações entre comunicação e enunciação

Nosso corpus de trabalho e escrutínio será composto pela edição brasileira da chamada “Linguística Geral” de Roman Jakobson, a saber, a obra intitulada *Linguística e Comunicação*, bem como um (1) texto⁴ do volume I dos *Essais de Linguistique Generale*, a saber, *Les embrayers, les categories verbales et le verbe russe*. O critério cronológico será utilizado na abordagem dos

⁴ Em entrevista com o tradutor de *Linguística e Comunicação*, o professor Izidoro Blikstein, foi possível compreender que as razões da não tradução do texto *Les embrayers* foram puramente comerciais (consulte-se Silva, 2024). Considerando seu impacto na linguística brasileira a partir da leitura de Fiorin (2000), não poderíamos, no entanto, deixar esse texto de fora do *corpus*.

capítulos para que se seja possível acompanhar a ‘evolução’ do pensamento jakobsoniano, a exemplo dos princípios de leitura propostos por Flores (2012, 2022)⁵ para Émile Benveniste.

Para cada texto, abordado procuraremos responder às seguintes questões:

- ◆ 1. A noção de *enunciação* é expressa ou subentendida?
- ◆ 2. Há relação de aproximação ou distinção semântica entre *enunciação* e *comunicação*?

Após a leitura conjunta dos artigos, procuraremos responder a seguinte questão envolvendo o aspecto cronológico da formação da obra jakobsoniana, a saber, há estabilidade ou flutuação conceitual nos sentidos de *comunicação* e/ou *enunciação* ao longo da obra jakobsoniana? (pergunta de Flores, 2012).

Vamos então ao exame dos textos.

Publicado em 1953 no *International Journal of American Linguistics*, porém, apresentado, anteriormente, como um informe final da Conferência de Antropólogos e Linguistas, realizada em julho de 1952, na Universidade de Indiana, nos Estados Unidos da América, o texto “A linguagem comum dos linguistas e dos antropólogos”, em seu preâmbulo, mostra a postura de Jakobson em defesa de uma linguística geral informando aos antropólogos que “[...] nosso objetivo supremo é a observação da linguagem em tóda a sua complexidade. Eu diria, parafraseando Terêncio: *Linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto.*” (Jakobson, 1975, p.16-17)⁶ [nota nossa] Essa citação em latim é retomada ao final do texto “Linguística e Poética” quando Jakobson reafirma seu entendimento sobre a dimensão da ciência da linguagem:

Esta minha tentativa de reivindicar para a Linguística o direito e o dever de empreender a investigação da arte verbal em toda a sua amplitude e em todos os seus aspectos conclui com a mesma máxima que resumia meu informe à conferência que se realizou em 1953 aqui na Universidade de Indiana: *Linguista sum: linguistici nihil a me alienum puto.* (Jakobson, 1975, p. 161)

Logo em seguida defende que a linguagem é o elemento que aproxima os linguistas dos antropólogos: “Com efeito, os antropólogos têm sempre afirmado e provado que a linguagem e a cultura se implicam mutuamente, que a linguagem deve ser concebida como uma parte integrante da vida social, que a Linguística está estreitamente ligada à Antropologia Cultural.” (Jakobson, 1975, p.17) Para o autor a linguagem é o fundamento da cultura.

Para Jakobson não existe propriedade privada na linguagem, pois a língua é socializada no intercâmbio verbal entre os interlocutores. Mas, afinal, de qual concepção de linguagem o autor está tratando ou propondo? Essa questão é respondida mais adiante no texto quando Jakobson apresenta aos antropólogos seu lugar de pensador da comunicação. Porém, ao tratar dos fatores fundamentais que acompanham a comunicação, a saber, a mensagem, o emissor, o receptor, o tema e o código, Jakobson se distancia da perspectiva formalista e descritiva, centrada na efetividade da circulação da mensagem, para refletir sobre os “[...] dois protagonistas do ato de comunicação, o emissor e o receptor” (Jakobson, 1975, p.19), caracterizados por: “[...] quem fala, sua atitude em relação ao que diz e a quem o ouve.” (Jakobson, 1975, p.19).

⁵ Ainda que Flores (2012, 2013) não organize sua leitura de Benveniste puramente a partir de critérios cronológicos e sim conceituais, é possível perceber em sua discussão que o tempo de produção intervém na classificação.

⁶ Tradução nossa: Sou linguista: nada na linguística me surpreende.

O autor não explicita a enunciação decorrente da relação entre um 'eu' e um 'tu' em sua exposição, mas ao destacar os dois protagonistas da comunicação, quem fala (o 'eu', emissor da mensagem) e quem escuta (o 'tu', receptor) em uma ação sobre o que se diz, Jakobson traz reflexões sobre o que seriam os dêiticos da enunciação: o locutor (eu), o alocutário (tu) em uma situação de espaço e tempo no discurso.

Parece haver uma sinonímia terminológica entre os aspectos dos agentes da comunicação (emissor, receptor) e os protagonistas do ato enunciativo (eu, tu), que se descontinam ao longo do texto, mas que não se deixam evanescer nas considerações sobre a comunicação:

Mencionamos os fatores implicados no ato da fala mas nada dissemos das interações e permutações possíveis entre esses fatores - por exemplo, os papéis de emissor e de receptor podem confundir-se ou alternar-se, o emissor e o receptor podem tornar-se o tema da mensagem etc. (Jakobson, 1975, p.21)

A essa discussão sobre os agentes da comunicação, Jakobson deixa transparecer uma posição antropológica do falante, a partir de uma tomada de consciência de si e do outro, pois

Quando fala a um novo interlocutor, a pessoa tenta sempre, deliberadamente ou involuntariamente, alcançar um vocabulário comum: seja para agradar, ou simplesmente para ser compreendido ou, enfim, para livrar-se dêle, empregam-se os termos do destinatário. A propriedade privada, no domínio da linguagem, não existe: tudo é socializado. (Jakobson, 1975, p.23)

As discussões iniciais traçadas no capítulo, ainda, revelam ao leitor a preocupação de Jakobson sobre o processo de semantização da língua. "Finalmente, um dos traços mais sintomáticos desta Conferência terá sido este: debatemos longa e apaixonadamente questões de sentido." (Jakobson, 1975, p.29) Segundo Jakobson, o signo linguístico para ser compreendido necessita para além dos protagonistas do ato da fala, do que ele chamou de "interpretante". Porém não seria o interpretante da língua, o sujeito originário de e em um contexto da linguagem? Ou seja: aquele que significa e é significado no discurso? Assim, o autor critica a ciência linguística que, até então, excluía os estudos da significação dos debates sobre a língua e a linguagem e põe a comunicação como um ato significativo por excelência.

O texto "Dois aspectos de linguagem e dois tipos de afasia" (1975) é um dos mais importantes para o estudo dos fundamentos da teoria da comunicação de Jakobson perceber o distanciamento do autor das concepções mecanicistas do circuito da fala. De início, no segundo parágrafo do texto, Jakobson apresenta uma preocupação epistemológica mais geral com a natureza da ciência linguística, convocando os linguistas a ocuparem seu lugar frente aos estudos da linguagem:

A Linguística interessa-se pela linguagem em todos os seus aspectos - pela linguagem em ato, pela linguagem em evolução, pela linguagem em estado nascente, pela linguagem em dissolução.

Atualmente, há psicopatologistas que dão grande importância aos problemas linguísticos relacionados com o estudo das perturbações de linguagem; algumas dessas questões foram versadas nos melhores tratados recentemente publicados acerca da afasia. Entretanto, na maioria dos casos, essa legítima insistência na contribuição dos linguistas às pesquisas sobre a afasia é ainda ignorada. (Jakobson, 1975, p.34-35)

Jakobson interroga seus pares sobre a omissão dos linguistas nas investigações sobre afasia. O “sermão” serve para o autor reivindicar um lugar e uma explicação linguística para as perturbações afásicas distante dos manuais de neurologia e de psiquiatria. Em um impulso didático-metodológico, Jakobson passa a sugerir um passo a passo dos procedimentos a serem adotados pelos linguistas em suas pesquisas que vão desde um inicial conhecimento dos termos técnicos utilizados na medicina, até a aproximação com os pacientes afásicos para a obtenção de uma análise linguística completa. É no cuidado com a linguística que Jakobson, a seguir, tece suas considerações sobre os arranjos da linguagem, aproximando-se de considerações sobre o sujeito enunciativo.

Mais que o falante ou usuário de uma língua, neste texto, Jakobson ao descrever a afasia como uma perturbação de linguagem, destaca o sujeito, que, acometido pela afasia, encontra um modo próprio de funcionamento na linguagem. Supomos, aqui, uma aproximação das considerações de Jakobson com a definição de enunciação apresentada por Benveniste no texto ‘O aparelho formal da enunciação (1970)’: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (Benveniste, 2006, p.82). O sujeito afásico jakobsoniano, usuário do sistema linguístico, encontra um modo singular de combinar e selecionar as palavras e se enuncia em meio a um discurso distorcido.

Falar implica a seleção de certas entidades linguísticas e sua combinação em unidades linguísticas de mais alto grau de complexidade. Isto se evidencia imediatamente ao nível lexical: quem fala seleciona palavras e as combina em frases, de acordo com o sistema sintático da língua que utiliza; as frases, por sua vez, são combinadas em enunciados. Mas o que fala não é de modo algum um agente completamente livre na sua escolha de palavras: a seleção (exceto nos raros casos de efetivo neologismo) deve ser feita a partir do repertório lexical que ele próprio e o destinatário da mensagem possuem em comum. (Jakobson, 1975, p.37)

Jakobson chama atenção para uma escala de liberdade na combinação de unidades linguísticas nos níveis de análise da linguagem: fonético/fonológico, morfológico, sintático ou semântico/pragmático, mantendo o usuário da língua (no dizer de Jakobson) refém do sistema linguístico. Para o autor, no nível fonológico a liberdade individual inexiste. Mas é possível ao falante, em uma situação marginal de discurso, combinar os fonemas em palavras e criar neologismos; assim como cresce a liberdade do falante em produzir diferentes frases em diferentes contextos, obedecendo, desse modo, aos princípios da enunciação: a conversão individual da língua em discurso.

Para Jakobson a combinação dá-se no mesmo signo ou com outros signos. “Isso significa que qualquer unidade linguística serve, ao mesmo tempo, de contexto para unidades mais simples e/ou encontra seu próprio contexto em uma unidade linguística mais complexa” (Jakobson, 1975, p.39). Enquanto a seleção implica a possibilidade de substituir um termo por outro equivalente. Esse movimento do sujeito em mobilizar a língua ao combinar e selecionar signos nos remete às considerações linguístico-enunciativas de Benveniste, uma vez que, na perspectiva de uma transversalidade enunciativa, termo cunhado por Flores (2010), é possível identificar a inter-relação entre as unidades de cada nível e, consequentemente, perceber o ato enunciativo. Afinal, enunciar é subjetivar a língua inteira.

Sem destituir as discussões do campo da comunicação, Jakobson ao tratar da combinação e da seleção dos signos linguísticos nos casos de afasia, retoma alguns dos preceitos

de Saussure sobre a linearidade do significante, a língua e a fala, ao colocar a combinação ao lado da fala, por ocorrer *in praesentia*, e a língua ao lado da seleção, ocorrendo *in absentia*. Porém, no decorrer das discussões, ultrapassa Saussure ao abordar a significação, inserindo conceitos como a indexicalidade das estruturas duplex e a irrepetibilidade da enunciação.

[...] Quer mensagens sejam trocadas ou a combinação proceda de modo unilateral do remetente ao destinatário, é preciso que de um modo ou de outro, uma forma de contigüidade exista entre os protagonistas do ato da fala para que a transmissão da mensagem seja assegurada. A separação no espaço, e muitas vezes no tempo, de dois indivíduos, o remetente e o destinatário, é franqueada graças a uma relação interna: deve haver certa equivalência entre os símbolos utilizados pelo remetente e os que o destinatário conhece e interpreta. Sem tal equivalência, a mensagem se torna infrutífera - mesmo quando atinge o receptor, não o afeta. (Jakobson, 1975, p. 41)

O locutor desliza na linguagem entre os polos metafórico e metonímico, selecionando e combinando os signos, de modo que as palavras se relacionam em um movimento particular. Ao manipular os dois aspectos da linguagem (a posição ocupada pelo signo e o sentido no discurso), “[...] um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais” (Jakobson, 1975, p.56). E por que não dizer, o sujeito se enuncia.

As considerações de Jakobson sobre os acontecimentos na língua em um processo de afasia, coloca o autor diante de questões gerais da linguística que dizem respeito ao uso e a organização do sistema. Os argumentos de Jakobson sobre a afasia transitam entre as estruturas, as regras gramaticais e o uso da língua, em alguns casos, a partir de como o sujeito percebe e se vê como usuário do sistema linguístico, conduzindo as discussões para o campo metalinguístico. Ou seja: Jakobson, ainda que de modo embrionário, reflete sobre o que a língua pode revelar sobre ela mesma e sobre o sujeito que fala em meio a um discurso que poderíamos dizer ‘peculiar’. Há no autor a iminência de uma discussão antropológica-enunciativa que não se revela, mas que se deixa antever. Vejamos o exemplo trazido pelo autor:

Quando ele não conseguia lembrar-se da palavra designativa de “preto”, descrevia a coisa como “Aquilo que se faz para um morto”; isso ele abreviava para “morto” (I, p.198). [...] Quando é que a gente se veste de preto? - Quando se põe luto por um morto; em vez de dar nome à côr, designa-se a causa de seu uso tradicional. (Jakobson, 1975, p.49-50)

Jakobson não parece preocupado com o ato de comunicação em si, mas está às voltas com o que acontece na relação entre a língua e o sujeito que, acometido por uma afasia, desliza na linguagem “procurando na memória” signos que não foram afetados pelo transtorno. Há um sujeito que, diante de seu interlocutor, parece refletir sobre o seu dizer, faz efeito e se enuncia na linguagem. A comunicação no texto das afasias parece ganhar o contorno de enunciação.

O texto “Os embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe” (1957) apresenta-se de forma bastante técnica e traz uma proposta estruturante da enunciação bastante complexa, abarcando a apresentação de um conceito novo em linguística (*embrayer*), apresentando seu funcionamento no quadro linguístico e gramatical de uma língua (russa) e, por fim, revelando seu potencial para a descrição de outras línguas (inclusive indígenas). Há referência tanto a linguistas franceses como Émile Benveniste como a linguistas americanos como Bloomfield, além da referência a antropólogos e ao filósofo da linguagem Voloshinov. É dividido em qua-

tro partes, a saber, “Embrayeurs et autres structures doubles”, “Essai de classification des catégories verbales”, “Les concepts grammaticaux du verbe russe”, “Les procédés grammaticaux du verbe russe”. Dada a envergadura dessa pequena obra de arte jakobsoniana e os objetivos (mais modestos) do presente artigo, nos aterremos às duas primeiras partes do artigo, as quais, a nosso ver, se aproximam da proposição de princípios de uma linguística geral, já que o próprio Jakobson constata que os *embrayeurs* são estruturas presentes nas mais diversas línguas e não somente na língua russa. A título de exemplo e introdução da discussão:

Certaines langues telles que le bulgare, le kwakiutl et le hopi usent de procédés morphologiques spéciaux pour indiquer des événements qui ne sont connus du sujet parlant que par le témoignage des autres. Ainsi que qu'en tunica toutes les déclarations faites par oui-dire sont indiquées par la présence de -ani, suffixe de citation employé avec un mot prédictif. (Jakobson, 2003, p.177)⁷

Como definir os embrayeurs? Jakobson os classifica no início do texto como estando dentro das *estruturas duplas*. Essa duplicitade decorre de uma necessidade da linguagem, qual seja, “un message émis par le destinataire doit être perçu adéquatement pour le receveur”. E por ‘naturalmente’ não poderia ser recebida? “Le message (M) et le code sous-jacent (C) peuvent toujours être traités soit comme objets d’emploi, soit comme objets de référence. C’est ainsi qu’un message peut renvoyer au code ou à un autre message”. Dessa citação, entendemos que qualquer ato enunciativo, o que Jakobson chama de “mensagem” pode suscitar do alocutário uma outra “mensagem”, isto é, uma outra “enunciação” ou simplesmente uma remissão ao código comum, ao saber partilhado por uma comunidade linguística. A noção de embrayeurs aqui se relaciona, a nosso ver, com a noção de “mensagem”, como claramente expresso por Jakobson. Portanto, já no primeiro parágrafo entendemos que, apesar do desdobramento classificativo que depois o autor opera especialmente para o verbo na língua russa, toda e qualquer mensagem é potencialmente uma estrutura dupla pois passível de remeter aos interlocutores diretos ou à língua.

Em seguida, Jakobson divide as potencialidades das estruturas duplas em dois tipos, dois tipos de *circularidade* e dois tipos de *sobreposição*. A *circularidade* pode ser de “mensagem” a “mensagem” ou de “código” à “código”; a *sobreposição* pode ser de “mensagem” enviando a “código” - caso da “enunciação” de participação social como comentado brevemente acima - e de “código” o reenviando à “mensagem” Esse desdobramento operado pelo autor, de caráter fortemente estruturalismo e talvez mesmo inspirado na glossemática de Hjelmslev, não atrapalha a argumentação aqui proposta de uma generalidade e universalidade da categoria de embrayeurs. Mesmo que o autor, mais adiante, diga que “Tout code linguistique contient une classe spéciale d’unités grammaticales qu’on peut appeler les embrayeurs. [...]. Selon Peirce, un symbole est associé à l’objet représenté par une règle conventionnelle, tandis qu’un index est dans une relation existentielle avec le object qu’il représente.” (p. 179),⁸ entendemos que

⁷ Tradução nossa: “Certas línguas como o búlgaro, o kwakiutl e o hopi se valem de procedimentos morfológicos especiais para indicar eventos que só são conhecidos do sujeito falante pelo testemunho de outros. Da mesma forma em tunica todas as declarações feitas por ouvir-dizer são indicadas pela presença de -ani, posfixado a citações empregadas com uma palavra predicativa.” (Jakobson, 2003, p.177)

⁸ Tradução nossa: “todo código linguístico contém uma classe especial de unidades gramaticais que podemos chamar de embrayeurs (...). Segundo Peirce, um símbolo está associado ao objeto representado por uma regra

a relação ‘código’ e ‘mensagem’ sempre pode ser ‘convencional’ ou ‘existencial’ e isto depende da “enunciação”. Sem querer, a nosso ver, Jakobson apresenta o *embrayeur* não apenas como *mais uma* estrutura dupla, mas a estrutura dupla por excelência, uma vez que toda mensagem, todo ato enunciativo, tem o potencial de ser apreendido como tendo uma relação ‘existencial’ ou meramente ‘convencional’ com o ‘código’.

Onde podemos localizar mais exatamente no texto jakobsoniano uma discussão em que possamos confrontar o par ‘enunciação’ e ‘comunicação’? Bem, como pudemos perceber nos parágrafos anteriores o léxico da comunicação perpassa toda a teorização dos *embrayeurs*, não apenas pelo uso do quadro da teoria da comunicação e seus correlatos termos de ‘mensagem’, ‘código’, ‘emissor’ e ‘receptor’, mas também pelo recurso à discussão da natureza do(s) signo(s) linguísticos com o par *símbolo/index* em Peirce. A menção explícita ao termo ‘enunciação’ está localizada no item específico que discute a natureza dos *embrayeurs* em relação aos ‘não-*embrayeurs’*. Jakobson cita mesmo em nota de rodapé o texto “A natureza dos pronomes” de Émile Benveniste. É justamente nesse ponto que Jakobson trata da distinção entre *embrayeurs* e não-*embrayeurs* não com relação a um quadro teórico propriamente enunciativo, mas fazendo menção mais detida a Peirce, ao fenomenólogo W. Burks e na sequência ao fenomenólogo Husserl e por fim ao filósofo Russel. Se aqui nos parece que Jakobson toma a palavra ‘mensagem’ como sinônimo de ‘enunciação’, talvez isso se deve ao seu olhar bastante influenciado por essa corrente da filosofia da linguagem. No entanto, percebemos que, após longo percurso dentro do pensamento filosófico, Jakobson se afasta aos poucos dessas ideias. Vejamos:

Pour Bertrand Russell, les *embrayeurs*, ou, dans sa terminologie, les “particuliers égocentriques” sont définis par le fait qu’ils ne s’appliquent jamais à plus d’une chose à la fois. Ceci, toutefois, est commun à tous les termes syncatégorématiques. [...] En réalité, la seule chose qui distingue les *embrayeurs* de tous les autres constituants du code linguistique, c’est le fait qu’ils renvoient obligatoirement au message. (Jakobson, 2003, p. 179)⁹

Não deixa de causar espanto que o último argumento de Jakobson não faça referência a filósofos da linguagem, mas, sucessivamente, a um caso de *uso* da linguagem pela criança, isto é, ao *uso* que o escritor Guy Maupassant faz de seu próprio nome e ao estudo do linguista e antropólogo russo D. K. Zelenin sobre o tabu na língua samoieda. Essa ‘conjugação’ de dados, aparentemente disparatada, revela que a questão do funcionamento do *embrayeur* é mais ampla e complexa do que pretende resolver a teoria da comunicação. Vejamos:

Enfin, “je” pourra être si rigoureusement substitué par l’enfant à son nom propre qu’il en viendra à nomer spontanément les personnes de son entourage mais refusera obstinément d’énoncer son propre nom: le nom n’a plus pour son jeune porteur qu’une **signification vocative** qui s’oppose en tant que surviance infantile. Ainsi

convencional, enquanto um *index* está numa relação existencial com o objeto que ele representa.” (p. 178)

⁹ Tradução nossa: “Para Bertrand Russell, os *embrayeurs*, ou, na sua terminologia, as “partículas egocêntricas” são definidas pelo fato que elas não se aplicam jamais a mais de uma coisa ao mesmo tempo. Isso é, todavia, comum a todos os termos sintacategorêmáticos. [...] Na realidade, a única coisa que distingue os *embrayeurs* de todos os outros constituintes do código linguístico é o fato de que eles remetem obrigatoriamente à mensagem.” (Jakobson, 2003, p. 179)

Guy de Maupassant avouait que son nom, quand il le prononçait lui-même, rendait un son tout à fait étrange à ses oreilles. Le refus de prononcer son propre nom peut être érigé en coutume sociale. Zelenin note que, dans la société samoyède, le nom propre était tabou pour son porteur. (Jakobson, 2003, p. 180) [grifos nossos].¹⁰

Na citação acima, percebemos que os *embrayeurs* participam de um processo de aprendizagem linguística que não passa somente pelo uso alteritário do vocativo, mas pelo uso auto-referencial que implica uma responsabilidade autorreferencial¹¹. Mas o que isso teria a ver com o tabu linguístico e com o estranhamento da própria voz? Aqui, a nosso ver, Jakobson mais aponta ou sinaliza do que qualquer outro gesto epistemológico, que a teorização dos *embrayeurs* está por se fazer por agrega dimensões da “mensagem” que a teoria da comunicação não abarca, a saber, a voz, as restrições sociais e culturais (de toda e qualquer língua) e mesmo a questão do par alteridade/identidade que perpassa as trocas entre ‘emissor’ e ‘receptor’.

Concluímos que Jakobson, embora explicitamente teorize sobre as relações entre comunicação e enunciação num quadro teórico fenomenológico ou bastante afeito às teorias clássicas da comunicação, ele nos interroga implicitamente sobre os desdobramentos de tal teorização em um quadro antropológico-enunciativo, eis que o associa a noções caras aos estudos enunciativos tais como ‘uso’, ‘interdição’. Assim, entendemos que há uma *implícita* distinção semântica entre ‘comunicação’ e ‘enunciação’. No entanto, o autor não explora todas as consequências de uma tal distinção. Afinal, o *embrayeur* se define apenas pela oposição entre referência à língua por uma relação existencial ou convencional ou também diria respeito ao uso mais ou menos ostensivo de referência a si mesmo e a possíveis valores enunciativos de valoração social, logo se trataria de questão centralmente enunciativa e não apenas questão linguística formal *stricto sensu*?

O texto “Aspectos linguísticos da tradução” (1975 também apresenta a problemática da tradução do ponto de vista da filosofia da linguagem (Bertrand Russel) e, em seguida, da Linguística. Iniciaremos tratando do problema para a Linguística. Interessante observar que, já de início, o autor situa o problema da tradução ao lado do problema da natureza do signo linguístico. Mais interessante ainda é constatar que ele informa que tanto para o linguista quanto para o usuário comum das palavras:

o significado de um signo linguístico não é mais que sua tradução por um outro signo que lhe pode ser substituído, especialmente um signo ‘no qual ele se ache desenvolvido de modo mais completo’ como insistentemente afirmou Peirce, o mais profundo investigador da essência dos signos. O termo ‘solteiro’ pode ser convertido numa designação explícita, ‘homem não casado’, sempre que maior clareza for requerida. (Jakobson, 1975, p. 43)

¹⁰ Tradução nossa: “Enfim, “eu” poderá ser tão rigorosamente substituído pela criança por seu nome próprio que ele nomeará espontaneamente as pessoas de sua convivência, mas se recusará obstinadamente a enunciar seu nome próprio: o nome não tem para seu jovem portador senão uma significação vocativa que se opõe como sobrevivência infantil. Da mesma forma Guy de Maupassant admitiu que seu nome, quando pronunciado por ele próprio, produzia um som muito estranho a seus ouvidos. A recusa de pronunciar seu próprio nome pode ser elevada a costume social. Zelenin nota que na sociedade samoieda o nome próprio seria tabu para seu portador.” (Jakobson, 2003, p. 180)

¹¹ Para aprofundar essa discussão, sugerimos consultar Silva (2011).

Já nesse início de discussão, percebemos a evocação da teoria da comunicação: o falante é entendido como ‘usuário comum das palavras’. Além disso, percebemos ainda a convocação do critério do uso - de ordem, portanto enunciativa - como determinado dos processos tradutórios. Assim, há, a nosso ver, uma certa associação entre aspectos do campo da ‘comunicação’ e aspectos do campo da ‘enunciação’.

Em seguida, Jakobson propõe uma classificação da interpretação signo linguístico a partir de critérios linguístico-semióticos: “o signo pode ser traduzido em outros signos da mesma língua” e temos a tradução intralingual; “em outra língua” e temos a tradução interlingual ou propriamente dita; e, por fim, a tradução “em outro sistema de símbolos não verbais”, dita tradução intersemiótica ou transmutação. Tanto no primeiro quanto no segundo tipo “não há equivalência completa entre as unidades do código”. Mais uma vez, observamos a interferência da teoria da comunicação, a qual parece trazer a discussão de uma necessidade de ‘equivalência’ em função de um chamado ‘código’. Mais adiante Jakobson chega a afirmar que não se trata de mera interferência, mas de problema central para a Linguística: “A equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da Linguística.” (p. 43-44). Chega mesmo a falar da importância teórica prática de dicionários e gramáticas bilíngues que comparem todas as unidades correspondentes. Se o problema da ‘equivalência’ parece ser traduzido da problemática da *comunicação*, por sua vez, mais adiante, Jakobson trata da própria natureza da linguagem e da *enunciação* como uma solução para a inexistência de instrumentos linguísticos capazes de fazer todas as equivalências necessárias para uma (boa) tradução. Vejamos:

A **faculdade de falar** determinada língua implica a faculdade de falar acerca dessa língua. Tal gênero de operação ‘metalinguística’ permite revisar e redefinir o vocabulário empregado. (Jakobson, 1975, , p.44) [grifos nossos]

Em citação anterior, Jakobson usa o termo ‘discurso’ ao lado de ‘mensagem’ para dizer que o processo de tradução envolve uma forma de discurso indireto: o tradutor recodifica e transmite uma mensagem recebida de outra fonte” (p. 43). Percebemos que, embora Jakobson não teorize diretamente, há uma menção implícita à dimensão enunciativa quanto emprega eventualmente termos como ‘falante’, ‘tradutor’, ‘faculdade de falar’.

Por fim, Jakobson trata detidamente do que antes chamou de problema central da linguística: *a equivalência na diferença*. Mas no que consistiria essa diferença? Seria apenas de código, como na teoria da comunicação? Nesse ponto, Jakobson faz intervir um argumento essencialmente linguístico e mesmo gramatical: “As línguas diferem naquilo que *devem* expressar, e não naquilo que *podem* expressar”. Assim como no texto *Les embrayeurs*, Jakobson traz argumentação oriunda da Antropologia:

Mesmo uma categoria como a de gênero gramatical, que tão amiúde foi tida como puramente formal, desempenha papel importante nas atitudes mitológicas de uma comunidade linguística. Em russo, o feminino não pode designar uma pessoa do sexo masculino. (Jakobson, 1975, p. 45).

A noção de atitudes mitológicas é expressa pelo antropólogo Boas nos seguintes termos:

Como Boas finalmente observou, o sistema gramatical de uma língua determina os aspectos de cada experiência que devem obrigatoriamente ser expressos na língua em questão. [...] Para traduzir corretamente a sentença inglesa *I hired a worker, um russo tem necessidade* de informações complementares. (p. 45) [grifos nossos]

Percebemos aqui, sub-repticiamente, critérios de ordem enunciativa e linguística para a compreensão dos processos tradutórios. Podemos concluir que no texto *Aspectos linguísticos da tradução*, há uma relação de associação entre ‘comunicação’ e ‘enunciação’ de forma implícita, mas não menos importante do que no texto *Les embrayeurs*. Talvez aqui nesse texto o critério linguístico e enunciativo fique mais evidente, mas a terminologia da comunicação não é deixada de lado.

Linguística e Poética (1975) é, certamente, um dos mais conhecidos e citados de Roman Jakobson, além de ser o mais longo da edição brasileira. Para os fins e objetivos desse artigo, nos ateremos aos momentos em que o autor se volta para questões que abordam ou tangenciam problemáticas eminentemente do campo da enunciação e do campo da comunicação. É importante destacar ainda que este é o texto de Jakobson dentro da obra brasileira *Linguística e Comunicação* que mais expressivamente a teoria da comunicação é chamada a servir de argumento - mais precisamente duas vezes no mesmo texto. Em *Embrayers* (1957), como vimos, a teoria da comunicação comparece na definição inicial de *embrayeur* e uma única vez durante o texto. Organizamos a leitura em cinco tópicos, a saber, relações e diferenças entre Linguística e Poética; Linguagem e função poética; gêneros poéticos e função poética dominante; função poética e princípio da equivalência e, por fim, a poesia e a função poética. Como vemos, Jakobson parece desdobrar, ampliar, reduzir/especificar para, em seguida, centralizar sua atenção no signo ‘P/poética’.

Jakobson inicia o texto tratando das relações entre a chamada disciplina Linguística e a chamada disciplina Poética: “a Poética trata dos problemas da estrutura verbal [...] Como a Linguística é a ciência global da estrutura verbal, a Poética pode ser encarada como parte integrante da Linguística.” Apesar desse início esquemático, ainda que integrativo das duas disciplinas, Jakobson trata das continuidades entre elas, nos seguintes termos: “Existe íntima correspondência, muito mais íntima do que supõem os críticos, entre o problema linguísticos a se expandirem no tempo e no espaço e a difusão espacial e temporal dos modelos literários.” (p.81) Em seguida, justifica tal continuidade das duas disciplinas dizendo que a Poética, assim como a Linguística, também tem problemas de ordem sincrônica e diacrônica. Em seguida, traz um argumento que pode ter passado despercebido para os teóricos da enunciação: Jakobson considera que a Linguística deve ir além da ‘sentença’ como unidade de análise da língua. Em seus termos:

A insistência de manter a Poética separada da Linguística se justifica somente quando o campo da Linguística **pareça estar abusivamente restringido**, como, por exemplo, quando a sentença é considerada, por certos linguistas, como a mais alta construção analisável ou quando o escopo da Linguística se confina à gramática ou unicamente a questões não-semânticas. (Jakobson, 1975, p. 82) [grifos nossos]

A seguir, Jakobson, a partir de uma crítica à ideação como fator principal da linguagem como pretende Sapir, trazendo os *elementos emotivos do discurso* como igualmente importantes na linguagem. Por fim, traz o conceito de *subcódigos* no interior de uma ‘comunidade linguística’, o qual rapidamente desliza para a ideia de *função de linguagem* e, logo, de *função poética*, como uma função entre outras. Para definir o lugar da função poética entre as demais, Jakobson apresenta um esquema com seis elementos do que chamou de *perspectiva dos fatores de todo processo linguístico*, e, que, na verdade, são termos retirados da teoria da comunicação, a saber, *remetente, contexto, mensagem, destinatário, contato e código*.

Ora, apesar do chamado ‘vocabulário da comunicação’, percebemos em todo o percurso argumentativo de Jakobson que a consideração dos ditos *elementos emotivos do discurso* é que fazem o autor propor sua própria definição de linguagem como conjunto de funções de linguagem. Percebemos aí o papel estratégico e fundamental do campo enunciativo para organização do aparato conceitual da chamada ‘Poética’.

Um outro aspecto curioso durante a leitura da apresentação das definições das funções da linguagem é que todos ou a maioria dos exemplos são retirados de textos literários, sejam estes poéticos ou teatrais. Quando se espera que Jakobson se detenha sobre a chamada função referencial - a dita função ‘ideativa’ de Sapir - o autor se debruça em dar um exemplo de uma função que não havia sido arrolada previamente à argumentação, mas que dialoga com o chamado elemento emotivo do linguista Bühler: a *função mágica*. Vejamos:

O modelo tradicional da linguagem, tal como elucidou Bührer particularmente, confinava-se a essas três funções - emotiva, conativa, referencial [...] Certas funções verbais adicionais podem ser facilmente inferidas desse modelo triádico. Assim, a função mágica, encantatória, é sobretudo a **conversão** de uma “terceira pessoa” ausente ou inanimada em destinatário de uma mensagem conativa. {segue um exemplo de fórmula mágica lituana e depois um trecho bíblico em que o orador se dirige e clama ao Sol} (Jakobson, 1975, p. 84) [grifos nossos]

Por que nos surpreendemos? A nosso ver, Jakobson, em certo sentido, abandona uma certa concepção ‘representacionalista’ de *código/mensagem* implícita na teoria da comunicação e adentra profundamente numa concepção de língua ‘antropomorfizada’, ou seja, enunciada sempre por alguém. No trecho acima, também fica claro que as funções podem ser mutuamente conversíveis, isto é, passadas de uma a outra de acordo com o uso ou a enunciação.

Depois da apresentação das funções da linguagem, Jakobson trata da relação entre função poética e os gêneros poéticos. Dessa longa discussão, que envolve uma releitura dos gêneros clássicos sob a ótica do esquema triádico buhleriano (epopeia, lírica, poesia da segunda pessoa), é importante ressaltar, por fim, o lugar que Jakobson dá à chamada ‘função referencial’ no gênero poético, notadamente o da primeira pessoa (lírico). Em suas palavras,

A ambiguidade se constitui em característica intrínseca, inalienável de toda mensagem voltada para si própria, em suma, num corolário obrigatório da poesia. [...] Não somente a própria mensagem, mas igualmente seu destinatário e seu remetente se tornam ambíguos. [...] Qualquer mensagem poética é, virtualmente, como que um discurso citado, com todos os problemas particulares e intrincados que ‘o discurso dentro do discurso’ oferece ao linguista. (Jakobson, 1975, p. 86)

Percebemos que, embora haja ainda um traço da teoria da comunicação ('mensagem poética'), Jakobson lança ao linguista a tarefa de um estudar um objeto próprio: o discurso dentro do discurso, que apresenta, assim, suas próprias categorias analíticas, além do legado da teoria da comunicação com a qual ele mesmo opera. Temos aí realmente uma tarefa de uma linguística geral, a *linguística poética*.

O texto *Linguística e teoria da comunicação*, publicado em 1961, decorre de um trabalho apresentado por Jakobson no *Symposium on Structure of Language and Its Mathematical Aspects*, em 1960, aos engenheiros da comunicação e matemáticos:

É fato que as coincidências e convergências são notáveis entre as etapas mais recentes da análise linguística e a abordagem da linguagem na teoria matemática da comunicação. Como cada uma dessas duas disciplinas se ocupa, embora por vias diferentes e assaz autônomas, do mesmo domínio da comunicação verbal, um estreito contato entre elas revelou-se útil a ambas e não há dúvidas de que se tornará cada vez mais proveitoso. (Jakobson, 1975, p.88)

Através de discussões sobre o princípio dicotômico dos traços distintivos pautadas no conceito de signo binário, Jakobson inicia a aproximação das duas ciências: linguística e matemática, do ponto de vista da teoria da comunicação. Essa aproximação apresenta considerações jakobsonianas, sobre a comunicação, estratificadas em estruturas previstas e preparadas para codificar e decodificar mensagens.

Chamamos atenção para o título do trabalho de Jakobson que parece marcar que a Linguística e a Teoria da Comunicação são instâncias diferentes, porém, em, ao menos, dois momentos o autor tende a colocá-las em grau de semelhança:

- (i) O engenheiro admite um "sistema de classificação" de possibilidades pré-fabricadas mais ou menos comuns entre o emissor e o receptor de uma mensagem verbal, e, do mesmo modo, a lingüística saussuriana fala da *langue*, que possibilita uma troca da *parole* entre os interlocutores. (Jakobson, 1975, p.76).
- (ii) Sabe-se que durante certo período a Lingüística e a teoria da comunicação foram tentadas a tratar toda consideração relativa ao sentido como uma espécie de ruído semântico e a excluir a semântica do estudo das mensagens verbais. Atualmente, no entanto, os lingüistas evidenciam uma tentativa de reintroduzir a significação, ao mesmo tempo que utilizam a experiência muito instrutiva propiciada por esse ostracismo temporário. Uma tendência semelhante pode ser igualmente observada na teoria da comunicação. (Jakobson, 1975, p.82)

Jakobson ao trazer o tema do significado não deixa de defender seu estudo pela linguística, a partir de questões sobre o sentido que envolvam o contexto, mas não discute o que pensa sobre o assunto. Prossegue com considerações sobre a teoria da comunicação destacando, no decorrer do texto, os termos código, mensagem, emissor e receptor. O autor parece nos apresentar considerações mensuráveis e mecanicistas sobre a linguagem, inclusive sobre a linguagem poética que o mantém próximo do funcionalismo clássico.

Eis um texto em que Jakobson parece distante dos aspectos da enunciação. Em apenas uma passagem, quando o autor traz considerações sobre a troca de mensagens e a extração de informações do mundo físico sob a égide da comunicação, é possível perceber centelhas da ordem do sujeito enunciativo: "As tentativas de construir um modelo da linguagem sem rela-

ção alguma com quem fale ou ouça, e de hipostasiar assim um código desligado da comunicação efetiva, ameaçam reduzir a linguagem a uma ficção escolástica." (Jakobson, 1975, p.82) O autor critica os modelos artificiais de comunicação para defender o estudo da linguagem em uso, porém não retoma ou aprofunda a discussão sobre os sujeitos da comunicação que poderiam aproximá-lo da enunciação.

3 Balanço teórico: nas franjas da comunicação, que enunciação se apresenta?

Após ter realizado um exame textual minucioso de alguns escritos de Jakobson, uma das primeiras constatações a que chegamos é que não há um critério cronológico estável que assegure a passagem de uma concepção comunicativa ou mesmo funcionalista de linguagem para uma concepção que releve os fatores da subjetividade e da enunciação para o quadro de reflexão jakobsoniano. Encontramos, de fato, dois epicentros de discussão em que observamos que problemáticas comunicativas e enunciativas se aproximam, se recobrem, se afastam, implícita ou explicitamente.

O primeiro epicentro se refere aos textos "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe" e o texto "Linguística e Poética". O primeiro apresenta uma discussão profunda sobre a natureza desses 'indicadores de pessoa' fazendo um recurso tanto da filosofia fenomenológica quanto da antropologia e mesmo de exemplos da literatura. Sua concepção de *embrayeurs* alarga-se, ao longo do texto, de uma concepção vinculada ao circuito da comunicação para uma concepção mais próxima de problemáticas sociais e culturais próprias do que hoje entendemos como "antropologia da enunciação". O texto "Linguística e Poética" (1960), por sua vez, propõe paulatinamente que, dentre as funções da linguagem, tanto a dita função 'ideativa' - a que embasa uma concepção 'clássica' de comunicação - quanto a função 'emotiva', deixada de lado pela Linguística, tenham o mesmo estatuto de importância. É apenas com essa concepção que é possível dar conta do fato literário como uma questão da linguagem. Ao denunciar o centramento excessivo da Linguística na função ideativa, Jakobson a nosso ver, faz mais do que propor uma 'disciplina', a *Linguística Poética*: Jakobson incorpora ao estudo da linguagem a dimensão ou função emotiva como constituinte de todos os problemas da linguagem, sejam, eles, a tradução, a comunicação, a enunciação, a afasia, entre outros.

Um segundo epicentro das relações entre comunicação e enunciação, ainda que com alcance diferente, são os textos "Dois aspectos de linguagem e dois tipos de afasia" e o texto "Aspectos linguísticos da tradução". Nesse caso, Jakobson centra sua atenção sobre 'fenômenos' ou 'fatos' de linguagem, a afasia e a tradução, e mostra como se trata antes de problemas de linguística, em primeiro lugar, e reveladores de aspectos do funcionamento da linguagem, em segundo. Ainda, podemos dizer que, ao alçar tais fatos ao lugar de aspectos da linguagem, Jakobson dilui as fronteiras entre problemáticas 'comunicativas' e problemáticas 'enunciativas', uma vez que tanto na tradução quanto na afasia não se trata de 'transmitir' um saber de uma língua ou 'revelar' ou 'impedir' a função enunciativa de um sujeito, mas de compreender que a tradução e a afasia em si são fatos gerais de linguagem e que apontam para processos inerentes a qualquer uso da linguagem (tanto que Jakobson fala da tradução

intralinguística, de um lado, e de dois tipos de afasia que podem acometer qualquer falante, isto é, atacá-lo por qualquer ‘lado’).

Retomando a proposição de Normand (2000) citada por Flores e Othero (2024) sobre os critérios de uma *linguística geral*, entendemos que Roman Jakobson propõe uma *linguística geral*, pois se debruça sobre, no mínimo, três dos cinco problemas acima elencados, notadamente o primeiro, pela relação contínua e crítica que Jakobson faz entre a Linguística e a Antropologia, a Linguística e as Teorias da Comunicação, a Linguística e a Neurologia; o segundo, pela busca de conceitos operadores gerais para explicação de problemas práticos, tais como o da tradução e o da afasia; e o quarto problema, o de fazer da linguística uma ciência da significação, problema este que observamos como transversal a todos os textos que analisamos neste trabalho. Temos sobre esse último item, um aspecto muito importante a destacar é a preocupação de Roman Jakobson em adentrar nos problemas da *significação*, seja discutindo, aproximando ou destacando aspectos das diversas funções da linguagem que colocam em perspectiva comunicação e da enunciação, seja estabelecendo as bases para a compreensão da *diversidade*¹² humana e linguística, o coloca definitivamente no rol dos linguistas do século XX que se propuseram a lançar as bases de uma linguística geral.

Declaração de autoria

Isabela Barbosa do Rêgo Barros. Discussão epistemológica. Concepção do artigo. Redação e revisão do artigo.

Silvana Silva. Discussão epistemológica. Concepção do artigo. Redação e revisão do artigo.

Referências

BADIR, S. Benveniste seria hoje um linguista da enunciação? Tradução de Silvana Silva. *ReVEL*, vol. 18, n. 34, p.39-67, 2020. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/9fd7eae8c02c-c96b944de56224415087.pdf> Acesso em: 27/02/2024.

BRAIT, B. Estudos enunciativos no Brasil: histórias e perspectivas. Campinas: Pontes, 2001.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral I*. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. 2 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação*. São Paulo: Ática, 2002.

FLORES, V. N. A enunciação e os níveis da análise linguística. *Anais do SITED* (Seminário Internacional de Texto, Enunciação e Discurso) Porto Alegre, RS, set. 2010.

FLORES, V. N. Notas para uma (re)leitura da teoria enunciativa. In: FLORES, V.; TEIXEIRA, M. *O sentido na linguagem: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 149-166.

¹² Encontramos o termo *Linguística da Diversidade* em Flores e Severo (2023). O alcance epistemológico e a envergadura conceitual que flagramos nesta reflexão deve, a nosso ver, render muitos frutos para a Linguística tanto em seu viés descritivo quanto geral.

FLORES, V. N. A linguística de Benveniste: uma teoria da linguagem. *Humanidades & Inovação*. Palmas, v., 9, n. 4, p.151-61, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/71392019>. Acesso em 10/03/2024.

FLORES, V. N.; OTHERO, G. Várias linguísticas, uma epistemologia da linguística. In: FLORES, V.; OTHERO, G (orgs.). *A linguística hoje: múltiplos domínios*. São Paulo: Contexto, 2023, p. 7-17.

FLORES, V. N. *A linguística geral de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Contexto, 2023.

FLORES, V. N. et. al. Enunciação e gramática. São Paulo: Contexto, 2009. FLORES, V.; SEVERO, R. Um estudo sobre a linguagem “Máscaras brancas, peles negras” de Franz Fanon. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 9028-9042, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/92753>. Acesso em: 08/04/202.

FLORES, V.N. TEIXEIRA, M. O linguista da comunicação: Roman Jakobson. In: FLORES, V. TEIXEIRA, M. *Introdução à linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 21-28.

FLORES, V. N.; OTHERO, G. A. Linguística geral. In: FLORES, V. N.; OTHERO, G. A . *A linguística hoje. Historicidade e generalidade*. São Paulo: Contexto, 2024, p. 105-120.

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1975.

JAKOBSON, R. Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe. In: JAKOBSON, R. *Essais de linguistique générale*. 1. Les fondations du langage. Paris: Les Editions de Minuit, 2003, p.176-196.

NORMAND, C. Émile Benveniste: qual semântica? In: NORMAND, C. *Convite à linguística*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 153-172.

ONO, A. La notion d'énonciation chez Benveniste. Limoges: Lambert-Lucas, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. 20^a edição. São Paulo: Cultrix, 1997.

SILVA, S. A criança sabe responder quando diz “eu...”? A aquisição de uma função da linguagem. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 98-106-, 2011. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/4011> Acesso em 04/04/2024.

SILVA, S. “A história da Linguística é furada” Uma entrevista com o Professor Izidoro Bliskestein, tradutor de Roman Jakobson. *Linguasagem*, São Paulo, v. 45, n.1, p. 109-118, 2024. Disponível em: <https://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/view/1685> Acesso em 08/04/2025.

Uma reflexão sobre a Linguística Geral e o aspecto vocal

A Reflection about General Linguistics and the Vocal Aspect

Raphaela Machado

Monteiro Chittolina

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
raphaelamonteiro@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9269-6820>

Resumo: Neste artigo, com o objetivo de reforçar que o aspecto vocal é um fenômeno que deveria interessar ao linguista de qualquer área do campo linguístico, propomos uma reflexão sobre o aspecto vocal para a linguística geral. Dessa maneira, primeiramente, apresentamos nosso princípio epistemológico e, em seguida, nosso ponto de vista linguístico e teórico. Após esclarecer nossa base teórica, a qual é norteada pela teoria da linguagem de Émile Benveniste e pela sua ótica enunciativa, fazemos uma pequena discussão sobre a indefinição de como denominar o próprio campo linguístico atualmente. Em seguida, passamos a falar do mutismo que há acerca dos estudos do aspecto vocal nesse campo devido à quase ausência de pesquisas sobre o fenômeno. De um ponto de vista benvenistiano enunciativo, então, esboçamos, de maneira breve, o nosso olhar para o aspecto vocal. Finalmente, a fim de contribuir para mais estudos sobre o aspecto vocal, trazemos, de modo resumido, outros trabalhos que investigam o aspecto vocal como forma de incentivar que outras áreas linguísticas no país também considerem tal aspecto enquanto interesse de pesquisa.

Palavras-chave: aspecto vocal; enunciação; voz.

Abstract: In this article, with the aim of reinforcing that the vocal aspect is a phenomenon that should interest linguists in any area of the linguistic field, we propose a reflection on the vocal aspect for general linguistics. In this way, firstly, we present our epistemological principle and then our linguistic and theoretical point of view. After clarifying our theoretical basis, which is guided by Émile Benveniste's theory of language and his enunciative perspective, we briefly discuss the lack of definition of our linguistic field. Next, we talk about the mutism



that exists in studies of the vocal aspect in this field due to the almost total absence of research on this phenomenon. From a Benvenistian enunciative point of view, then, we briefly outline our look at the vocal aspect. Finally, in order to contribute to further studies on the vocal aspect, we briefly summarize other works that investigate the vocal aspect as a way of encouraging other representative linguistic areas in the country to also consider this aspect as a research interest.

Keywords: vocal aspect; enunciation; voice.

1 Introdução

Muito se veem as palavras *linguística* e *epistemologia* juntas, mas se problematiza apenas a linguística. Assim, neste artigo, nosso primeiro passo é definirmos qual epistemologia para, então, definirmos qual linguística. De todo modo, é bem verdade que permanecemos, enquanto linguistas, questionando o que é isso que, de fato, fazemos e se o que fazemos é ciência. Além disso, um campo que tem influência de tantos outros – como o da antropologia, da filosofia, da psicologia etc. – pode ser denominado apenas *linguística* ou a denominação mais apropriada seria *as linguísticas*, ou ainda, *linguística geral*?

Nossa hipótese é que a *linguística geral*, o campo, reúne *as linguísticas*, as áreas, cada uma no seu singular. Não só isso, acreditamos também que há outro fator que as une e que, muitas vezes, o próprio linguista não se dá conta ou procura não se aproximar: o falante e, junto dele, o seu aspecto vocal¹ – o qual deveria interessar a qualquer área linguística, por se tratar da voz humana, presente em todo falante. Assim, nosso segundo passo é problematizar o distanciamento de outras áreas linguísticas que não se interessam pelo fenômeno do aspecto vocal. Ancorados na perspectiva benvenistiana da enunciação, apresentaremos uma pequena reflexão considerando que o som não é sinônimo de aspecto vocal e que, nesse último há, enquanto momento enunciativo, uma unicidade.

2 Qual epistemologia acompanha a linguística?

O campo da linguística, como se sabe, carece de uma definição unívoca acerca do que, de fato, é a linguística. Frequentemente, a vemos ligada ao entendimento da epistemologia.

¹ Optamos pelo uso da expressão *aspecto vocal* em função da perspectiva teórica que seguimos, isto é, a enunciativa benvenistiana. Émile Benveniste, em seu artigo denominado “O aparelho formal da enunciação” (1970), afirma que um dos processos pelos quais a enunciação pode ser estudada é, justamente, pelo seu aspecto vocal. De qualquer maneira, não estamos aqui fazendo distinção de significação na forma a qual comumente se denomina o aspecto vocal, ou seja, simplesmente a voz. Nossa intenção, ao utilizar a expressão aspecto vocal, neste artigo, é unicamente a de seguir a maneira como vimos enunciar o linguista que rege nosso aporte teórico.

Entretanto, a epistemologia também não tem uma significação bem definida. Isso pode ser visto em diversos autores como Martin (2003), o qual afirma, em sua obra, voltada ao entendimento da linguística, que a epistemologia diz aquilo que uma ciência se propõe e de qual maneira se propõe. Já Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 38), ao apresentarem a história das ideias linguísticas, definem a epistemologia enquanto “filosofia das ciências, isto é, o estudo crítico das ciências, consideradas como dados em seus desenvolvimentos e os seus resultados”.

Ora, essa pequena comparação já mostra que até mesmo o termo “epistemologia” também não se faz tão óbvio quanto talvez pareça, pois apenas um acréscimo que remete ao campo da filosofia, tal qual a citação anterior, é capaz de reconfigurar o olhar que se tem para determinado sentido lexical, o que, muitas vezes dificulta ainda mais o devido entendimento sobre os fundamentos que regem o campo da linguística. Dessa maneira, se faz importante que especifiquemos, primeiramente, a epistemologia que acompanha o ponto de vista linguístico presente neste estudo.

A perspectiva epistemológica que aqui será seguida é guiada pela linguística enunciativa de Émile Benveniste, o qual delimita a epistemologia como a teoria do conhecimento. O linguista afirma que há, ainda, muitas possibilidades de epistemologia, visto que, de acordo com o autor, nada está dito por antecipação. Contudo, ressalta que “a linguística é uma epistemologia, pode-se considerá-la como tal” (Benveniste, 2006, p. 38, grifo nosso). Com esse princípio epistemológico linguístico aqui colocado, passamos prontamente ao ponto anteriormente apresentado: a dificuldade de significação e de entendimento da própria linguística enquanto campo disciplinar.

3 A linguística acompanha um ponto de vista

É a partir do século XIX que o linguista deixa de ser um mero especialista em línguas em sua diversidade e passa a ser aquele reconhecido por deter um novo tipo de saber, de acordo com Colombat, Fournier e Puech (2017). Mas o que seria esse novo tipo de saber? Até hoje, o próprio linguista se questiona da sua ciência e do que pode ser considerado ciência dentro do seu estudo. Podemos afirmar, ao menos, que se trata certamente de um saber voltado a reflexões que permeiam questões voltadas à linguagem e à língua; entretanto, ainda atualmente não vemos uma unicidade de objeto quando o assunto é o da linguística. Isso pode ser facilmente percebido. Para isso, voltemos rapidamente a Martin (2003).

Antes de adentrar os diferentes caminhos linguísticos que apresenta em sua obra, o autor define a linguística enquanto uma disciplina empírica que incide sobre *um objeto* para preexistir o seu estudo. Um outro exemplo é a obra de Othero e Flores (2023). Os autores, ao escreverem sobre os múltiplos domínios da linguística nos dias de hoje, reforçam que não existe apenas *uma única maneira* de fazer linguística, nem mesmo uma única linguística, visto que há várias linguísticas, bem como várias formas de praticá-las. Logo, se, por um lado, para Martin (2003) há uma linguística *com o seu objeto*; por outro lado, para Othero e Flores (2023), há muitas linguísticas e, consequentemente, *muitos objetos*.

A percepção linguística de Othero e Flores (2023), porém, tem ainda mais uma particularidade: não por acaso, podemos relacionar essa ideia ao pensamento saussuriano. Isso porque, como dizia o Saussure do *Curso* “bem longe de dizer que objeto precede o ponto de

vista, diríamos que o ponto de vista que cria o objeto" (Saussure, 2013, p. 39). Assim, sendo cada linguística um ponto de vista, por conseguinte, cada uma tem de ter o seu próprio objeto.

Nessa direção, talvez pareça possível afirmar que o ponto de vista de que se constitui cada linguística é, na verdade, a teoria na qual cada linguística se baseia. Portanto, até a linguística que se denomina apenas, por exemplo, linguística aplicada, na realidade sempre está norteada por um ponto de vista teórico que possibilita um modo de olhar para o seu objeto. Trata-se, assim, de *um dos tantos* modos de olhar.

Acerca disso, é preciso também relembrar a reflexão de Milner (2023), pois o autor expõe um complexo raciocínio sobre a científicidade da linguística em que sintetiza, entre outros tantos pontos instigantes, que a linguística é uma ciência sem observatório. Isso porque "as ferramentas da experimentação constroem a instância do observatório" (Milner, 2021, p. 147), mas não há ferramentas nem observatório na linguística. O que se passa por observatório, de acordo com suas palavras, já inclui fragmentos de teoria linguística. Sendo assim, "a linguística não tem outro recurso a não ser ela própria para estabelecer a divisão entre o possível e o impossível da língua" (Milner, 2021, p. 151).

Se bem compreendemos o que nos disse Milner (2021), a linguística, diferentemente de outras tantas áreas (como a química, a física, etc. – as quais têm o seu observatório) não tem recursos para ser refutada, por isso ela não tem ferramentas. O seu recurso, então, é a *própria* língua. Logo, estamos lidando com uma ciência que tem de contar com ela mesma. Diante disso é que o autor considera a linguística enquanto *ciência única*.

A partir dessa exposição, o autor explica que a linguística tem duas possibilidades. A primeira possibilidade é a de recorrer ao dispositivo para simular o observatório a fim de precisão empírica e de dados observáveis. A outra possibilidade da linguística é a de permanecer vaga, renunciando à atribuição de propriedades específicas a seu objeto, isto é, sendo uma linguística que não simula um observatório. Trata-se, enfim, de um outro tipo de linguística, com apresentações mais amplas e que costuma operar com conceitos e com relações mais gerais.

Neste artigo, entendemos estar na segunda possibilidade de linguística, ou seja, na linguística que não tenta simular um observatório como dispositivo. Tal entendimento se dá porque, se toda a linguística é, de fato, guiada por um ponto de vista e esse ponto de vista é teórico, como acreditamos que seja, a linguística na qual nos baseamos é a benvenistiana, conforme vimos já no nosso princípio epistemológico. Seguir tal ponto de vista significa teorizar a partir de um olhar geral da linguagem, já que Benveniste não esboçou, no conjunto de sua obra, um modelo pronto para as suas reflexões entre a linguagem e o homem na busca da significação.

Na realidade, os estudos benvenistianos apresentam uma teoria da linguagem em que atravessa, em suas análises, o ensinamento de que o homem está na língua. Diferentemente do que se espera em análises feitas a partir de um modelo, a visão linguística benvenistiana é ampla e versa com outros campos como a antropologia, a psicologia, a filosofia etc. – tal qual tem sido, se paramos para pensar, o status de interdisciplinaridade do próprio campo da linguística hoje no Brasil. Assim, posicionamos a linguística a qual nos filiamos neste estudo na segunda possibilidade esboçada por Milner (2021), àquela cuja reflexão está despreocupada da intenção de simular o seu dispositivo.

Acerca da influência de campos, como a antropologia e a filosofia, podemos pensar mais na palavra interdisciplinaridade. Embora essa relação de campos seja muito produtiva, também pode gerar muita confusão, pois agora, talvez também por isso, nem sempre saibamos mais como devemos nos referir ao nosso próprio campo: a *linguística*, as *linguísticas* ou a *linguística geral*?

Neste item que nos detemos até o momento, falamos um pouco sobre a linguística no singular e esclarecemos qual a linguística nos ancoramos – a de base benvenistiana. Parece-nos necessário, porém, esboçarmos, brevemente, o que pensamos sobre o uso de *linguísticas* no plural, bem como o uso de *linguística geral* a fim de que, enfim, possamos falar do fenômeno do aspecto vocal, o qual constitui o objetivo de interesse deste artigo. É a isso que nos dedicaremos a seguir.

4 A linguística geral ou as linguísticas?

O status da interdisciplinaridade atual no campo é tamanho que encontramos áreas de pesquisa como a *biolinguística* e a *etnolinguística*. A primeira mistura-se com questões biológicas para identificar traços das línguas humanas que potencialmente decorrem de substratos biológicos da espécie a fim de alguma caracterização em termos de DNA, molécula etc.; a segunda mistura-se com questões antropológicas e se volta ao entendimento da natureza humana em uma relação entre o homem, a língua, a cultura e a sociedade (Othero; Flores, 2023).

Diante de tantos caminhos diferentes para o linguista investigar, o termo *geral* agora tem sido utilizado novamente com frequência ao lado da palavra *linguística*, recuperando a ideia de títulos como *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, bem como *Problemas de Linguística Geral*, de Émile Benveniste. Ao discutirem acerca do significado de *geral* em *linguística geral*, Colombat, Fournier e Puech (2017) atribuem três sentidos ao tema da generalidade linguística, ressaltando que se trata de um tema que pode ser, ao mesmo tempo, um ponto de consenso e o lugar de todos os mal-entendidos.

O primeiro dos três sentidos está contido nesta citação:

No fim do século XIX, a construção saussuriana forneceria, sem dúvida, o arquétipo de uma generalidade *principial*, quer dizer, *preparado para liberar os princípios gerais de uma descrição das línguas*, quer dizer, a unidade geral, articulada, sistemática, dos princípios que permitem descrevê-los em sua própria diversidade e em seu parentesco. Essa ‘generalidade’, que não pode separar a teoria da língua de uma reflexão metodológica, epistemológica sobre o conhecimento linguístico, é muito voltada para a ampliação de compreensão mais que de extensão da ciência da língua e das ciências dos signos (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 235, grifo próprio).

A partir da leitura da citação, percebemos que o primeiro sentido para tal generalidade se dá a partir da construção saussuriana e é voltado a *uma teoria de língua que relaciona reflexão metodológica, epistemológica*. Todavia, os autores contam que esse primeiro sentido concorre com o segundo sentido dado à generalidade linguística: *trata-se de uma definição mais ampla, de uma generalização tendencial*. Por fim, o último dos três sentidos precisados é o “*de se representar a atividade linguageira como manifestação concreta, real, observável dos indivíduos e dos grupos no espaço complexo e infinitamente variável de suas relações mútuas*” (Colombat; Fournier; Puech, 2017, p. 237, itálicos nossos).

Após expor tais sentidos, os autores apontam que, no final do século XIX e no começo do século XX, o tema *linguística geral* não agregou às pesquisas, pelo contrário: dispersou. Tal apontamento é feito porque, a partir desse período, para que os pesquisadores pudes-

sem exprimir a necessidade comum de um ponto de vista, tornou-se necessário uma série de esclarecimentos, visto que os pesquisadores não se entendiam mais tão facilmente sobre o que era um fato, sobre o que era linguística, sobre os meios e os métodos que permitiam dar conta (Colombat; Fournier; Puech, 2017).

Também Battisti, Othero e Flores (2022) refletem sobre o uso de *linguísticas*. Para eles, é possível utilizar o plural (*linguísticas*) ou não:

Evidentemente, nada impede que se continue usando a expressão singular “a linguística” para referir, em seu conjunto, o campo de estudos que reúne diferentes abordagens de diferentes objetos, constituídos a partir da consideração da linguagem humana. O importante é ter-se clareza de que a designação singular não pode encobrir a multiplicidade constitutiva do campo. Ou seja, cabe resguardar o direito à existência” dos vários estudos linguísticos existentes no mundo, pois é tão legítimo o ponto de vista de estudo criado por Saussure, no início do século XX, quanto aquele criado por Chomsky, na metade desse mesmo século, apenas para citar dois dos grandes expoentes do nosso tempo. Cada um mobiliza uma perspectiva própria de entendimento de linguística, de método para desenvolvê-la e de objeto a ser abordado (Battisti; Othero; Flores, 2022, p. 137).

Dito tudo isso, do que compreendemos, os autores dizem que adotar o uso de *linguísticas* ou de *linguística* não encobre a multiplicidade que já há no campo; logo, importa, realmente, a compreensão de que existe um conjunto de abordagens que constitui esse campo. Ao que nos parece, até mesmo a palavra *geral* ao lado de *linguística* está menos voltada ao dispersar – como disseram Colombat, Fournier e Puech (2017) e mais voltada ao interdisciplinar. E é a partir disso que podemos pensar nas *linguísticas* no plural. Não seria, então, esse *geral* apenas um modo de falar de cada abordagem linguística em seu singular, mas quando juntas, isto é, quando reunidas, enquanto conjunto, cada abordagem linguística passa a ser *linguísticas* no plural?

A fim de esclarecer melhor, cabe dizer que no panorama do campo linguístico atual, cada área tem sua peculiaridade e se ancora em diferentes pontos de vista. Seja essa área a linguística cognitiva, a sociolinguística ou a linguística do discurso, por exemplo: cada uma tem a sua própria abordagem e cada uma é tão diferente da outra, desde seu surgimento até sua fonte de estudo, que talvez o que as une seja meramente o fato de que elas podem se tornar linguísticas no plural quando reunidas a partir do nome *linguística geral*, o campo.

Porém, além disso, há um outro fator que entrelaça cada uma dessas linguísticas, embora nem sempre isso se faça evidente: trata-se do falante, isto é, daquele que fala. É somente a partir do falante utilizando a língua que podemos estudar a língua, independentemente do ponto de vista que se adote, ou seja, independentemente de qual área linguística se adote, pois a língua em si mesma é inacessível:² precisamos da fala. Se de algum modo chegamos perto de acessar a língua, portanto, é apenas pelo falante quando ele a utiliza em seu discurso.

Apesar disso, muitas abordagens linguísticas não parecem verdadeiramente interessadas em incluir todo o potencial que o falante tem como um parâmetro capaz de explicitar a sua relação com a língua em suas pesquisas. E tal falta de interesse se estende ao aspecto vocal desse falante. Para que possamos pensar melhor sobre tal aspecto, dedicaremos um novo item.

² Também Martin (2003, p. 54) disserta sobre isso quando explicita que somente a fala é do domínio do observável, visto que falar da língua é sempre formular hipóteses que constituem uma teoria.

5 O mutismo do aspecto vocal na linguística geral

Embora o fenômeno do aspecto vocal pareça um tema que deveria interessar a todo linguista, afinal, estamos falando da voz humana, independentemente de qual ponto de vista teórico, a realidade é que há uma ausência de interesse por tal aspecto no campo linguístico. Em outros campos, porém, percebemos que existem mais trabalhos, visto que o aspecto vocal está nos estudos literários (Josse, 2016); filosóficos (Agamben, 2006; Cavarero, 2011); estéticos (Blanchot, 2011); sociais (Jungzo, 1998); entre outros.³ Para Flores (2019), essa presença do aspecto vocal em outros campos na medida em que se faz ausente do campo linguístico denomina-se um *transbordamento disciplinar*.

Há, contudo, poucos trabalhos no campo linguístico voltados ao aspecto vocal que precisam ser assinalados, como Fonagy (1983). Também na fonética e na fonologia, por exemplo, temos estudos como os de prosódia (Oliveira Junior, 2022) ou estudos como os de produção da fala (Marchal; Reis, 2012) voltados à análise acústica, à articulação, ao fonema, ao suprassegmental etc. Já na linguística do discurso, há também os trabalhos de Pedro de Souza (2000) e de Carlos Piovezani (2009). Souza (2000) investiga, basicamente, a voz e a subjetivação na palavra cantada; Piovezani (2009) analisa vozes de sucesso veiculadas pela mídia brasileira contemporânea, bem como sentidos do discurso político brasileiro.

Entretanto, a pouca concentração de trabalhos linguísticos sobre o aspecto vocal, atualmente, pode ser encontrada, em sua maioria, na fonética e na fonologia – principalmente quando falamos do âmbito brasileiro de interesse sobre tal aspecto. Nesses trabalhos, o olhar para o aspecto vocal costuma se resumir ao seu sistema fonológico e ao que é tangível desse aspecto, como descrições articulatórias, auditivas, entre outras características. Mas e quanto à especificidade que há no aspecto vocal de cada falante, por que quase nenhuma área linguística se interessa em abordá-lo a partir do seu próprio ponto de vista?

Obviamente, o aspecto vocal carrega uma identidade com ele, caso contrário, ouviríamos todas as pessoas enunciando da mesma maneira. E essa identidade se presentifica no seu discurso sempre que o falante faz uso de sua língua. Contudo, os estudos linguísticos, de maneira geral, não se deixam tocar pelo que o falante tem a apresentar em relação a isso, isto é, em relação ao que o aspecto vocal e sua manifestação discursiva tem a apresentar.

Flores (2019) reflete acerca disso e de outras questões do falante porque aborda temas gerais de linguística ao expor uma antropologia da enunciação, isto é, o saber sobre o homem que advém do fato de o homem falar – expressar-se verbalmente. Trata-se do dizer do homem acerca da presença da língua nele. Para o autor, os estudos linguísticos desviam, em suas abordagens, da realidade do falante em favor de uma abstração, visto que não estão interessados em incluir o falante, consequentemente, excluem o aspecto vocal desse falante das análises linguísticas.

Ao que nos cabe, é de se questionar o distanciamento que, justamente, o campo da linguagem, que parece tão diretamente relacionado ao fenômeno do aspecto vocal, tenha quando se trata de incluir tal fenômeno vocal em suas áreas de pesquisa. Não seria possível, entretanto,

³ Algumas referências importantes são Jacques Derrida, com sua obra denominada “A voz e o fenômeno: uma introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl” (1994); Herman Parret, com “La voix et son temps” (2002); Paul Zumthor, com “Introdução à poesia oral” (2010); David Le Breton, com “Eclats de voix: une antropologie des voix” (2011); etc.

que cada área de pesquisa permitisse, dentro de seu próprio ponto de vista, um estudo sobre o aspecto vocal? Parece-nos que sim e é justamente isso que defendemos aqui: o aspecto vocal é um fenômeno que deveria interessar ao linguista de qualquer área do campo linguístico.

Abordaremos o aspecto vocal, de nosso ponto de vista a partir da linguística de Benveniste, conforme demonstraremos brevemente a seguir.⁴

6 O aspecto vocal do ponto de vista enunciativo

Estudar um fenômeno como o aspecto vocal nada mais é do que estudar aquilo que Benveniste proferiu em seu artigo “Da subjetividade na linguagem” (2005/1966 [1958]) como “um homem falando com outro homem e a linguagem ensina a própria definição de homem” (Benveniste, 2005/1966 [1958], p. 258). O que o linguista nos ensina, com suas palavras, é que o que encontramos no mundo é um homem que só pode ser homem porque tem linguagem, já que esta o define. Encontramos, assim, um homem que *fala* com outro homem. O autor nos permite, ao colocar o homem enquanto falante no centro de sua reflexão, colocar também o aspecto vocal entrelaçado a isso, afinal, é na relação entre o aspecto vocal e o homem que a fala se dá.

Já em seu artigo denominado “O aparelho formal da enunciação” (2006/1974 [1970]), Benveniste sintetiza muito do que já disse acerca da enunciação, em anos anteriores, definindo-a enquanto um “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 2006 [1970], p. 82). Em seguida, o linguista afirma ainda que a enunciação pode ser estudada sob diversos aspectos, mas elenca apenas três deles, sendo o primeiro o aspecto vocal:

O mais imediatamente perceptível e o mais direto – embora de um modo geral não seja visto em relação ao fenômeno geral da enunciação – é a realização vocal da língua. Os sons emitidos e percebidos, quer sejam estudados no quadro de um idioma particular ou nas suas manifestações gerais, como processo de aquisição, de difusão, de alteração – são outras tantas ramificações da fonética – procedem sempre de atos individuais, que o linguista surpreende sempre que possível em uma produção nativa, no interior da fala. Na prática científica procura-se eliminar ou atenuar os traços individuais da enunciação fônica recorrendo a sujeitos diferentes e multiplicando os registros, de modo a obter uma imagem média de sons, distintos ou ligados. Mas cada um sabe que, para o mesmo sujeito, os mesmos sons não são jamais reproduzidos exatamente, e que a noção de identidade não é senão aproximativa mesmo quando a experiência é repetida em detalhe. Estas diferenças dizem respeito à diversidade das situações nas quais a enunciação é produzida (Benveniste, 2006/1974 [1970], P. 82-83).

Embora Benveniste não tenha continuado a refletir sobre o aspecto vocal em seus artigos, podemos constatar as possibilidades prospectivas de análise que o linguista nos deixa até mesmo com essa citação, já que estamos falando de “sons emitidos e percebidos” que

⁴ Na linguística da enunciação, já encontramos alguns trabalhos de base teórica benvenistiana acerca do aspecto vocal, tais como a tese de doutorado de Daiane Neumann (2018) intitulada “Em busca de uma poética da voz”; a tese de doutorado de Marlete Diedrich (2015) “Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem”; o artigo de Valdir do Nascimento Flores (2015) “O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação”; entre outros.

“procedem sempre de atos individuais”. Seria, assim, o aspecto vocal equivalente a um som? Ao que nos parece, o ponto de vista enunciativo não nos permite interpretar tal frase deste modo, visto que a enunciação está mais voltada para o ato de dizer do que para o produto do ato. Dessa forma, o som estaria mais voltado para o produto e o aspecto vocal para o ato de dizer. Logo, consideramos que o som é apenas o veículo o qual serve de suporte para o aspecto vocal e que ambos não são sinônimos.

Contudo, ainda nesse pequeno trecho citado, o próprio autor demonstra perceber que a prática científica procura eliminar ou, ao menos, atenuar, o que é individual quando se trata do aspecto vocal. A sua continuação a essa percepção é crucial, pois o linguista afirma que, apesar dessa procura científica, cada falante sabe que os mesmos sons – os quais aqui consideramos os enunciados – não são jamais reproduzidos da mesma maneira.

Do nosso ponto de vista, parece que Benveniste constata o quanto o aspecto vocal está além da sua materialidade corporal, apresentando a sua capacidade enunciativa de ser noção de identidade individual. Evidentemente, não podemos apresentar o que Benveniste pensou acerca do aspecto vocal como uma afirmação. Entretanto, de nossa parte, seguindo o norte benvenistiano de reflexão, afirmamos que compreendemos o aspecto vocal como um momento da enunciação⁵ em que há uma relação de unicidade. Nesse sentido, entendemos que “sons” não sustenta tudo o que a especificidade vocal pode significar, mas dá indícios do que há de único quando se trata da voz de cada falante.

Assim, o que buscamos demonstrar no presente item, de norte enunciativo, o qual rege nosso ponto de vista, é que, na realidade, o fenômeno do aspecto vocal deveria interessar ao linguista de qualquer área do campo linguístico. A seguir, ilustraremos outras possibilidades de pesquisa para outras áreas linguísticas a fim de incentivar o fomento de interesse pelo fenômeno do aspecto vocal em nosso campo.

7 Outros caminhos linguísticos para o aspecto vocal

Considerando a amplitude já dita do campo do qual o linguista faz parte hoje, a diversidade das áreas linguísticas – como a linguística aplicada, a linguística cognitiva etc. – apenas salienta o quanto é possível pesquisar o aspecto vocal a partir de diferentes pontos de vista, posto que se trata, como já dissemos, de um fenômeno que deveria interessar ao linguista de qualquer área. Portanto, neste momento, apresentaremos, resumidamente, dois trabalhos referentes ao aspecto vocal de diferentes áreas linguísticas como forma de incentivar estudos que possam ser desenvolvidos acerca desse fenômeno.

O primeiro deles é da linguística forense, a qual se considera uma subdisciplina da linguística aplicada. Sendo o foco da linguística aplicada a perspectiva da linguagem em uso e na prática localizada, situada para a resolução de problemas, faz sentido que a linguística forense se relacione à linguística aplicada. Isso porque a linguística forense é uma área nova que investiga e analisa a linguagem em todos os tipos de interação no contexto jurídico, muito atuante, principalmente, em países de língua inglesa.

⁵ Flores (2019), constata ainda o caráter paradoxal enunciativo: a enunciação pode ser geral e, ao mesmo tempo, singular. Ela é geral na sua forma, mas singular na sua manifestação. Consequentemente, essa reflexão, conforme o autor bem aponta, estende-se ao aspecto vocal da enunciação.

Nessa área, um trabalho importante foi a procura da Scotland Yard inglesa por peritos ou peritos linguistas que pudessem desvendar o sotaque do terrorista do Estado Islâmico que decapitou um jornalista americano. Embora o terrorista estivesse com uma vestimenta que cobria todo o seu rosto, quando essa pessoa colocou a língua em utilização, através da fala, o seu aspecto vocal o identificou: o perito linguista percebeu, então, que se tratava de um britânico, ex-morador de Londres. A proveniência linguística prevaleceu, então, ainda que a pessoa estivesse até mesmo com a sua face oculta. (Othero; Flores 2023).

Trabalhos como esse, dedicados ao exame de linguagem como prova e evidência, são muito comuns em alguns países, tais como Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra. Contudo, são pouco aceitos pelo contexto jurídico brasileiro, o que apenas reforça a necessidade de desenvolvimento de pesquisa na área da linguística forense e de divulgação também, a fim de que se comprove a sua verdadeira relevância também no âmbito do direito e da justiça. Para além da necessidade do crescimento da área, trabalhos como esse também reforçam o quanto a pesquisa sobre o aspecto vocal é importante para diferentes áreas, sendo uma delas a linguística forense.

Outro trabalho interessante é o que a neurociência faz. Ao contrário do que comumente se pensava, uma equipe de neurociência foi capaz de mostrar que o aspecto vocal, enquanto sinal, não é tratado por uma zona específica do lobo temporal, mas que diferentes regiões do cérebro trabalham conjuntamente para identificar todos os sons que nos chegam. Dessa maneira, o trabalho em conjunto do cérebro permite adotar comportamentos adaptados às situações, às demandas, aos perigos da situação (Maliska, 2015).

Esse estudo neurocientífico coloca em questão os modelos baseados na especialização funcional do cérebro, pois a equipe de tal estudo demonstrou que o nosso cérebro não trata os diferentes ruídos na mesma velocidade, o que incita a pensar, ao menos, por qual razão o aspecto vocal pode se distinguir de outras sinalizações no cérebro e como a linguagem se relaciona nisso. Trata-se, assim, de uma pesquisa que pode servir de interesse à neurolinguística, área dedicada justamente à investigação da atividade cerebral da linguagem, elaboração da linguagem, entre outras especificidades.

8 Conclusão

É chegada a hora de concluir, mas antes gostaríamos de retomar os pontos principais vistos até aqui. Em síntese, percebemos que a epistemologia, assim como a linguística, não é unânime e que é preciso adotar um ponto de vista para ambas. O nosso ponto de vista segue o norte enunciativo benvenistiano, o qual mostra reflexões amplas sobre a teoria da linguagem em uma relação que nos ensina que o homem está na língua. Contudo, é possível também seguir muitos outros nortes além desse, pois vimos que muitas são as áreas linguísticas que, quando reunidas, constituem o campo do qual, neste estudo, optamos por chamar de linguística geral.

Nesse sentido, passamos a questionar o que também entrelaça tais áreas linguísticas e chegamos, assim, ao falante e ao aspecto vocal desse falante: todas as áreas, a partir dos seus próprios pontos de vista, poderiam pesquisar acerca do aspecto vocal, pois se trata de um fenômeno de linguística geral. Apesar disso, como vimos, a maioria das áreas linguísticas procura se distanciar desse aspecto e daquilo que escapa à regularidade científica a fim de excluir o que diz da individualidade do falante; logo, de maneira geral, um estudo que investigue a unicidade do aspecto vocal não tem sido acolhido no campo linguístico do nosso país.

Finalmente, os dois estudos que apresentamos brevemente, em nosso último item, apenas demonstram o quanto o aspecto vocal pode ser estudado a partir de outros pontos de vista linguísticos, isto é, a partir de outras áreas linguísticas, em nosso país. Isso porque o primeiro deles é um estudo de linguística forense bastante pertinente e totalmente relacionado ao aspecto vocal, que, conforme vimos, é requisitado em outros países, especialmente no contexto jurídico, mas no Brasil ainda não tem a devida legitimação. Já o segundo deles serve como uma proposta de um estudo pensado em uma área não linguística, mas neurocientífica; todavia, que pode ser adaptado para uma área linguística em função da sua relação com o aspecto vocal e de haver área linguística interessada em características da neurociência, tal qual é a neurolinguística.

De qualquer maneira, trouxemos, enfim, outros olhares acerca do aspecto vocal também como forma de inspiração ao campo linguístico como um todo no país. Sobretudo, como um modo de acentuar o nosso objetivo de defender que o aspecto vocal seja compreendido enquanto um fenômeno que deveria interessar ao linguista de qualquer área do nosso campo.

Referências

AGAMBEN, G. *A linguagem e a morte: um seminário sobre a negatividade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BATTISTI, E.; OTHERO, G.; FLORES, N. V. *Conceitos básicos de linguística: noções gerais*. São Paulo: Contexto, 2022.

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral I*. 2^a ed. São Paulo: Pontes, 2005 [1966].

BENVENISTE, É. *Problemas de Linguística Geral II*. 5^a ed. São Paulo: Pontes, 2006 [1974].

BENVENISTE, É. (1970). *O aparelho formal da enunciação*. In: BENVENISTE, É. (2006). *Problemas de Linguística Geral II*. São Paulo: Pontes, 2006.

BLANCHOT, M. *Uma voz vinda de outro lugar*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

CAVARERO, A. *Vozes plurais: filosofia da expressão vocal*. 2^a ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

COLOMBAT, B.; FOURNIER, J. M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

DERRIDA, J. *A voz e o fenômeno: introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl/Jacques Derrida*. Tradução de Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

DIEDRICH, M. *Aquisição da linguagem: o aspecto vocal da enunciação na experiência da criança na linguagem*, 2015, 148 f. Tese de doutorado, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

FLORES, N.V. *O falante como etnógrafo da própria língua: uma antropologia da enunciação*. Working Papers em Linguística, Florianópolis. v.19, n.2 p.35-53, jan./jun 2015.

FLORES, N. V. *Problemas gerais de linguística*. Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

FÓNAGY, Ivan. *La vive voix*. Paris: Payot, 1983.

JOSSE, G. *Des vives voix*. Paris: Le Temps qu'il fait, 2016.

JUNGZO, K. *La voix – Étude d`ethno-linguistique comparative*. Paris: Éd. De L`École des Hautes Études em Science Sociales, 1998.

LE BRETON, D. *Éclats de voix. Une anthropologie des voix*. Paris, Éditions Métailié, 2011.

MALISKA, M. E. *A voz na psicanálise: suas incidências na constituição do sujeito, na clínica e na cultura*. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

MARCHAL, A.; REIS, C. *Produção da fala*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MARTIN, R. *Para entender a linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

MILNER, J. C. *Introdução a uma ciência da linguagem*. Rio de Janeiro: Vozes, 2021.

NEUMANN, D. *Em busca de uma poética da voz*, 2018, 175 f. Tese de doutorado, Faculdade de letras, Universidade Federal do Rio Grande do sul, Porto Alegre, 2018.

OLIVEIRA JR, M. *Prosódias, prosódia: uma introdução*. São Paulo: Contexto, 2022.

OTHERO, A. G.; FLORES, N. V. *A linguística hoje: múltiplos domínios*. São Paulo: Contexto, 2023.

PARRET, H. *La voix et son temps*. Bruxelles: Éditions De Boeck Université, 2002.

PIOVEZANI, C. *Verbo, corpo e voz – Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político*. São Paulo: Unesp, 2009.

SAUSSURE, F. *Curso de linguística geral*. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

SOUZA, P. *A escrita e a voz: limiares entre o eu e o corpo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

ZUMTHOR, P. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2010.

From the fortress of ideas to the house of cards of certainties: an epistemological essay on science and linguistics in modernity and postmodernity

Da fortaleza das ideias ao castelo de cartas das certezas: um ensaio epistemológico acerca da ciência e da linguística na modernidade e na pós-modernidade

Reiner Vinicius Perozzo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
reiner.vinicius@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-7778-9690>

Felipe Flores Kupske
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) | Porto Alegre | RS | BR
felipe.kupske@ufrgs.br
<https://orcid.org/0000-0002-0616-612X>

Abstract: Linguistics consolidated itself as an independent science in the last century, being shaped by different approaches. During the modern era, promising trends, such as North American structuralism and generative theory, began to adopt methods and conceptual structures that brought them closer to the natural sciences, especially under the influence of positivism. However, a significant change has been observed in the epistemological panorama of linguistics, driven by the values of postmodernity. This new perspective shakes up truths previously considered absolute and proposes an alternative way of thinking about linguistic phenomena, for which Complexity Theory may account. In this new scenario, conceptually vast and endowed with transdisciplinarity, attention turns to diversity, flexibility and the influence of external factors on language structure and functioning. In this article, we offer epistemological considerations on the trajectory of linguistics in modernity (focusing on both the Bloomfieldian and the Chomskyan enterprises) and in postmodernity (addressing the perspective of complexity) and how this path relates to the construct of science in light of the entities and events of language. This objective is justified by the ability of Complexity Theory to embrace instability, unpredictability and heterogeneity as constitutive elements of language, using an ecological, non-linear and multidimensional view of linguistic phenomena and processes.

Keywords: linguistics; science; modernity; postmodernity; complexity.

Resumo: A linguística consolidou-se como ciência independente no século passado, sendo moldada por diferentes abordagens. Durante a modernidade, vertentes promissoras, como o estruturalismo norte-americano e o gerativismo, passaram a adotar métodos e estruturas conceituais que as aproximaram das ciências naturais, sobretudo sob influência do positivismo. Entretanto, tem-se observado uma mudança significativa no panorama epistemológico da linguística, impulsionada pelos valores da pós-modernidade. Essa nova perspectiva abala verdades antes tidas como absolutas e propõe uma forma alternativa de pensar os fenômenos linguísticos, os quais podem encontrar respaldo na Teoria da Complexidade. Nesse novo cenário, conceitualmente vasto e dotado de transdisciplinaridade, a atenção se volta para a diversidade, a flexibilidade e a influência de fatores externos no funcionamento da língua. Dessa forma, propomos neste artigo uma apreciação epistemológica da trajetória da linguística na modernidade (com foco nos empreendimentos bloomfieldiano e chomskyano) e na pós-modernidade (visando à perspectiva da complexidade) e como ela se relaciona com o construto de ciência à luz dos entes e dos eventos da linguagem. Tal objetivo se justifica a partir da capacidade de a Teoria da Complexidade acolher a instabilidade, a imprevisibilidade e a heterogeneidade como elementos constitutivos da linguagem, valendo-se de um olhar ecológico, não linear e multidimensional sobre fenômenos e processos linguísticos.

Palavras-chave: linguística; ciência; modernidade; pós-modernidade; complexidade.

1 Introduction: setting the stage

The systematization of knowledge and the tireless human task of solving problems are a memorable feat in the evolution of civilizations. The Scientific Revolution, approximately between the 16th and 18th centuries, consists of a series of events that marked the emergence of modern science, when developments in areas such as mathematics, physics, astronomy, biology, and chemistry transformed views of society over nature. The scientific endeavors of this period also had an impact on the design of language studies, particularly in the United States, whose objective was to “elevate” linguistics (especially in the 20th cen-

tury) to the level of natural sciences. In this scenario, modern linguistics began to incorporate inquiry mechanisms that reflected proposals from other sciences, operating mainly in the wake of analytical reductionism, empirical observations, commitment to universality, and closed linear systems. The appeal to rationality and the prestige of ideas as sources of knowledge served as a *fortress* against the apparent chaos and disorder of the world, protecting both scientific incursions and research methods.

Postmodernity (which began in the last decades of the 20th century), however, broke with the prevailing paradigm until then and established a new way of doing science. Thus, the new scientific approach questions some elementary principles of its predecessor paradigm¹ and points to phenomena that escape more conventional methods of treating them. The scope of much scientific research in postmodernity becomes related to substantially non-linear events, which have interdisciplinarity at their core and can only be adequately conceived if thought of as complex and adaptive systems. Again, this trend spread to other areas of knowledge, reaching, unsurprisingly, linguistics. As a consequence, the main points of linguistic science are challenged and new perspectives of analysis emerge to account for linguistic facts and units, which no longer comply with a system of transformational rules, nor with a set of violable universal constraints. No *fortress* is plausible here, and the most we can count on is a *house of cards*, as subtle as it can be, together with a body of certainties — equally changeable and smooth.

The present article offers a brief epistemological appreciation of three linguistic constructs in modernity and postmodernity, considering the undeniable influence of the precepts of science, in both periods, on the agenda of linguists. More specifically, aligned with the first branch of discussion proposed in this edition's theme, *questions of general linguistics in the light of different theoretical-methodological orientations*, this article aims to present an alternative view for the study of language, based on postmodernity and on the principles of Complexity Theory. This objective is justified to the extent that proposing to envision the study of language through a contemporary lens, grounded in the precepts of Complexity Theory, stems from both a critical reassessment of traditional linguistic paradigms and a broader epistemological shift currently occurring across the sciences and humanities. At its core, this proposal reflects an attempt to better capture the dynamic, adaptive, and emergent nature of language — a construct that resists being fully explained by means of linear, mechanistic, or overly reductionist models.

In order to accomplish our goal, we intend to draw parallels between science and linguistics, taking as a starting point the Scientific Revolution, and, as an ending point, postmodernity. This paper is, then, divided into five sections considering this brief introduction, which corresponds to the first section. The second section provides a bird's eye view to the study of language, in general terms, highlighting the efforts made by linguistics to reach scientific legitimacy. Its purpose is to introduce the reader to a few scholars and linguists that significantly contributed to the consolidation of the field in the last century. The third section

¹ As this article counts on concepts from Epistemology and Theory of Science, we use the term paradigm to acknowledge Kuhn's (1962) approach to the notion of Scientific Revolutions. In this regard, the concept of "paradigm" is used to describe the conceptual structures, theories, and practices that dominate a particular area of science at a given time. In the case of modern linguistics, such a paradigm has never disappeared, even though a postmodern (alternative) paradigm has emerged. Therefore, whenever we characterize a paradigm as happening previously to another, it is solely for the sake of a timeline with didactic purposes, and we do not mean that paradigm is over or has been supplanted.

addresses a comparison between science and linguistics in modernity, indicating their main characteristics and developments. From numerous perspectives in linguistics, we focus solely on North-American Structuralism and on generativism because they capture the principles of modern science. The fourth section discusses science and linguistics in postmodernity, also listing its characteristics and improvements in contrast to the previous paradigm. This is done based on the notion that Complexity Theory represents an approach (out of many others) that is able account for linguistic phenomena as seen through the lens of postmodernity. Finally, the last section offers a conclusion — which does not claim to be exhaustive or definitive — about the reflections carried out in this text.

2 The scientific legitimacy of linguistics in the last century

Over the course of the twentieth century and into the twenty-first, linguistics has undergone significant transformations in its quest to be recognized as a scientific discipline. This endeavor has involved not only the refinement of its object of study — language — but also the systematic development of its methods, theoretical frameworks, and epistemological foundations. From the early structuralist movements to the emergence of generative grammar, and from the rise of corpus linguistics to interdisciplinary engagements with cognitive science and neuroscience, linguistics has persistently sought to align itself with the methodological and conceptual rigor typically associated with the natural sciences.

In the early decades of the twentieth century, the emergence of structuralism marked a decisive step toward the scientific formalization of language study. In Europe, Ferdinand de Saussure's *Cours de Linguistique Générale* (1916) introduced a conceptual shift by proposing that language should be studied as a system of signs defined by internal relations rather than by historical development alone. Saussure distinguished between *langue* (the structured, collective system of language) and *parole* (individual speech acts), emphasizing the necessity of analyzing language synchronically — as a system at a given point in time. This approach allowed linguistics to distance itself from philological traditions and align more closely with the structural and systemic thinking that characterized other emerging scientific disciplines of the era.

Meanwhile, in the United States, Leonard Bloomfield advanced a version of structuralism that was explicitly aligned with the principles of behaviorism and logical positivism: data-driven, objective, and free from speculative or metaphysical constructs. In his seminal work *Language* (1933), Bloomfield argued for a linguistics rooted in observable, measurable data. He advocated for the collection and classification of linguistic forms based on their physical properties (especially phonology and morphology), while deliberately excluding introspective accounts of meaning.

By the mid-twentieth century, this behaviorist and descriptivist model came under scrutiny. Noam Chomsky, beginning with *Syntactic Structures* (1957) and, later, *Aspects of the Theory of Syntax* (1965), revolutionized the field by proposing a mentalistic and formal approach to grammar, now known as generative grammar. Chomsky argued that linguistic competence — the internal knowledge speakers have of their language — could not be accounted for by surface behavior alone. Instead, linguistics must aim to uncover the abstract rules and principles that generate all possible grammatical sentences in a

language. He introduced the distinction between *competence* and *performance*, focusing on the underlying, idealized knowledge of language. Generative grammar employed formal models and rule systems, borrowing tools from logic and mathematics, and thereby repositioned linguistics within formal sciences.

Chomsky's work reoriented linguistics toward the cognitive sciences, contributing to the establishment of a new interdisciplinary framework that included psychology, neuroscience, philosophy, and computer science. This shift emphasized language as a cognitive faculty, and by doing so, linguistics became central to theories of the mind. The generative paradigm fostered rigorous hypothesis testing, formal modeling, and computational simulation — all hallmarks of scientific inquiry. Chomsky's approach was also deeply concerned with explanatory power, arguing that a truly scientific linguistics must not merely describe linguistic data, but explain it by positing innate structures and universal principles.

Parallel to these developments, the field expanded its empirical base through the rise of psycholinguistics and neurolinguistics, which introduced experimental methods for investigating language processing, comprehension, and production. These fields of study adopted tools such as reaction-time experiments, eye-tracking, ERP (event-related potentials), and brain imaging techniques (fMRI, PET), which provided neurological and cognitive evidence for linguistic theories. Such empirical techniques further strengthened the scientific profile of linguistics by grounding abstract theories in observable and measurable phenomena.

Another scholar that must be addressed is Mikhail Bakhtin. Bakhtin was a Russian philosopher and literary theorist whose contributions to linguistics emerged primarily between the 1920s and 1970s, though his influence on language studies became prominent internationally only after his death in 1975. His work introduced a radically social and interactional perspective on language, emphasizing that all utterances are dialogic — that is, shaped by and directed toward other voices. Key concepts such as dialogism, heteroglossia, and the utterance challenged formalist and structuralist models by foregrounding the social, historical, and ideological dimensions of language use.

Émile Benveniste was a French linguist whose work, primarily active from the 1930s through the 1970s, significantly shaped modern linguistic theory by emphasizing the centrality of the speaking subject in the construction of meaning. His most influential contributions lie in his development of enunciative linguistics, where he argued that language is not a static system but a dynamic act of enunciation, rooted in the relationship between speaker, listener, and context. By analyzing personal pronouns, tenses, and deixis, Benveniste demonstrated how subjectivity is linguistically constituted, marking a departure from models that treated language as an autonomous system.

In the latter part of the twentieth century, the advent of corpus linguistics and usage-based models brought new dimensions to linguistic science. The development of large digital corpora and computational tools enabled the study of language as it is used in real communicative contexts. Corpus linguistics emphasized frequency, distribution, and collocational patterns, offering a statistically grounded account of language structure and use. This approach complemented formal theories by providing extensive empirical data, and it supported the emergence of probabilistic models of grammar, which view language as shaped by patterns of usage and cognitive processing. Such models often integrate insights from cognitive linguistics, which, in contrast to generative grammar, emphasizes conceptual structures, metaphor, embodiment, and the interaction between linguistic form and meaning.

The history of linguistics over the last hundred years reveals a dynamic and multi-faceted effort to define itself as a science. From the structuralist focus on systemic organization, through the formal rigor of generative grammar, to the empirical breadth of corpus studies and the experimental precision of cognitive and neurolinguistic approaches, linguistics has consistently adopted and adapted scientific methods to deepen its understanding of language. At the same time, the field has embraced theoretical pluralism and epistemological self-awareness, recognizing that the scientific study of language must account for both its formal properties and its contextual, social, and cultural dimensions. This combination of methodological rigor and theoretical diversity continues to shape linguistics as a robust and evolving scientific discipline.

3 Analytical reductionism as the building blocks of science and linguistics

The Modern Age was relentless in the theoretical-methodological treatment of phenomena that manifested within the framework of science. The rise of analytical thinking and reason was guided by a new way of seeing the world, supported by a strong inclination towards rationalism, active knowledge, and a rigid method of investigation. As Aranha and Martins (2013) point out, this stance largely stems from a historical context marked by radical transformations, such as the abandonment of geocentrism, the growth of commercial activities, the expansion of urban centers, reformist movements impugning the power of the Church, and the technical and technological improvements that reconfigured the relationships between individuals and their surroundings.

By counting on a strong connection between science and technique, the Scientific Revolution of the Modern Age did not develop according to a simple evolution of scientific thinking, but in conformity with a drastic rupture that triggered another conception of what came to be understood as scientific knowledge. Thus, an allegedly rigorous and ordered empirical construct for conducting scientific research was disseminated, which underpinned and propelled the reflections of Galileo Galilei, Isaac Newton, Johannes Kepler, and Francis Bacon, to name a few. Therefore, mathematics and physics, recognized scientific disciplines at the time, became a model—or paradigm—of how the search for knowledge should be implemented.

In general terms, in this view of science, if the functioning of a given object of investigation is not tangible to the researcher, the obvious way to conduct a scientific study lies in observing the parts of that object in order to later be able to understand the whole. This approach is commonly referred to as analytical reductionism (Colchester, 2016). The basic premise of analytical reductionism is based on the investigation of an object in its individuality and suggests that large phenomena (in general, complex) can be divided and modeled into smaller parts, that is, reduced. These parts are then recombined so as to provide a description of the whole. According to Colchester (2016), analytical reductionism is a resource used by most sciences, especially physics, and many systems—especially the ones that are isolated, linear, deterministic, and static—are better suited to this type of investigation method.

The analytical reductionist perspective allows for a thorough examination of various types of systems and, when the parts of these systems are examined, it is possible to

discover that they are composed of more basic elements. For example, when studying the human body, it is observed that it is made up of different organs, which represent a combination of tissues, which in turn are made up of cells, which are made up of organelles, formed by molecules, which are made up of atoms, which are formed by elementary particles, etc. (Colchester, 2016). At the same time, the commitment to universality is another striking characteristic of analytical reductionism, since, in this perspective, there are individual elements that permeate different levels of the same object or system (in the example above, this individual element could be the atom, which would be present from molecules to body organs).

Scientific practice licensed by analytical reductionism was not only reserved for the natural sciences, but also had an impact on the humanities. Perhaps the most prototypical plot in which this extrapolation can be seen is in the field of Sociology, based on the reflections of Auguste Comte. The scholar believed that the understanding of how society functions could only be achieved through scientific investigation and the general laws that governed both social stability and change. For Auguste Comte, the scientific understanding of these laws could reshape society, and science could be used to build a better world (Simoni, 2015).

Another field of human sciences influenced by analytical reductionism, and which is of particular attention in this article, concerns linguistics. Cunha, Costa and Martelotta (2017) explain that the scientific study of language must be based on a general theory of how it is structured and functions, and the linguist's work consists of systematizing their observations as they relate to such a theory. For the authors, rigorous methods for describing languages are built upon this theory:

The ultimate goal of linguistics is to understand the fundamental principles that govern this exclusively human capacity for expression through languages. To achieve this goal, linguists analyze how natural languages are structured and function. The investigation of different aspects of the different languages of the world is the procedure followed to detect the characteristics of the language faculty: what is universal and innate, what is cultural and acquired, among other things (Cunha; Costa; Martelotta, 2017, p. 21).²

Cunha, Costa and Martelotta (2017) also draw attention to the fact that linguistics proposes the study of languages as a way to obtain information about the nature of language in general. It should be noted that the authors' view is completely immersed in the universalistic character of linguistic facts derived from the linguist's observation. This positioning is consistent with one of the concerns of analytical reductionism, which revolves around the universality of patterns attested. Another point addressed by the authors, which is in line with the reductionist assumptions upheld by modern science, is that "linguistics tends to be

² Original version in Portuguese: "o objetivo final da linguística é depreender os princípios fundamentais que regem essa capacidade [a linguagem] exclusivamente humana de expressão por meio de línguas. Para atingir esse objetivo, os linguistas analisam como as línguas naturais se estruturam e funcionam. A investigação de diferentes aspectos das diversas línguas do mundo é o procedimento seguido para detectar as características da faculdade da linguagem: o que há de universal e inato, o que há de cultural e adquirido, entre outras coisas" (Cunha; Costa; Martelotta, 2017, p. 21).

empirical, rather than speculative or intuitive, meaning it tends to base its findings on strict methods of observation" (Cunha; Costa; Martelotta, 2017, p. 20).³

Costa (2017) argues that, in linguistics, structuralism presumes the existence of concepts and methods that imply the recognition that a language corresponds to a structure or a system. This definition of structuralist linguistics is very suitable for this discussion as it is compatible with the characteristics of a system for which analytical reductionism accounts — isolated, linear, deterministic, and static (Colchester, 2016). In this perspective, linguistic systems are autonomous and cohesive (Moura; Cambrussi, 2018), attributes that are related to Colchester's (2016) designation of systems described by modern physics.

Despite different paths, the epistemological rapport between the natural sciences and the science of language can be seen both in linguistic structuralism (empirical observations) and in the subsequent period, generative linguistics (universalistic aspects). Regarding this parallel, central to the discussions in the present article, let us examine some reflections concerning linguistic structuralism as developed by Leonard Bloomfield first, and then, generativism, coined by Noam Chomsky.⁴

Leonard Bloomfield's linguistic structuralism represents a foundational moment in the history of modern linguistics, particularly in the United States, where it came to define what is now known as North-American structuralism. Developed during the first half of the 20th century, Bloomfield's approach sought to establish linguistics as a rigorous and objective science, comparable in its methods to the natural sciences. In doing so, he distanced his work from introspective or speculative traditions and, instead, aligned linguistics with the principles of empiricism, logical positivism, and behaviorist psychology.

One of the central tenets of Bloomfield's structuralism is the belief that linguistics must be grounded exclusively in observable, verifiable data. For Bloomfield, language is best understood as verbal behavior, and its study should be confined to elements that can be physically recorded and systematically analyzed. As a result, he deliberately avoided engaging with mentalistic explanations or with constructs that could not be directly observed (Battisti; Othero; Flores, 2022). This perspective is especially evident in his treatment of meaning, which he famously described as the "weak point in language study and will remain so until human knowledge advances very far beyond its present state" (Bloomfield, 1933, p. 139). Because meanings were seen as internal, subjective, and not easily accessible to scientific scrutiny, Bloomfield downplayed semantics in favor of a more mechanistic account of language.

In practice, Bloomfield's linguistics focused on the formal structure of language, especially in its phonological and morphological dimensions. He developed methods for identifying and classifying phonemes through the use of minimal pairs, and for segmenting words into morphemes, which he defined as the smallest units of form that carry meaning or grammatical function. Syntax, too, was studied through a formal lens, with emphasis placed on distributional analysis — that is, examining the environments in which linguistic units occur in order to determine their grammatical roles. Camara Jr. (2021) affirms that Bloomfield relied heavily

³ Original version in Portuguese: "a linguística tende a ser empírica, e não especulativa ou intuitiva, ou seja, tende a basear suas descobertas em métodos rígidos de observação" (Cunha; Costa; Martelotta, 2017, p. 20).

⁴ The reflections we propose in this article take into account specifically two theoretical ventures in modern linguistics: North-American structuralism, with a focus on Leonard Bloomfield, and generative linguistics, developed by Noam Chomsky. This is due to the fact that these perspectives represent quite well the principles of modern science.

on Immediate Constituent (IC) analysis as a way of breaking sentences into hierarchical components, thereby revealing their internal structure without invoking mental representations.

Many components of Bloomfield's linguistics emblematically exemplify the precepts of analytical reductionism. Since different possibilities of combination among language units are envisioned, different niches of analysis can be observed. In the phonological dimension, phonemes combine rigorously to form syllables (which, in turn, come together and form words). In the morphological sphere, words are formed by morphemes, their constitutive units. In terms of syntax, words conjoined to form phrases, which make up sentences.

It should be clear by now that factors such as [i] the recognition of language as a closed and static system; [ii] the allocation of smaller units within larger ones; [iii] the pursuit of knowledge widely based on empiricism; and [iv] the notion of hierarchical structures in all levels of analysis led Bloomfieldian linguistic structuralism to reflect the *modus operandi* captured by the Modern Age and highly valued by the natural sciences (Lyons, 1987). Epistemologically, Leonard Bloomfield's linguistics closely mirrors the positivist framework that characterizes the scientific worldview of modernity, particularly in its empiricism, objectivism, and methodological rigor. In other words, his linguistic theory is deeply rooted in the tenets of logical positivism and the broader scientific ethos of the early 20th century, which sought to establish a value-free, observation-based, and mechanically verifiable foundation for all forms of knowledge.

The school that temporally succeeds structural linguistics, known as Generative Linguistics, maintains some of these factors — but ceases to place the burden of seeking the source of linguistic knowledge under the aegis of empiricism — and brings innovations. For the generative school, instituted by Noam Chomsky, the study of human language follows a rationalist conception, as opposed to an empiricist one, assumed by Leonard Bloomfield.

It is worth mentioning that during the 17th century, a time period represented by the classical era of rationalism in Europe, the most influential general grammars emerged and aimed to elucidate that all natural languages obeyed logical and rational principles. The most widespread model in the period was called *Grammaire générale et raisonnée*, also known as the Port-Royal Grammar, dated to 1660, which proposed to demonstrate that [i] the structure of a linguistic system was derived from reason and [ii] different languages were just varieties of a more general rational and logical system (Moura; Cambrussi, 2018). Due to its orientation towards universality, epistemologically consistent with modern scientific practice, the Port-Royal Grammar would later inspire theoretical assumptions and analytical mechanisms of generative grammar.

The development of the generative program (Chomsky, 1957) represents a milestone in the history of linguistics because of its massive contribution to explaining the internalized knowledge of natural languages and their mental representation. Widely based on deductive reasoning, the generativist perspective proposes to offer elegant and potentially exhaustive explanations of linguistic facts, arguing that the ability to speak and understand a language results from a genetic predisposition innate to human beings.

Chomsky was diametrically opposed to the argument that language corresponded to [i] a system of signs external to humans and [ii] a set of habits generated in response to stimuli and fixed through repetition, categorical positions in Bloomfieldian structuralism when it comes to language acquisition. For Chomsky, creativity would be "the main characterizing

aspect of human linguistic behavior, what fundamentally distinguishes human language from animal communication systems" (Kenedy, 2017, p. 128).⁵

One very interesting reflection stated by Chomsky (1966), which has to do with his discussions on his book *Cartesian Linguistics*, is the preposition that men have a capacity that is particular to their species, a quite special type of intellectual organization. That feature cannot be credited to peripheral organs or related to general intelligence. For the author, such a capacity manifests in "the 'creative aspect' of ordinary language use" (p. 14) and is said to be both unbounded in scope and stimulus-free. Thus, at all times, we would be producing and understanding new and unprecedented sentences, from the most elementary to the most elaborate, at different stages of life — an inconceivable scenario from a framework according to which languages are completely determined by the outside world. From a generative perspective, languages do not constitute socially conditioned behavior, but are seen as a natural mental faculty.

The focus of generative research lies in the competence of speakers (accessed, however, through performance), a set of properties that makes an individual capable of speaking and understanding a language. In the light of generative grammar, only through the study of competence is it possible to develop a formal theory that will explain the functioning of language in the minds of its speakers/listeners. In a more detailed fashion,

Due to this central interest in linguistic competence, classical generative studies do not usually use real linguistic data (performance), taken from the concrete use of language in everyday life. What is fundamentally interesting to generativist researchers is the functioning of the mind that allows the generation of linguistic structures observed in the data of any speech corpus, but they are not interested in these data in themselves or their relationship with any extralinguistic factor, such as the communicative context or the social variables that influence language use. These researchers use data for analyses that mainly consider (1) grammaticality judgment tests, in which sentences are presented to native speakers of a language, who must use their intuition and distinguish between grammatical and ungrammatical sentences, and (2) the intuition of linguists themselves, who, after all, are also native speakers of their own language (Kenedy, 2017, p. 134).⁶

Three major moments can be chosen as representatives of the trajectory that generative theory has had since its inception: [i] Generative-Transformational Grammar; [ii] Principles and Parameters; and [iii] Optimality Theory. Although generative theory took shape from syntax, its premises were extended to other modules of grammar, such as phonology and morphology.

⁵ Original version in Portuguese: "o principal aspecto caracterizador do comportamento linguístico humano, aquilo que mais fundamentalmente distingue a linguagem humana dos sistemas de comunicação animal" (Kenedy, 2017, p. 128).

⁶ Original version in Portuguese: "Em razão desse interesse central na competência linguística, os estudos clássicos do gerativismo não costumam usar dados linguísticos reais (performance), retirados do uso concreto da língua na vida cotidiana. O que interessa fundamentalmente ao gerativista é o funcionamento da mente que permite a geração das estruturas linguísticas observadas nos dados de qualquer corpus de fala, mas não lhe interessam esses dados em si mesmos ou em função de qualquer fator extralinguístico, como o contexto comunicativo ou as variáveis sociais que influenciam o uso da linguagem. Os gerativistas usam como dados para as suas análises principalmente (1) testes de gramaticalidade, nos quais frases são expostas a falantes nativos de uma língua, que devem utilizar sua intuição e distinguir as frases gramaticais das agramaticais, e (2) a intuição do próprio linguista, que, afinal, também é um falante nativo de sua própria língua" (Kenedy, 2017, p. 134).

The first elaboration of generativism was called Generative-Transformational Grammar and was “developed and reformulated several times during the 1960s and 1970s” (Kenedy, 2017, p. 131).⁷ Basically, the objective of this model was to describe and explain how units and constituents were transformed into others through the application of ordered rules, considering that the infinite sentences of a language could be generated from the application of a finite system of rules. The linguistic knowledge existing in the mind of the speaker/listener is, then, built upon this finite system of rules.

In the early 1980s, the second development of the generative theory occurred, known as the Principles and Parameters Theory. This period was responsible for clearly assuming the view of a Universal Grammar (UG) based on two criteria: [i] a set of common grammatical properties shared by all natural languages (principles) and [ii] predictable interlinguistic differences in accordance with the range of options available in the UG (parameters). According to Kenedy (2017), the UG hypothesis represents a refinement of the notion of language faculty, seen as an innate device to humans, which provides an algorithm for language acquisition. In syntax, the first phase of this model was marked by the Government and Binding Theory, and the second, by the Minimalist Program.

The third development of the generative program was brought about by the Optimality Theory, proposed by McCarthy and Prince (1993) and Prince and Smolensky (1993). As illustrated by Schwindt (2014), this is a globalist view of grammar, in which several possible realizations of a linguistic form compete through a ranking of constraints (as opposed to a grammar design in which an output is generated from successive rules or processes from an input). The model operates with universal constraints, but with a particular ranking, which distinguishes one language from another. Furthermore, Optimality Theory dispenses with grammatical modules and, ideally, phonological constraints can be alongside syntactic and morphological ones. As it does not exhibit distinct grammatical modules, there is no hierarchy of one level over another (syntax does not precede phonology, for example), and all constraints involving languages are allocated to a particular component available in UG (McCarthy, 2008).

Although each moment of generative linguistics has its specificities, its fundamental principle is that linguistic knowledge is exclusively associated with the mental expedient and is philosophically characterized by rationalism. Grammatical units are available via UG, a centralizing system that generates linguistic forms through transformations, derivations and/or the result of a hierarchy of universal constraints. Other relevant points about generativism are [i] the binary/Cartesian aspect that permeates several analyses, whether in the structure of the constituents, in the distinctive features, or even in the more general taxonomy of the theory; [ii] the essentially top-down mechanism by which grammar is organized, reflecting the rationalist view of linguistic knowledge; and [iii] the concern with the universal properties of linguistic systems and the processes that occur within them.

The alignment between modern science and the two linguistic schools presented in this section, North-American structuralism and generativism, occurs as these schools respond to the precepts of scientific *praxis* that has analytical reductionism as one of its great allies. Despite their differences, North-American structuralism and generativism are circumscribed to the notion that language corresponds to a linear, static, and closed sys-

⁷ Original version in Portuguese: “desenvolvida e reformulada diversas vezes durante as décadas de 1960 e 1970” (Kenedy, 2017, p. 131).

tem, and also to the conception that smaller units are nestled within larger ones. As seen at the beginning of this exposition, linear, closed, and static systems, as well as the analytical reductionist treatment of the units of these systems, are the flagship of modern science and permeate the two linguistic approaches described here. The next section will address a new direction in science and linguistics, which proposes a novel perspective on scientific work and the way linguistic systems are taken into account.

4 Science and linguistics taken as more than the sum of their parts

Postmodernity is not a uniform construct in terms of its origin or scope. This partial lack of clarity arises because various elements are instantiated in culture, arts, sciences, and humanities, while ethical, aesthetic, and epistemological interpretations, for example, start to change. For the purposes of this article, we follow the French philosopher François Lyotard to stipulate the beginning of postmodernity, which occurs in the last decades of the 20th century (Lyotard, 1986). The way in which the modern world is seen and, consequently, the way in which science is conducted in modernity, start to take on new directions, which migrate from the current paradigm to a new one, the so-called postmodern world.

With regard to science, as Colchester (2016) points out, the Newtonian paradigm and the theory of linear systems — which tried to reduce the world to different deterministic equations (Stewart, 2014) — were increasingly questioned throughout the 20th century, as they failed to encompass descriptions and explanations of other types of systems. By making his point in line with ecology, Colchester (2016) states that the analytical reductionist perspective, so elementary in the modern paradigm, can provide a detailed description of each tree and animal or living being; however, it prevents observation of the forest as a whole. On the same note, Berticelli (2010) highlights that the modern success and the connection it maintained with nature ended up making man a stranger in the real world by means, for example, the deletion of subjectivity from its agenda. In this sense, and contrary to modern ideals and ideas, Colchester (2016) emphasizes that, in order to carry out a complete and balanced investigation, we must imbue ourselves not only from the perspective of the parts, but also from the perspective of the relations that make up the whole.

Cilliers (1998) clarifies that thinking in terms of relations, and not in terms of deterministic rules, is not new to science, but this has always been seen as an attribute of qualitative descriptions, and not as characteristics of quantitative descriptions and calculations considered necessary to reach science-oriented investigations. Many of the phenomena of interest in the world today are inherently non-linear and gradient, akin to almost all socio-political, ecological, and economic events (Colchester, 2016). In this sense, Cilliers (1998) indicates that such phenomena, including physical and mathematical ones, cannot be adequately understood within the framework of deterministic and rule or constraint-based processes. Furthermore, descriptions of quantum mechanics of sub-atomic processes “are essentially relational, and even on a more macroscopic level, relations determine the nature of matter” (Cilliers, 1998, p. 35). Given this remonstrance, the most coherent maneuver would be, for both authors, to treat various phenomena from the perspective of complexity. Complexity, as a construct, refers to Complexity Theory, which accounts for the study of complex systems. Complex systems are typically composed of several distributed parts, whose order is formed

from local interactions that give rise to overall organization. Colchester (2016) reinforces that, within complex systems, we do not look for global rules which govern the entire system, but we seek to understand how local interactions result in emergent organization.

We call emergent a process through which new properties or structures are formed as we combine elementary parts (Cilliers, 1998; Colchester, 2016). When we combine elements in a specific way, a new system is formed. The outcome is an organization in which the whole is greater than the sum of its parts, ensuring that such a system is emergent *par excellence*. Colchester (2016) exemplifies that walking is a type of an emergent phenomenon, as when walking both legs are coordinated to allow movement. However, with only one leg, one cannot walk; only hop. On the other hand, walking is not simply a combination of two hops: as a movement system, walking becomes much more efficient than performing two hops combined. Therefore, hopping does not involve coordination between the parts, while walking requires a very specific type of coordination.

The interaction of two or more elements for the development of a certain action is called synergy (Colchester, 2016). The emergent properties in a system are, therefore, a product of the synergy between the parts and cannot be seen as directly derived from a centralizing unit. It is with respect to this observation that one of the main counterpoints to linear systems is evident: in complex systems, there is no centralizing entity or central control that governs the countless units that constitute them. Global organization is an emerging characteristic of local interactions between parts or units (Cilliers, 1998; Colchester, 2016).

Both the synergy and the emergence of patterns in a complex system come from a crucial factor in this type of scenario: self-organization. To explain this concept, Cilliers (1998) underlines the following situation: blocks of information from the external world flow into the system and influence the interaction of some of its components. If a certain block is present regularly, a specific pattern of activity will be caused in the system. Additionally, if two blocks of information are regularly present and together, the system will automatically develop an association between the two. Thus, as the system encounters different conditions in the environment, it generates new structures to represent these conditions.

As we can notice, Complexity Theory may offer lenses through which to interpret the intricate dynamics of linguistic phenomena. Complexity Theory explores the emergent properties arising from interactions among numerous agents. Scholars such as Edgar Morin (2008) highlight the interconnectedness and non-linear nature of complex systems, echoing postmodern thinkers like Lyotard (1986) who, as already mentioned, draws attention to the decentralization of systems and the fragmentation, plurality, and fluidity of human phenomena. From this general description of Complexity Theory, we summarize some key concepts that Larsen-Freeman and Cameron (2008) use to explain and model complex systems:

- ◆ *Heterogeneity*: It is constituted by the presence of different types of elements, agents, or processes in a complex system.
- ◆ *Dynamicity*: It causes the elements and agents that make up a complex system to change over time and constantly, causing changes in the state of that system.
- ◆ *Adaptability*: It assumes that any change in any aspect of the complex system leads that system to change as a whole, as its parts act and react to each other's behavior.

- ◆ *Non-linearity*: It focuses on the fact that, in a complex system, there is no way to predict which emerging patterns will result from the synergy of its parts, which makes it non-linear due to the lack of predictability that is an inherent characteristic of the system.
- ◆ *Openness*: It allows a complex system to be open for energy or matter to enter. Such openness allows the system to evolve and continue, on the one hand, adapting to new scenarios, and, on the other hand, maintaining stability.

Postmodern science, especially Complexity Theory, proceeds differently from the assumptions of modern science regarding the complex phenomena present in human activity. Although Complexity Theory is a recent endeavor in linguistics, Larsen-Freeman (1997) being considered the pioneer, recently, several linguists have seen in the theory an opportunity to conceive their main object of study: human language. The parallels between linguistic systems and complex systems are increasingly evident, leading scholars to consolidate a research program whose focus is the description, analysis, and explanation of language as a complex system (De Bot; Lowie; Verspoor, 2007; Larsen-Freeman, 1997; Larsen-Freeman; Cameron, 2008; Beckner *et al.*, 2009; Cornish; Tamariz; Kirby, 2009; Ellis; Larsen-Freeman, 2009; Schoenemann, 2009).

It is of paramount importance to state that applying Complexity Theory to linguistics also resonates with contemporary developments in sociolinguistics, cognitive linguistics, psycholinguistics, and applied linguistics, in which language is increasingly viewed as situated, adaptive, and shaped by feedback loops between individuals, institutions, technologies, and environments. On this note, Complexity Theory can be considered a conciliatory framework in linguistics because it transcends traditional dichotomies that often polarize the field, such as mind versus environment or competence versus performance. Rather than isolating cognitive processes from external influences, Complexity Theory takes language as an emergent, dynamic system shaped by the continuous interplay between internal (neurological and cognitive) mechanisms and external (social, cultural, and contextual) factors, including socio-interactionist approaches. Complexity Theory therefore offers a unifying lens through which both individual/internal and collective/social dimensions of language can be fully taken into consideration. Furthermore, we understand that the complexity approach fosters interdisciplinarity by encouraging collaboration between linguistics and fields such as systems theory, computational modeling, ecology, and even philosophy of science. It promotes methodological openness, blending qualitative and quantitative techniques, ethnographic insight and computational simulation, inductive observation and theoretical abstraction.

We also believe that, in essence, studying language through a complex approach is not merely a methodological alternative—it is an epistemological repositioning. It reflects an awareness that language is not a finished product to be dissected, but an ongoing process to be understood in motion. By embracing complexity, contemporary linguistics can better accommodate the rich variability, contextual sensitivity, and emergent creativity that define human communication in the modern world.

Larsen-Freeman and Cameron (2008) point out that, from the perspective of Complexity Theory, linguistic knowledge is not seen as something given, but constructed and achieved in an adaptive way by the individual in the environment. In fact, Larsen-Freeman (2013) suggests that Complexity Theory is even capable of challenging the conception that

language is a static and rule-governed system, and that language use itself can change its very own patterns. According to Cilliers (1998), concepts and meanings emerge through relations between the structural components of the system itself, and not through an individual correspondence of a symbol with some external concept or object; otherwise, the adaptability and dynamicity of the system would be compromised. Complexity Theory thus does not advocate the necessity of an innate acquisition device, since it assumes that the creation of a complex system does not demand an initial stage characterized by detailed plans or templates (Larsen-Freeman, 2013). Cilliers (1998) also stresses that meaning is the result of a dialectical process, involving elements from inside and outside, and also historical, in the sense that the previous states of the system are of vital importance for its constitution over time. Additionally, Larsen-Freeman and Cameron (2008) understand that:

Meaning is not located in the brain, in the body, in the environment or in a particular linguistic form: it is a function of the global state of the system, and it emerges in the interaction (Varela, Thompson, and Rosch 1991: 149-50). To concretize this notion, let us say that we do not choose words that contain meanings and then place them on the table for our interlocutor to pick up, but rather we use words and phrases as 'prompts for meaning construction' (Evans and Green 2006: 214), selected and adapted in the dynamics of interaction. Thus, in the negotiation of meaning, which accompanies every dialogic interchange, new meanings are routinely created for old forms, both unintentionally and on purpose (Larsen-Freeman; Cameron, 2008, p. 109).

In this light and according to Beckner *et al.* (2009), the language must be taken as a complex system given the following characteristics: [i] the language consists of multiple agents that interact with each other, such as, for example, speakers in a community; [ii] the language is adaptive, as speakers' behaviors are based on their past interactions, and those interactions with current/new ones will delineate future language behaviors; [iii] speakers' behaviors result from competing linguistic and extralinguistic factors; and [iv] the grammar emerge from interrelated patterns of experience, social interaction and cognitive mechanisms/processes.

The considerations about Complexity Theory and its relationship with human language may have been shedding light on a new conception of linguistic systems. However, three specific questions ought to be answered promptly, even if their answers are implicit in what has been discussed so far: [i] what is the nature of the variables that constitute a linguistic system? [ii] what is the impact of experience on the linguistic system? and [iii] what is the mechanism by which linguistic knowledge is formed?

Regarding the first question, based on Larsen-Freeman (1997), Larsen-Freeman and Cameron (2008), Beckner *et al.* (2009), the variables that constitute a linguistic system are of multiple natures, linguistic and extralinguistic. The authors provide support for an understanding of language as a system in which phonological, morphological, syntactic, semantic, pragmatic, social, cultural, psychological variables, etc. are constantly in consonance and interrelated. The situational context in which communicative interactions occur cannot be disconnected from the form and function of the elements considered grammatical, just as the complex system that is language cannot and should not be closed off from the outside. In a nutshell, Complexity theory then offers an ecological framework for understanding how extralinguistic variables also impact grammar. Traditionally, modern linguistic analysis focuses pri-

marily (if not solely) on internal linguistic structures and rules, often overlooking the influence of external factors. Complexity theory, on the other hand, emphasizes the interconnectedness of linguistic phenomena with broader socio-cultural, cognitive, and environmental contexts.

Concerning the second question, there is some divergence among theorists in the area. Cilliers (1998) points out that the external world, and, therefore, experience, do not determine the structure of a system, but exerts influence on it, in a kind of feedback loop. In contrast, Larsen-Freeman (1997) and Larsen-Freeman and Cameron (2008) argue that experience can determine the structure of the complex system — language in this case. It is worth remembering that one of the most salient characteristics of complex systems is openness, a factor that allows the system to receive matter or energy from the external environment. Thus, a conciliatory vision would perhaps be one that stipulated how open the system may be and, based on that, greater or lesser potential for its structure to be determined by the external environment. Alternatively, another position could be that, in the initial stages of a complex system, there is greater resistance to being determined by the external environment, but, through its evolution, resistance decreases to the point where experience becomes decisive.

As for the third question, it can be stated that the mechanism by which linguistic knowledge is formed from the perspective of a complex system is relational, and not derivational or hierarchical. Therefore, there is no central unit, along the lines of UG, that manages and transforms/derives linguistic forms within a substantially linguistic grammar, as already mentioned. In a complex system, as previously addressed (Cilliers, 1998; Colchester, 2016), the different patterns emerge from local synergies. Such synergies may imply abrupt changes in the system, or even just small alterations that would not destabilize it (Kupske; Perozzo; Alves, 2019). Contrary to traditional linguistic models, Complexity Theory advocates that language is grounded in domain-general cognitive processes or, in other words, the theory does not consider the existence of specific machinery for language development. Language is indeed a central and special trait of humans, but it does need specialized components to take shape (Perozzo; Kupske, 2021).

Even though Complexity Theory is gaining a sound form in postmodern linguistics with its own questions and methods (e.g., Hiver; Al-Hoorie, 2020), it is still understood as a metaphor, and may rely on other language approaches that are consistent with its postulates. This approximation allows the theory to take a scientifically valid form, representing an effective benefit to linguistics as a whole.⁸ As we have already stated, Complexity Theory allows us to think of language as a complex system and finds room for dialogue with other proposals that encompass the formation of knowledge, such as usage-based approaches (Bybee, 2001; Bybee; Hopper, 2001; Bybee, 2010) and the construct of statistical learning (Peterson; Anderson, 1987; Hastie; Tibhsirani; Friedman, 2009).

As previously noted, modern linguistic theory has often centered on the concept of categoricity. However, usage-based approaches to language, in synchrony with the Complexity Theory, emphasize the role language use plays in shaping its own structure. Usage-based

⁸ Bakhtin, for instance, is considered by some authors to be a postmodernist, since he criticized structuralism and formalism, showing that totalizing explanations were monological. The nature of language, according to the Russian scholar, is to be dialogic and interdiscursive. Although both Bakhtinian Theory and Complexity Theory share the view that language is a dynamic, procedural and inter-relational phenomenon, we believe that Complexity Theory further expands this scope by offering theoretical and methodological models suitable for dealing with non-linear, adaptive and emergent systems (central characteristics of linguistic functioning).

approaches prioritize real-world language use to better understand how it is organized in the mind (Beckner; Bybee, 2009; Bybee; Beckner, 2010) and are therefore a sound way to give complex science a form. Languages are constructed through, and only through, the categorization of real instances of language use (Bybee, 2001). That is, humans create a structured inventory of linguistic constructs from the language they hear used around them (Tomasello, 2005).

Like any new theoretical enterprise, assuming that linguistics is guided by the precepts of Complexity Theory requires a reconception of how it is established in relation to the knowledge already accumulated in the area and how it moves towards the new, what is yet to be discovered. We identify at least three situations that summarize points of view regarding the conjunction between science and linguistics in the postmodern context: [i] rejection of grand narratives and absolute certainties; [ii] emphasis on interdisciplinarity and a systemic approach; and [iii] acceptance of uncertainty and ambiguity.

As for the first situation, both Complexity Theory and postmodernity question the ideas of absolute truth and unifying narratives that explain all human knowledge. In postmodernity, there is a distrust of grand metaphysical or historical narratives that seek to impose a single, totalizing worldview. Likewise, Complexity Theory recognizes that complex systems are intrinsically unpredictable and cannot be reduced to a simple or linear explanation. In terms of the second situation, a common ground to complexity and postmodernity is the importance of an interdisciplinary approach to understanding the world. Complexity theory recognizes that complex phenomena emerge from interactions between multiple elements and levels of organization, and that a full comprehension of these phenomena calls for a systemic approach that integrates insights from different disciplines. Similarly, postmodernity promotes an interdisciplinary approach that recognizes the multiplicity of perspectives and discourses that contribute to understanding the world. Concerning the third situation, Complexity Theory and postmodernity meet when they both recognize the intrinsically uncertain and ambiguous nature of the world. While Complexity Theory suggests that complex systems are self-organizing and characterized by heterogeneous elements, postmodernity emphasizes the lack of certainty and stability in cultural and social constructions, including (unsurprisingly) language. Both perspectives come to challenge the idea that we can have complete and definitive knowledge about the world.

In postmodernity, linguistics is inserted in an epistemological landscape that values the socially constructed nature of knowledge. From this perspective, language is understood as a phenomenon that emerges from social and cultural interactions, rather than being an objective representation of reality or an innate capacity that manifests itself via transformations from input to output forms. Instead of seeking solid and absolute foundations for our ability to use and represent language, this approach recognizes the contingency and instability of knowledge, questioning the notion of a universal truth.

A key point here is recognizing the crucial role of context and individuality in language production, perception, and comprehension. Linguistic meaning is seen as fluid and variable, depending on the cultural, social, and historical context in which it occurs. This contextualist approach highlights the importance of considering the environment in which communication occurs, taking into account factors such as social indexicality, pragmatic relations and discursive practices.

Furthermore, a postmodern orientation to linguistics celebrates the diversity of perspectives and multiplicity of voices. Postmodern linguistics recognizes that there is no single correct or true approach to studying language, but rather a variety of legitimate viewpoints

that contribute to understanding the complexity of linguistic systems and forms of communication. This plurality of perspectives is considered enriching and essential for a more complete understanding of how humans perform in the world by means of language.

5 Final remarks

The evolution of human knowledge was marked by changes in paradigms and approaches over time. In this sense, the trajectory of linguistics as a discipline mirrors the broader shifts in scientific paradigms from modernity to postmodernity. Initially, the drive towards empirical observation, analytical reductionism, and a quest for universal principles during the reign of modern science profoundly influenced linguistic studies, leading to the structuring of language analysis within a framework that sought to emulate the natural sciences. This modern approach prized rationality and an orderly system of universal transformational rules or constraints as methods to dissect and understand language, resembling the methodological rigor and aims of contemporary scientific endeavors.

The search for universal and objective laws led to the development of an empiricist and positivist approach to science, in which scientists were devoted to observation, experimentation, and formulating theories that aimed to unlock the secrets of the natural world, seeking a unified and complete understanding of reality. In linguistics, modernity saw the flourishing of structuralist and formalist approaches, essential for the description, analysis, and explanation of phonological, morphological, and syntactic facts, for example.

Moving into postmodernity, we are witnessing a paradigm shift. Perspectives that value complexity, diversity, and context, such as Complexity Theory, are emerging and showcasing the intrinsically non-linear, gradient and unpredictable nature of natural systems, including language. In this regard, postmodern linguistics intends to give space to individuality, indexical factors, the congregation of linguistic and extralinguistic variables, performance as an agent of abstractions, and the formation of linguistic knowledge based on our actions in the world.

As the postmodern critique of science began to unfold in the late 20th century, it brought with it a fundamental reassessment of modern methodological commitments. The advent of postmodernity in linguistics has therefore challenged the very notions that underpinned linguistic studies during modernity, especially North-American structuralism and generativism. Postmodern linguistics questions the possibility of universal rules and embraces, as already mentioned, the complexity, adaptability, and interdisciplinary nature of language phenomena.

In this light, this article sought to establish a parallel between science in general and linguistics in modernity and in postmodernity. The main characteristics of each period were addressed, focusing on scientific endeavors and their scope regarding language. Despite the generous contribution that modern science has provided to linguistic studies, optimistic paths have been offered by Complexity Theory, instituted in postmodernity, to understand human language as a complex system.

In postmodernity, the field of linguistics has moved away from seeking a fortress of immutable laws, instead navigating a mutable landscape of ideas more akin to a house of cards, characterized by its subtlety and transient stability. This transition underscores a more general movement towards acknowledging the uncertain and constructed nature of knowledge, which aligns with the postmodern critique of the foundational assumptions of earlier scientific methods.

The development of linguistics from the Scientific Revolution to postmodernity encapsulates a significant transformation in our understanding of language, reflecting the evolving nature of scientific inquiry itself. This evolution from a search for universal truths to an embrace of contextual, fluctuating insights offers a richer, albeit more challenging, landscape for exploring linguistic phenomena. The ongoing dialogue between science and linguistics not only enriches our understanding of language but also highlights the dynamic interplay between different domains of knowledge in shaping intellectual inquiry.

We live in an era in which both rationality and empiricism can be cooperative and mutually informative. This combination proves to be quite fruitful, ensuring a more realistic and comprehensive (yet equally profound) treatment of natural languages, from how the units of these systems interact to how their elements are perceived, produced, and accessed by users in interactions. Complexity Theory, therefore, positions itself not as an end to understanding the relationships that constitute human language, but as a means to grasp it in its entirety.

Declaration of Authorship

The first author, Reiner Vinicius Perazzo, was responsible for the Conceptualization of the work and Writing — original draft. The second author, Felipe Flores Kupske, was responsible for Writing — review and editing.

Acknowledgements

We would like to thank the anonymous reviewers whose comments helped improve and clarify this article.

References

ARANHA, M.; MARTINS, M. *Filosofando: introdução à Filosofia*. São Paulo: Moderna, 2013.

BATTISTI, E.; OTHERO, G.; FLORES, V. *Conceitos Básicos de Linguística: Noções Gerais*. São Paulo: Contexto, 2022.

BECKNER, C.; BLYTHE, R.; BYBEE, J.; CHRISTIANSEN, M.; CROFT, W.; ELLIS, N.; HOLLAND, J.; KE, J.; LARSEN-FREEMAN, D.; SCHOENEMANN, T. Language is a complex adaptive system: Position paper. *Language Learning*, v. 59, n. 1, p. 1-26, 2009.

BECKNER, C.; BYBEE, J. A usage-based account of constituency and reanalysis. *Language Learning*, v. 59, n. 1, p. 27-46, 2009.

BERTICELLI, I. *Educação em perspectivas epistemológicas pós-modernas*. Chapecó: Editora Argos, 2010.

BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Henry Holt and Company, 1933.

BYBEE, J. *Phonology and language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. New York: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J.; HOPPER, P. (eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

BYBEE; J., BECKNER, C. Usage-Based Theory. In: HEINE, B.; NARROG, H. (orgs.). *The Oxford handbook of linguistics analysis*. New York: Oxford University Press, 2010. p. 287-256.

CAMARA JR., J. *História da Linguística*: Edição Revista e Comentada. Petrópolis: Editora Vozes, 2021.

CHOMSKY, N. *Syntactic structures*. Haia: Mouton, 1957.

CHOMSKY, N. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, N. *Cartesian linguistics*. New York: Harper & Row, 1966.

CILLIERS, P. *Complexity and postmodernism*. London: Routledge, 1998.

COLCHESTER, J. *Systems + Complexity: an overview*. London: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2016.

CORNISH, H.; TAMARIZ, M.; KIRBY, S. Complex adaptive systems and the origins of adaptive structure: What experiments can tell us. *Language Learning*, v. 59, p. 187-205, 2009.

COSTA, M. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. (Org.). *Manual de linguística*. Rio de Janeiro: Contexto, 2017, p. 113-126.

CUNHA, A.; COSTA, M.; MARTELOTTA, M. Linguística. In: MARTELOTTA, M. (Org.). *Manual de linguística*. Rio de Janeiro: Contexto, 2017, p. 15-30.

DE BOT, K.; LOWIE, W.; VERSPOOR, M. A dynamic systems theory approach to second language acquisition. *Bilingualism: Language and Cognition*, v. 10, n. 1, p. 7-21, 2007.

ELLIS, N.; LARSEN-FREEMAN, D. Constructing a second language: Analyses and computational simulations of the emergence of linguistic constructions from usage. *Language Learning*, v. 59, n. 1, p. 90-125, 2009.

HASTIE, T.; TIBHSIRANI, R.; FRIEDMAN, J. *The elements of statistical learning*. Verla: Springer, 2009.

HIVER, P.; AL-HOORIE, A. H. *Research methods for complexity theory in applied linguistics*. Bristol: Multilingual matters, 2020.

KENEDY, E. Gerativismo. In: MARTELOTTA, M. (Org.). *Manual de linguística*. Rio de Janeiro: Contexto, 2017, p. 127-140.

KUHN, T. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1962.

KUPSKA, F.; PEROZZO, R.; ALVES, U. Sound change as a complex dynamic phenomenon and the blurriness of grammar stability. *Macabéa: Revista Eletrônica do Netlli*, v. 8, n. 2, p. 158-172, 2019.

LARSEN-FREEMAN, D. Chaos/complexity science and second language acquisition. *Applied Linguistics*, v. 18, n. 2, p. 141-165, 1997. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/18.2.141>

LARSEN-FREEMAN, D.; CAMERON, L. *Complex systems and applied linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LARSEN-FREEMAN, D. Complexity theory: a new way to think. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 13, n. 2, p. 363-373, 2013.

LYONS, J. *Linguagem e linguística: uma introdução*. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

LYOTARD, J. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.

McCARTHY, J. *Doing Optimality Theory: applying theory to data*. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

McCARTHY, J.; PRINCE, A. Prosodic morphology: constraint interaction and satisfaction. *Linguistics Department Faculty Publication Series*, v. 14, p. 1- 211, 1993.

MORIN, E. *On Complexity*. Cresskill: Hampton Press, 2008.

MOURA, H.; CAMBRUSSI, M. *Uma breve história da linguística*. Petrópolis: Vozes, 2018.

PEROZZO, R.; KUPSKE, F. Speech perception and production as constructs of action: implications for models of L2 development. *Revista X*, v. 16, n. 5, p. 1231-1257, 2021.

PETERSON, C.; ANDERSON, J. A mean field theory learning algorithm for neural networks. *Complex Systems*, v. 1, p. 995-1019, 1987.

PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. New York: Rutgers University, 1993.

SAUSSURE, F. *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Payot, 1916.

SCHOENEMANN, P. Evolution of brain and language. *Language Learning*, v. 59, p. 162-186, 2009.

SCHWINDT, L. Morfologia. In: SCHWINDT, L. (Org.). *Manual de linguística: fonologia, morfologia e sintaxe*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 109-154.

STEWART, I. *Em busca do infinito: uma história da matemática dos primeiros números à teoria do caos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SIMONI, S. *O livro da sociologia*. São Paulo: Globo Livros, 2015.

TOMASELLO, M. Beyond formalities: The case of language acquisition. *The Linguistic Review*, v. 22, p. 183-197, 2005.

Varia

Unveiling the Academic Vocabulary of Sustainable Development Goal-Research Papers: A Comprehensive Lexical Multidimensional Analysis

Desvendando o vocabulário acadêmico de artigos científicos sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável: uma análise multidimensional lexical detalhada

Paula Tavares Pinto

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) | São José do Rio Preto | SP | BR
paula.pinto@unesp.br
<https://orcid.org/0000-0001-9783-2724>

Tony Berber Sardinha

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) | São Paulo | SP | BR
tonycorpuslg@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-8815-1521>

Denis Luiz Marcello Owa

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) | São Paulo | SP | BR
deniso118@yandex.com
<https://orcid.org/0000-0001-9802-3929>

Maria Claudia Nunes Delfino

Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC) Praia Grande | SP | BR
claudia@fatecpg.com.br
<https://orcid.org/0000-0003-1976-8725>

Simone Vieira Resende

Faculdade Cultura Inglesa | São Paulo SP | BR
simonevieiraresende@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1439-3840>

Abstract: Since the United Nations Agenda 2030 was set up, many countries have worked to find solutions to interconnected global issues such as hunger, poverty, education and sustainability just to mention a few. After the striking of COVID-19 pandemic, the world witnessed researchers gathering around in an international effort to find solutions to the problems previously pointed out. In order to describe the lexis used in research papers discussing the Sustainable Development Goals (SDGs), we compiled a 2 million-word corpus from the PLOs platform with the AntCorGen program using the query term "Sustainable Development Goal". After that, we part of speech-tagged the corpus using the Tree-tagger of Sketch Engine in order to carry out a lexical multidimensional analysis (LMDA). Our aim was to (i) identify the major dimensions of variation based on the lexico-grammatical characteristics in research papers published in English by international researchers and (ii) observe how the SDG themes stand out in the study corpus. Results showed six dimensions that were named according to the words concentrated in each one: Government Actions, Presenting Results, Data Interpretation, Data Presentation, Data Quality, Research Procedure. The first dimension is the one that best illustrates a theme related to the SDGs whereas the other five dimensions clearly show the lexis that illustrates how researchers describe their own articles.



Keywords: lexical multidimensional analysis; research papers; english for academic purposes; sustainable development goals.

Resumo: Desde a criação da Agenda 2030 das Nações Unidas, muitos países têm trabalhado para encontrar soluções para questões globais interligadas, como a fome, a pobreza, a educação e a sustentabilidade. Após o início da pandemia da COVID-19, o mundo assistiu à dedicação de pesquisadores num esforço internacional para encontrar soluções para os problemas anteriormente apontados. Com o intuito de descrever o léxico utilizado em artigos científicos que discutem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), compilamos um *corpus* de 2 milhões de palavras com artigos da plataforma PLOs com o programa AntCorGen usando o termo de busca “Objetivo de Desenvolvimento Sustentável”. Em seguida, etiquetamos o *corpus* utilizando o Tree-tagger, do Sketch Engine, para realizar uma análise multidimensional lexical (AMDL). Nossa objetivo foi: (i) identificar as principais dimensões de variação com base nas características léxico-gramaticais em artigos científicos publicados em inglês por pesquisadores internacionais e (ii) observar como os temas dos ODS se destacam no *corpus* do estudo. Os resultados mostraram seis dimensões que foram nomeadas de acordo com as palavras concentradas em cada uma: Ações Governamentais, Apresentação dos Resultados, Interpretação dos Dados, Apresentação dos Dados, Qualidade dos Dados, Procedimento de Pesquisa. A primeira dimensão é a que melhor ilustra um tema relacionado aos ODS, enquanto as outras cinco dimensões mostram claramente o léxico que ilustra como os pesquisadores descrevem os seus próprios artigos.

Palavras-chave: análise multidimensional lexical; artigos científicos; inglês com fins acadêmicos; objetivos de desenvolvimento sustentáveis.

1 Introduction

It is well acknowledged that English has become the international lingua franca for scientific research (Jenkins, 2014). Scholars who wish to publish their studies in high impact

journals generally are required to write up their research papers in English (Swales, 1990; Coxhead, 2000; Hyland & Hyland, 2006; Gardner & Davies, 2014; Hyland & Shaw, 2016). In order to improve their impact in international rankings, Higher Education institutions have traditionally implemented English for Academic Purposes (EAP) classes of academic writing in different research areas. According to Flowerdew and Peacock (2001, p.8) "English for Academic Purposes is the teaching of English with the specific aim of helping learners to study, conduct research or teach in that language".

Since 2015, the UN Sustainable Development Goals (SDGs) have become central guidelines discussed by researchers of different countries to find solutions for major social issues in local and global levels. Therefore, we have witnessed several scientific publications discussing the COVID-19 pandemic period, for example. The SDGs have been discussed in interconnected areas such as Sociology, Economy, Chemistry, Math, Linguistics among others, and influenced one another. In the aforementioned areas, we have gradually seen the SDGs being used as guidelines by international researchers and funding agencies since they deal with the major problems faced everywhere around the globe, which were pointed out by the UN organization. International journals and agencies, such as Springer Nature, have debated the importance of publishing studies that, somehow, discuss major social problems and for that reason they have published special issues of papers focusing different Sustainable Development Goals.¹ In this context, journal editors and funding agencies are the stakeholders who will select the research studies to be published or financed, therefore knowing the specific lexicon used in a specific area will be crucial to communicate the author's results, without mentioning the importance of the Sustainable Development Goals for the scientific community. In this study, we will discuss the academic lexicon used by international researchers who write about the UN Sustainable Development Goals.

The United Nations (UN) is an international organization whose aim is to maintain international peace and security, develop peaceful relations among nations and achieve international cooperation (Sachs, 2012). It was founded in 1945² and, since then, its membership has grown significantly reaching 193 Member States. Its operations have also expanded to other areas such as promoting Economy and Health campaigns. After several conferences as the Agenda 21 in Rio (1992); the South Africa World Summit on Sustainable Development (2002) and the Paris Agreement on Climate Change (2015), a new document was elaborated whose aim was to "address the global challenges human beings face, including those related to poverty, inequality, climate change, environmental degradation, peace and justice".³ This document tackles seventeen interconnected Sustainable Development Goals (SDGs) that should be achieved by 2030 in order to have a better and more sustainable future for the whole planet. The seventeen goals are: (1) No Poverty, (2) Zero Hunger, (3) Good Health and Well-being, (4) Quality Education, (5) Gender Equality, (6) Clean Water and Sanitation, (7) Affordable and Clean Energy, (8) Decent Work and Economic Growth, (9) Industry, Innovation and Infrastructure, (10) Reduced Inequality, (11) Sustainable Cities and Communities, (12) Responsible Consumption and Production, (13) Climate Action, (14) Life Below Water, (15) Life On Land, (16) Peace, Justice, and Strong Institutions, (17) Partnerships for the Goals.

¹ Access at <<https://www.springernature.com/gp/researchers/sdg-impact>> July 15th, 2023.

² Access at <<https://www.un.org/en/about-us>> July 15th, 2023.

³ Access at <<https://www.un.org/en/academic-impact/page/sustainable-development-goals>> July 15th, 2023.

Brazil, as one of the UN members, is also involved in dealing with the SDGs issues regarding government actions, businesses and the academia. A great number of research has been conducted by specialists in private and public sectors where we see some of the major funding agencies launching new calls based on the SDGs. Considering the language used in these publications, although Brazilian researchers have been dealing with the SDGs in their work, many of them are still influenced by their native language (Pinto et al., 2021b; Pinto et al. 2021c). At the same time, it is not easy to map the lexicon used in studies that are directly related to the SDGs, that could be presented to Brazilian scholars in order to help them write their own research papers. The relevance of this material goes along with what world specialists, such as the ones from Elsevier's World Research, have pointed out about Brazilian studies. To them, although Brazil already has a sizeable research output:

[...] the country has room to improve, as its performance along measures of research impact (citations, highly cited articles) does not keep pace" (Elsevier's World Research, 2016).

Regarding the first issue, i.e., Brazilian researchers writing in English without so much influence of their native language, several studies about Academic Writing and Corpora have been carried out (Charles, 2012; Karpenko-Seccombe, 2020; Nesselhauf, 2005; Pinto et al., 2021a; Pinto et al., 2021b). Several authors have discussed the importance of internationalization of Higher Education institutions in Brazil (Abreu-e Lima *et al.* 2021; Baumvol & Sarmento, 2016; Dutra *et al.* 2019; Finardi & Guimarães, 2021; Gimenez *et al.* 2018; Sarmento *et al.* 2016.) and some actions taken in a university in the state of São Paulo to support academic writing among graduate students, professors and researchers are discussed in Pinto et al. (2021a) and Pinto et al. (2021b).

In order to deal with the second issue regarding the mapping of SDGs, we believe the methodology of Corpus Linguistics can be very useful in pointing out the SDGs themes which are present in a corpus of research papers. There have been several studies using Corpus Linguistics as its main methodology (Berber Sardinha, 2003, 2004, 2019; Péres-Paredes, 2020; Sinclair, 2001; Viana & Tagrin, 2011), however, there are still few studies that use Corpus Linguistics to analyze the SDGs, some of them are the studies carried out by Cordeiro (2019), Jodoin & Singer (2020), Törö (2020), Valvason, 2021 and Pinto (2021a).

Cordeiro (2019) uses a corpus-driven approach to carry out a systematic review of literature to analyze the gaps between the academic subject discourses and business sector practices in fisheries, aquaculture and seafood. The study indicates a conceptual gap between knowledge and business practices in how market access is conceived, studied and managed in the pharmaceutical and healthcare marketing industry in comparison to fisheries and aquaculture. This systematic review of literature is directly aimed at in the 2030 Agenda for Sustainable Development and Zero Hunger. Cordeiro (2019) suggests a conceptual model in understanding the challenges, potential barriers and solutions to developing market access for fisheries and aquaculture international business.

Jodoin & Singer (2020) analyze a corpus of texts with themes about the environment taken from English as a Foreign Language textbooks used in Japan. By employing codification and corpus analysis techniques the study suggests that the image-text interplay found in the corpus has little effect on the attitudes, values, and practices considered important to an effective Education for Sustainable Development. Besides that, there

seems to be little thematic interconnectedness among topics, images, and texts. The results also suggest that textbook creators are paying little regard to the inherent aims of including environmental content, both in terms of promoting Sustainable Development Goals and in promoting sustainability competencies.

Törö (2020) used tools from Corpus Linguistics to conduct a critical discourse analysis of the Finnish development policy (2016) that is based on the United Nations 2030 Agenda and its 17 Sustainable Development Goals. The study focuses on the definitions of development and its implementation as put by the policy and how its text relates to its production and consumption as well as to the social and political context in which it is situated. Results show that the policy reinforces the image of top-down aid dictated by institutions of the Global North in which Finland seems to be a giver and savior with countries in the Global South as vulnerable receivers of aid, granting little agency for the institutions, let alone the people from Global South countries.

Valvason (2021) carried out a corpus-based study of the SDG keywords in three languages (British, Hungarian and Italian). Results showed that the British, Hungarian and Italian cultures, as they are published in the 2030 Agenda and in the press, are based on concepts such as "development", "technology", "economy", "climate", and in values like "inclusivity" and "sustainability". Nevertheless, frequency lists revealed a different perspective. They do not show words related to economy, animals or plants as salient, so such words are not in use.

In a recent pilot study, Pinto (2021a) analyzed a corpus of research papers written in English by Brazilian researchers with the aim of detecting whether the SDG themes had been discussed in their research papers. Results showed that the keywords "sustainability" and "poverty" were present in the Brazilian research papers; however, the first one was more evident and had a more positive semantic meaning than the second one, where authors emphasized the importance of fighting against low conditions for human beings.

In this study, we used multidimensional analysis (MDA) to analyze the discourse which is present in the texts of the corpus. We aimed at identifying the major dimensions of variation based on the lexical characteristics in the research papers published by international researchers through the underlying themes present in a corpus of scientific texts. After having presented the main characteristics of the Lexical MDA, we present the aims of this paper which are two-fold: 1. Finding which lexical dimensions are present in the SDGplos corpus⁴; and 2. Analyzing how the SDGs are present in research papers written by international research teams. The results of this research can be used in the future to help Brazilian researchers to write their papers according to the international scientific community.

2 Lexical Multidimensional Analysis

Multidimensional Analysis (MDA) is a multivariate statistical analysis used to identify correlations among linguistic features across the texts in a corpus which was developed by Biber (1988, 2001) to compare written and spoken registers in English and it has since been applied extensively in synchronic and diachronic analysis of registers in English as well as Western and non-Western languages (Asención-Delaney, 2011; Biber et al., 1992; Berber Sardinha et

⁴ From now on this is how we will call this corpus.

al., 2014). This methodology takes into consideration a collection of texts that will be used for a quantitative study of Linguistics by applying statistical procedures, which identify co-occurring patterns of language, which are grouped into factors and then linguistically interpreted, to receive the name of dimensions (Delfino, 2021). Biber's MDA model has been dedicated to analyzing lexical-grammatical categories to reveal the function of the language, that is why his approach to MDA has been known as functional MDA.

In Brazil, Tony Berber Sardinha, who also developed MDA studies in other languages such as Portuguese, German and Spanish, has most recently elaborated a Lexical Multidimensional Analysis (LMDA) in which only content words such as nouns, adjectives, verbs and adverbs are used as variables in the analysis. In this study we use this same approach of the entirely lexical variables to perform the LMDA.

In our study, a corpus of 400 research papers in English with 2,044,674 million words was collected from the open source platform PLOS ONE⁵. The corpus was normalized for 1,000 words to avoid that the size of the text would interfere in the analysis. After that, it was part-of-speech tagged for hundreds of linguistic features. The dimensions were identified using factor analysis, which is “a statistical technique to identify factors and sets of correlated linguistic features that correspond to latent (unobserved) variables in the corpus” (Berber Sardinha, 2022, p. 664). With the purpose of mapping the SDGs and observing how international authors use academic language to discuss these goals, we have adopted a Lexical Multidimensional Analysis (Berber Sardinha, 2022; Berber Sardinha; Pinto, 2017; Delfino *et al.*, 2018). Summarizing, the main focuses of Lexical MDA are shown in Table 1:

Table 1 - Main characteristics of the Lexical MD Analysis

Goal	Underlying parameters of lexical variation
Method	Multivariate statistics (Factor Analysis)
Linguistic features	Lexical
Primary interpretation	Discourse-based

Source: Adapted from Berber Sardinha (2017)

It is important to point out that all research papers discuss the SDGs, therefore, if the vocabulary related to them is central in those studies, they will emerge as dimensions in the Lexical MDA and will represent the discourses that underlie such texts. On the other hand, if the vocabulary related to the SDGs is peripheral, it will not be salient on the dimensions, and, in that case, we are interested to know which discourses such vocabulary represent.

Our research questions are:

1. To what extent do the SDGs come through as dimensions?
2. Which themes are mostly being discussed in each lexical dimension?
3. Do contexts related to the SDGs show positive or negative discussions?

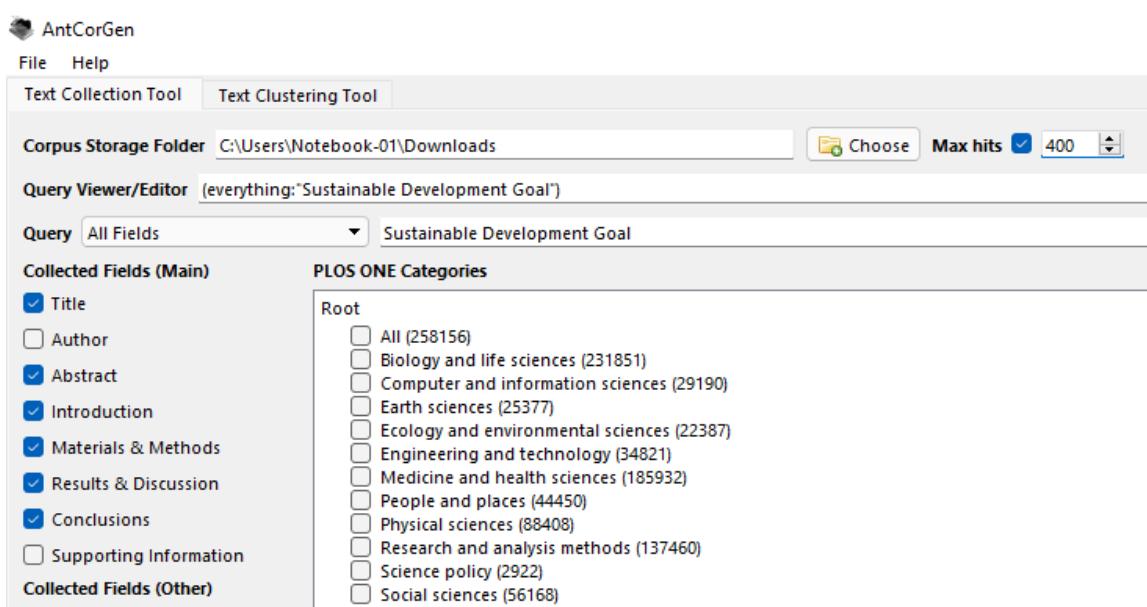
The following sections are organized to present the following topics: Methodology; Thematic Dimensions; Discussion & Results and Final Considerations.

⁵ Available at <<https://journalsearches.com/journal.php?title=P>> November, 2023.

3 Methodology

The first step was the compilation of a corpus using AntCorGen (Anthony, 2019), which is a tool that quickly compiles specialized corpora with research papers from PLOS, which is a nonprofit, open access multi-disciplinary publisher. For this study, we included the term “Sustainable Development Goal” as a query word in AntCorGen and set the tool to extract 400 articles from Plos. Since we wanted to have mostly written material we selected the articles’ abstracts, introduction, materials & methods, results & discussion and conclusions, as we can see in the figure below:

Figure 1 - Screenshot of AntCorGen



Source: the authors.

As a result, we compiled a corpus of 2,044,674 words, 2,640,307 tokens which was uploaded to the Sketch Engine tool (Kilgariff, 2014), a platform with a set of tools for text analysis and text mining applications. Since the intention was analyzing only content words, the Tree Tagger was used in order to tag and lemmatize the words, so that words such as ‘boy’ and ‘boys’ are counted as the same one and not two different ones. The TreeTagger is a tool for annotating text with part-of-speech and lemma information and has been successfully used to tag English, among other languages. It tags each word of the text with the corresponding part of speech, as we can see in the tagged sentence “Implementation of ecosystem-based fisheries management requires a clear conceptual and quantitative framework for assessing how different harvest options can modify benefits to ecosystem and human beneficiaries”, on Table 2.

Table 2 - Tagged sentence by Sketch Engine from SDG Plos corpus

Implementation	NN	implementation-n	for	IN	for-i
of	IN	of-i	assessing	VVG	assess-v
ecosystem-based	JJ	ecosystem-based-j	how	WRB	how-x
fisheries	NNS	fishery-n	different	JJ	different-j
management	NN	management-n	harvest	NN	harvest-n
(((-x	options	NNS	option-n
<g/>			can	MD	can-x
EBFM	NP	EBFM-n	modify	VV	modify-v
<g/>			benefits	NNS	benefit-n
))) -x	to	IN	to-i
requires	VVZ	require-v	ecosystem	NN	ecosystem-n
a	DT	a-x	and	CC	and-c
clear	JJ	clear-j	human	JJ	human-j
conceptual	JJ	conceptual-j	beneficiaries	NNS	beneficiary-n
and	CC	and-c	<g/>		
quantitative	JJ	quantitative-j	.	SENT	. -x
framework	NN	framework-n	</s>		
			<s>		

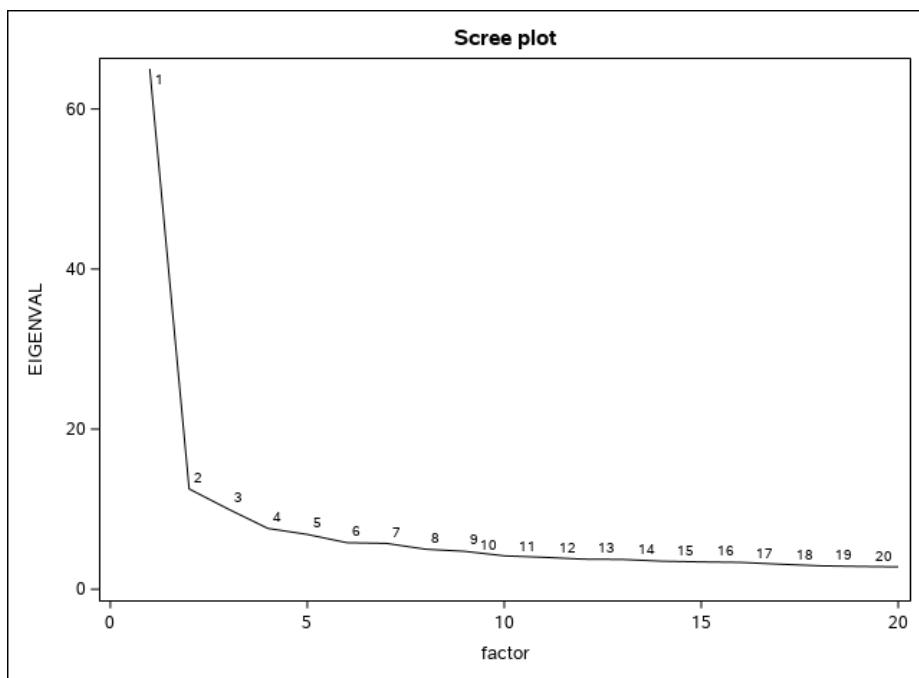
Source:the authors.

4 Thematic Dimensions

After the variables were tagged in the sketch engine, they were counted by a script developed for this research originating a spreadsheet which was processed by SAS program⁶ in order to run two Factor Analyses. Factor analysis is a statistical method used to identify underlying relationships among a large set of variables. It reduces the dimensionality of data by grouping variables that are highly correlated into factors, which represent the shared variance among the variables (Biber, 1988). In MDA studies we perform two factor analysis with different but complementary objectives. The first one (unrotated) is necessary to determine the number of factors to retain and it generates a scree plot graph (below), with the number of eigenvalues which leads us to the number of factors to be used for the second factor analysis, the rotated one, that minimizes the number of variables that have high loadings on each factor. This method simplifies the interpretation of the factors.

⁶ SAS platform at <<https://portalsas.com.br/login>> February, 2022.

Image 2 - Scree Plot



Source: the authors

The graph we see in Figure 2 is called Scree Plot, where the curve shows that there are more variations explained from factor 1 to 2. After that, we have the following factors from 2 to 3, from 3 to 4, from 4 to 5 and from 5 to 6. Following those, we almost have a flat line where there is almost no variation, therefore, we only considered there were six factors generated from SDGplos corpus.

We tested the interpretation with 3, 4 and 5 factors, but the best fit for interpretability was with 6 factors. Therefore, the six factors obtained on the first factor analysis were used as the input for the second one, which is called rotated through the Promax method in the SAS statistical program. The words (variables) were distributed in the six factors according to their co-occurrence, i.e., the words that occur together in the texts were assembled in different factors. For example, the words 'address, focus, many, provide, important' were grouped together in factor 1 along 86 that also occurred together in the texts of the corpus. This happened in all the other five factors.

In the following section, we show the words that are loaded in each factor, and, based on them, we label each dimension according to these words and how they appear in the text of the corpus. It is important to mention that words with weight smaller than .30 were not computed in the factors. Overall, results from the factor analysis indicated that the lexis used by the authors in the corpus is strictly related to the language used in academic research papers. The first factor, however, differed from the others, as we can see in the Appendix.

As we will discuss in the next section, Dimension 1 showed a vocabulary related to decisions taken by stakeholders and governments, therefore, it was labeled *Government Actions*. The other five dimensions clearly showed the lexis related to academic writing and how writers express the results of their studies, consequently, Dimensions 2, 3, 4, 5 and 6 were called

Presenting Results, Data Interpretation, Data Presentation, Data Quality and Research Procedure, respectively. In the next subsection we will discuss each dimension separately.

4.1 Dimension 1: Government Actions

Dimension 1, which concentrates most of the words, a total of 86, indicates that the lexis that stands out is the one related to government actions. The content words in Dimension 1 illustrate very clearly the idea of actions taken by governments and stakeholders. As an example, some of these content words subdivided into categories are the **verbs** "address" (.58) and "focus" (.56); the **nouns** "government" (.55) and "stakeholder" (.49); the **adjectives** "important" (.55) and "effective" (.48) and the **adverbs** "particularly" (0.40) and "especially" (.36). The theme that emerged related to stakeholders' decisions showed a very important outcome which is that actions are really being taken by governments and stakeholders in different countries, which is what all members of the United Nations have been looking forward to seeing regarding the SDGs.

After reading the texts that loaded on Dimension 1, we selected the excerpt below to illustrate it as authors discuss how the government should deal with farmers that misreport information about their production. In the article *Strategies for poverty alleviation supply chain with government subsidies and misreporting behavior in China*, whose excerpt is shown in example 1, Ye & Deng (2021) highlight the importance of farmers informing the government about their production and that, by failing to do so, they will impair the projects that support low-income people to have access to those products. The article also points out that the government should "establish punitive measures to curtail misreporting". In this text we see content words from Dimension 1 such as "ensure", "policy" and "effective". The words in capital were loaded in Dimension 1. After all words from a corpus are loaded and distributed in different factors they are separated in different dimensions. Each dimension will be named according to the themes they relate to. So, from now on, the terms factor and dimension are used interchangeably.

Example 1

Our findings demonstrate that both the enterprise and the farmer can obtain maximum profit from the misreporting behavior. Unfortunately, this behavior always damages the profit of OTHER participants and weakens the efficiency of subsidy POLICY. Moreover, to mitigate the negative implication of misreporting behavior, the GOVERNMENT can ESTABLISH punitive measures to curtail misreporting. Our WORK PROVIDES IMPORTANT POLICY implications for GOVERNMENTs and enterprises. To ENSURE that more consumers have access to poverty alleviation products, GOVERNMENT organizations should prioritize such projects. In addition, the provision of PUBLIC facilities and technical guidance should be more EFFECTIVE and prompt to share enterprises' and farmers' costs. We further recommend that subsidy policies be formulated according to recipients' performance in poverty alleviation projects, with corresponding supervision and punitive measures.

This text is related to the SDGs 12 (Responsible Consumption and Production), 16 (Peace, Justice and Strong Institutions) and 17 (Partnerships for the Goals).

4.2 Dimension 2: Presenting Results

Dimension 2 was labeled Presenting Results since the lexis in this dimension seems to draw readers attention over the results of the studies being described. Some of the content words are **verbs** such as “show” (.62) and “indicate” (.48); **nouns** as “model” (.52) and “pattern” (.39); **adjectives** such as “possible” (.37) and “large” (.36) and the **adverbs** such as “even” (.36) and “here” (.35).

In the article *Patterns of Vertebrate Diversity and Protection in Brazil*, in example 2, Jenkins et al. (2015) used the lexis to describe their results by using verbs such as “occur” and “indicate” and nouns such as “contrast”, “patterns” and “results”. By doing so, they show their results on patterns of biodiversity in Brazil contrasting distinct characteristics in different regions of the country. Again, the capitalized words had been loaded in Dimension 2.

Example 2

Data deficient mammals OCCUR across the country, concentrating in the Amazon and southeast Atlantic Forest, and there are no data deficient birds in Brazil. In CONTRAST, nearly a third of amphibians are data deficient, widespread across the country, but with a high concentration in the far southeast. Spatial biases in species locality data, however, possibly influence the perceived PATTERNs of biodiversity. Regions with low sampling density need more biological studies, as do the many data deficient species. All biomes except the Amazon have less than 3% of their area under full protection. Reassuringly though, rates of protection do correlate with higher biodiversity, including higher levels of threatened and small-ranged species. Our RESULTS INDICATE a need for expanded formal protection in Brazil, especially in the Atlantic forest, and with an emphasis on fully protected areas. Previous observational work revealed that transient populations in a sustainable building disposed of waste more accurately when compared to patrons in a non-sustainable building.

The article discusses conservation decisions taken in Brazil and how they have a huge impact on the survival of global biodiversity. This article is related to the SDG 15 (Life on Land).

4.3 Dimension 3: Data Interpretation

In Dimension 3, the lexis mostly used points out to the interpretation of data. This result can be seen by some words that show higher scores such as the **verbs** “examine” (.77) and “investigate” (.68); the **nouns** “study” (.71) and “effectiveness” (.70); the **adjectives** “individual” (.56) and “common” (.55); and the **adverbs** “furthermore” (.52) and “however” (.49). Although there are some words that are found in Dimension 2 as well, here they have more statistical relevance. This result may also be true to the fact that the vocabulary used to present results may also be used to interpret data, therefore, we can see a correlation between these two dimensions. Here the authors are describing what results have shown, for example, by comparing results based on the respondents’ answers.

In the article *Happiness and Social Exclusion of Indigenous Peoples in Taiwan-A Social Sustainability Perspective* (Wang, 2015), in example 3, the content words that illustrate Dimension 3 in the text are “study”, “regression”, “examine” and “effect”, which are used to describe a binary logistic regression used to examine peoples’ answers. The capitalized words were identified in Dimension 3.

Example 3

This STUDY employed binary logistic REGRESSION to EXAMINE the EFFECTs of different domains of social exclusion on the likelihood of perceiving happiness; other exogenous factors were controlled. The results show that among the respondents, mountain indigenous peoples, females, the elderly and those who are healthier, wealthier, highly educated, possessing western beliefs, and are more likely to be happy, compared to their counterparts. As expected, the results reveal that the likelihood of being happy is higher for those who have received medical benefits, as well as those persons without housing problems or financial difficulties, compared to their excluded counterparts. However, no significant association is found between happiness and some social exclusion domains, such as child and youth benefits, and unemployment benefits. The disengagement of the indigenous peoples in mainstream society, with respect to the accessibility of welfare provisions, is a crucial element in regard to social exclusion and happiness. Several policy implications for the social sustainability of indigenous peoples can be inferred from these findings.

The excerpt shows a discussion over how socially excluded groups perceive happiness in society. This article is related to the SDGs 1 (No Poverty), 3 (Good Health and Well Being) and 10 (Reduced Inequalities).

4.4 Dimension 4: Data Presentation

Dimension 4 was labeled Data Presentation since we observe that the lexis here is being used to show how data was collected and presented. Some content words related to that are the **nouns** “datum” (.57) and “number” (.48); the **verbs** “estimate” (.51) and “calculate” (.46); the **adjectives** “high” (.50) and “available” (.49); the **adverbs** “less” (.39) and “respectively” (.38). The excerpt in example 4 was taken from the article *Understanding the Sustainability of Retail Food Recovery*, by Phillips et al. (2013) . Some of the content words in example 4 that clearly represent how researchers present their study data are “data”, “rate”, “number” and “increased”. The capitalized words in this excerpt were part of Dimension 4.

Example 4

In this paper we study the simultaneous problems of food waste and hunger in the context of food (waste) rescue and redistribution as a means for mitigating hunger. To this end, we develop an empirical model that can be used in Monte Carlo simulations to study the dynamics of the underlying problem. Our model's parameters are derived from a DATA set provided by a large food bank and food rescue organization in north central Colorado. We find that food supply is a non-parametric heavy-tailed process that is well modeled with an extreme value peaks over threshold model. Although the underlying process is stochastic, the basic approach of food rescue and redistribution to meet hunger demand appears to be feasible. The ultimate sustainability of this model is intimately tied to the RATE at which food expires and hence the ability to preserve and quickly transport and redistribute food. The cost of the redistribution is related to the NUMBER and density of participating suppliers. The results show that costs can be reduced (and supply INCREASEd) simply by recruiting additional donors to participate. With sufficient funding and manpower, a significant amount of food can be rescued from the waste stream and used to feed the hungry.

The text will show how the authors present their data about problems of food waste and hunger in the context of food waste, rescue and redistribution as a means for mitigating hunger. This article is related to the SDGs 1 (No Poverty), 2 (Zero Hunger), 3 (Good Health and Well Being) and 10 (Reduced Inequalities).

4.5 Dimension 5: Data Quality

Dimension 5 is somehow related to Dimension 4, however, the difference is that in this case the lexis is not only being presented, but the authors are highlighting the quality of their data. Here we have **nouns**, such as “response” (.58) and “fact” (.50); **verbs** such as “reveal” (.57) and “observe” (.50); **adjectives**, as “significant” (.62) and “consistent” (.51) and **adverbs** such as “significantly” (.72) and “more” (.52). Excerpt 5 was taken from the article *Combining Aesthetic with Ecological Values for Landscape Sustainability* by Yang et al. (2014). Some of the content words in example 5 that show how the authors point out the quality of their data are “survey”, “more”, “significantly”, “associated” and “significant” which are frequently used in the sections of research papers where results and data are being presented and emphasized. The words in capital were part of Dimension 5.

Example 5

In this study, a hybrid framework was proposed to evaluate ecological and aesthetic values of five landscape types in Houguanhu Region of central China. Data from the public aesthetic SURVEY and professional ecological assessment were converted into a two-dimensional coordinate system and distribution maps of landscape values. Results showed that natural landscapes (i.e. water body and forest) contributed positively MORE to both aesthetic and ecological values than semi-natural and human-dominated landscapes (i.e. farmland and non-ecological land). The distribution maps of landscape values indicated that the aesthetic, ecological and integrated landscape values were SIGNIFICANTLY ASSOCIATED with landscape attributes and human activity intensity. To combine aesthetic preferences with ecological services, the methods (i.e. field SURVEY, landscape value coefficients, normalized method, a two-dimensional coordinate system, and landscape value distribution maps) were employed in landscape assessment. Our results could facilitate to identify the underlying structure-function-value chain, and also improve the understanding of multiple functions in landscape planning. The situation context could also be emphasized to bring ecological and aesthetic goals into better alignment. The growth of human populations and their resource needs have stressed the conservation of natural land resources. Many policies and programs have been implemented to address the pressures on land resources and notwithstanding this pressure, SIGNIFICANT acquisition of land for conservation has occurred throughout history in the U.S., and internationally.

Example 5 proposes a hybrid framework to evaluate ecological and aesthetic values which are beneficial to humans in various landscapes. The SDGs whose themes are related to this article are the SDGs 3 (Good Health and Well Being), 11 (Sustainable Cities and Communities) and 15 (Life on Land).

4.6 Dimension 6: Research Procedure

Dimension 6 shows content words related to research methodology and procedures. In this dimension we only have two categories of content words which are nouns and verbs since this is the last dimension, where we usually find less variables. For **nouns** we see, for example, “information” (.43) and “procedure” (.39); and some of the **verbs** are “consent” (.50) and “approve” (.44).

The paper in example 6 discusses the mobilization and collaboration among diverse partners as vital components to reduce and eliminate cancer disparities in the United States. In order to do so, the authors observed the impact of intersectoral connections among the members of the Massachusetts Community Network for Cancer Education, Research, and

Training (MassCONECT). The excerpt in example 6 was taken from the article *Addressing cancer disparities via community network mobilization and intersectoral partnerships: a social network analysis*, by Ramanadhan et. al. (2012). As we see, some of the content words that clearly describe research procedures in different studies are “consent”, “procedure”, and “conduct”. In this case, researchers are pointing out that the ethics committee approved the interviews conducted in the study that is being presented, which is a common section we find in research papers. Once again, the words in capital letters were part of Dimension 6.

Example 6

The ethics committee specifically APPROVED this CONSENT PROCEDURE and interviewers documented the CONSENT process as part of the study protocol. Study Design: We CONDUCTed a cross-sectional study at the end of Year 4 of the MassConect initiative to DESCRIBE the social network that developed over the time since the network's founding. We CONDUCTed a sociometric network analysis, meaning that we had a pre-defined network and attempted to COLLECT data from each member about relationships to all other members on the LIST. This type of network analysis supports evaluation of network growth and resource exchange [33], [38]. General study results and community-specific INFORMATION were presented to each of the community coalitions after the analysis was completed. This study was conceptualized, planned, implemented, and evaluated using CBPR principles [39], by a dedicated working group which was a subset of the Community Advisory Group, which included community partners from each community as well as investigators, dissemination partners and study staff. To limit potential conflicts and biases, most working group participants ensured that colleagues would take the survey on behalf of their group; however, two working group participants answered the survey in collaboration with colleagues.

In this article we have SDGs 3 (Good Health and Well Being), 10 (Reduced Inequalities) and 17 (Partnerships for the Goals).

5 Discussion

We start this discussion by reviewing the first research question of this study which was 1.) *To what extent do the SDGs come through as dimensions?* The results showed that researchers worldwide are discussing the Sustainable Development Goals and how their studies can, in different contexts, describe and support better solutions to globalized societies. An important finding was that the themes related to the Sustainable Development Goals are varied and based on different groups of society such as researchers, privileged and lower income groups and the way people's behaviors directly affect their lives. By reading the excerpts presented in this study we observed, for example, discussions over how the misreporting of farmers' production will interfere in social projects to reduce hunger (SDGs 1 and 2) and how different age and background groups perceive happiness (SDGs 3 and 11). Although most of the authors do not openly refer to which SDG they are dealing with, the readers can identify them in the articles because of the topics discussed and how they are interconnected. In Example 1, the same text has three themes, ‘Responsible Consumption and Production’ (SDG 12), ‘Peace, Justice and Strong Institutions’ (SDG 16) and ‘Partnerships for the Goals’ (SDG 17) which appear through the words “Policy”, “Other”, “Government”, “Establish”, “Work”, “Provide”, “Important”, “Ensure”, “Public” and “Effective”.

The second question proposed in the beginning of this study was 2.) *Which themes are mostly being discussed in each lexical dimension?* This procedure showed which words presented

higher co-occurrences in the research papers and detected 6 themes in the corpus which were labeled *Government Actions; Presenting Results; Data Interpretation; Data Presentation; Data Quality and Research Procedure*. As previously presented, the first dimension is the one where we have most of the content words loaded and it was the only one that was strictly related to the SDGs since it revealed words that described how governments and stakeholders act regarding decisions and sanctions taken depending on different issues. As for the other dimensions, we see that the academic register is very salient and that might be the reason why we have the co-occurrent lexis dedicated to describing different sections of research papers. Different from Delfino et. al (2018), where the Lexical MDA was used with a corpus of research papers about Applied Linguistics, in our study, we have a broad variety of topics from the seventeen SDGs in different research areas. In Delfino et. al's study (2018), specific themes related to Applied Linguistics were identified such as Teacher Training Programs, Language and Technology, Academic Genres and Text Types and Social Practices in Classes. However, in our study, because of the variety of themes, the academic register is more salient and co-occurrent, resulting in topics such as data presentation, research procedures and results presentation. Nevertheless, as we look closely at each excerpt and read the texts with the lexis present in the dimensions, the SDGs emerge. Finding out more about the academic register does meet one of the main purposes of this research which is to know what lexis international researchers use in order to discuss their findings on the SDGs. We believe this data can be used in teaching materials for graduate students and less experienced researchers.

The last question of our study was 3.) *Do contexts related to the SDGs show positive or negative discussions?* If we consider the excerpts shown in this paper, we see that there has been a general concern over which methods and actions should be taken in order to have better results in different societies. Also, distinct groups are being focused such as women, indigenous tribes, lower and higher income families, so there has been special concern over all individuals in society, which we consider a positive aspect in the articles. Another fact that called our attention is how much concern has been addressed to sanctions and punitive regulations to institutions, groups and individuals that do not contribute to projects that are thought for general society. This can be seen by the content words loaded in Dimension 1, which are strictly related to this issue.

6 Final Considerations

This study set out to investigate how international researchers have been discussing the Agenda 2030 and its seventeen Sustainable Development Goals (SDGs) in their studies. Since its publication in 2015, countries organized themselves to meet those goals as civil society, governments and researchers. Our aim in our study was to observe by a bottom-up procedure how the goals were being discussed through the lexis used by researchers. By applying the lexical multidimensional analysis we found six dimensions of content words that showed that in the first dimension, where we have a higher load of words, the theme being discussed was Government Decisions. On the other hand, the other five dimensions were dedicated to academic lexis, each one of them, in their own way, which were named as Presenting Results; Data Interpretation; Data Presentation; Data Quality and Research Procedure. These results

may become valuable information to be used in EAP classes in order to help international researchers to better communicate their studies with previously approved academic lexis.

At the same time, further work needs to be carried out to analyze how the same SDGs are being dealt with in different countries and by different research groups. In order to do so, we intend to observe the metadata from each article to better map the SDGs internationally. The challenge now is to follow publications and their results as the world and governments have been going through major changes such as climate change, which was discussed at the UN Climate Change Conference UK 2021 (SDG 13), and world peace (SDG 16), also recently discussed during the G7 summit in Hiroshima 2023. Continued efforts are needed to make the SDGs implemented and more accessible to general society. We believe that, by analyzing the discourse used in research papers on these themes, we can contribute to EAP instruction and research paper writing that discuss the SDG in a comprehensive way. Academic classes and terminological databases can be shared by research groups and international institutions so that these topics are discussed and solutions to major challenges can reach governments and stakeholders.

Acknowledgements

The authors would like to acknowledge the research funding from CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Grant number 307287/2021-1) and São Paulo Research Foundation (FAPESP), Brasil. (Process Numbers #2022/05848-7 and # 2016/25198-6).

Authors' contributions

Paula Tavares Pinto collected and analyzed the data, wrote the text and added references. Tony Berber Sardinha tagged the corpus, ran it in the SAS program and reviewed the text. Denis Luiz Marcello Owa, Maria Claudia Nunes Delfino and Simone Vieira Resende analyzed the data, reviewed the text and added references.

References

ABREU-E-LIMA, D. P. M.; MORAES FILHO, W. B. ; NICOLAIDES, C.; QUEVEDO-CAMARGO, G. ; SANTOS, E. M. *Idiomas sem Fronteiras - Internacionalização da Educação Superior e formação de professores de língua estrangeira*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021. v. 1. 287p.

ANTHONY, L. *AntCorGen* (Version 1.1.2) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University, 2019. Available at <https://www.laurenceanthony.net/software/antcorgen/>

ASENCIÓN-DELANEY, Y.; COLLENTINE, J. A multidimensional analysis of a written L2 Spanish corpus. *Applied linguistics*, Oxford, v. 32, n.3, p. 299-322, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/amq053>

BAUMVOL, L. K. ; SARMENTO, S. . A internacionalização em Casa e o uso de inglês como meio de instrução. In: BECK, M. S.; MORITZ, M. E.; MARTINS, M. L. M. ; HEBERLE, V. (orgs.). *Echoes: Further Reflections on Language and Literature*. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2016, v. 1. p. 65-82.

BERBER SARDINHA, A. P. Uso de corpora na formação de tradutores. *Delta: documentação de estudos em lingüística teórica e aplicada*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 43-70, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-44502003000300005>

BERBER SARDINHA, T.. *Lingüística de corpus*. Barueri: Editora Manole Ltda, 2004.

BERBER SARDINHA, T. *A corpus-based history of Applied Linguistics*. Apresentação de Trabalho. Associação Internacional de Lingüística Aplicada (AILA), Rio de Janeiro, 2017.

BERBER SARDINHA, T. Corpus linguistics and the study of social media. In: O'Keefe, Anne; McCarthy, Mike. (orgs.). *The Routledge Handbook of Corpus Linguistics*. V.1. 2ed. Londres: Routledge, 2022. p. 656-674.

BERBER SARDINHA, T. Corpus linguistics and historiography: Finding the major discourses in the first 50 years of TESOL Quarterly. *Journal of Research Design and Statistics in Linguistics and Communication Science*, v.7, n.1, p.S73–S94, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1558/jrds.18538>

BERBER SARDINHA, T.; KAUFFMANN, C.H.; ACUNZO, C. A multidimensional analysis of register variation in Brazilian Portuguese. *Corpora*, v.9, n.2, p. 239-271, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3366/cor.2014.0059>

BERBER SARDINHA, T. B.; PINTO, M. V. (eds.). *Multi-dimensional analysis: Research methods and current issues*. London: Bloomsbury Publishing, 2019.

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BIBER, D.; HARED, M. Dimensions of register variation in Somali. *Language Variation and Change*, Cambridge, v.4, n.1, p. 41-75, 1992. DOI: <https://doi.org/10.1017/S095439450000065X>

BIBER, D. *Variation in English: Multi-dimensional studies*. London: Pearson, 2001.

BURSTEIN, R., WANG, H., R. Jr, R. C.; HAY, S. I. Development and validation of a new method for indirect estimation of neonatal, infant, and child mortality trends using summary birth histories. *PLoS medicine*, San Francisco, v.15, n.10, e1002687, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002687>.

CHARLES, M. 'Proper vocabulary and juicy collocations': EAP students evaluate do-it-yourself corpus-building. *English for Specific Purposes*, Amsterdam, v.31, n.2, p. 93-102, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.esp.2011.12.003>

CORDEIRO, C. M. A corpus-based approach to understanding market access in fisheries and aquaculture international business research: A systematic literature review. *Aquaculture and Fisheries*, Amsterdam, v. 4, n. 6, p. 219-230, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.aaf.2019.06.001>.

COXHEAD, A. A new academic word list. *TESOL quarterly*, Alexandria, v.34, n.2, p.213-238, 2000. DOI: <https://doi.org/10.2307/3587951>.

DELFINO, M. C. N. Análise multidimensional: os números na Lingüística. *Cadernos de Lingüística*, Campinas v. 2, n. 4, e474, 2021. <https://orcid.org/0000-0003-1976-8725>

DELFINO, M. C.; ARAÚJO, R. F.; BERBER SARDINHA, T. Revista brasileira de Lingüística Aplicada: multidimensões temáticas. In: FINATTO, M. J.B.; REBECHI, R. R.; SARMENTO, S.; BOCORNY, A. E. P. (orgs.). *Lingüística de Corpus: Perspectivas*. 01ed. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2018. p. 93-124.

DUTRA, D. P.; NUNES, L. P.; ORFANÒ, B. M. ; ARRUDA, C. F. B. Institutional internationalisation through academic literacies in English: teaching and learning written genres in the Brazilian higher education context. *The Especialist* (PUCSP), São Paulo, v. 40, p. 1-14, 2019.

FINARDI, K. R.; GUIMARÃES, F. F. Internacionalização, rankings e publicações em inglês: a situação do Brasil na atualidade. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 28, n. 68, p. 600-626, 2017. DOI: <https://doi.org/10.18222/eae.v28i68.4564>

FLOWERDEW, J.; PEACOCK, M. *Research Perspectives on English for Academic Purposes*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GARDNER, D.; DAVIES, M. A new academic vocabulary list. *Applied linguistics*, Oxford, v.35, n.3, 305-327, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1093/applin/amt015>

GIMENEZ, T. et al. *Guide to English as a medium of instruction in Brazilian Higher Education institutions 2018-2019*. [S. I.]: FAUBAI, 2018. Disponível em: <http://faubai.org.br/britishcouncilfaubaiguide2018.pdf>. Access on Dec. 2024.

HYLAND, K.; HYLAND, F. Feedback on second language students' writing. *Language teaching*, Cambridge, v.39, n.2, p.83-101. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0261444806003399>

HYLAND, K.; SHAW, P. (eds.). *The Routledge handbook of English for academic purposes*. London: Routledge, 2016
International Comparative Performance of the UK Research Base. Elsevier UK's Department for Business, Energy & Industrial Strategy (BEIS), 2026.

JENKINS, J. *Global Englishes: A resource book for students*. Routledge, 2014.

JENKINS, J.; LEUNG, C. English as a lingua franca. *The companion to language assessment*, Hoboken, v.4, p.1607-1616, 2014.

JENKINS, C. N., ALVES, M. A. S.; UEZU, A.; VALE, M. M. Patterns of vertebrate diversity and protection in Brazil. *PloSone*, San Francisco, v.10, n.12, e0145064, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0145064>

JODOIN, J.; SINGER, J. Mainstreaming Education for Sustainable Development in English as a Foreign Language: An Analysis of the Image-Text Interplay Found in EFL Textbooks in Japanese Higher Education. In: LEAL FILHO, W. et al. (org.) *Universities as Living Labs for Sustainable Development*. Springer, Cham p. 545-565, 2020. DOI: 10.1007/978-3-030-15604-6_34

KARPENKO-SECCOMBE, T. *Academic writing with corpora: A resource book for data-driven learning*. Routledge, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429059926>

KILGARRIFF, A. et al. The Sketch Engine: ten years on. *Lexicography*, Berlin, v. 1, n. 1, p. 7–36, 1 jul. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40607-014-0009-9>.

KLAES, C.; SCHNEEGANS, S.; SCHÖNER, G.; GAIL, A. Sensorimotor learning biases choice behavior: a learning neural field model for decision making. *PLoS computational biology*, San Francisco, v.8, n.11, e1002774, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pcbi.1002774>.

NESSELHAUF, N. *Collocations in a learner corpus*. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 2005.

PÉREZ-PAREDES, P. *Corpus Linguistics for Education: A Guide for Research*. Abingdon: Routledge, 2020.

PHILLIPS, C.; HOENIGMAN, R.; HIGBEE, B.; REED, T. Understanding the sustainability of retail food recovery. *PLOS one*, San Francisco, v.8, n.10, e75530, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0075530>

PINTO, P. T.; GARCIA, D. N. M.; SANTOS, D. C. Ações de internacionalização para o ensino e a pesquisa na área de línguas. *Fórum linguístico*, Florianópolis. v. 18, n. 1, p. 5618-5630, 2021a. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e72639>

PINTO, P. T.; DE CAMARGO, D. C.; SERPA, T.; DA SILVA, L. F. Analysing the behaviour of academic collocations in a corpus of research-papers: a data-driven study. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte [S. I.], v. 29, n. 2, p. 1229–1252, 2021b. DOI: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.29.2.1229-1252>

PINTO, P. T.; REES, G. P.; FRANKENBERG-GARCIA, A. Identifying collocation issues in English L2 research article writing. In: CHARLES, M.; FRANKENBERG-GARCIA, A. (eds) *Corpora in ESP/EAP writing instruction*. New York: Routledge, 2021c. p. 147-170. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003001966>

PINTO, P. T. The Sustainable Development Goals (SDGs) words 'poverty' and 'sustainability' in the brazilian research: a preliminary thematic corpus-based analysis. *Cadernos de Linguística*, [S. I.], v. 2, n. 4, p. e440, 2021a. DOI: <http://dx.doi.org/10.25189/2675-4916.2021.v2.n4.id440>

PINTO, P. T. A multidimensional analysis of research papers on the sustainable development goals (SDGs) (2021b). 22 *InPLA - Linguagem e Interfaces - aproximações e distanciamentos*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021b.

RAMANADHAN, S.; SALHI, C.; ACHILLE, E.; BARIL, N.; D'ENTREMONT, K.; GRULLON, M.; VISWANATH, K. Addressing cancer disparities via community network mobilization and inter-sectoral partnerships: a social network analysis. *PLoS One*, San Francisco, v.7, n.2, e32130, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0032130>.

SACHS, J. D. From millennium development goals to sustainable development goals. *The Lancet*, London, v.379, n.9832, p.2206-2211, 2012.

SARMENTO, S.; THIAGO, E. M. C. P.; ANDREOTTI, V. O. Science without Borders – An alternative framework for evaluation. *Interfaces Brasil/Canadá*, São Paulo, v.16, n. 1, 2016. p. 40-71. DOI: <https://doi.org/10.15210/interfaces.v16i1.7760>

SINCLAIR, J. *Corpus, Concordance, Collocation*. Oxford: Oxford University Press, 1991.

SWALES, J. M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TÖRÖ, T. *Cooperation or Aid? A Corpus-Assisted Critical Discourse Analysis of Finland's Development Policy*, 2020. Dissertation (Master's in English Studies) — Faculty of Culture and Society, Malmö University, Malmö, 2020. Available at: <http://urn.kb.se/resolve?urn=urn:nbn:se:mau:diva-22715>. Accessed on: [April 9th, 2025].

VALVASON, E. *The semantics of sustainable development: A corpus-assisted, ecological analysis of discourse across languages*. 228 f. Thesis (PhD in Linguistic Sciences) — Department of Humanistic Studies, University of Pavia, Pavia, 2021. Available at: <http://hdl.handle.net/11571/1438355>. Accessed on: [April 9th, 2025].

VIANA, V.; TAGNIN, S. E. O. *Corpora no ensino de línguas estrangeiras*. São Paulo Cidade: Hub Editorial, 2011.

YANG, D.; LUO, T.; LIN, T.; QIU, Q.; LUO, Y.. Combining aesthetic with ecological values for landscape sustainability. *Plos one*, San Francisco, v.9, n.7, e102437, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0102437>

YE, F.; DENG, Q. Strategies for poverty alleviation supply chain with government subsidies and misreporting behavior in China. *Plos one*, San Francisco, v.16, n.7, e0253761, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0253761>

WANG, J. H. Happiness and Social Exclusion of Indigenous Peoples in Taiwan-A Social Sustainability Perspective. *PLoS One*, San Francisco, v.10, n.2, e0118305, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0118305>

Appendix – Lexical Multidimensional Analysis Factors

Factor 1	address (.58); focus (.56); many (.56); provide (.55); important (.55); government (.55); also (.54); help (.54); need (.54); lack (.53); develop (.53); health (.53); make (.52); support (.52); local (.52); broad (.52); such (.52); challenge (.52); example (.50); community (.49); role (.49); identify (.49); stakeholder (.49); build (.48); other (.48); effective (.48); effort (.47); understanding (.47); involve (.47); approach (.47); understand (.47); most (.46); opportunity (.46); good (.45); several (.45); strengthen (.45); implement (.45); often (.44); ensure (.44); national (.44); create (.44); include (.44); exist (.43); public (.42); establish (.42); essential (.42); work (.41); level (.41); financial (.41); framework (.40); specific (.40); particularly (.40); resource (.40); program (.40); difficult (.40); importance (.40); able (.40); take (.40); development (.40); problem (.40); initiative (.39); international (.39); long (.39); critical (.39); inform (.39); policy (.39); promote (.38); necessary (.38); part (.38); lead (.38); well (.38); practice (.38); implementation (.38); contribute (.38); improve (.37); system (.37); strong (.36); especially (.36); impact (.36); very (.35); influence (.35); sector (.35); major (.35); knowledge (.35); process (.35); capacity (.35).
Factor 2	show (.62); value (.61); represent (.59); assume (.55); same (.53); model (.52); give (.50); time (.50); indicate (.48); contrast (.47); state (.46); then (.45); line (.45); result (.45); action (.44); explain (.44); thus (.44); different (.43); become (.42); particular (.42); rather (.41); consider (.41); goal (.41); allow (.40); generate (.40); pattern (.39); occur (.38); start (.38); present (.37); possible (.37); large (.36); condition (.36); choose (.36); even (.36); expect (.36); account (.35); here (.35).
Factor 3	examine (.77); study (.71); effectiveness (.70); outcome (.68); find (.68); investigate (.68); individual (.56); intervention (.55); common (.55); review (.54); furthermore (.52); report (.52); group (.51); explore (.50); however (.49); effect (.49); size (.48); small (.48); finding (.47); measure (.47); relationship (.46); design (.46); sample (.45); positive (.45); highlight (.44); improvement (.42); relate (.42); only (.40); risk (.39); setting (.38); performance (.38); multiple (.38); characteristic (.38); background (.37); regression (.35).
Factor 4	datum (.57); data (.56); year (.56); estimate (.51); high (.50); available (.49); total (.48); number (.48); score (.47); base (.46); journal (.46); calculate (.46); region (.43); recent (.42); increase (.42); country (.41); overall (.41); compare (.40); pone (.40); area (.40); reference (.40); status (.40); point (.39); average (.39); less (.39); rate (.39); respectively (.38); regional (.37); scenario (.37); index (.36); decrease (.36); likely (.35); vary (.35); relative (.35); proportion (.35).
Factor 5	significantly (.72); significant (.62); response (.58); reveal (.57); more (.52); consistent (.51); participate (.51); observe (.50); fact (.50); difference (.49); reduction (.49); suggest (.44); interest (.39); prior (.38); associate (.38); survey (.36).
Factor 6	consent (.50); approve (.44); information (.43); assign (.42); informed (.41); collect (.41); conduct (.41); select (.40); collection (.39); procedure (.39); list (.37); description (.37); obtain (.37); follow (.35); describe (.35).

Contribuições do léxico na construção do Cosmicismo nos contos de H. P. Lovecraft: uma abordagem da Linguística de *Corpus*

Lexis and the construction of Cosmicism in the works of H. P. Lovecraft: A corpus linguistics perspective

Marcia Veirano Pinto

Universidade Federal de São Paulo
(UNIFESP) | Guarulhos | SP | BR
marcia.veirano@unifesp.br
<https://orcid.org/0000-0002-0795-6297>

Josué dos Santos Francisco

Universidade Federal de São Paulo
(UNIFESP) | Guarulhos | SP | BR
josue29@live.com
<https://orcid.org/0009-0006-4833-2444>

Resumo: O objetivo deste trabalho é estudar o léxico da obra de H. P. Lovecraft para identificar, sistematicamente, sua contribuição na construção do Cosmicismo, um dos ramos da literatura de horror. Para tanto, o *corpus* Melhores Contos de Lovecraft (MCL) foi construído, composto por 19 de seus contos escritos entre 1917 e 1936, 56.036 itens e 291.993 ocorrências. O *corpus* MCL foi analisado a partir da abordagem da Linguística de *Corpus*, mais especificamente da análise de discurso assistida por corpora, com o auxílio das ferramentas *Keyword*, *KWIC* e *File View* do programa de análise linguística *AntConc* 4.0.10. Os dados obtidos foram relacionados e analisados à luz de pesquisas prévias sobre o gênero do horror, a biografia e a obra de H. P. Lovecraft (Houellebecq, 2019; Kneale, 2006; Miguel, 2006; Scotuzzi, 2017). Como resultado, foram identificadas seis supercategorias e 36 subcategorias semânticas de palavras-chave. Tais categorias, bem como as classes gramaticais das palavras abrangidas, permitiram o mapeamento dos temas e ideologias recorrentes nos contos do autor e a verificação de como o léxico utilizado contribui para a construção do Cosmicismo lovecraftiano.

Palavras-chave: linguística de *corpus*; cosmicismo; Lovecraft; horror; léxico.

Abstract: The aim of this paper is to study the lexicon of H. P. Lovecraft's short stories to identify, in a systematic way, its contribution to the construction of cosmicism, one of the branches of horror. To do so, the Melhores Contos de Lovecraft corpus (MCL) was built. It comprises 19 of his short stories written between 1917 and 1936,



totaling 56,036 types and 291,993 tokens. The MCL corpus was analyzed within a corpus linguistics and CADS (corpus-assisted discourse studies) framework, and used the Keyword, KWIC and File View tools available in *AntConc 4.0.10*. The data identified with the help of such tools was analyzed in the light of the literature on horror as well as the biography, and the work of H. P. Lovecraft (Houellebecq, 2019; Kneale, 2006; Miguel, 2006; Scotuzzi, 2017). Results show that the keywords found can be grouped into six super-categories and 36 semantic sub-categories. Such categories, and the part of speech of the words comprised in them, both allowed the mapping of the recurring themes and ideologies in Lovecraft's short stories and suggested how the lexicon used in them contributes to build Lovecraftian cosmicism.

Keywords: corpus linguistics; cosmicism; Lovecraft; horror; lexicon.

1 Introdução

Narrativas dão significados às experiências dos indivíduos. Elas são ferramentas importantes para entendermos não só como alguém enxerga os acontecimentos de sua própria vida, mas também como registra a memória coletiva de uma sociedade (Jonsson *et al.*, 2000, p. 463). Com a evolução da narrativa ao longo dos séculos, seu propósito tomou dois caminhos: o histórico e o ficcional. Enquanto o primeiro buscou um cunho de veracidade, o segundo optou pelo estético da ficção, herdando o conceito de arte (Motta, 2007, p. 272). Contudo, dada à onipresença de narrativas no decorrer da história, especificamente daquelas contadas através da literatura, as narrativas de horror são um gênero muito recente, enraizadas no romance gótico sobrenatural (Summers, 1938), por volta do século XVIII. Apesar de relativamente jovem, o gênero horror está tão presente em nossa cultura atual quanto um dos seus irmãos mais velhos, a comédia, que surge por volta de 445 a.C. com Aristófanes (å). A relevância do gênero rendeu diversas pesquisas ao longo das décadas, seja sobre o gênero, como *Danse Macabre*, de Stephen King (1981), *A Filosofia do Horror*,¹ de Noel Carroll (1990), e *Horror Sobrenatural na Literatura*,² de H. P. Lovecraft (1938), quanto sobre autores específicos, como *A Morfologia do Horror*, de Alcebíades Miguel (2006), e *O Lugar do Horror*,³ de James Kneale (2006). Portanto, sob a luz dessas e outras pesquisas, este artigo busca destacar um elemento crucial da literatura de horror: o léxico. Buscaremos determinar a importância dele para a construção de uma atmosfera de horror e para que a obra atinja o objetivo do gênero: causar medo. O recorte que

¹ “The Philosophy of Horror”, no original.

² “Supernatural Horror in Literature”, no original.

³ “The Place of Horror”, no original.

faremos será o “Cosmicismo”, um ramo do horror popularizado por Howard Phillips Lovecraft, cujas obras influenciaram grandemente a cultura popular e o gênero de horror atuais. Para a análise, fundamentalmente, precisamos definir o gênero de horror e suas bases.

Em seu livro *A Filosofia do Horror*, Carroll (1990) propõe que as narrativas de horror têm o objetivo de causar medo no leitor, buscando como estratégia convergir a ele uma sensação similar à que o personagem sente perante uma fonte do medo capaz de revogar as leis da natureza, algo sobrenatural (Carroll, 1990, p. 53). Os conceitos de objetivo, estratégia, fonte do medo e revogação das leis naturais que, segundo Carroll, fundamentam o horror são vagos o bastante para que autores tenham liberdade para os cumprir usando diversos elementos narrativos. Sobre essa liberdade, Moisés (1987) afirma que “[...] os gêneros não são leis nem regras fixas, mas categorias relativas, dentro das quais cada escritor se move à vontade [...]” (Moisés, 1987, p. 64). Sabendo disso, citando Botting (2013, p. 166), Scotuzzi (2017) afirma que as obras de H. P. Lovecraft “partem do gótico e se estendem para além de delimitações de gêneros [...], ele mescla elementos do horror, da fantasia e da ficção científica e com isso cria seu próprio estilo de horror – o Cosmicismo” (Scotuzzi, 2017, p. 60).

Além disso, para que os elementos narrativos escolhidos sejam uma fonte eficiente do medo, precisam compor uma *atmosfera* (Lovecraft, 1938, p. 7) que imerja o leitor no mundo e situação de horror. Nas primeiras décadas do gênero, inclinado às suas raízes góticas, os elementos atmosféricos característicos envolviam ambientes assombrados, baseados na arquitetura da Idade das Trevas, em que o próprio local representava uma escuridão cultural que volta do passado para assombrar o presente com suas superstições e monstros tradicionais, como o vampiro e o fantasma (Botting, 2013, p. 1). Desde o amadurecimento do gênero, o horror aderiu ao contexto intelectual do Iluminismo, e suas fontes do medo passaram a se basear em questões da mente e das ciências naturais, nas quais os leitores acreditam convencionalmente até a atualidade – leis que os elementos sobrenaturais buscarão revogar (Carroll, 1990, p. 57).

A opção de estudar o léxico de H. P. Lovecraft adveio da curiosidade quanto ao léxico de sua escrita, haja vista que leigos, críticos e pesquisadores descrevem as obras como leituras “árdidas”, principalmente devido à adjetivação e “uso de termos acessórios” (Miguel, 2006, p. 13), como por exemplo, na passagem “*Vast, Polyphemus-like, and loathsome, it darted like a stupendous monster of nightmares to the monolith*” em seu conto *Dagon*. De tal curiosidade derivamos os seguintes objetivos de pesquisa: (1) elucidar as características lexicais que compõem seu distinto Cosmicismo e (2) verificar em nível lexical a hipótese, apresentada por pesquisadores como Houellebecq (2019) e Wilson (2013), de que a biografia e notórias visões de mundo de Lovecraft são visíveis em suas obras. Para tanto, estudamos seu léxico à luz da Linguística de *Corpus*, abordagem que coleta e analisa dados empíricos extraídos de um grupo de textos criteriosamente selecionados, denominado *corpus* (Berber Sardinha, 2004). Para servir como nosso *corpus* denominado *Melhores Contos de Lovecraft* (doravante “MCL”), reunimos os textos publicados na obra *Melhores Contos de Lovecraft* (2014), composto por 19 contos escritos entre 1917 e 1935. H. P. Lovecraft faleceu em 1937; portanto, os contos cobrem todo o período de sua carreira como escritor de horror.

Contudo, para analisarmos o léxico precisamos contextualizar a obra de H. P. Lovecraft apontando alguns aspectos relevantes de sua vida. Essa contextualização fornecerá uma base

para a análise, permitindo-nos entender melhor por que certas palavras-chave⁴ são proeminentes em seu *corpus* e verificar como elas manifestam os fundamentos do horror, a visão de mundo do autor e/ou contribuem para as características típicas do Cosmicismo.

1.1 Vida, carreira e ideologias de H. P. Lovecraft

Howard Phillips Lovecraft, nascido em 1890 em Providence, Rhode Island, EUA, foi criado em uma família rica de ascendência inglesa. Sua infância foi relativamente reclusa, marcada por sua saúde frágil, o que o impedia de frequentar a escola regularmente. No entanto, seu amor pelo aprendizado o levou a explorar uma ampla gama de tópicos na biblioteca da mansão vitoriana da família, especialmente nas áreas de ciência, fantasia e horror. Após perder seu pai em 1898 e seu avô em 1904, Lovecraft e sua família enfrentaram dificuldades financeiras que os levaram a abandonar sua mansão vitoriana (Joshi, 2018). Essas mudanças drásticas na sua vida, combinadas com uma suposta depressão, causaram o que Miguel (2006) chama de “a ferida originária” e tiveram um impacto significativo em sua visão de mundo e em sua obra.

A transição da juventude para a idade adulta foi um período crucial para o desenvolvimento dessa “ferida” em Lovecraft. Entre os 18 e 28 anos de idade, ele passou por um período de ócio, dedicando-se principalmente à leitura. Em suas cartas, Lovecraft expressou os sentimentos associados a esse período de sua vida.

Então percebi, horrorizado, que estava ficando velho demais para o prazer. O impiedoso Tempo havia cravado sua terrível garra sobre mim, e eu me vi com dezessete anos. Meninos crescidos não brincam em casas de brinquedo e jardins de mentira, então fui obrigado a entregar, pesaroso, o meu mundo a um menino mais jovem que morava do outro lado da rua. Desde então, não cavei buracos na terra, nem formei trilhas ou estradas. Tais coisas carregam tamanha melancolia, pois nunca será possível reconquistar a efêmera alegria da infância. A vida adulta é o inferno. (Lovecraft, 1920, tradução nossa, *apud* Houellebecq, 2019, p. 43)⁵

Houellebecq (2019, p. 34) afirma que, ao perder sua infância, H. P. Lovecraft também perdeu sua fé e otimismo em relação ao mundo. Miguel (2006, p. 64) complementa, alegando que a passagem acima é uma marca de sua atitude niilista, masoquista e passiva diante da existência. Esse ócio e reclusão terminaram quando o autor entrou no mundo do jornalismo amador, chegando a se tornar editor e presidente de algumas associações de jornalismo amador, o costumeiro primeiro passo de todo escritor na época (Scotuzzi, 2019, p. 27). Para Wilson (2013, p. 12), H. P. Lovecraft era um “poeta marginalizado”, que lamentava sua vida tediosa e sem expressão em Providence, desejando uma existência inspirada pelos autores europeus

⁴ Neste trabalho, o conceito de palavra-chave é o utilizado na Linguística de *Corpus*: “palavra que é estatisticamente típica de um texto ou conjunto de textos” (Culpeper; Demmen, 2015, p. 90; tradução nossa). No original: “it is a term for a word that is statistically characteristic of a text or set of texts.”

⁵ “Then I perceived with horror that I was growing too old for pleasure. Ruthless Time had set its fell claw upon me, and I was seventeen. Big boys do not play in toy houses and mock gardens, so I was obliged to turn over my world in sorrow to another and younger boy who dwelt across the lot from me. And since that time, I have not delved in the earth or laid out paths and roads. There is too much wistful memory in such procedure, for the fleeting joy of childhood may never be recaptured. Adulthood is hell.”

que admirava. Ele sugere que a natureza repulsiva e violenta de suas obras era uma forma de compensar esse sentimento de inadequação e falta de sorte.

Após a morte de sua mãe, H. P. Lovecraft casou-se e mudou-se com sua esposa para a periferia de Nova Iorque. Este seria outro período crucial para a formação da sua visão de mundo, especialmente seu racismo e sua aversão à modernidade (Houellebecq, 2019). Sobre as convicções do autor neste período, Houellebecq (2019) escreve:

Sendo um cavalheiro interiorano, convicto da superioridade de sua origem anglo-saxã, ele sentia apenas um leve desdém para com outras raças. Sua estadia no submundo de Nova Iorque, em suas favelas, mudaria tudo. As criaturas estrangeiras tornaram-se suas concorrentes, inimigas, próximas e cuja força bruta era superior à dele (Houellebecq, 2019, p. 29, tradução nossa).

Miguel (2006) escreve sobre o mesmo período:

Lovecraft, que amava o período colonial norte-americano e desprezava a independência do país, sentia-se mal em uma metrópole excessivamente cosmopolita, na qual as temidas “raças inferiores” circulavam perdidas em um mar humano no qual não era possível assegurar qualquer traço de distinção [...] (Miguel, 2006, p. 100).

Durante a estadia em Nova Iorque, o racismo do autor chegou a níveis extremos. Em uma de suas cartas, citada por Maurice Lévy (1972), ele refere-se às pessoas da cidade como “[...] um caldo imundo no qual se mesclam pedaços pútridos sem inteligência, que são uma ofensa para a visão, para o olfato e para a imaginação” (Lévy apud Miguel, 2006, p. 85). Em suas narrativas, esse racismo mostra-se mais velado, persistente e, de acordo com Houellebecq (2019), colado em seu fundamento: o medo. Ademais, existem várias outras características ideológicas que compõem a figura de H. P. Lovecraft e suas narrativas: sua anglofilia, o fascínio por ciência e astronomia, o apreço pela Nova Inglaterra, a paixão por literatura clássica, a devoção à Antiguidade, o apego às tradições, o pessimismo e a hostilidade à religião e às superstições (Anater, 2021). Essas ideologias do “sonhador de Providence”, como o chamavam seus amigos e discípulos (Miguel, 2006, p. 22), influenciam visivelmente sua própria obra. É comum encontrar personagens à sua semelhança, projeções (Houellebecq, 2019, p. 650) de si mesmo, sentindo os mesmos medos e indo a versões sombrias de lugares nos quais ele esteve.

H. P. Lovecraft faleceu em 1937. Suas obras foram reduzidas por importantes nomes da pesquisa literária, como Todorov, Borges e Penzoldt, a paródias involuntárias e supérfluas de seus antecessores (Miguel, 2006, p. 11). Essas obras estavam espalhadas entre edições de revistas *pulp*, já que Lovecraft nunca pôde publicar uma coletânea própria. Contudo, alguns amigos e perpétuos correspondentes fundaram a editora “Arkham House” para preservar o legado do escritor, publicando a coletânea “*The Outsider and Others*”, em 1939, depois traduzida para doze idiomas e que serviu como pontapé inicial de sua fama póstuma (Joshi, 2018).

1.2 O Cosmicismo em H. P. Lovecraft

Sabendo mais sobre o escritor, podemos compreender melhor a motivação para os temas recorrentes e características de sua obra. Agora, portanto, apontaremos o método de H. P.

Lovecraft para cumprir os conceitos que fundamentam o horror segundo Carroll (1990), que citamos na introdução deste artigo. A princípio, contrariando a literatura de horror de sua época, que caminhava do lógico em direção ao psicológico (Miguel, 2006, p. 12), a premissa do Cosmicismo é o “horror cósmico”. Como bem resume Scotuzzi (2017):

Esse tipo de horror trabalha com a ideia de que a humanidade é completamente irrelevante em meio ao cosmos e que sua extinção é iminente (sic) e provável no horizonte de eventos da história do universo. [...] esse tipo de horror tem a capacidade de amedrontar a humanidade como um todo enquanto espécie (Scotuzzi, 2017, p. 12).

Contribuindo como pilar dessa premissa, há temas recorrentes que compõem a representação da figura humana, a espacialidade e as características do sobrenatural, todos moldados e geridos pelos conceitos de atmosfera (Lovecraft, 1938, p. 7) e fronteiras (Kneale, 2006, tradução de Anater, 2021).

Segundo o próprio H. P. Lovecraft (1938, p. 7), a atmosfera é um elemento essencial para a composição do horror porque é responsável por imergir o leitor no mundo fictício, facilitando a conversão das sensações dos personagens para o leitor. O escritor se tornaria obcecado por compor uma atmosfera concisa, que convencesse o leitor da coerência e, ultimamente, realismo de seu universo narrativo (Miguel, 2006, p. 84). Mais especificamente sobre o estilo narrativo lovecraftiano, Miguel (2006, p. 158-159) o aponta como pautado no empiricismo, por meio de “evidências apreendidas e verificáveis pelo sentido”, estilizado como relato jornalístico e metódico, como uma descrição feita em um diário de campo de um cientista, para ilusoriamente assemelhar-se a um fato. Essa escolha resulta nas infames sequências de adjetivos e advérbios para tentar descrever o indescritível. Embora infame, Scotuzzi (2017, p. 57) argumenta que essa técnica descritiva, que H. P. Lovecraft tomou de seu admirado Edgar Allan Poe, não é supérflua, pois facilita a visualização da cena e a identificação para o leitor.

Partindo para a análise dos elementos internos às narrativas cosmicistas, Kneale (2006, p. 113) observa que a obra de H. P. Lovecraft se preocupa explicitamente com o conceito de fronteiras metafóricas. Kneale (2006, p. 120) afirma que as fronteiras representam pontos de contato entre o natural e o sobrenatural, cuja transgressão e mudança, nas obras lovecraftianas, sempre pioram as situações. Ele sugere, ainda, uma explicação para tamanha recorrência desse conceito, fundada no conservadorismo e na idealização da pureza do escritor, visto que as fronteiras representam, fundamentalmente, o ponto de diálogo entre o comum e o incomum. Veremos a seguir como a atmosfera molda e as fronteiras separam o natural e o sobrenatural, no cenário fictício cosmicista, e como seus personagens interagem com ele.

Sobre os personagens lovecraftianos, Scotuzzi (2017) aponta que, majoritariamente, protagonistas são como um espelho do autor – intelectuais, acadêmicos, curiosos, materialistas fiéis à ciência e apresentados como modelos ideais de humanos –, enquanto os personagens secundários, vilanescos e degenerados, são estrangeiros ou posicionados inferiormente na camada social. Essa caracterização também contribui para a coesão da atmosfera, justificando a linguagem precisa e intelectual do narrador-personagem até antes de se deparar com o desconhecido – quando então a linguagem acurada se torna insuficiente para explicá-lo, tornando-se um emaranhado de metáforas e assimilações. Ademais, Houellebecq (2019, p. 66) destaca que os personagens são destituídos de detalhismo psicológico, porque preci-

sam apenas de um aparato sensorial funcional cuja única função é usá-lo para perceber seus arredores, existindo apenas como “observadores silenciosos, inertes e totalmente impotentes” (Houellebecq, 2019, p. 66-67). Portanto, em H. P. Lovecraft, a conversão do medo para o leitor ocorre pelos sentidos do personagem. Miguel (2006) ressalta que, em comparação aos outros quatro sentidos, o olfato e a audição são especialmente empregados (Miguel, 2006, p. 139) – ao contrário da visão, que é reservada para o clímax narrativo, por ser considerada mais contributiva para a compreensão do sobrenatural lovecraftiano, ao qual compreender resulta em loucura e morte (Miguel, 2006, p. 60).

A fim de redimensionar o papel do homem diante da natureza (Miguel, 2006, p. 69), o bestiário sobrenatural é resumível a seres materiais imensurável, inimaginável e indescritivelmente mais antigos e poderosos que a espécie humana. Os mais notáveis são parte dos *Mitos de Cthulhu*, que Scotuzzi (2017, p. 13) define como “um grupo específico de contos produzidos pelo autor na fase madura de sua escrita que representam o Cosmicismo de forma definitiva”. Já Miguel (2006, p. 74) rotula os *Mitos de Cthulhu* como antimitos, pois enquanto mitos expressam relações benignas entre humanidade e divindades, os mitos lovecraftianos cientificizam o mito. Ou seja, os “deuses” dos *Mitos de Cthulhu* são seres vivos alienígenas, indiferentes à humanidade. Assim, notamos que o cientificismo e o materialismo de H. P. Lovecraft é aparente também em seu bestiário. Diante disso, Scotuzzi (2017, p. 86) define esses monstros como apenas “aparentemente sobrenaturais”, alegando que são retratados como seres simplesmente desconhecidos pela ciência, habitantes do nosso planeta há eras antes da nossa e, portanto, tão naturais quanto nós; e essa naturalidade intensifica o horror dos protagonistas. Houellebecq (2019) bem define o panteão lovecraftiano como:

[...] criaturas muito antigas e muito poderosas que estão lentamente acordando de seu sono. Durante a era do Carbonífero, durante o Triássico e o Permiano, elas já estavam aqui; elas ouviram os rugidos dos primeiros mamíferos e ouvirão os prantos de agonia dos últimos (Houellebecq, 2019, p. 47).

Os deuses lovecraftianos e criaturas menores são retratadas como amálgamas, gelatinosos, tentaculares, indefiníveis entre o estado líquido e sólido, fétidos e diabólicos. São baseados nas descrições racistas que H. P. Lovecraft fez sobre a massa de habitantes das periferias de Nova Iorque (Miguel, 2006, p. 148). Esses elementos do grotesco e do orgânico empregados por H. P. Lovecraft também contribuem com a atmosfera. Swetha e Ganeshram (2019, p. 345) argumentam que até mesmo as estruturas e itens lexicais arcaicos são um modo de remeter à escuridão e ao grotesco. Do mesmo modo, Kneale (2006, p. 115) sugere que o grotesco foi escolhido pois a obsessão de H. P. Lovecraft por pureza cultural e biológica o levava a associar o orgânico à sujeira e à repulsa. Não limitado aos monstros, também é possível observar o grotesco na espacialidade.

Elemento crucial do Cosmicismo de H. P. Lovecraft, a espacialidade também dá e toma da atmosfera e das fronteiras. No decorrer da narrativa, as aventuras dos personagens lovecraftianos acontecem, majoritariamente, na passagem de um espaço para outro, “que é sempre mais inóspito, desconhecido e perigoso que o anterior” (Scotuzzi, 2017, p. 115). Miguel (2006, p. 104) afirma que a natureza do espaço onde o sobrenatural se manifesta é “escura, cavernosa, apodrecida, barrocamente convulsa”. Anater (2021, p. 103) argumenta que, enquanto os monstros são o apogeu da sensação de horror, os espaços e seus elementos são

responsáveis pelo surgimento gradual do horror nos contos de H. P. Lovecraft. Furtado (2017) identifica nos contos três tipos de espaço. Primeiro, os espaços realistas, subdivididos entre os geográficos (que existem fora da ficção, como Providence) e os imaginários (duplicatas inspiradas e apresentadas como espaço geográfico, como a cidade de Arkham). A função dos espaços realistas é atribuir verossimilhança à narrativa, que será rompida conforme os personagens cruzam a fronteira em direção aos espaços alucinados. Espaços alucinados podem ser divididos entre espaços duplos (versões macabras de espaços realistas), não-euclidianos (cenários impossíveis segundo as leis naturais como as conhecemos) e os oníricos (espaços de sonhos além de nossa dimensão). Sob a lente da topoanálise, Anater (2021) lança mão dos conceitos de topofilia (espaços que transmitem segurança e coesão) e topofobia (espaços que geram angústia ou qualquer outro afeto negativo) para analisar os espaços lovecraftianos, identificando as características que os tornam topofílicos e topofóbicos. O pesquisador chega à conclusão de que os poucos espaços topofílicos são lugares de intelectualidade e resistência à modernidade, enquanto os espaços topofóbicos são lugares topofílicos decadentes devido a influências externas. Frequentemente, a topofobia dos espaços lovecraftianos vem da desolação e do isolamento: o subterrâneo ou oceanos, desertos e montanhas, lugares inóspitos onde nada deveria viver. Anater (2021) afirma também que há os imensos abismos que representam e abrigam o que é desconhecido pela espécie humana, lembrando o leitor de sua pequenez. A princípio, são abismos marinhos (de onde emerge a ciclópica cidade de R'lyeh, onde dorme a criatura Cthulhu, por exemplo) ou terrestres (como a cidade arruinada oculta sob as areias do deserto em "A Cidade sem Nome"), mas logo expandem-se ainda mais para considerar o infinito abismo sideral, dimensional e até temporal. Os abismos temporais que contrastam a imensurável existência dos monstros lovecraftianos à nossa, como mencionado por Houellebecq (2019), também existem nos espaços, deslocando noções de passagem do tempo que o leitor teria ao tentar entender espaços topofóbicos.

Baseados nesses levantamentos, concluímos que o Cosmicismo maduro de H. P. Lovecraft é impressionantemente coerente, na medida em que seus elementos narrativos, frutos das convicções do escritor, tanto obedecem à atmosfera quanto contribuem para ela, enquanto as fronteiras regem as dinâmicas entre tais elementos. O melhor da humanidade, representado através de um protagonista erudito, é reduzido a mero espectador cuja maior fonte de conhecimento, a ciência empírica, prova-se insuficiente. Transgredindo cada fronteira, a narrativa cosmicista aprofunda-se em espaços decadentes e abismais, tanto em tempo quanto em espaço. Inevitavelmente, a figura humana se depara com algo jamais visto, irredutível à razão, que representa o apogeu da impureza e da decadência; incapaz de compreendê-lo, lhe resta tentar descrevê-lo e, depois, ceder à loucura ou morte.

Os trabalhos dos pesquisadores e ensaístas citados até agora nos permitem entender as ideologias, estratégias e características do Cosmicismo de H. P. Lovecraft. Baseados nesses estudos fundamentais, podemos nos debruçar sobre elementos mais específicos, como o léxico. Acreditamos que ele seja um objeto de estudo proveitoso devido à falta de estudos com recortes similares, visto que é um elemento valioso para a obra. Acima, constatamos o papel fundamental do léxico: ele é utilizado principalmente para evocar vistas e aspectos do sobrenatural com adjetivos e advérbios, assim como para solidificar a atmosfera, instituindo a verossimilhança através da descrição detalhada, típica de trabalhos científicos empíricos e da narrativa jornalística, como por exemplo no trecho retirado do conto *The Dunwich Horror*: "Across a covered bridge one sees a small village huddled between the stream and the vertical slope of Round Mountain,

and wonders at the cluster of rotting gambrel roofs bespeaking an earlier architectural period than that of the neighbouring region". Nossa análise sistemática, portanto, buscará exemplificar e apontar como este uso do léxico emprega os conceitos que fundamentam a obra.

Além dos trabalhos já citados, importantes para que entendêssemos a natureza do gênero de horror e, especificamente, do Cosmicismo de H. P. Lovecraft, também foi necessário consultar estudos sobre a análise de discurso assistida por corpora. Tal análise é a combinação de uma leitura atenta com uma análise estatística "geral" do *corpus* investigado, para que o pesquisador identifique como os textos do *corpus* são tipicamente construídos (Partington; Marchi, 2015, p. 217). Esta análise estatística "geral" comumente emprega três tipos de técnicas estatísticas, aqui listadas: (1) listas de frequências de palavras ou de clusters — sequências fixas de palavras que ocorrem repetidamente nos textos —; (2) listas de palavras-chave ou clusters-chave; e (3) listas de concordâncias — listagens das ocorrências de uma palavra específica (nódulo), acompanhada do texto ao seu redor (Berber Sardinha, 2004, p. 187). Neste trabalho, a análise estatística «geral» se deu com o auxílio do programa de análise linguística *AntConc 4.0.10* e suas ferramentas *Word*, *Keyword*, *KWIC* e *File View*. O uso de cada uma, bem como as configurações escolhidas, será detalhado na seção de metodologia. Antes é necessário falar sobre a abordagem da Linguística de *Corpus* que forneceu o arcabouço teórico para este estudo, bem como para outros de natureza semelhante (Baker, 2010; Csomay; Young, 2021; Lutzky, 2021).

2 Linguística de *Corpus*

Um *corpus* é uma coleção de textos de um ou mais registros, isto é, "qualquer variedade linguística definida por suas características situacionais, incluindo o propósito do falante, o relacionamento entre falante e interlocutor e as circunstâncias de produção" (Biber, 2009, p. 823), de uma língua ou variedade linguística, coletados criteriosamente para garantir a representatividade da língua/variedade linguística em foco (Berber Sardinha, 2004). Corpora podem ser compostos por textos escritos, verbais ou imagéticos de qualquer registro e, a depender de que língua/variedade linguística ele busque representar, pode ser mais ou menos específico (Esimaje; Hunston, 2019, p. 8-16). No nosso caso, o *corpus* MCL é muito específico, de um só registro, pois busca representar a língua em uso nas obras de horror mais populares de H. P. Lovecraft – portanto, é composto apenas por esses textos.

A Linguística de *Corpus* (doravante LC), por sua vez, é uma abordagem de pesquisa científica capaz de analisar sistematicamente "quase todos os aspectos da linguagem, incluindo o léxico, gramática, semântica e discurso" através dos dados linguísticos obtidos de um *corpus* (Esimaje; Hunston, 2019, p. 27-30). A disponibilidade de material textual eletrônico e a acessibilidade a programas de análise de corpora (por exemplo, *Wordsmith Tools*, *AntConc*, *SketchEngine*, *#LancsBox* etc.) impulsionou a LC, possibilitando observar fenômenos linguísticos antes impossíveis devido às limitações humanas (Esimaje; Hunston, 2019, p. 10). Esses programas tornaram possível analisar uma grande quantidade de dados, com a capacidade de os observar e reexibir de várias formas, melhorando a qualidade das análises. Segundo Stubbs (2007, p. 3) ferramentas como *Key Word in Context* (KWIC), *Cluster* e *Concordance*, facilitam a identificação de padrões lexicogramaticais recorrentes nos textos através de: (1) elaboração de linhas de concordância que permitem e reexibem nódulos (palavras que se deseja

analisar); (2) extração de sequências fixas e recorrentes de palavras, bem como variações mínimas nessas sequências; e (3) cálculo da força de atração entre associações de palavras.

Como os programas supracitados podem ser configurados por indivíduos pouco experientes, a LC deixou de precisar de grandes equipes e programadores especializados para analisar textos (Esimaje; Hunston, 2019, p. 10). Segundo Biber e Reppen (2015), essa revolução tecnológica gerou uma explosão de estudos em LC, além de discussões acerca das metodologias tipicamente utilizadas pela abordagem. Dentre tais discussões destaca-se aquela quanto às palavras-chave e aos cálculos estatísticos utilizados para derivá-las.

Na LC, palavras-chave são aquelas que caracterizam um texto, ou grupo de textos, pela sua ocorrência estatisticamente maior em comparação às outras (Culpeper; Demmen, 2015). Para Egbert e Biber (2019), uma análise de palavras-chave é eficaz se ela tanto caracteriza as diferenças de certo discurso perante outros, identificando seu conteúdo (*content-distinctiveness*), quanto se tais diferenças e conteúdo de fato representam todos os textos analisados (*content-generalisability*). Como a relevância de cada palavra-chave em um texto ou grupos de textos é medida estatisticamente, é necessário que o cálculo utilizado leve em conta não somente a frequência da palavra-chave em um *corpus* como um todo, mas também sua dispersão, isto é, a quantidade de textos do *corpus* onde a palavra-chave ocorre. Por isso, neste trabalho, ao invés de escolhermos a estatística padrão do *AntConc* 4.0.1.10, que é a probabilidade logarítmica (*Log-Likelihood*), optamos por alterá-la para a estatística conhecida por chavicezade de dispersão nos textos (*text dispersion keyness*). Este cálculo estatístico, proposto por Egbert e Biber (2019), despreza a frequência absoluta da palavra em dois corpora diferentes — *corpus* de estudo e *corpus* de referência — e considera somente a dispersão das palavras em todos os textos do *corpus*. Em outras palavras, mede a chavicezade de determinada palavra por meio de sua recorrência em todos os textos do *corpus* analisado, contraposta à sua recorrência em todos os textos de um *corpus* *usado* como referência. Como aqui o objetivo é identificar temas recorrentes em H. P. Lovecraft, bem como a linguagem utilizada pelo autor para construir o horror, tal cálculo estatístico pareceu ser o mais adequado. É importante mencionar que uma relação entre as palavras-chave não foi proposta para evitar um nível de análise propenso à subjetividade (Culpeper; Demmen, 2015).

Outro ponto controverso na LC atualmente é a análise semântica e de discurso assistida por corpora. Sobre o estudo da semântica por meio da LC, Stubbs (2007) contra-argumenta a visão tradicional de que “semântica não pode ser empírica porque significado é cognitivo e conceitual, invisível e, portanto, impossível de ser estudado através de dados observáveis” (Stubbs, 2007, p. 1) com base na proposta de unidade de significação estendida de Sinclair (1998). Nesta proposta, cadeias de palavras são recorrentes e igualmente distribuídas através do *corpus*, portanto representam funções comunicativas gerais expressadas pelos falantes. Assim, embora não existam meios puramente automáticos para identificar construções frasais, essas técnicas são melhores do que tentar descobrir padrões usando a introspecção (Stubbs, 2007, p. 9).

Quanto ao estudo do discurso, Partington e Marchi (2015, p. 233) argumentam que integrar recursos da LC na análise do discurso tem certas vantagens. A primeira é a possibilidade de analisar grandes quantidades de dados de um discurso, permitindo identificar estruturas de discurso, modos de dizer e mensagens típicas dele, bem como analisar estruturas, significações e mensagens em um único texto. A segunda é identificar características lingüísticas potencialmente relevantes, possivelmente despercebidas em análises manuais de dados volumosos. Por fim, simplificar o processo de comparação entre tipos de discurso atra-

vés da frequência absoluta, ou da dispersão, de características linguísticas, bem como pelos diferentes papéis dessas características nos textos. Em seu trabalho, Partington e Marchi (2015) também abordam a subjetividade e como a LC, através da análise estatística, ajuda a minimizá-la, haja vista que o analista é incapaz de predeterminar o resultado estatístico consciente ou inconscientemente.

Expostos os pontos acima e visando propor uma análise sistemática do léxico da obra de H. P. Lovecraft, este trabalho utiliza algumas das metodologias da LC comumente empregadas na análise de discurso auxiliada por corpora. Para identificar alguns temas recorrentes em H. P. Lovecraft, possíveis motivos para tal recorrência e seus efeitos na construção de seus contos de horror mais populares, usamos o *AntConc 4.0.10*. Mais especificamente, as ferramentas *Word*, *Keyword*, *KWIC* e *File View*. Baseamo-nos também nos rótulos semânticos propostos pela ferramenta do Sistema de Análise Semântica (*Semantic Analysis System - USAS*), desenvolvida pelo Centro Universitário para Pesquisa Linguística Computacional com *Corpus* (*University Center for Computer Corpus Research on Language - UCREL*), para que as palavras-chave encontradas com o auxílio do *AntConc 4.0.10* pudessem ser categorizadas e organizadas em campos semânticos. Este último passo foi fundamental para a identificação dos temas recorrentes nos contos de H. P. Lovecraft.

3 Metodologia

3.1 Corpora utilizados

O primeiro passo para atingirmos nosso objetivo foi definir o corpus de estudo. A intenção era coletar um corpus que fornecesse uma amostra de textos produzidos ao longo da carreira do autor. Nossa *corpus*, *Melhores Contos de Lovecraft* (MCL), apresentado na Tabela 1, é composto por 19 contos de horror de H. P. Lovecraft publicados ao longo de toda a sua vida literária. Numeramos esses contos e os inserimos como *corpus* alvo (*Target corpus*) no programa de análise linguística *AntConc 4.0.10*. A Tabela 1 traz o ano de publicação, o título original, o número de palavras (ocorrências), o de palavras distintas (formas) e a razão ocorrência/forma de cada conto. Essa última coluna mostra a densidade lexical dos contos, isto é, o percentual de palavras distintas em cada texto. Os contos escritos entre os anos de 1919 e 1922 foram identificados como os mais lexicalmente densos — por usarem um léxico mais variado — em relação a seus contos posteriores, à exceção de *The Other Gods* (1933) e *Cool Air* (1928).

Tabela 1—Composição do *corpus* MCL

#	Publicação	Título	Ocorrências	Itens	razão ocorrência/item
1	1919	Dagon	2238	943	0,42
2	1919	The White Ship	2548	834	0,33
3	1920	The Cats of Ulthar	1350	527	0,39
4	1922	Celephaïs	2548	891	0,35
5	1933	The Other Gods	2033	659	0,32
6	1922	The Music of Erich Zann	3497	1127	0,32
7	1922	What the Moon Brings	734	342	0,47
8	1928	Cool Air	3444	1363	0,40
9	1928	The Call of Cthulhu	12072	3269	0,27
10	1927	Pickman's Model	5733	1660	0,29
11	1927	The Colour out of Space	12386	2763	0,22
12	1943	The Dream-Quest of Unknown Kadath	43276	5888	0,14
13	1941	The Case of Charles Dexter Ward	51698	7927	0,15
14	1929	The Dunwich Horror	17841	4144	0,23
15	1931	The Whisperer in Darkness	26835	4804	0,18
16	1936	The Shadow over Innsmouth	27446	5023	0,18
17	1936	At the Mountains of Madness	41437	6415	0,15
18	1936	The Haunter of the Dark	9312	2711	0,29
19	1936	The Shadow Out of Time	25565	4746	0,19
Total			291993	56036	0,19

O *corpus AmE06_L_fiction_mystery* foi utilizado como *corpus* de referência por conter 24 obras de ficção de mistério, com 49.908 ocorrências e 7.643 itens. Como a medida de chaviceza utilizada foi de dispersão e não de frequência absoluta, que utiliza o número de textos como base para o cálculo de chaviceza, não o número de ocorrências (Egbert; Biber, 2019), julgamos que um *corpus* de referência de 24 obras seria adequado para investigar um *corpus* de 19 obras. O *AmE06_L_fiction_mystery* está disponível na biblioteca do *AntConc 4.0.10* e é um dos corpora da família *Brown*⁶ (Baker, 2013).

⁶ Disponível em <https://cass.lancs.ac.uk/visiting-with-the-brown-family/>.

3.2 Metodologia de análise

Tendo selecionado os corpora alvo e de referência, alteramos a estatística padrão *Likelihood Measure*, da ferramenta *Keyword*, para *Text Dispersion Keyness (4-term)*. De acordo com Anthony (2022), desenvolvedor do *AntConc*, a versão *4-term* é a versão final dessa estatística, por isso não utilizamos a versão *2-term*. As estatísticas padrão do *AntConc 4.0.10* relacionadas ao cálculo de tamanho do efeito foram mantidas. Com tais configurações, elaboramos a lista de palavras-chave dos 19 contos e a organizamos por efeito (*Effect*), visando ver as palavras com chavicezade mais significativas estatisticamente primeiro em nossa lista.

O passo seguinte foi analisar cada uma das 126 palavras-chave identificadas pela ferramenta *Keyword*, com o auxílio das ferramentas *KWIC* e *File View*, quando era necessário visualizar um contexto⁷ mais amplo do que aquele fornecido pelas linhas de concordância. Tal análise visou categorizá-las semântica e gramaticalmente. Os dados semânticos e gramaticais obtidos por meio dessa análise foram organizados em uma planilha do *Google*,⁸ que chamamos de *Categorias Semânticas e Gramaticais*.

Para a categorização semântica das palavras-chave, tomamos como referência apenas as categorias definidas pelo *UCREL Semantic Analysis System*,⁹ ou *USAS*. Essa interface para análise automática semântica de corpora separa palavras em 21 grandes campos discursivos e 232 possíveis subcategorias. Decidimo-nos por não fazer a análise automaticamente, por meio dessa interface, porque ela costuma retornar diversas etiquetas para uma única palavra, que precisam ser checadas uma a uma. Acreditamos que para uma quantidade pequena de dados e de alta densidade lexical, como é o caso deste trabalho, uma análise semiautomática, com o auxílio do *AntConc 4.0.10* seria mais precisa e adequada. Apesar do grande número de categorias definidas pelo *USAS*, por vezes sentimos a necessidade de definirmos nossas próprias categorias. Dependendo do uso das palavras-chave extraídas, feito por Lovecraft, as categorias propostas pelo *USAS* não pareciam revelar, de modo preciso, o que estava acontecendo nos contos, como por exemplo, palavras com sentidos metafóricos usadas em analogias (e.g., *a cold twilight land, sea of decaying roofs*), ações que denotam acontecimentos alheios à vontade do agente (e.g., *awaked in my mind a blind horror, cloud my senses*) e palavras que revelam a opinião e o julgamento dos personagens ou do narrador (e.g., *oddly, he was sacar-cely sure, and some were strangely robed*). Do mesmo modo, outras vezes, também acreditamos que seria mais produtivo combinar categorias como plantas e clima em uma única categoria: natureza. As categorias que definimos por conta própria estão marcadas com um asterisco na Tabela 2. A categorização de cada ocorrência das 126 palavras-chave nos levou a 35 subcategorias semânticas. Foi comum encontrar uma palavra-chave polissêmica, i.e., significando mais de uma coisa a depender de seu contexto. A palavra *grey*, por exemplo, por vezes referenciava o nome próprio, por outras, a cor cinza. Por isso, muitas palavras foram contadas em mais de uma categoria, fazendo com que a soma da quantidade de itens nas subcategorias fosse superior a 126, totalizando 248 itens. As subcategorias encontradas estão exibidas na Tabela 2. Para evidenciar os temas mais recorrentes em H. P. Lovecraft, reduzimos as 35 subcatego-

⁷ Palavras associadas ao item analisado.

⁸ Disponível em: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1-g9SP2OC_-Srvmi6JWIIbiJHEzitK1b_SazkprR2jHg/edit#gid=0

⁹ Disponível em: *UCREL Semantic Analysis System (USAS)* (lancs.ac.uk). Acesso em: 21 jun. 2023.

rias para seis categorias abrangentes (doravante supercategorias) informadas pela literatura sobre H. P. Lovecraft, que representam suas funcionalidades observadas nas narrativas. São estas seis supercategorias que serão apresentadas na seção de resultados.

Para garantir mais controle sobre o grau de subjetividade da análise e a tornar o mais sistemática possível, desenvolvemos critérios que embasaram a criação das sub e supercategorias. Em narrativas com um narrador-personagem, consideramos importante discernir o nível de objetividade do relato, ou seja, o quanto explicitamente as palavras-chave usadas manifestam seu julgamento pessoal. Embora seja possível argumentar que esses relatos sejam inherentemente subjetivos, justificamos essa distinção pelos casos de referência a elementos objetivos, não arbitrários, cuja descrição acreditamos ser independente de opinião pessoal. É esse critério que diferencia, por exemplo, as subcategorias “Julgamento de Aparência” (descrições de aparência dotadas de opinião) e “Atributo Físico”, (descrições impessoais de aparência e composição). Igualmente, o propósito do léxico da supercategoria “Descrições e Detalhes” é detalhar situações, entidades e espaços de uma perspectiva livre da subjetividade do personagem.

4 Resultados

A Tabela 2 exibe subcategorias às quais se encaixaram as palavras-chave do *corpus MCL*, suas definições operacionais e quantidade de palavras-chave alocadas nelas pelo menos uma vez.

Tabela 2 — Subcategorias semânticas do *corpus MCL*

Subcategoria (Quantidade)	Definições operacionais
Tempo (6)	Medidas de tempo, idade e frequência.
Localização e Direção (12)	Posição, local ou direção concretos.
Avaliativa (29)	Avaliações pessoais sobre algo concreto ou abstrato.
Intensidade (15)	Grau de intensidade de algo concreto ou abstrato.
Topografia (4)	Características de terrenos naturais.
Objetos (2)	Item material e artificial.
Medida (9)	Tamanho de algo concreto.
Sensorial (5)	Sensações captadas pelos cinco sentidos.
Eletricidade e Eletrônicos (2)	Energia ou equipamentos elétricos.
Ação (16)	Ações físicas de um agente.
Verbos de Ocorrência Simples (7)*	Acontecimentos alheios à vontade do agente.
Processos e Ações Mentais (15)	Processos mentais mais ou menos voluntários.
Julgamento de Aparência (20)*	Avaliações pessoais sobre aparências físicas de coisas concretas.
Material (2)	Matérias que constituem algo concreto.

Vida e Seres Vivos (6)	Seres vivos orgânicos, sua saúde e o conceito de vida.
Comparação (4)	Avaliações sobre superioridade de uma coisa à outra.
Militar (2)	Forças armadas e afins.
Cor (1)	Matiz, tom e aspectos relacionados a coloração.
Nome Próprio (2)	Substantivos próprios.
Mitologias e o Sobrenatural (18)	Mitologias, crenças, o sobrenatural e suas manifestações.
Comunicação (4)	Atos ou meios de comunicação.
Emoção (7)	Emoções de seres vivos.
Quantidade (2)	Quantidade contável, ou não, de algo concreto.
Analogia (4)*	Palavra usada em alegorias ou analogias.
Especificação (2)	Delimitações do grau de especificidade de algo.
Capacidade (3)	Capacidades biológicas, físicas ou mentais de seres vivos.
Natureza (8)*	Elementos e fenômenos naturais.
Conhecimento (12)	Indica grau de conhecimento sobre algo.
Construção (5)	Elementos e características de arquitetura e edificação.
Objeto Mental (3)	Objetos abstratos, conceituais ou metodológicos.
Modo (5)*	Indicadores de método, maneira.
Limite (1)*	Posição de algo em relação a limites concretos ou abstratos.
Posicionamento (5)*	Julgamentos e opiniões pessoais gerais.
Atributo Físico (6)	Característica física de algo independente de julgamento ou opinião.
Inclusão ou Exclusão (1)*	Adição ou remoção de objetos abstratos ou sólidos.

A Tabela 3 mostra as seis supercategorias identificadas no *corpus* MCL. A coluna # de palavras traz o número de palavras-chave enquadradas na supercategoria. A coluna Funcionalidade proporciona uma definição operacional de cada supercategoria.

Tabela 3—Supercategorias semânticas do *corpus MCL*

Categoria	# de palavras	Subcategorias inseridas	Funcionalidade
Cenário	17	Construção / Topografia / Natureza	Descrever o cenário e o mundo fí- cional, seja ele natural ou artificial.
Localização Temporal / Espacial	18	Tempo / Localização e Direção	Delimitar tempo, espaço e direção.
Avaliação, Emo- ção e Ação	139	Sensorial / Processos e Ações Mentais / Conhecimento / Objeto Mental / Julgamento de Aparê- ncia / Comparação / Avaliativa / Analogia / Modo / Posicionamento / Emoção / Comunicação / Verbo de Ocorrência Simples / Ação / Capacidade / Especificação	Transmitir julgamentos, opiniões, processos / estados psicológicos, emoacionais e ações próprias de um personagem
Números e Medidas	30	Quantidade / Medida / Intensi- dade / Limite / Economia	Elucidar as proporções de algo físico ou abstrato
Entidades	32	Nome Próprio / Vida e Seres Vivos / Militar / Objetos / Eletrici- dade e Eletrônicos / Mitologias e o Sobrenatural	Apresentar objetos, seres e suas características.
Descrições e Detalhes	12	Cor / Material / Atributo Físico / Modo / Inclusão e Exclusão / Especificação	Descrições de coisas concretas ou abs- tratas, são livres da opinião do narra- dor e geralmente usadas para detalhar elementos das outras categorias

Dentre as supercategorias da Tabela 3, as categorias “Cenário”, “Localização Temporal/ Espacial”, e “Descrições e Detalhes” são as menos predominantes na classificação das palavras-chave. Já a categoria semântica “Avaliação, Emoção e Ação” predomina na contagem de palavras-chave, devido à quantidade de subcategorias que abrange e ao número de palavras-chave nelas inserido. Tal supercategoria é seguida em quantidade pela supercategoria “Números e Medidas”, que tem duas de suas subcategorias (“Intensidade” e “Medida”) entre as dez mais frequentes. A supercategoria “Entidades”, alavancada principalmente pela subcate-
goria “Mitologias e o Sobrenatural”, também se apresenta entre as cinco mais prolíficas. Essas supercategorias representam os elementos mais salientes do Cosmicismo de H. P. Lovecraft. Para que entendamos melhor a apresentação desses elementos, passemos à análise gramatical das palavras-chave. O Quadro 1 traz exemplos das palavras-chave que foram incluídas em cada uma das supercategorias. Lembramos que todas as palavras-chave extraídas e suas cate-
gorizações podem ser consultadas em https://docs.google.com/spreadsheets/d/1-g9SP2OC_-Srvmi6JWIIbiJHEzitK1b_SazkprR2jHg/edit#gid=0. A Tabela 4 mostra a contabilização das classes gramaticais das 8.377 ocorrências das 126 palavras-chave identificadas.

Quadro 1 - Supercategorias semânticas do *corpus* MCL: exemplos de palavras-chave

Categoria	Palavras-chave
Cenário	<i>stone, abyss, air, moon, sea, sky, walls, built, cloud, plain, roof, roofs, plain, shadow, twilight, cloud, slope</i>
Localização Temporal / Espacial	<i>beyond, upon, amidst, beneath, below, ancient, often, till, whilst, elsewhere, intervals, region, regions, remote, whence</i>
Avaliação, Emoção e Ação	<i>strange, air, curious, frightful, grey, hideous, horrible, horror, monstrous, nameless, odour, queer, shewed, sight, terrible, unknown, abnormal, accursed, alive, awaked, bear, bizarre, ceased, chaos, cloud, disturbed, failed, fancied, formed, grew, haunted, hellish, oddly, unlike</i>
Números e Medidas	<i>higher, infinite, length, stark, utter, greater, fully, merely</i>
Entidades	<i>daemonic, accursed, unknown, monstrous, forbidden, haunted, legends, spectral, shadow, tales</i>
Descrições e Detalhes	<i>wooden, wild, strangeness, slope, shadowy, features, grey, stone, wild, hideously, curiously, closely, save</i>

Tabela 4 — Classes gramaticais das palavras-chave

Categorias gramaticais	Ocorrências
Adjetivos	3.094
Substantivos	2.527
Advérbios	885
Preposições	751
Verbos	742
Conjunções	378
Total	8.377

A Tabela 4 aponta uma grande predominância de adjetivos e substantivos sobre advérbios, preposições, verbos e conjunções. Embora narrativas de ficção atribuam relativamente mais detalhes aos seus substantivos através de adjetivos descritivos (Biber *et al.*, 1999), lembremos que a tabela representa apenas as ocorrências de palavras-chave. Isso indica importância que o escritor dava às descrições visando construir a atmosfera desejada. Apesar do número de substantivos entre as palavras-chave, apenas sete das ocorrências referenciam a figura humana diretamente: cinco delas são *general* (o posto militar), e duas, *Grey* (um sobrenome). Há, contudo, referências às faculdades mentais ou sensoriais humanas, como as palavras *consciousness* e *sight*. Majoritariamente, os substantivos referem-se aos cenários ou elementos sobrenaturais, como *sea*, *stone*, *walls* e *horror*. Acreditamos que isso reflete o modo como H. P. Lovecraft alinhava o real com o sobrenatural (Miguel, 2006, p. 158), como no Exemplo 1 extraído de *The Shadow out of Time*, no qual alguns dos adjetivos e substantivos que extraímos por meio da lista de palavras-chave foram sublinhados.

(1) Had my present body been the vehicle of a frightful alien consciousness from palaeogean gulfs of time? Had I, as the captive mind of those shambling horrors, indeed known that accursed city of stone its primordial heyday, and wriggled down those familiar corridors in the loathsome shape of my captor?

The Shadow of Time

Em H. P. Lovecraft, embora as palavras-chave das classes advérbio, preposição e verbo ainda contribuam com a atmosfera e alguns temas recorrentes, têm impacto menor que o dos adjetivos e substantivos, e seus usos sintáticos não fogem do previsto para narrativas de ficção (Biber *et al.*, 1999). Os advérbios circunstanciais indicam lugar, tempo, processo e duração, sendo geralmente comuns na ficção (Biber *et al.*, 1999). Preposições seguem usadas normalmente em nível sintático, ligando elementos às orações. Em nível narrativo, entretanto, são usadas principalmente para relativizar a posição dos personagens ao sobrenatural, utilizando reforçando alguns temas recorrentes, como veremos adiante. A ocorrência de verbos no passado para designar algo vivenciado por alguém é característica do discurso indireto dos narradores-personagens (Biber *et al.*, 1999, p. 455). Neste tipo de discurso, típico dos contos de Lovecraft, o passado é marcado por verbos no tempo passado perfeito (*past perfect*) e o presente por verbos no tempo passado simples (*simple past*), que é o tempo verbal mais frequente na lista de palavras-chave extraídas. Os Exemplos (2) a (4) ilustram os usos dos verbos-chave *failed*, *fancied*, *shewed* e *haunted*, bem como os usos de verbos no passado simples e passado perfeito na voz dos narradores-personagens.

(2) On March 23d, the manuscript continued, Wilcox **failed** to appear and inquiries at his quarters revealed that he had been stricken with an obscure sort of fever and taken to the home of his family in Waterman Street. He had cried out in the night, arousing several other artists in the building, and had manifested since then only alternations of unconsciousness and delirium. My uncle at once telephoned the family, and from that time forward kept close watch of the case;

The Call of Cthulhu

(3) Then the lightning flashed again, somewhat brighter than before, and the crowd **fancied** that it shewed a certain mistiness around the altar-stone on the distant height. No one, however, had been using the telescope at that instant.

Dunwich Horror

(4) Thereafter I heard Zann every night, and although he kept me awake, I was **haunted** by the weirdness of his music. Knowing little of the art myself, I was yet certain that none of his harmonies had any relation to music I had heard before; and concluded that he was a composer of highly original genius.

The music of Erich Zann

Pela análise inicial das categorias semânticas e sintáticas podemos inferir o fundamento das narrativas Cosmicistas de Lovecraft: relatos contados por narradores-personagens descrevendo detalhadamente, com muitos adjetivos e advérbios, sua experiência diante do sobrenatural (substantivos).

Dado esse fundamento, a predominância da categoria “Avaliação, Emoção e Ação” não nos surpreendeu. Como apontamos, o estilo narrativo em relato jornalístico visa, princi-

palmente, reforçar a atmosfera de veracidade, facilitando a conversão do medo do personagem para o leitor, cumprindo essa estratégia do horror proposta por Carroll (1990). Veremos agora a reflexão das características dos elementos do Cosmicismo no léxico, começando por aquelas de seus personagens, que representam o ideal da humanidade – eles são cientistas curiosos, pragmáticos, cavalheiros da Nova Inglaterra e, segundo Houellebecq (2019), projeções do próprio escritor. O léxico reflete sua erudição não só pelos muitos adjetivos nos textos, mas também pelas subcategorias relacionados aos seus comentários empíricos e detalhistas. Por exemplo, as palavras *abnormal*, *evidently*, *curious*, *cryptic* e *unlike*, das subcategorias “Avaliativa”, “Conhecimento” e “Posicionamento”, expressam o grau de entendimento proporcionado pela observação aos personagens sobre o objeto analisado. Por representarem pessoas ideais, personagens lovecraftianos falam de maneira parecida ao inglês dos EUA colonial. Portanto, vemos palavras grafadas antiquadamente ou seguindo o inglês europeu, como *daemonic*, *odour*, *shew* e *till*. O léxico também reflete a importância do aparato sensorial desses personagens, nas palavras *silent*, *sight*, *odour* e *air*, da categoria “Sensorial”. Sobre a simplicidade psicológica dos personagens apontada por Houellebecq (2019), identificamos muitas expressões psicológicas devido à relevância da subcategoria “Processos e Ações Mentais”. De fato, as palavras como *bear* (verbo), *consciousness*, *disturbed* e *sane* apenas medem reações mentais gerais deparando-se com elementos sobrenaturais.

Consideramos as fronteiras propostas por Kneale (2006) uma ferramenta para compreender a progressão da narrativa e um tema recorrente de H. P. Lovecraft, relativo à pureza. Nas suas narrativas, o primeiro contato dos personagens com o sobrenatural ocorre antes de cruzar qualquer fronteira, através de mitologias, presentes nas palavras-chave *legends* e *tales*, representando o início da jornada. Como afirma Anater (2021), fronteiras são ligadas à espacialidade da narrativa, já que os espaços se tornam crescentemente topofóbicos conforme personagens aproximam-se do sobrenatural. Entre as palavras no topo da lista de chaviceidade analisada, estão *beyond* e *upon*, ambas palavras da categoria “Localização Temporal/Espacial”, preposições de lugar que determinam a posição relativa de algo. Analisando a colocação destas palavras pela ferramenta KWIC, podemos notar que frequentemente o autor as usa para demarcar as fronteiras ligadas à espacialidade. Por exemplo, o narrador-personagem usa *beyond* ao observar algo estranho além de um ponto, e.g., “*that other thing beyond the frightful mountain wall*”, “*a fearsome aurora sputtered up from some remote place beyond the horizon*” ou “*(...) beyond the noisome well, he thought he discerned a small door of strangely wrought bronze*”. Os substantivos modificados por *beyond*, nesses exemplos, são acompanhados por adjetivos inquietantes (*frightful mountain*, *remote place* e *noisome well*). Ademais, enquanto *beyond* é usada para observações do sobrenatural além da fronteira, *upon* é frequentemente usada para expressar o contato entre natural e sobrenatural na fronteira, e.g. “*I could not look upon the degenerate creatures*”, “*Terror had settled definitely upon the house*” e “*the desert's sands lay directly upon a floor of some titan structure of earth's youth*” – nestes casos, o horror e a casa, a estrutura titânica e a areia. Do mesmo modo, podemos observar os abismos espaciais e temporais mencionados por Anater (2021), não só pela alta chaviceidade das palavras *abyss* e *depths*, como em “*abyss of untold ages*” e “*fabled depths of blackness*”, mas também por *below* e *beneath*. Ambas as palavras são preposições delimitando fronteiras entre espaços topofílicos da superfície e os topofóbicos das profundezas abissais, como nos casos de “*He was not sure he could be heard from this valley miles below, but realised that the inner world has strange laws*” e “*caverns beneath forgotten sea-bottoms*”. O primeiro caso exprime o espaço revogando

as leis naturais; no segundo, *forgotten* exprime o abismo temporal. No léxico, a natureza é representada como berço do sobrenatural no uso da palavra *stone*, segunda colocada na classificação de chaviceidade. Com a ferramenta KWIC, vemos que a pedra cumpre funções como material e artefato sobrenatural, como em “*Cyclopean corridors of stone*” e “(...) *brink of deciphering that stone*”, respectivamente. Acreditamos que esse uso contribua para descrever o tema recorrente do mau como figura material, ancestral e natural.

Como sugere Anater (2021), pelos espaços lovecraftianos os personagens presenciam o sobrenatural gradualmente, antes de enxergá-lo completamente. A análise lexical permite a identificação de três dos aspectos do sobrenatural cosmicista discutidos acima: a associação às mitologias de povos nativos ou imigrantes, sua aparência e a sua grandeza perante a humanidade. As palavras-chave *legends* e *tales*, da subcategoria “Mitologias e o Sobrenatural”, marcam um primeiro contato do protagonista com o sobrenatural. Analisando o cotexto onde ocorrem, é comum vê-las associadas a povos indígenas ou imigrantes, por exemplo “*the sinister blackfellow legends of vast underground huts*”, “*even the wildest Indian legends*”, “*the tales of the modern blacks*” e “*certain Papuan and Polynesian legends of infinite antiquity*” – além de colocadas com a palavra-chave *wild* (*there had been no wild legends at all since the witch trials; no love of wild tales and folklore*), em outras cinco ocorrências, e outros adjetivos que remetem à estranheza e antiguidade do sobrenatural, como *ancient* (*He thought of the ancient legends of Ultimate Chaos; Recalling the ancient tales of Joseph Curwen's cat-acombs*), *frightful* (*frightful legends which lay behind them; the most frightful tales of wizardry*), *old* (*hieroglyphs were doubtless coined by my fancy from descriptions in old legends; Carter surmised from old tales that he was indeed come to that most dreadful and legendary of all places*) e *forbidden* (*I read the forbidden legends and met the members of ancient and ill-regarded cults*). Incubando o sobrenatural nas mitologias dos povos alvo do seu preconceito, o escritor representava a corrupção dos seres humanos mais próximos das fronteiras narrativas.

Devido à sua fixação por pureza, as fontes do medo sobrenatural são fortemente marcadas pelo grotesco. Algumas palavras-chave exprimem-no através do orgânico mesmo sozinhas, como por exemplo *hideous*, *bizarre* e *crude*, mas a quantidade de ocorrências analisáveis cresce muito conforme analisamos unidades de significação maiores, com a ferramenta KWIC. Desse modo, tomando como exemplo o substantivo *stone* mencionado anteriormente, podemos observar melhor a característica grotesca empregada pela colocação: “*crusted and mouldy stone steps*”, “*dark and dripping stone*”, “*cryptical stone building*” e “*grotesque stone buildings*”. Portanto, embora a análise em nível lexical tenha revelado alguns aspectos do grotesco na aparência do sobrenatural, é por meio das colocações que a maioria das descrições de aparência são feitas. Uma das formas de representar o sobrenatural como superior à raça humana, entretanto, é principalmente pela incapacidade humana de mensurá-lo devido à sua existência e capacidades irredutíveis. Há algumas palavras-chave que expressam essa incapacidade, geralmente da subcategoria “Conhecimento”, como *unknown* (e.g., *Their arrangement was odd, and seemed to follow the symmetries of some cosmic geometry unknown to earth or the solar system*), *forgotten* (e.g., *things built by some elder race extinct and forgotten before the things came to Yuggoth*), *nameless* (e.g., *handling crates and boxes or driving nameless and fabulous horrors hitched to lumbering lorries*), *ancient* (e.g., *That something very subtle, ancient, and horrible was hovering about he felt quite sure*), *beyond* (e.g., *and the unbelievable loathsomeness and moral foetor came from simple touches quite beyond the power of words to classify*) e *cyclopean* (e.g., *rather than descend and beard the unknown Cyclopean horror in its lair*).

Entretanto, investigando a presença de *beyond* no topo da lista de palavras-chave com a ferramenta KWIC, percebemos sua importância enquanto item lexical para a construção do sobrenatural cosmicista. Além de delimitar fronteiras na espacialidade, como vimos anteriormente, *beyond* parece ser a ferramenta lexical preferida de H. P. Lovecraft, com a qual estabelece a revogação das leis naturais conforme as entendemos desde o Iluminismo – um dos elementos fundamentais para o gênero horror, segundo Carroll (1990).

Portanto, no Cosmicismo lovecraftiano, motivado pelo niilismo do autor, a revogação com *beyond* se dará com a revelação de que os limites conhecidos pela ciência humana não se aplicam ao aparente sobrenatural. A limitação humana é definida nos campos dos conhecimentos e das capacidades, como nos exemplos “*sinister beyond his power to define*”, “*a man can't tamper with Nature beyond certain limits*” ou “*beyond the power of the human spirit to bear*”. Em contraste, temos a capacidade do sobrenatural de ultrapassar esses limites, como em “*a glimpse into a past beyond the conception of the most daring anthropologist*”, “*as the Great Old Ones; free and wild and beyond good and evil*” ou “*Grotesque beyond the imagination of a Poe or a Bulwer*”. A análise cotextual de *beyond* revela um uso cuja complexidade não poderia ser totalmente extraída de uma análise no nível da palavra.

Como reação dos personagens à quebra desses limites e à revogação das leis naturais, vemos no léxico uma grande quantidade de palavras-chave das categorias “Avaliativa” e “Emoção”, comumente colocadas com palavras da categoria “Intensidade”. *Greater shock* e *utterly frightful* são exemplos da típica junção de adjetivo com substantivo e advérbio com adjetivo, respectivamente, das narrativas lovecraftianas. Como afirma Scotuzzi (2017), é nesse contato entre os personagens e o sobrenatural que a linguagem sistematicamente detalhada dos personagens é reduzida a um emaranhado de metáforas e assimilações. Podemos observar tais metáforas por meio das colocações das quatro palavras-chave da categoria “Analogia”: *sea* (e.g., *sea of cats*, *sea of hazy roofs*, *sea of red tiled roofs*, *sea of opalescent sky*, *sea of snowy, rampart-strown foothills*, *sea of tenantless mountains*), *cloud* (e.g., *cloud of colour*, *cloud of fright and detestation*, *cloud of probable matricide*, *cloud of smothering fur*, *a black cloud of whirring night-gaunts*, *cloud my senses*), *twilight* (e.g., *twilight realm*, *twilight land*, *twilight world*, *twilight city*) e *abyss* (*abyss of antique blasphemy*, *abyss of dream*, *abyss of night*, *abyss of sleep*, *abyss of untold ages*), cujo caráter analógico seríamos incapazes de notar sem a análise cotextual com a ferramenta KWIC. O uso criativo da linguagem resulta nas descrições mais características do sobrenatural lovecraftiano, dada sua natureza desconhecida e inominável, resultando em muitas palavras-chave das categorias “Mitologias e o Sobrenatural”.

5 Considerações finais

Relacionando os ensaios acerca da biografia do escritor aos fundamentos do gênero literário de horror e aos estudos prévios da obra do escritor, fomos capazes de apontar os temas recorrentes e estruturas narrativas mais características do Cosmicismo de H. P. Lovecraft, assim como as influências ideológicas por trás deles. Resumindo o quadro proposto no início deste trabalho, podemos dizer que H. P. Lovecraft era um conservador purista orgulhoso por suas origens inglesas e contrário à miscigenação étnica, um niilista passivo perante a vida, estudos fiel à ciência e avesso a superstições, religiões e pautas humanitárias no geral. Esses traços ideológicos são refletidos na atmosfera e no discurso em suas narrativas,

como por exemplo, naquelas do Ciclo de Cthulhu, nas quais os protagonistas são projeções do escritor e representantes de uma humanidade progressivamente decadente, o que os leva a transgredir fronteiras metafóricas, presenciando a corrupção advinda de elementos sobrenaturais, apenas para descobrir a existência de seres e realidades que os forçam a perceber a pequenez da espécie humana diante do cosmos.

Tendo determinado que o discurso do escritor serve como fundamento para os temas recorrentes e estruturas narrativas de suas obras, lançamos mão da Linguística de *Corpus* para investigar o papel do léxico na construção e reprodução desses temas e estruturas e, por extensão, no discurso que os fundamenta. Relacionando as estatísticas obtidas sobre o uso de palavras-chave aos estudos sobre a vida e obra do escritor, concluímos que, enquanto algumas características típicas, temas recorrentes e estruturas narrativas do Cosmicismo são refletidas no léxico, outras dependem dele. Inicialmente, observamos que a predominância de palavras da categoria semântica “Avaliação, Emoção e Ação”, seguida de “Números e Medidas” e “Entidades” corresponde, respectivamente, à predominância das categorias gramaticais adjetivo e substantivo, refletindo o caráter narrativo superdetalhado da narrativa cosmicista. Também fomos capazes de notar diversos temas recorrentes. Entre eles, o materialismo e a observação cuidadosa do entorno dos personagens advindos da linguagem descritiva e analítica utilizada por eles, o uso de seus aparatos sensoriais para convergir suas sensações com as do leitor, as interações dos personagens com a espacialidade topofóbica, cuja natureza é marcada pelo grotesco, o uso das preposições para delimitar as fronteiras metafóricas e definir as relações de obediência e contraposição, respectivamente, por parte do natural e do sobrenatural às leis naturais. Também observamos a fonte do medo proposta pela pequenez humana, que é imposta por meio do uso criativo da linguagem dos personagens diante da natureza aparentemente ilimitada e irredutível do bestiário sobrenatural.

Concluímos, portanto, que o léxico reflete os temas característicos do Cosmicismo e as ideologias de H. P. Lovecraft, como também cumpre seu importante papel de reforçar a atmosfera, através de termos analíticos e descritivos, facilitar a conversão do medo para o leitor, e especificar as fronteiras metafóricas e as relações de poder, a principal fonte do medo do Cosmicismo, entre o humano e o sobrenatural. Tais conclusões só foram possíveis por meio da identificação do léxico saliente em Lovecraft, de seus colocados e inúmeros trechos de textos que levantamos nos diferentes contos por meio da abordagem da linguística de *corpus* e de seu arcabouço metodológico. No entanto, em uma análise desta natureza, é importante que os textos individuais sejam devidamente identificados no *corpus* — em seus títulos e metadados — para que se possa recuperar a origem dos dados levantados, bem como seu contexto mais amplo, pois as ferramentas e metodologias de *corpus* podem “apagar” a autoria (caso o *corpus* seja composto por obras de diversos autores) e o contexto situacional do léxico analisado, tornando a análise superficial. Independentemente deste ponto negativo das metodologias da linguística de *corpus*, acreditamos que esta abordagem deveria se popularizar em meio as análises de obras literárias por suas vantagens aqui demonstradas.

Declaração de autoria

Nós, Marcia Veirano Pinto e Josué dos Santos Francisco, declaramos, para os devidos fins, que não temos qualquer conflito de interesse, em potencial, neste estudo. Os autores par-

ticiparam conjuntamente do desenho da pesquisa, da metodologia, bem como da geração, validação e análise formal dos dados. Os autores aprovam a versão final do manuscrito e são responsáveis por todos os seus aspectos, incluindo a garantia de sua veracidade e integridade.

Agradecimentos

Agradecemos os pareceres detalhados que recebemos, pois eles enriqueceram muito o nosso trabalho. Sabemos que o trabalho de avaliação por pares não é reconhecido na academia, mas sem ele não conseguiríamos fazer circular conhecimento científico de qualidade.

Referências bibliográficas

ANATER, R. C. *Vislumbres do abismo: o desenvolvimento do horror nos espaços literários em H. P.* 2021. 111f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2021.

ANTCONC-DISCUSSION. *Discussion list. List Maintained by Laurence Anthony*. Disponível em: <https://groups.google.com/g/AntConc/c/sPjQl42MiP4?pli=1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BAKER, P. Representations of Islam in British broadsheet and tabloid newspapers 1999-2005. *Language and Politics*, v. 9, n. 2, p. 310-38, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1075/jlp.9.2.07bak>.

BAKER, P. Visiting with the Brown family. *ESRC Centre for Corpus Approaches to Social Science (CASS)*. 21 ago. 2013. Disponível em: <https://cass.lancs.ac.uk/visiting-with-the-brown-family/>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BERBER SARDINHA, T. *Linguística de Corpus*. Barueri: Manole, 2004.

BIBER, D. Multi-Dimensional approaches. In: LÜDELING, A.; KYTO, M. (orgs.). *Corpus Linguistics: An international handbook*, v. 2, Berlin: De Gruyter, 2009. p. 822-854. DOI: <https://doi.org/10.1515/9783110213881.2.822>.

BIBER, D.; REPPEN, R. (orgs.). *The Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 1-8. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139764377>.

BIBER, D. *et al.* *Longman Grammar of Spoken and Written English*. 1. ed. Harlow: Pearson, 1999.

BOTTING, F. *Gothic*. 2. ed. London; New York: Routledge, 2013. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203487716>.

CARROL, N. *The philosophy of horror, or Paradoxes of the heart*. New York: Routledge, 1990.

CSOMAY, E.; YOUNG, R. - Language use in pop culture over three decades: A diachronic keyword analysis of Star Trek dialogues. *International Journal of Corpus Linguistics*, v. 26, n. 1, p. 71-94, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1075/ijcl.00037.cso>.

CULPEPER, J.; DEMMEN, J. Keywords. In: BIBER, D; REPPEN, R. (orgs.). *The Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 90-105, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139764377.006>.

EGBERT, J.; BIBER, D. Incorporating text dispersion into keyword analysis. *Corpora*, v. 14, n. 1, p. 77-104, 2019. DOI: <https://doi.org/10.3366/cor.2019.0162>.

ESIMAJE, A. U., HUNSTON, S. What is corpus linguistics?. In: ESIMAJE, A. U.; GUT, U; ANTIA B. E. (orgs.). *Corpus linguistics and African Englishes*. Amsterdam: John Benjamins, p. 8-35, 2019.

FURTADO, F. *O fantástico: procedimentos de construção narrativa em H. P. Lovecraft*. Edição de Flavio García e Júlio França. Rio de Janeiro: Dialogarts Publicações, 2017.

HOUELLEBECQ, M. *H. P. Lovecraft: Against the World, Against Life*. Dargaud:Cernunnos, 2019.

JONSSON, H.; JOSEPHSSON, S.; KIELHOFNER, G. Evolving narratives in the course of retirement: a longitudinal study. *American Journal of Occupational Therapy*, v. 5, p. 463-470, 2000. DOI <https://doi.org/10.5014/ajot.54.5.463>.

JOSHI, S. T. Howard Phillips Lovecraft: The Life of a Gentleman of Providence. *The H. P. Lovecraft Archive*, 2018. Disponível em: <https://www.hplovecraft.com/life/biograph.aspx>. Acesso em: 01 jun. 2023.

KING, S. *Danse Macabre*. New York: Everest House. 1981. E-book. Disponível em: https://archive.org/details/stephenkingsdansooking_o/page/n7/mode/2up. Acesso em: 17 jun. 2023.

KNEALE, J. From beyond: H. P. Lovecraft and the place of horror. *Cultural geographies*. London, v. 13, n. 1, p. 106-126, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1191/1474474005eu3530a>.

LÉVY, M. *Lovecraft ou du Fantastique*. Paris: Union Generale D'Editions, 1972.

LUTZKY, U. - Digital media and business communication. In: FRIGINAL, E.; HARDY, J. A. (orgs.). *The Routledge Handbook of Corpus Approaches to Discourse Analysis*. Abingdon: Routledge, p. 394-407, 2021. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780429259982-23>.

MIGUEL, A. D. *A morfologia do horror: construção e percepção na obra lovecraftiana*. 2006. 193f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

MOISÉS, M. Gêneros Literários. In: MOISÉS, M (org.). *A Criação Literária: Poesia*. 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1987. p. 45-68.

MOTTA, S. V. A árvore genealógica das principais formas narrativas: das origens ao nascimento do romance. *Itinerários*, Araraquara, n. 25, p. 265-275, 2007.

LOVECRAFT, H. P. *Os Melhores Contos de H. P. Lovecraft*. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2014.

PARTINGTON, A.; MARCHI, A. Using corpora in discourse analysis. In: BIBER, D.; REPPEN, R. (orgs.). *The Cambridge Handbook of English Corpus Linguistics*. Cambridge University Press, p. 216-234, 2015. <https://doi.org/10.1017/CBO9781139764377.013>.

SCOTUZZI, N. S. *Relances vertiginosos do desconhecido: a desolação da ciência em H. P. Lovecraft*. 2017. 184f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) — Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

SINCLAIR, J. The lexical item. In: WEIGAND, E. (org.). *Contrastive Lexical Semantics*. Amsterdam: Benjamins, 1998. p. 1-24. DOI <https://doi.org/10.1075/cilt.171.02sin>.

STUBBS, M. *Notes on the History of Corpus Linguistics and Empirical Semantics*. 2007. Disponível em: <https://www.uni-trier.de/fileadmin/fb2/ANG/Linguistik/Stubbs/Stubbs-2007-hist-corp-ling.pdf>. Acessso em: 18 mai. 2023.

SUMMERS, M. *The Gothic Quest: A History of the Gothic Novel*. London: Fortune Press, 1938.

SWETHA, M.; GANESH RAM, K. The Grotesque Imagination in the Short Stories of H. P. Lovecraft. *Language in India*, v. 19, n. 3, 2019. Disponível em: <http://www.languageinindia.com/march2019/swethaimaginationgrotesquelovecraftfinal.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

WILSON, C. *The mind parasites*. Rhinebeck: MonKFish Book Publishing, 2013.

(Des)encontros discursivos entre os populismos de Perón e Vargas

Discursive (dis)agreements between the populisms of Perón and Vargas

Priscila Marinho

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) | Rio de Janeiro | RJ | BR
Bolsista FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro. Processo SEI 260003/000295/2024
psmarinho9@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6079-6336>

Resumo: Este artigo pretende refletir sobre os discursos populistas (Laclau, 2013 [2005]) produzidos a partir do peronismo e do varguismo no contexto sócio-histórico do capitalismo industrial da Argentina e do Brasil em meados do século XX. À luz da Análise de discurso de linha francesa, mobilizamos pressupostos epistemológicos de extração pecheutiana e foucaultiana. Nossa objetivo é analisar discursivamente por meio de sequências discursivas (Courtine, 2016) alguns enunciados procedentes de gêneros das esferas propagandística e jurídica, tais como, revistas, pôsteres, bem como as Constituições de ambas as nações em vigência nas épocas abarcadas. As perguntas que guiam nossas análises são as seguintes: (a) De que modo o peronismo e o varguismo se apropriam do populismo?; (b) Como as noções de trabalho, família e educação atravessam os discursos produzidos pelos governos Perón e Vargas? Nossa análise desvelou movimentos de proximidade e de distância entre tais contextos históricos. No que tange à proximidade, destaca-se a filiação de ambos os movimentos a discursividades trabalhistas promovendo uma modernização calcada no autoritarismo. Entretanto, o desenvolvimento desses populismos desliza para distintos efeitos de sentidos, uma vez que enquanto o peronismo se vincula às discursividades da militância sociopolítica, o varguismo se filia a uma política conciliatória de classes.

Palavras-chave: peronismo; varguismo; discurso populista; análise do discurso.



Abstract: This paper intends to reflect on the populist discourses (Laclau, 2013 [2005]) produced from Peronism and Varguism in the socio-historical context of industrial capitalism in Argentina and Brazil at the beginning of the 20th century. In the light of French discourse analysis, we mobilize epistemological assumptions of Pecheutian and Foucauldian extraction. Our objective is to discursively analyze, through discursive sequences (Courtine, 2016), some statements coming from genres in the propagandistic and legal spheres, such as magazines, posters, as well as the Constitutions of both nations in force at the times covered. The questions that guide our analyzes are the following: (a) How do Peronism and Varguism appropriate populism?; (b) How do the notions of work, family and education permeate the discourses produced by the Perón and Vargas governments? Our analysis revealed movements of proximity and distance between such historical contexts. Regarding proximity, the affiliation of both movements to labor discourses promoting modernization based on authoritarianism stands out. However, the development of these populisms leads to different effects of meaning, since while Peronism is linked to the discursivities of sociopolitical militancy, Varguism is affiliated with a conciliatory class policy.

Keywords: peronism; varguism; populist discourse; discourse analysis.

1 Introdução

Este artigo intenciona oportunizar uma discussão entre o peronismo e o varguismo, observando de que maneira ditos movimentos mobilizam o discurso populista (Laclau, 2013 [2005]) para o desenvolvimento econômico do capitalismo industrial na Argentina e no Brasil durante o contexto sócio-histórico do século XX. Para tanto, nosso dispositivo teórico-metodológico está alicerçado na Análise de discurso de linha francesa, abarcando postulados epistemológicos de orientação pecheutiana e foucaultiana. Com isso, objetivamos examinar os pontos de (des)encontros, a partir da instância da discursividade, entre os populismos construídos durante os governos de Juan Perón e Getúlio Vargas.

No intuito de materializarmos nosso debate, analisaremos alguns enunciados mediante sequências discursivas (Courtine, 2016) extraídas de gêneros das esferas propagandística e jurídica, tais como, revistas, pôsteres e as Constituições Federais em vigor à época em ambos em países mencionados. A partir disso, introduzimos os seguintes questionamen-

tos com vistas à condução de nossa análise: (a) De que modo o peronismo e o varguismo se apropriam do populismo?; (b) Como as noções de trabalho, família e educação atravessam os discursos produzidos pelos governos Perón e Vargas?

Portanto, nosso artigo está disposto da seguinte maneira: na próxima seção discutiremos alguns pressupostos teórico-metodológicos embasados na Análise de discurso de linha francesa, mobilizando certas noções, a saber, formações discursivas, memória discursiva e condições de produção dos discursos. Em seguida, encaminharemo-nos às subseções concorrentes às condições de produção para a emergência do peronismo e do varguismo, em que refletiremos discursivamente os contextos sócio-históricos da Argentina e do Brasil, em meados do século XX, à época do surgimento das figuras de Juan Perón e Getúlio Vargas, respectivamente. Nas seções analíticas, formuladas neste artigo a partir dos enunciados “formas de materialização do discurso peronista” e “formas de materialização do discurso varguista”, ofertaremos trechos de textos escritos oriundos das esferas da propaganda e da justiça, em que observaremos a materialização do discurso populista, bem como o atravessamento das noções de trabalho, família e educação. Após as análises discursivas, refletiremos brevemente sobre o processo de conformação da memória do peronismo e do varguismo no contexto de ambos os países abarcados. Por fim, passaremos às considerações finais, em que procuraremos discorrer sobre os movimentos discursivos de proximidade e distância entre o peronismo e o varguismo.

2 Abordagem discursiva

A Análise de discurso (AD), de extração pecheutiana (cf. Orlandi, 2000), é uma abordagem teórico-metodológica que pensa a produção de sentidos como efeitos que são construídos sócio-históricamente. Isso significa conceber o discurso enquanto prática inscrita na história. Sendo assim, toda produção discursiva remete a uma determinada época. Em uma abordagem discursiva adota-se a noção de forma material (Celada & Payer, 2016), refutando-se, em contrapartida, concepções linguísticas que trabalham forma e conteúdo enquanto dimensões opostas e separadas. Em lugar disso, forma material engendra a noção de materialidade, imbricando forma e conteúdo de maneira concomitante, e se configurando, portanto, como linguístico-histórica, uma vez que é contemplada como acontecimento da língua em um sujeito atravessado pela história.

É relevante ainda salientar que, para a AD, o discurso ao se fundamentar em uma determinada conjuntura sócio-histórica, é perpassado por condições de dizibilidade. Tais condições de dizibilidade são estipuladas a partir da inscrição dos sujeitos em formações discursivas, noção, desenvolvida por Foucault (2014 [1969]), e apropriada pelo pensamento pecheutiano, que assinala o que pode (ou não) ser dito a partir de uma dada posição enunciativa filiada a um determinado contexto sócio-histórico. Além disso, as condições de dizibilidade se tornam possíveis de serem acionadas graças à memória discursiva, entendida como regiões constituídas por cadeias estabilizadas do dizível que apoiam o saber discursivo e que, assim, interpelam os sujeitos. Focalizar as condições de produção desses dizeres significa articular a linguagem em relação com sua exterioridade, ensejando, assim, a contemplação da historicidade.

Em suma, as condições de produção determinam o contexto sócio-histórico dos discursos (cf. Orlandi, 1990, 2000). Fornecem ao discurso sua historicidade. A historicidade de um texto, em uma perspectiva discursiva, é a discursividade, sua determinação histórica, que

não é contemplada como uma simples reprodução da exterioridade, mas é entendida como inerente à materialidade linguística. Assim, a história, para uma abordagem discursiva, não é pensada como tempo cronológico e/ou representação do real, mas como práticas, que organizam as relações de poder e de sentidos. Entender o discurso como histórico é entender que este se produz em determinadas condições, criando um passado, uma memória, que se projeta para um futuro, mas também influencia novos acontecimentos.

2.1 As condições de produção para a emergência do peronismo

No que tange aos discursos que contribuem para a construção de uma memória coletiva que atravessa a nação argentina ao longo do século XX, podemos destacar a relevância do peronismo. Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX (1880-1916), a Argentina era dominada, em âmbito político e intelectual, por um pensamento liberal que a contemplava como a nação “do progresso e da ordem”. Tal discursividade, economicamente, se filia ao modelo capitalista agroexportador, que permitia a inserção do país no mercado internacional. Este período, que na historiografia é conhecido como “República Conservadora” ou “República Oligárquica” (cf. Perrig, 2017), caracterizou-se como um sistema sociopolítico que promoveu a concentração do poder nas mãos dos proprietários de terras, com baixa participação social, além de constantes fraudes eleitorais.

Em 1916, Hipólito Yrigoyen – fundador da *Unión Cívica Radical* (UCR), partido que mais tarde (a partir da segunda metade do séc. XX) se configuraria como principal opositor ao partido peronista – foi eleito presidente da Argentina, marcando a volta do pensamento nacionalista enquanto discurso que subjaz a identidade da nação. Em 1930, o governo de Yrigoyen, que exercia seu cargo de presidente pela segunda vez por meio do sufrágio universal, sofre um golpe militar dando início à fase entendida na historiografia argentina como “Década Infame” (cf. Barros, 2016; Fonseca e Haines, 2012; Poderti, 2012).

Este episódio assinala a introdução de uma série de ditaduras militares que se instalaram na Argentina ao longo do século XX. A Década Infame (1930-1943) remete a uma discursividade de caráter antidemocrático, com predomínio de fraudes eleitorais e corrupção generalizada, além de repressão política, que se reflete no fechamento da *Unión Cívica Radical*. Como atitude responsável, um contragolpe militar eclode em 1943, conhecido como “Revolução de 1943” e pondo fim ao governo conservador de Ramón Castillo.

É interessante notar como os enunciados “Década Infame” e “Revolução de 1943”, apesar de constituir golpes de Estado organizados militarmente, se imiscuem à memória discursiva argentina ao serem recriados pela historiografia por meio de formulações enunciativas que se vinculam a distintas formações discursivas, gerando, assim, efeitos de sentidos diferentes. A Década Infame se filia a uma formação discursiva antidemocrática e conservadora, salientando-se seus episódios de corrupção e de fraudes eleitorais, com a prevalência das oligarquias¹ no poder, que não abrem caminho para a mobilidade social.

¹ Uma oligarquia refere-se a um regime político em que o poder é exercido por um pequeno grupo de pessoas, que pertencem ao mesmo partido, classe ou família. Sendo assim, concerne à supremacia de um pequeno grupo no poder. De acordo com Shumway (2008), a formulação “oligarquia”, na Argentina, começa a ser empregada, em sentido depreciativo, para designar os portenhos ricos no período entre 1852-1880, época do florescimento do pensamento

Já a Revolução de 1943 se inscreve em uma rede discursiva que evoca mudanças e transgressões no *status quo*. Apesar de este movimento ser constituído por meio de um contragolpe, sendo assim, não estabelecido por vias democráticas, o significante “revolução” quebra essa repetibilidade discursiva, filiando o sentido, não de maneira parafrástica a um outro governo de militares, mas sim deslocando-o para uma nova ideia de país, uma nova Argentina. Ainda que liderada por militares, a “revolução” de 1943 produz polissemicamente um movimento de ruptura com a memória dos governos militares dominados por oligarquias, avançando para um efeito de sentido que se vincula a movimentos de revolta contra um poder estabelecido, visando mudanças em âmbitos político, econômico, cultural e moral, se inscrevendo, assim, em uma discursividade de “revolução” enquanto “mudança”, a exemplo da Revolução Francesa. É do interior deste movimento que vai germinar a semente do peronismo.

Os militares que protagonizaram o golpe de Estado de 1943 se organizaram por meio de uma junta conhecida como GOU (Grupos de Oficiais Unidos) (cf. Clik, 2006; Poderti, 2012). Tratava-se de uma organização secreta, filiada ao discurso nacionalista, criada no âmbito do exército argentino, poucos meses antes do contragolpe. Os militares da “Década Infame” eram vistos pela vertente nacionalista como elitistas e *vendepatria* por conta da repercussão negativa dos acordos econômicos com o Reino Unido, que se beneficiava dos serviços essenciais argentinos, tais como ferrovias, redes de energia e exploração do petróleo (cf. Fonseca e Haines, 2012).

Além disso, os militares nacionalistas tinham interesse em manter a posição de neutralidade da Argentina no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que tal postura propiciou um salto no processo de industrialização argentina. Nesta época, as exportações industriais, lideradas pelo setor têxtil, chegaram a superar o setor agropecuário. Como consequência, a classe proletária deu um salto considerável, deslocando a massa de trabalhadores para a área urbana de Buenos Aires, onde se concentrava a maioria dos estabelecimentos industriais. Com a expansão populacional desencadeada pela expressiva migração interna do campo para a cidade, acentuaram-se os conflitos sociais. As posturas de desprezo das oligarquias militares frente às reivindicações cada vez mais frequentes dos trabalhadores também contribuíram para fomentar o cenário de instabilidade e descrédito sociopolíticos do qual se beneficiaram os militares do contragolpe de 1943. É em meio a estas condições de produção que emerge a figura de Juan Domingo Perón, que se converterá no símbolo do peronismo.

Perón, então coronel, surge na cena política argentina quando assume o Departamento de Trabalho e Previdência em 1943, no governo militar de Pedro Pablo Ramírez (cf. Poderti, 2012). A partir daí o futuro presidente começou a estabelecer uma aliança com diversos grupos de sindicatos, cujas relações com os militares de governos anteriores eram sócio-históricamente tensas e conflitantes. Os sindicatos, desta forma, não gozavam de relevância política e institucional nos governos militares, que descumpriam frequentemente as leis trabalhistas e promoviam repressões.

Em seu curso como secretário de trabalho, Perón realizou notáveis medidas que favoreciam a classe trabalhadora, intervindo na aprovação de leis trabalhistas que desde há muito tempo vinham sendo reivindicadas pelo movimento dos *obreros argentinos*. O discurso trabalhista promovido por Perón pode ser materializado mediante certas práticas, tais como indenização generalizada por demissão, aposentadoria para empregados de comércio, esta-

nacionalista argentino. Com a ascensão do Peronismo, em meados do séc. XX, tal formulação se consolida a partir de um efeito de sentido que conduz a um sentimento antipopular, de “inimigos” do povo e da pátria.

tuto do trabalhador do campo, hospital policlínico para trabalhadores ferroviários, escolas técnicas para operários, bônus de natal (cf. Girbal-Blacha, 2015; Poderti, 2012) dentre outras medidas, que foram contornando uma espécie de “justiça trabalhista”, discurso que subjaz um projeto de política industrial que nortearia o peronismo anos depois.

Diante dessas medidas, Perón paulatinamente vai obtendo protagonismo e construindo carisma junto à classe trabalhadora e sindical. Os militares, por sua vez, começaram a ficar preocupados com a política laboral *pró-obra* de Perón e com o avanço sindical no governo. Estavam lançadas, assim, as sementes do discurso peronista, que delineavam um nacionalismo trabalhista e econômico. Este discurso de nacionalismo popular, fundamentado na democracia, começava a entrar em tensão com o discurso nacionalista vigente, que era elitista e antidemocrático, representado pela ditadura militar de Ramírez.

Com a renúncia de Ramírez, assume seu vice, Eldemiro Farrell, que tinha estreitas relações com Perón. Em 1944, além do cargo de secretário do trabalho, Perón também foi designado vice-presidente de Farrell. A partir disso, a ala do nacionalismo popular foi alcançando espaço no governo, opondo-se cada vez mais ao nacionalismo elitista, sustentado pelo setor conservador, configurando assim o racha interno que havia se produzido entre os militares. Este racha discursivo já vislumbrava o nascimento do peronismo, bem como do antiperonismo, representado principalmente pelas classes alta e média portenhelas, tendo grande apoio dos EUA. Logrando um considerável apoio por parte de setores sindicalistas e da classe operária, que se ampliava constantemente por conta da industrialização pela qual passava a Argentina, o peronismo se alicerçava nos discursos do nacionalismo trabalhista e da transformação social e econômica, por meio da formulação enunciativa *justicia social*.

Em outubro de 1945, Perón foi preso e destituído de seu cargo por um golpe civil e militar, conduzido por líderes antiperonistas, provocando uma crise no governo. Em 17 de outubro de 1945 – data recriada na historiografia argentina do discurso peronista como “Dia da Lealdade Popular” (cf. Ferreyra, 2013; Poderti, 2005, 2012) – uma mobilização popular formada por sindicalistas e operários, principalmente trabalhadores das classes mais baixas provenientes das zonas industriais, ocupou as ruas de Buenos Aires exigindo a liberdade de Perón. Diante da pressão, Perón foi solto e discursou para a multidão a partir da sacada da Casa Rosada. Este episódio é considerado discursivamente como o ato inaugural do movimento peronista. Meses depois, em fevereiro de 1946, Perón vencia as eleições presidenciais por meio do voto popular dando início à temporada oficialista do peronismo.

2.2 As condições de produção para a emergência do varguismo

Em comparação ao que foi o peronismo para a Argentina, o varguismo se constitui como um importante discurso que atravessa a nação brasileira em meados do século XX. Tanto o peronismo quanto o varguismo ofertam um novo projeto nacional, transformando profundamente o cenário social, cultural, político e econômico de seus países. No que tange à proximidade entre esses contextos históricos, podemos destacar a filiação a discursividades trabalhistas, promovendo uma modernização por via autoritária. O desenvolvimento desses populismos, entretanto, deslizam para distintos efeitos de sentido, visto que o peronismo se inscreve nas discursividades da militância sociopolítica, ao passo que o varguismo se vincula a uma política conciliatória de classes. Passemos à efetiva abordagem do varguismo.

Com a instalação da República no Brasil, o republicanismo se tornou um discurso de forte proliferação, atravessando as mais distintas vertentes políticas. Mas quais efeitos de sentido a noção de “República” adquire no início do século XX? Pensar o contexto sociopolítico da chamada Primeira República (1889-1930) nos permitirá refletir acerca das condições de produção que possibilitaram a emergência do varguismo, a partir da década de 30.

Com o advento da Proclamação, o Brasil inaugura a república, porém, este sistema ainda estava bastante atravessado por discursividades que remetiam ao Império, tais como desintegração socioeconômica entre as regiões do país, baixa mobilidade social e centralização nas principais regiões econômicas, que formavam as oligarquias que concentravam o poder político sobre as demais. Tais oligarquias eram formadas por representantes do setor agrário, tais como fazendeiros, proprietários de terra e latifundiários, que eram responsáveis pela produção agroexportadora, bem como produção interna e sustentavam a economia da nação.

As oligarquias das principais províncias – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – se filiavam ao discurso da “República federativa”, que estipulava um certo nível de autonomia às unidades regionais. No entanto, se vinculavam a distintas vertentes políticas. Os paulistas e mineiros se vinculavam a uma discursividade liberal, cujos princípios se pautam em uma democracia representativa, em que os cidadãos são representados pelo Estado, através de um presidente eleito pelo Congresso (cf. Fausto, 2015 [2006]).

Já os gaúchos se alinhavam às correntes do pensamento positivista, que defendia um Estado forte, intervencionista e de inclinação ditatorial enquanto regime republicano. Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, a partir de 1930, seu discurso nacionalista seria fortemente perpassado pelo positivismo. Outro grupo adepto dessa filosofia eram os militares do exército. Contrários ao liberalismo, advogavam em favor de um regime ditatorial, calcado na centralização política como forma de república. A partir dessa conjuntura, estruturada em cortes discursivos descontínuos, que nutriam hostilidades mútuas, configurou-se um panorama cada vez mais crescente de instabilidades e cisões sociopolíticas.

Assim, após um breve período ocupando a presidência – etapa em que a historiografia entende como “Governo provisório” logo após a Proclamação – os militares do exército, em suas tentativas de golpe de Estado e centralização, acabaram perdendo força para as elites políticas liberais, sobretudo a paulista, que desempenhava um protagonismo econômico dominante na cena política. A partir da ascensão política das elites liberais, inicia-se a fase na historiografia conhecida como “República Liberal”, “República Oligárquica”, “República do café com leite” ou “República dos coronéis” (cf. Fausto, 2015 [2006]). Tais enunciados materializam os principais discursos que atravessam dito período. Podemos compreender que durante esta fase o poder estava destacadamente concentrado nas mãos das oligarquias paulistas, que despontavam como importante centro econômico devido à agroexportação cafeeira e à industrialização crescente.

O discurso liberal que atravessa a Constituição de 1891, estabelecendo o sufrágio universal no âmbito jurídico, se materializa mediante o sistema oligárquico, que concentra o poder, favorecendo à situação de alienação da massa populacional em relação ao cenário político. Além do voto não ser obrigatório (lembrando que não votavam menores de 21 anos, tampouco mulheres ou analfabetos), a maioria da população era alheia à vida política, entendendo as eleições enquanto estratégia de um discurso oligárquico pautado no mecanismo da “troca de favores”. Assim, somadas às fraudes eleitorais, vigoravam as práticas do coronelismo e do clientelismo, tanto em âmbito urbano quanto rural. Essas discursividades se an-

ravam no contexto de desigualdade e baixa mobilidade sociais, que se refletiam na escassez e inexistência de serviços assistencialistas do Estado, bem como oportunidades de ascensão social, cenário que se estendia desde a época monárquica.

O enunciado “República do café com leite” materializa a aliança composta entre as oligarquias paulista e mineira, expressas por meio do PRP (Partido Republicano Paulista) e o PRM (Partido Republicano Mineiro), que se revezavam na presidência, dominando o cenário político e garantindo uma relativa estabilidade.

A partir das primeiras décadas do século XX, diversos fatores começam a evidenciar o colapso da hegemonia das oligarquias paulistas. Com o advento da industrialização, a urbanização deu um salto significativo e a estrutura social se diversificou, dando ensejo a uma expansão da classe média urbana. Desta forma, os centros urbanos começaram a concentrar a classe operária, com a ampliação do mercado de trabalho e do mercado consumidor. Com a irrupção da Revolução Russa, em 1917, o cenário mundial se modificou e as classes operárias, agora mais organizadas, foram influenciadas decisivamente, filiando-se às discursividades da “Revolução Social”. Com isso, estouraram diversas greves em São Paulo e no Rio de Janeiro, com uma intensificação da sindicalização.

Os operários começaram a reivindicar direitos essenciais. Em 1922, no bojo da onda de reivindicação social, surge o PCB (Partido Comunista Brasileiro) contribuindo também para a incitação da organização operária. Ainda no mesmo ano, surge o movimento dos “tenentistas”, que ficou conhecido por ter sido composto por oficiais de nível intermediário do exército (tenentes em sua maioria e capitães). Insatisfeitos com as elites liberais e a perda de prestígio dos militares durante a República Oligárquica, os oficiais se rebelaram contra o governo federal. O movimento tenentista, que se reuniu em diversos episódios de insurreição contra as elites dominantes ao longo da década de 1920, serviu para reforçar o estímulo do sentimento de rechaço em direção às oligarquias estaduais, sentimento que estava se tornando cada vez mais recorrente entre diversos setores sociais.

Em fins da década de 1920, o sentimento antipaulista foi a discursividade comum que uniu diversos setores da sociedade resultando na chamada “Revolução de 1930”. A recusa de São Paulo em lançar a candidatura de um mineiro, na sucessão para presidência da República, insistindo em sua perpetuação no poder e quebrando assim a política do “café com leite”, fez com que mineiros se aproximasse dos gaúchos, organizando uma oposição contra a hegemonia da elite paulista. O próprio Partido Republicano Paulista, em seu estado, perdeu seu monopólio quando seus dissidentes formaram uma frente de oposição, o Partido Democrático (PD). Nesta configuração, emerge na cena política Getúlio Vargas, demonstrando a capacidade conciliatória que marcaria seus governos. Diante das cisões que acometiam cada vez mais as elites paulistas, isolando o Partido Republicano Paulista e o enfraquecendo politicamente, Vargas, então governador por seu estado, Rio Grande do Sul, incentivou uma aliança entre o Partido Republicano Gaúcho, de tendência positivista e o Partido Libertador, que reunia os gaúchos de vertente liberal.

Em março de 1930, ocorre mais uma vitória eleitoral do candidato da elite tradicional paulista, por meio de práticas políticas marcadas por fraudes eleitorais e clientelismo. Após um ano de forte organização e mobilização sociais, em outubro, eclode a chamada “Revolução de 1930”, liderada pelas oligarquias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, contando também com o apoio de vários estados do Nordeste, além da forte presença de militares do exér-

cito. O confronto termina com a posse de Getúlio Vargas como presidente, em novembro de 1930, demonstrando ao país o poderio da oligarquia sulista apoiada por militares do exército.

É importante notar a composição enunciativamente heterogênea que constitui a “Revolução de 1930”. A oposição ao governo federal era formada por oligarquias de diversos estados, que lutavam por seus interesses e contra a hegemonia paulista; havia políticos mais jovens, alimentados pelos ideais de mudança e revolução, que desejavam reformular a política e aliaram-se então com os tenentistas; também participaram os próprios tenentistas, representantes do exército, de tendência antiliberal, que defendiam a centralização do poder e o fortalecimento do Estado; e, por fim, fez parte do movimento o Partido Democrático, cujos componentes eram dissidentes do Partido Republicano Paulista, ancorados no liberalismo enquanto visão política. A discursividade que atravessava a todos unificando-os era o rechaço em direção às elites paulistas tradicionais.

Apesar do significante “Revolução”, podemos observar que “A Revolução de 1930”, enunciado que materializa o início do varguismo na historiografia brasileira, não estabelece uma mudança no *status quo*, isto é, não houve uma ruptura discursiva com a forma de governo, ou seja, a República Oligárquica, uma vez que houve a derrubada de uma oligarquia dominante (São Paulo) por outra (Rio Grande do Sul). Podemos entender que o processo de rompimento discursivo se daria paulatinamente ao longo da gestação do varguismo, que foi deslizando o sentido de “República Oligárquica”, ao filiá-la a uma rede discursiva mais nacionalista e provocando assim um corte e uma descontinuidade em relação à discursividade tradicional liberal.

Além disso, também podemos salientar que a própria discursividade do liberalismo, em seu aspecto político, em relação às democracias liberais norte-americana e europeias, das quais ela se origina, em suas versões latino-americanas (como no caso da Argentina e do Brasil), sofre um profundo processo polissêmico de deslocamento discursivo, uma vez que o discurso liberal, que estipula o sufrágio universal, a federalização dos estados, com relativa autonomia e o poder presidencial realizado junto ao Congresso, dentre outros princípios, nas incipientes democracias latino-americanas, por sua vez, se convertiam em práticas discursivas naturalizadas pelo clientelismo, por fraudes eleitorais, bem como pelo elitismo e pela concentração de poder, a exemplo das oligarquias dominantes na virada do século XIX para XX, no contexto argentino e brasileiro. Deste modo, apesar da aparência discursiva de “democracia” os regimes liberais implantados nas nações latino-americanas foram, na maioria das vezes, tão ditoriais quanto os chamados golpes de Estado de vertente nacionalista.

A partir de 1930, a nova oligarquia no poder assume um tom antiliberal economicamente, desempenhando uma política autoritária e centralizadora, conformando, assim, um nacionalismo que se volta para a promoção do capitalismo industrial, por meio de uma aliança entre as Forças Armadas, a burguesia industrial e setores da classe trabalhadora urbana.

3 Análises discursivas

3.1 Formas de materialização do discurso peronista

Entre 1946 a 1955, Juan Domingo Perón preside a Argentina. Neste período há uma intensa proliferação discursiva do peronismo, que se (di)funde nas esferas política, intelectual, econômica, social, familiar, educacional, moral, religiosa, monitorando assim a vida pública e privada na Argentina.

O discurso peronista se apropria do discurso populista, enquanto modo de construir o político (cf. Laclau [2005], 2013). De acordo com o pensamento laclauiano, o populismo se organiza em torno de um corte, isto é, um ponto de ruptura com o sistema. Assim, o populismo coloca em circulação a instalação de uma “fronteira antagonista”, que separa o povo do poder. A categoria “povo” no discurso populista é sempre uma construção discursiva, visto que não pode ser entendida enquanto uma categoria estática, possível de ser medida em termos econômicos e/ou sociológicos. O povo, desta forma, só pode emergir a partir da identificação de um “inimigo”, que instaura a divisão social. A demanda social é entendida como a unidade mínima a ser considerada a fim de que exista a experiência populista. Pode ser pensada como uma reivindicação. É por meio da articulação das demandas que a categoria povo emerge. Nesta articulação, uma demanda particular assume o papel de demanda hegemônica, passando a representar, desta maneira, o discurso popular. Em suma, temos, assim, o embrião de uma configuração populista quando há: (a) a constituição de uma fronteira antagônica, que promove uma divisão entre “o povo” e o “seu inimigo”; e (b) a articulação equivalente de demandas, que propicia o surgimento do povo.

Esta fronteira antagônica se materializa no discurso populista através do estabelecimento de polaridades e dicotomias. O enunciado “trabalhador argentino” é ressignificado dentro do discurso peronista, adquirindo um efeito de sentido que rompe com o discurso institucional vigente, anterior ao peronismo. A classe de trabalhadores, provenientes das áreas periféricas da cidade, que ocuparam as ruas de Buenos Aires exigindo a libertação de Perón, foi definida pela oposição peronista, sobretudo de inclinação liberal, mediante formulações pejorativas, tais como *negros, grasas, descamisados, cabecitas negras* e *aluvión zoológico*.

Posteriormente, o peronismo, em sua gênese discursiva, se apropria de tais termos (principalmente *descamisados* e *grasas*, que é acionado e deslocado em sua forma diminutiva, *grasitas*, nos discursos de Eva Perón) quebrando essa repetibilidade parafrástica que filia tais formulações a uma rede de sentido que se associa à “barbárie e selvageria” das classes mais humildes. Este efeito de sentido se vincula à formação discursiva que opõe “civilização versus barbárie”, a qual atravessa discursos liberais e se vincula ao projeto da nação argentina no séc. XIX. Ao provocar um deslizamento de sentido, o peronismo promove uma ruptura polissêmica, inscrevendo tais significantes em uma rede discursiva nacionalista, que alude ao “povo argentino”, “aos trabalhadores humildes”, aos “servidores da Pátria”, na construção de um discurso populista que valoriza e centraliza o trabalhador, que até então não desempenhava protagonismo no discurso sociopolítico argentino.

A produção de dicotomias e polaridades (tais como justos vs. corruptos, povo vs. oligarquia, nacionalistas vs. traidores da nação etc.) perpassa o discurso do peronismo, sempre demarcando um ponto de ruptura discursiva entre o governo peronista e os anteriores. A

formulação enunciativa “Nueva Argentina” funciona como uma atitude responsiva de rompimento e descontinuidade em relação à Argentina Oligárquica, que se identifica com os governos conservadores e liberais, anteriores a Perón.

A difusão do peronismo se dá através da produção de muitos materiais, tais como revistas, manuais escritos, textos oficiais e jurídicos, livros didáticos, a biografia de Eva Perón (*La razón de mi vida*), a Constituição de 1949 etc., além dos discursos radiofônicos proferidos por Perón e Eva. A seguir, ofertamos, a título de análise, algumas sequências discursivas² extraídas da revista *Mundo Peronista*,³ uma publicação quinzenal, a partir da década de 1950, nas quais podemos observar o atra- vessamento do discurso peronista por um discurso populista. Vejamos os seguintes fragmentos:

(SD1): **La oligarquía**, que no nos perdonará jamás que hayamos devuelto **al pueblo** su Patria y su dignidad, no se resigna a perder definitivamente todo lo que tuvo; e intentará por **el engaño** conseguir lo que no puede alcanzar por sus propias fuerzas (Discurso de Eva Perón na coluna *Escribe Eva Perón*, Revista Mundo Peronista, nº 1, p.5, Julho de 1951—*grifos nossos*).

(SD2): A cada **mentira** debemos responder con **la verdad de Perón**; en cualquier parte y de cualquier manera. **La verdad de Perón** es nuestra fuerza y es nuestra bandera; y contra ella nada podrán **los enemigos de la Patria**. No nos olvidaremos nunca —y lo recordaremos cada vez que se nos presente la ocasión— que todos los que están en contra de Perón han sido también, alguna vez, y siguen siendo, **aliados de los enemigos del país**. Por eso, frente a ellos nos basta oponer **la verdad de Perón**, que es **la verdad del Pueblo y la verdad de la Patria** (Discurso de Eva Perón, na coluna *Escribe Eva Perón*, Revista Mundo Peronista, nº 1, p.5, Julho de 1951—*grifos nossos*).

(SD3): (...) Por eso no quieren que vuelva **la oligarquía** de los que vendieron la Patria. Saben también que **la oligarquía**, que **los mediocres**, que **los vendepatria** todavía no están derrotados y que desde suas guardas atentan contra **la nacionalidad**. Pero nuestra oligarquía, que siempre se vendió por cuatro monedas, no cuenta en esta época con que **el pueblo** está de pie, y que el pueblo argentino está formado por hombres y mujeres dignos capaces de morir para terminar de una vez por todas con **los vendepatria** y con **los entreguistas** (Discurso de Perón e Eva, Revista Mundo Peronista, nº 4, p.28, Setembro de 1951—*grifos nossos*).

(SD4): Los trabajadores, los ancianos, los niños: su corazón
Yo no soy más que más que una mujer del pueblo argentino, una **descamisada** de la Patria, pero una descamisada de corazón, porque siempre **he querido confundirme con los trabajadores**, con **los ancianos**, con **los niños**, con los que sufren, trabajando codo a codo, corazón a corazón con ellos para lograr que lo quieran más a Perón y para ser un puente de paz entre el general Perón y **los descamisados de la Patria** (Discurso de Eva Perón, Revista Mundo Peronista, nº 4, p.29-30, Setembro de 1951).

(SD5): Era la fiesta de un pueblo, que se reunía en la Capital Federal, procedente de todos los lugares de la Patria. Y era la fiesta, porque ese pueblo refirmaría su voluntad. Y porque su voluntad era que el general Perón y Eva Perón gobieren al Pueblo Argentino (Revista Mundo Peronista, nº 4, p.30, Setembro de 1951).

(SD6): Vicios de la Oligarquía: Egoísmo / Vanidad / Ambición / Orgullo;
Virtudes del Pueblo: Generosidad / Sinceridad / Desinterés / Humildad (Revista Mundo Peronista, nº 5, p.48, Setembro de 1951).

² Compreendemos a concepção de sequência discursiva enquanto uma materialidade linguístico-histórica, que, assim, se assenta em uma conjuntura sócio-histórica definida. Na AD, tais sequências discursivas são designadas em conformidade com as condições de produção do discurso. Segundo Courtine (2016) dita noção se caracteriza como um instrumento metodológico em relação ao *corpus* investigado.

³ Diversas edições desta revista podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico <<https://www.upcndigital.org/micrositios/CIPER/ciper2/politics/mp.html>> Acesso em 30 dez. 2023.

Nestas sequências discursivas, podemos observar a materialização do discurso polarizado e dicotômico em que se fundamenta o populismo peronista. O discurso se alicerça em cadeias enunciativas que se opõem, provocando uma descontinuidade, um corte discursivo, que podem ser expressas pelos pares: povo x oligarquia; verdade x mentira; Perón x inimigos da pátria, isto é, os “*vendepatria*” e entreguistas; e, por fim, a verdade de Perón x a mentira dos inimigos, conforme podemos visualizar nas SD1, SD2 e SD3.

Na SD2, além da relação de oposição, há também uma relação de identificação e representação: Perón é significado como o representante da “verdade do povo”, portanto, Perón se confunde com a própria pátria. As SD3, SD4 e SD5 aludem ao discurso proferido por Eva e Perón no *cabildo* (conselho aberto) do Partido Justicialista, em Buenos Aires, na data de 22/08/1951, ocasião em que discursaram publicamente para milhões de argentinos, no contexto de reeleição do presidente Perón tendo Eva como vice.

Na SD4, Eva não apenas se identifica como uma “*descamisada*” – significante que atravessa o discurso peronista aludindo aos trabalhadores mais humildes – mas também com os “*ancianos*”, “*niños*” e “*con los que sufren*”, se colocando como uma intermediária – *un puente de paz* – entre Perón e os “*descamisados de la patria*”. Neste sentido, podemos notar a lógica do fenômeno populista em que a figura do líder retrospectivamente constitui (e é constituída) pela figura do povo.

Já a SD5 refere-se a uma legenda que aparece em meio a variadas imagens de pessoas que acompanham o discurso dos líderes na *Plaza de Mayo*. Este encontro é significado, não como uma campanha presidencial para a reeleição do presidente e da primeira-dama como vice, mas como uma “*fiesta del pueblo*”, assumindo Perón e Eva o papel de representantes do povo, que, portanto, cumprem a “vontade popular”.

Por fim, a SD6, por meio de um organograma, explicita a polaridade que atravessa constantemente o discurso peronista, contrapondo as cadeias discursivas encabeçadas pelos significantes “oligarquia” e “povo”. A oligarquia possui “*vicios*”, tais como *egoísmo, vanidad, ambición e orgullo*, recriados sempre de maneira negativa, tidos como os “inimigos”, os “adversários” e os *vendepatrias*, relacionando-se aos antiperonistas e governos militares, sobretudo liberais, anteriores a Perón. Já o povo possui “*virtudes*”, tais como *generosidad, sinceridad, desinteres e humildad*. O povo alude aos “cidadãos e trabalhadores humildes”, representantes da “Nova Argentina”, que é a Argentina a serviço da “*justiça social*”, da “*soberania política*” e da “*independência econômica*”, enunciados que costumam materializar o discurso peronista.

O discurso peronista não se volta apenas para a figura do “trabalhador argentino”, mas também se estende para sua família e educação dos seus filhos. Examinemos a SD subsequente que apresenta fragmentos da Constitución de 1949⁴ legislando acerca da educação:

⁴ Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.gob.ar/items/show/1571>>. Acesso em 30 dez. 2023.

(SD7): IV. De la educación y la cultura

La educación y la instrucción corresponden a **la familia y a los establecimientos particulares y oficiales** que colaboren con ella, conforme a lo que establezcan las leyes. Para ese fin, el Estado creará escuelas de primera enseñanza, secundaria, técnico-profesionales, universidades y academias.

1. La enseñanza tenderá al desarrollo del vigor físico de los jóvenes, al perfeccionamiento de sus facultades intelectuales y de sus potencias sociales, a su **capacitación profesional**, así como a la formación del **carácter** y el cultivo integral de todas las **virtudes** personales, **familiares** y **cívicas**.

2. **La enseñanza primaria elemental** es **obligatoria** y será **gratuita** en las escuelas del Estado. La enseñanza primaria en las escuelas rurales tenderá a inculcar en el niño el amor a la vida del campo, a orientarlo hacia la capacitación profesional en las faenas rurales y a formar **la mujer para las tareas domésticas campesinas**. El Estado creará, con ese fin, los institutos necesarios para preparar un magisterio especializado (Argentina, 1949 – *grifos nossos*).

Por meio dos trechos expostos, percebemos que o governo Perón estipula que a educação seria incumbência tanto da família quanto das instituições escolares do âmbito privado e público desde que estejam em conformidade às leis. Além disso, ressalta-se a obrigatoriedade do ensino primário, medida que se enlaça ao objetivo de formação técnica da classe operária e, consequentemente, ao fomento do capitalismo industrial argentino. Neste sentido, há um destaque para a figura do jovem, que, enquanto engrenagem fundamental para o abastecimento do capitalismo industrial na qualidade de mão-de-obra, é pensado, sobretudo, como corpo politicamente dócil e economicamente útil, uma vez que, dentre as funções do ensino, está a de promover tanto a capacidade professional, quanto a formação do caráter que devem se articular também às virtudes “familiares y cívicas” (patrióticas). Deste modo, através da educação escolar das crianças e dos jovens, o discurso peronista propaga determinados valores ligados à moralidade burguesa da família tradicional, tal como, o binarismo do gênero, demarcando a diferença entre os papéis de cada ente familiar, reforçando a função do pai como o chefe, provedor do sustento e autoridade do lar (cf. Gutierrez, 2002).

Apesar de a figura da mulher ser retratada como aquela que conquistou uma vida pública e uma vida política, destacada discursivamente na imagem de Evita, constituindo-se como trabalhadora e cidadã, sobretudo pela conquista do sufrágio universal feminino em 1947, no texto jurídico peronista, como podemos visualizar na SD7, a partir do enunciado “*La enseñanza primaria (...) tenderá a (...) formar la mujer para las tareas domésticas campesinas*”, a mulher é pensada, antes de tudo, como mãe e mantenedora do lar, responsável pela preservação da família e educação dos filhos, submissa ao marido. A própria fala de Eva Perón, conforme transcrita na SD4, corrobora esse efeito de sentido de submissão feminina quando a própria se constrói apenas como “*un puente de paz*” entre “*el general Perón*” e “*los descamisados de la Patria*”.

O peronismo veiculava o seguinte enunciado: “*En la Nueva Argentina, los únicos privilegiados son los niños*”, que compunha as chamadas *20 Verdades del Justicialismo Peronista*. Trata-se de um documento, divulgado em muitos materiais produzidos pelos meios oficialistas, que estabeleciam os dogmas da doutrina peronista. O peronismo, assim, constrói enunciados em direção à infância, promovendo o discurso de “uma infância sem carências” através de práticas assistencialistas, contribuindo para a formação de uma memória argentina que rompe com os governos anteriores alheios à promoção da educação das classes trabalhado-

ras. Deste modo, o governo peronista executa algumas medidas, tais como fornecimento de habitação, assistência social e proteção integral da família, políticas especialmente direcionadas aos trabalhadores de baixa renda.

Sendo assim, a Constituição de 1949 – que a oposição peronista contemplava como uma estratégia para conseguir a reeleição de Perón – materializa muitos desses discursos relacionados à difusão de valores morais da família burguesa. Na nova constituição, além de se legislar acerca de direitos trabalhistas, a instituição família também ocupava um *status jurídico*. Analisemos a SD8 seguinte extraída de tal documento no tocante a este debate:

(SD8): II. De la familia

La familia, como **núcleo primario y fundamental** de la sociedad, será objeto de **preferente protección** por parte del **Estado**, el que reconoce sus derechos en lo que respecta a su constitución, defensa y cumplimiento de sus fines.

1. El Estado protege **el matrimonio**, garantiza **la igualdad jurídica de los cónyuges** y la patria potestad.
2. El Estado formará **la unidad económica familiar**, de conformidad con lo que una ley especial establezca (Argentina, 1949 –*grifos nossos*).

De acordo com a SD8, a família, entendida como a constituída mediante matrimônio, se baseia na igualdade moral dos cônjuges e é vista como o desenvolvimento das funções vitais para a continuação da espécie e da população sã e forte da Pátria. A família deve ainda ter uma dignidade econômica compatível com sua hierarquia social. Assim, apesar da aparente renovação discursiva que a inclusão da família parecia protagonizar no discurso da “Nova Argentina”, a instituição estava assegurada por valores destacadamente tão conservadores quanto os vigentes na Argentina Oligárquica, que promoviam, assim, o reforço de dicotomias na sociedade, uma vez que recorriam ao conceito de hierarquias sociais, além de salientar diferenças entre famílias formadas via matrimônio e as não formadas.

Deste modo, a instituição família se comporta como peça-chave da política nacionalista do peronismo. O discurso capitalista do “bem-estar social” se apropria do discurso da família burguesa para sua instalação. A família do trabalhador é focalizada para incutir-lhe valores cristãos e moralizantes, valores burgueses, destinados à promoção do trabalho, à formação da mão de obra tecnicista e ao “bem-estar social” da nação argentina, o que significava fomentar a Argentina industrializada, em processo de modernização e que aspirava à independência econômica, a partir do abastecimento do seu mercado consumidor.

O discurso peronista, por meio de seu processo de doutrinação desde a infância, visava transformar a massa de argentinos em um povo, um povo trabalhador, cujos corpos são dóceis (politicamente) e úteis (economicamente), ou seja, para que “los niños sean hombres de bien y trabajadores fuertes de la mañana” (Girbal-Blacha, 2015, p.141). Enunciados, tais como “No existe para el peronismo más que una sola clase de hombres: los que trabajan” e “En la Nueva Argentina el trabajo es un derecho que crea la dignidad del hombre, y es un deber, porque es justo que cada uno produzca por lo menos lo que consume” (Revista Mundo Peronista, nº 1, p.11, Julho de 1951), encontrados no manual dogmático *Las Veinte Verdades Peronistas*, filiam o discurso peronista a formações ideológicas burguesas, capitalistas e religiosas que exaltam a importância moral e cristã do trabalho.

O populismo peronista provoca, assim, identificações simbólicas nas subjetividades argentinas por meio de discursos sobre o trabalho, a família e a educação, carregados de uma linguagem fortemente apelativa, sedutora, emocional e afetiva, comportando-se como uma forma política de biopoder:⁵ o poder sobre a vida. No entanto, a discursividade peronista, embora se apresente em meio a um movimento de ruptura discursiva em relação à Argentina Oligárquica, movimento este que se materializa por meio da formulação “Nova Argentina”, não desafia efetivamente o *status quo* e as estruturas de poder arraigadas, isto é, não há espaço para a revolução da sociedade de classes, uma vez que as hierarquias sociais continuam solidificadas. O peronismo, dessa forma, é atravessado pelo discurso da nova ordem, assegurando ao trabalhador uma elevação relativa de suas condições básicas, necessárias à sua sobrevivência e bem-estar, para que este funcione enquanto mão de obra fundamental que sustenta a nação industrial.

3.2 Formas de materialização do discurso varguista

A Era Vargas (1930-1945) é dividida, de acordo com a historiografia, em três momentos sócio -históricos, que se materializam, por exemplo, mediante os seguintes enunciados: “Governo provisório”, que se inaugura logo após o golpe de 1930, com a ascensão de Vargas, pela oligarquia do Rio Grande do Sul, ao poder; “Governo constitucional”, a partir de 1934, em que Vargas é eleito presidente pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, logrando uma relativa estabilidade, e, por fim, o “Estado Novo”, uma ditadura que se inicia a partir de um novo golpe de Estado em 1937 durando até 1945 e se configurando como um período relevante em que se deu uma forte promoção da política nacionalista varguista em direção ao desenvolvimento econômico por meio do capitalismo industrial. Vargas ainda retornaria ao poder a partir de 1951, através do voto popular, permanecendo até 1954, ocasião de sua morte.

O varguismo inicia seu processo de ruptura discursiva com os governos anteriores a 1930 ao filiar a figura do trabalhador ao seu discurso político, que vai delineando uma política nacionalista. O ato inaugural desse discurso trabalhista se materializa por meio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930. A partir daí, seguiram-se leis de proteção ao trabalhador, com amplo dos sindicatos. Observemos a sequência discursiva seguinte que ilustra um trecho desta política trabalhista materializada na Constituição de 1934:⁶

⁵ O político em Foucault não é encarado apenas enquanto uma dimensão ligada diretamente a uma luta de classes, calcada em dominante e dominados, a partir de um poder centralizado exclusivamente pelo Estado. A política, em termos foucaultianos, configura-se como uma dimensão própria que gerencia e organiza a vida: a política do biopoder (cf. Foucault, 2013 [1976]), que é fabricadora de determinadas formas de subjetividades. Foucault rejeita o caráter polarizado da constituição do político no marxismo althusseriano e propõe uma noção de política mais complexa e crítica, em que esta não estaria direta e tão-somente ligada ao poder possuído pelo Estado. O Estado seria uma das formas de exercício do poder, distribuído descontinuamente, em todas as direções, ao longo do corpo social, inclusive no interior das classes. Foucault entende o poder como uma prática social constituída historicamente.

⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 30 dez. 2023.

(SD1): Art 120 - Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei.

Art 121 - A lei promoverá o amparo da produção e estabelecerá as condições do trabalho, na cidade e nos campos, tendo em vista a **proteção social** do trabalhador e os **interesses econômicos do País**.

§ 1º - A legislação do trabalho observará os seguintes preceitos, além de outros que colimem **melhorar as condições** do trabalhador:

- a) proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho, por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;
- b) salário mínimo, capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, às **necessidades normais** do trabalhador;
- c) trabalho diário não excedente de oito horas, reduzíveis, mas só prorrogáveis nos casos previstos em lei;
- d) proibição de trabalho a menores de 14 anos; de trabalho noturno a menores de 16 e em indústrias insalubres, a menores de 18 anos e a mulheres;
- e) repouso hebdomadário, de preferência aos domingos;
- f) férias anuais remuneradas; (Brasil, 1934 – *grifos nossos*)

No fragmento exposto, podemos perceber que a Constituição de 1934 determina direitos basilares do trabalhador, tais como concessão de férias, limites de oito horas da jornada normal de trabalho, além de regular o trabalho das mulheres e de menores, ofertando um protagonismo à classe trabalhadora jamais contemplada na República Velha. Tais enunciados se vinculam ao discurso da industrialização, amplamente difundido no governo Vargas. Os enunciados destacados na SD1, tais como “proteção social”, “melhorar as condições” e “necessidades normais”, todos endereçados ao significante “trabalhador”, qualificando-o, se destinam a criar uma atmosfera de “bem-estar social” da classe operária, ao mesmo tempo doutrinando-a por meio de uma política nacionalista e coercitiva, uma vez que esta classe se configura como mão de obra produtiva, bem como público consumidor do capitalismo industrial, discurso que se materializa por meio da formulação “interesses econômicos do País”. Apesar do reconhecimento dos sindicatos, conforme exibido na SD1, estes só podiam funcionar legalmente a partir da aprovação do governo.

A renovação discursiva desencadeada pelo varguismo também se reflete em direção à educação. O discurso varguista se apropria do discurso educacional materializando-o juridicamente. Observemos outra SD a seguir extraída da Constituição de 1934:

(SD2): Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite **eficientes** fatores da vida **moral** e **econômica** da **Nação**, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da **solidariedade humana** (Brasil, 1934 – *grifos nossos*).

Na SD2, podemos notar que a educação, que aparece pela primeira vez como “um direito de todos”, vinculando-se a um discurso de democratização social e rompendo discursivamente com a educação segregadora e elitista da Primeira República e da época monárquica, está diretamente inscrita nas discursividades da burguesia e do capitalismo industrial, tal qual observamos no texto jurídico argentino, o que se materializa mediante as formulações “moral” e “econômica”. Sendo assim, a educação deve produzir corpos dóceis politicamente, o que significa formar sujeitos adestrados e moralizados de acordo com os preceitos da vida burguesa, calcados na Igreja e na família tradicional e corpos úteis economicamente,

para que funcionem de maneira “eficiente” dentro da “Nação”. O enunciado “solidariedade humana” se filia ainda ao discurso positivista, filosofia amplamente propagada no varguismo, na edificação de seu nacionalismo, defendendo uma ideia de solidariedade do ser humano em favor da coletividade, a fim de que se promova “a ordem e o progresso”. O positivismo, assim, se inscreve na rede discursiva da industrialização capitalista.

Neste ambiente discursivo, destacam-se ainda movimentos que divergiam quanto aos postulados da educação nacional. Essas correntes, que vinham se delineando desde a década de 1920, ganharam ressonância na era Vargas e eram formadas por duas tendências: de um lado os católicos e de outro os reformadores liberais. Os católicos conservadores defendiam o ensino religioso nas escolas, a separação por sexo, reforçando o binarismo de gênero, além de centralizarem a família como responsável pela educação.

Já os reformadores liberais eram adeptos da Escola Nova, corrente filosófica em voga nos Estados Unidos e na Europa ao longo do séc. XX, que pensava a reforma educacional nos moldes do capitalismo industrial. Argumentavam em favor da laicidade do ensino, bem como sua gratuidade, com a responsabilidade pública pela educação e a não separação entre os sexos (cf. Andreotti, 2006; Fausto, 2006; Souza, 2016). Examinemos a sequência discursiva subsequente que mostra fragmentos da Constituição de 1934 no que diz respeito a esta discussão:

(SD3): Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e e, só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas:

- a) ensino primário integral **gratuito** e de freqüência **obrigatória** extensivo aos adultos;
- b) **tendência à gratuidade** do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais **acessível**;

Art 153 - **O ensino religioso será de freqüência facultativa** e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (Brasil, 1934 – *grifos nossos*).

Diante desse cenário de polarização discursiva no âmbito educacional, o governo Vargas promove um discurso conciliatório, legislando em prol do ensino gratuito e obrigatório, com vistas a torná-lo “mais acessível”, em consonância com a nova ordem capitalista industrial, e, simultaneamente, permitindo o ensino religioso nas escolas, ainda que em caráter facultativo, mobilizando assim o discurso cristão na construção de seu discurso nacionalista. Essa discursividade de conciliação que atravessa o discurso varguista se materializa ainda no enunciado “A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela **família** e pelos **Poderes Públicos**”, na SD2 (grifos nossos), em que podemos notar uma tentativa de conciliar as duas tendências discursivas, ao legislar que a educação compete aos âmbitos particular e público, isto é, é responsabilidade tanto da família quanto do Estado, materializando um discurso educacional que também atravessa o contexto argentino do peronismo.

Além do trabalhador e da educação, o discurso varguista também se volta para a instituição família, que ganha um destaque na Constituição de 1934. Examinemos a passagem materializada na SD4:

Art 144 - **A família**, constituída pelo **casamento indissolúvel**, está sob a **proteção especial do Estado**.

Art 146 - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. **O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa**, cujo rito não contrarie a **ordem** pública ou os **bons costumes**, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que **o casamento civil**, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registro Civil. O registro será gratuito e obrigatório. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes à celebração do casamento (Brasil, 1934 – *grifos nossos*).

No excerto exposto, podemos observar a centralidade que a instituição família adquire no varguismo. Assegurado mediante o enunciado “casamento indissolúvel”, o discurso da família tradicional burguesa logra *status jurídico* no discurso varguista. O discurso nacionalista na era Vargas intervém diretamente na instituição familiar, sobretudo na família do trabalhador, organizando-a e adestrando-a por meio dos valores morais burgueses, como, por exemplo, a obrigatoriedade do casamento para se reconhecer a união enquanto família, bem como a impossibilidade de divórcio, o que se observa através do significante “indissolúvel”, contemplando tal instituição como a célula básica da sociedade, no contexto de transição do capitalismo agroexportador para o capitalismo industrial. O texto constitucional ainda materializa a aliança entre o Estado e a Igreja através da igualdade de efeitos entre o casamento civil e o casamento religioso, desde que a cerimônia obedeça à “ordem” e aos “bons costumes”, enunciados que materializam a filiação discursiva entre moralidade burguesa, catolicismo e poderes executivo e legislativo.

Como materialização do varguismo, a Constituição de 1934, ao destacar o trabalhador, a educação e a família, enunciados que sintetizam os três pilares sustentadores do discurso capitalista industrial, é atravessada simultaneamente por discursividades de vertente liberal, moderna, nacionalista e ditatorial.

A partir de 1937, o governo Vargas entra numa nova fase, conhecida na historiografia como “Estado Novo”. A implantação desse governo, via um novo golpe de Estado, se destinava a reprimir o clima de instabilidades sociopolíticas, representado principalmente, pelo avanço comunista e as insurreições tenentistas. Por meio da dissolução da Câmara, do Senado e do adiamento das eleições diretas para presidente, o novo governo Vargas reafirmava assim a total centralização e repressão do Estado, que adquiria o maior grau de controle desde 1930.

Discursivamente, o novo golpe de Estado, materializado no enunciado “Estado Novo”, representa uma consolidação de um processo de deslocamento discursivo que já vinha sendo gestado desde 1930. O significante “Novo” materializa o movimento de ruptura discursiva com a cadeia do liberalismo – tanto político quanto econômico –, desvinculando o “Estado” da República Oligárquica liberal e agrária, e filiando-o, em contrapartida, a um regime ditatorial, de vertente nacionalista e intervencionista, cujo objetivo geral girava em torno da modernização da nação pela via autoritária.

Neste cenário, se intensifica a propagação discursiva de Vargas como o “pai dos pobres” e “o protetor dos trabalhadores”. Para materialização desse discurso populista, além da sistematização e ampliação da legislação trabalhista, através da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, foi decisiva a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939.

Tal dispositivo materializa o discurso propagandístico varguista amplamente difundido no Estado Novo. O DIP se voltava para a confecção e circulação de materiais, tais

como revistas, livros, panfletos e pôsteres destinados a exaltar a política nacionalista do varguismo. Em tais pôsteres, exibiam-se *slogans* veiculados pelo governo, bem como fragmentos de manifestos, discursos públicos e radiofônicos de Getúlio destinados aos trabalhadores, como os proferidos no estádio São Januário, no Rio de Janeiro, a partir de 1939, na ocasião de 1º de maio, dia do Trabalhador, quando o chefe de Estado discursava para uma grande massa de operários e para o povo em geral. Analisemos alguns trechos desses pôsteres varguistas, extraídos da DIP⁷ e difundidos no período do Estado Novo (1937-1945), por meio das SD mostradas a seguir:

(SD5): Educar não é, somente, instruir, mas desenvolver a **moralidade** e o **caráter**, preparando **o homem** para a **comunhão**, ensinando-lhe as artes **necessárias** para a **mais alta das virtudes**: o conhecimento das suas próprias **forças**. O **melhor cidadão** é o que pode ser **mais útil** aos seus semelhantes e não o que **mais cabedais de cultura** é capaz de exibir (Manifesto de Getúlio Vargas à Nação, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.5, Junho de 1934 – *grifos nossos*).

(SD6): Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos **princípios morais**, contra os hábitos do **intellectualismo ocioso e parasitário**, contra as **tendências desagregadoras**, infiltradas pelas **mais variadas formas** nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação (Pôster com discurso de Getúlio Vargas, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.15, 1939 – *grifos nossos*).

(SD7): Todos os **bons** brasileiros são **soldados** de sua **grandeza**.

O **trabalho** é o maior fator da **elevação** da **dignidade** humana! (Pôster com discurso de Getúlio Vargas, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.13-16, 1939 – *grifos nossos*)

(SD8): Crianças! Aprendendo, no **lar** e nas **escolas**, o **culto da Pátria**, trareis para a vida prática tôdas as probabilidades de êxito. Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos **mais altos destinos** entre as Nações, realizando os desejos de **engrandecimento** aninhados em cada coração brasileiro (Pôster com discurso de Getúlio Vargas, A juventude no Estado Novo. Publicação do DIP, p.14, 1939 – *grifos nossos*).

Pelos excertos apresentados, extraídos de pôsteres e panfletos da DIP que materializam discursos de Getúlio para a população, percebemos um discurso nacionalista que promove a valorização da classe operária, que é a mão de obra do capitalismo industrial. Na SD5, o “homem” que deve ser preparado não se refere a qualquer um, mas o proveniente da classe trabalhadora, o operário. Assim, a educação deve desenvolver no homem trabalhador a “moralidade” e o “caráter”, significantes-chave que materializam a inscrição do discurso nacionalista no discurso burguês, calcado nos valores morais e “nos bons costumes”.

O trabalhador, imbuído de moralidade e caráter, deve ser preparado para a “comunhão”, entendida como sinônimo de “coletividade”, materializando o discurso positivista⁸ de

⁷ Estes pôsteres varguistas podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>> que reúne diversos materiais, tais como revistas, livros, panfletos e pôsteres produzidos à época do Estado Novo. Os trechos analisados encontram-se especificamente no arquivo disponibilizado em <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv-133f_1.pdf>. Tal arquivo reúne diversos pôsteres e panfletos produzidos pelo DIP. Acesso em 30 dez. 2023.

⁸ A concepção teórica de positivismo aqui contemplada repousa no pensamento comtiano, isto é, uma corrente filosófica idealizada segundo os princípios formulados pelo pensador francês Augusto Comte (1798-1857) que, tomando o contexto da Revolução Francesa, considerava a ditadura republicana como forma de governo. Apropriado pelo nacionalismo populista desenvolvido no varguismo, esse discurso positivista de extração comtiana se filiou às discursividades do capitalismo industrial, materializando um Estado forte,

“solidariedade e coletividade”, que devem estar à frente do individualismo. Essa filosofia positivista é apropriada pelo discurso capitalista, a fim de gerar o clima de “bem-estar social” da classe trabalhadora, doutrinando-a aos valores burgueses, ligados à família e à religião cristã.

No enunciado “Ensinar as artes necessárias”, o significante “necessárias” conduz a um efeito de sentido de ensino básico, isto é, uma economia de ensino, que se coaduna ao pensamento tecnicista, responsável por preparar o trabalhador para receber um determinado tipo de educação, voltada para a mera execução e reprodução de tarefas, a partir de uma pedagogia autoritária, que não permite questionamento do contexto social. Cabe destacar as ações dos governos Vargas em direção à promoção do ensino tecnicista, como o decreto-lei, em 1942, que estabeleceu a Lei Orgânica do Ensino Industrial, destinada à formação de mão de obra fabril qualificada, além do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com o objetivo de oferecer ensino profissional ao menor operário.

Para que o trabalhador possa atingir as “mais altas virtudes”, entendidas como serviço à Pátria, faz-se necessário “o conhecimento de suas próprias forças”, ou seja, torná-lo produtivo economicamente, transformando-o em uma força produtiva adestrada aos objetivos capitalistas, através de uma educação tecnicista industrializante. No último enunciado da SD5, percebemos o discurso varguista profundamente conectado ao desenvolvimentismo econômico: o “melhor” cidadão, isto é, o mais valorizado na sociedade capitalista, é aquele cujo corpo é útil economicamente e dócil politicamente, adestrado aos preceitos da sociedade industrial. Neste sentido, podemos ainda observar o atravessamento de um discurso populista, materializado na dicotomia entre classe operária (nacionalista) *versus* a elite (liberal). Por meio da formulação “o melhor cidadão é o que pode ser mais útil aos seus semelhantes e não o que mais cabedais de cultura é capaz de exibir”, o discurso varguista valoriza a classe trabalhadora, entendida como a força que sustenta economicamente o país, em detrimento daqueles que exibem “seus cabedais de cultura”, ou seja, os representantes da elite intelectual. Assim, há uma defesa do conhecimento técnico, que é a força propulsora do capitalismo industrial, em detrimento do conhecimento intelectual, tradicionalmente voltado às elites e questionador do *status quo*.

A SD6, por sua vez, através do enunciado “intelectualismo ocioso e parasitário”, também parece retomar certas polaridades, tais como trabalhadores (produtivos) *versus* elite intelectual (ociosa), educação tecnicista *versus* educação intelectual, materializando um discurso em torno de “princípios morais” enquanto os básicos para a educação dos trabalhadores e “futuro da Nação”. Neste fragmento, também notamos uma noção que atravessa o discurso populista e que pode ser materializada mediante a dicotomia “povo” *versus* “inimigo”. O “povo” se refere aos trabalhadores e a todos apoiadores do governo. Já o “inimigo” concerne às “ameaças desagregadoras que estão infiltradas pelas mais variadas formas”, ou seja, alude à oposição anti-varguista, aos liberais, aos sindicatos rebelados, aos tenentistas, aos comunistas e quaisquer divergentes que se opusessem à política ditatorial varguista e aos seus valores moralizantes.

Na SD7, destacamos também dois enunciados que aparecem em dois pôsteres difundidos pela DIP. O enunciado “bons brasileiros” se refere aos trabalhadores que vivem de acordo com os preceitos morais burgueses, cumpridores do dever e obedientes ao Estado, excluindo-se os insurgentes, tais como comunistas, grevistas, boêmios e qualquer opositor ao governo.

intervencionista, promotor de uma política trabalhista alicerçada na formação tecnicista e calcado nas noções de “ordem” e “progresso” da nação (cf. Fausto, 2015 [2006]; Glik, 2006).

Os brasileiros são recriados, assim, como “soldados”, uma vez que servem à Pátria, por meio de sua força produtiva na economia. Além disso, o significante “soldados” também sinaliza a aliança do Estado com os militares, sobretudo do exército. O discurso capitalista que filia o trabalho à moral burguesa se materializa ainda por meio do enunciado “o trabalho é o maior fator de elevação da dignidade humana”.

Já a SD8, por meio dos significantes “lar” e “escolas”, materializa a aliança constitucional entre o Estado e a família tradicional no que tange à educação do cidadão, alicerçada nos valores capitalistas e morais burgueses que fundamentam o “culto à Pátria”.

Por fim, as sequências discursivas são atravessadas por um discurso nacionalista que promove um sentimento de valorização do brasileiro e, portanto, da nação, gerando um efeito de sentido de unidade. Assim, através das formulações “as mais altas virtudes”, “grandezza”, “elevação”, “mais altos destinos” “engrandecimento”, presentes nas SD5, SD7 e SD8, o discurso varguista, apropriando-se do discurso trabalhista, constrói uma atmosfera de bem -estar social, incutindo no trabalhador autoestima e exaltando um orgulho nacionalista, por meio da identificação do trabalhador brasileiro com a própria nação.

4 Memória discursiva

4.1 Memória do peronismo na Argentina

A “Revolução Libertadora” é o movimento que se inicia em setembro de 1955 com a queda de Perón. Pode ser lido como um processo de destruição da memória peronista. É interessante notar a repetição do significante “revolução” enquanto um movimento de ruptura discursiva com o peronismo. Observamos que a “Revolução de 1943” foi um processo de rompimento discursivo com a Argentina Oligárquica e que, portanto, ensejou a germinação do peronismo, que se materializou na formulação “Nova Argentina”. Já a “revolução libertadora”, por sua vez, provoca um novo deslizamento de sentido no termo “revolução”, que dessa vez rompe com o discurso peronista, ressignificando-o, a partir também do significante “libertadora”, construindo a representação de um regime ditatorial do qual a Argentina precisaria ser “libertada”.

A partir disso, com a renúncia de Perón, eclode um novo golpe militar, materializado no enunciado “revolução libertadora”. A liderança da Argentina passa então a ser disputada por militares que se organizavam a partir de duas tendências discursivas que se opunham, a nacionalista e a liberal, reatualizando e reencenando movimentos discursivos imiscuídos à memória argentina através dos discursos fundadores da nação no contexto do século XIX.

A vertente nacionalista se identificava com o catolicismo. Já a vertente liberal desejava eliminar qualquer vestígio do peronismo da memória argentina. A partir dessa conjuntura, o processo de proliferação discursiva do peronismo amplamente difundido nos governos de Perón dá lugar a uma forte prática de censura ao discurso peronista.

Sendo assim, a interdição ao peronismo se materializa juridicamente por meio de diversos decretos, reunidos sob o título de *Delito de Opinión* (cf. Poderti, 2012). Deste modo, a “Revolução Libertadora” proibia a menção a Perón e a quaisquer práticas que se refiram ao seu movimento, bem como funcionamento do Partido Justicialista (Partido Peronista), estabelecendo penalidades que variavam entre a prisão (de 30 dias a 6 anos), multas (de 500 a 1

milhão de pesos) e impossibilidade de atuar como funcionário público, dirigente político e/ou sindical, dentre outras sanções (cf. Laclau, 2013 [2005]; Poderti, 2012).

Os militares antiperonistas empreenderam uma série de decretos que determinavam ainda uma comissão nacional de investigações, que tinha por objetivo averiguar as irregularidades produzidas em todos os ramos da administração pública federal, provincial e municipal durante a gestão do governo peronista, cometidas por funcionários ou pessoas relacionados a este. Discursivamente, o objetivo era apagar a memória do peronismo institucional, relacionada, pelos meios oficialistas, à justiça social, à soberania política e à independência econômica, filiando-a, em contrapartida, a uma rede discursiva de antidemocracia, de corrupção, de ditadura, de tirania e de demagogia. O resultado dessas ações se materializa no chamado *Libro Negro de la Segunda Tiranía*. Essa prática violenta de ruptura discursiva resultou no exílio de Perón e na organização do peronismo de maneira clandestina na Argentina.

Os governos militares começaram a se aproximar de políticos peronistas, no intuito de incorporá-los ao novo sistema político, configurando-se assim uma espécie de peronismo cuja liderança ficava a cargo dos líderes sindicalistas. Evidencia-se, desta maneira, um processo de ramificação discursiva do peronismo, que vai ganhando corpo ao longo das décadas de 60 e 70. De um lado, “um peronismo sem Perón”, que configura um peronismo de direita, representado principalmente pelos sindicatos, que tinham Perón como uma figura simbólica, mas que argumentavam que a liderança deveria ser exercida pelo setor sindical.

Por outro, “o peronismo com Perón” compreendia o peronismo de esquerda, representado principalmente por organizações da juventude e grupos guerrilheiros que proclamavam sua lealdade ao dirigente (cf. Laclau, 2013 [2005]). Desse modo, Perón, apesar da posição marginalizada a partir do exílio, seguia liderando o movimento junto aos setores mais radicais do peronismo e seu discurso continuava se proliferando na Argentina, alimentando principalmente a ala esquerdista, ao longo das décadas de 1960 e 1970.

Durante os 18 anos de permanência no exílio (1955-1973), Perón travou batalhas em meio ao processo de interdição discursiva do peronismo com os governos antiperonistas. Apesar das diferenças cada vez mais irreconciliáveis entre as alas peronistas, que sofriam processos de ramificação discursiva cada vez mais fortes, houve uma aparente unificação ao se filarem ao enunciado “retorno de Perón à Argentina”, feito que ocorre em 1973, em que Perón é eleito pela terceira vez presidente da Argentina, ocupando o cargo até seu falecimento, em 1974.

A partir de 1976, a Argentina mergulhou em épocas violentamente repressivas desencadeada por novas ditaduras militares e somente em meados da década de 1980 o país voltaria ao sistema democrático de eleições presidenciais via voto popular. Assim, ao longo da década de 1980 até os anos 2000, a União Cívica Radical e o Partido Peronista – amalgamando distintas correntes ideológicas, dentre elas destacam-se a menemista e a kirchnerista, a partir de 2003 – se alternariam quanto à ocupação da presidência argentina.

4.2 Memória do varguismo no Brasil

Na fase de seu governo, entendida pela historiografia como “período democrático”, entre 1951 e 1954, em que Vargas volta ao poder por meio do voto popular, houve um fortalecimento do discurso populista. Assim, com a vigência do pluripartidarismo, o cenário político torna-se cada vez mais diverso, bem como conturbado e tensionado, organizando-se uma ampla

oposição anti-varguista, de inclinação liberal, representada pela União Democrática Nacional (UDN). Diante da oposição crescente, Vargas buscou apoio em sua base: os trabalhadores urbanos, organizando-os em sindicatos para que os ajudassem no combate aos “especuladores, gananciosos e entreguistas” (cf. Fausto, 2006, p.347-351).

Em 1954, diante da perda gradativa de apoio ao seu regime por parte de setores mais conservadores, o governo Vargas chega ao fim através do suicídio do presidente. Em sua carta-testamento,⁹ há um forte atravessamento do discurso populista, materializado na dicotomia “povo *versus* inimigo”. Nela, o presidente se constrói como representante dos trabalhadores, do povo e recria os grupos internacionais, bem como opositores internos como “inimigos”, por meio das formulações “as forças e os interesses contra o povo” e “as aves de rapina”.

No que tange à memória discursiva, o discurso varguista se ramifica a partir de duas vertentes políticas, que divergiam entre si: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (cf. Bohoslavsky, 2012). O PSD concentrava os herdeiros da maquinaria burocrática e o poder territorial dos velhos inteventores do Estado Novo. Já o PTB representava a tradição trabalhista e a força dos sindicatos industriais. Assim, os partidos destacavam, diferentemente, a influência do varguismo nos setores da burguesia industrial e nos da classe trabalhadora, configurando o caráter conciliatório do discurso varguista, que, por muitas vezes, é materializado mediante certos enunciados, tais como “Getúlio Vargas, o pai dos pobres” e “a mãe dos ricos”.

Tanto o PSD quanto o PTB se comportam como herdeiros da memória do varguismo, atravessando o cenário político brasileiro ao longo da segunda metade do séc. XX. Além disso, é importante ressaltar que após meio século do fim da Era Vargas – intervalo temporal durante o qual o Brasil atravessou décadas de ditaduras cívico-militares, processo de redemocratização, com o estabelecimento de democracias neoliberais, que tiveram seu ápice nos governos dos anos 90 – a herança varguista voltaria ao poder através da vitória presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003.

5 Considerações finais

O objetivo deste artigo foi promover uma análise em direção aos discursos sobre o peronismo e o varguismo, observando como tais governos se apropriam do discurso populista, bem como examinando também de que modo as noções de trabalho, família e educação atravessam ditas discursividades que marcaram o contexto sócio-histórico do século XX da Argentina e do Brasil, respectivamente.

Para tanto, lançamos mão de um arcabouço teórico-metodológico ancorado na Análise de discurso de linha francesa, mobilizando postulados epistemológicos de extração pecheutiana e foucaultiana. No que tange às análises propriamente ditas, examinamos o que denominamos formas de materialização dos discursos peronista e varguista abrangendo, assim, gêneros das esferas propagandística e jurídica por meio de enunciados provenientes de revistas, pôsteres e da Constituição vigente à época em ambos os países enfocados. Após as análises, foram tecidas breves reflexões, levando em conta os contextos sócio-históricos que culmina-

⁹ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/getulio-vargas/carta-testamento-de-getulio-vargas>> Acesso em 30 dez. 2023.

ram no declínio do peronismo e do varguismo, com vistas ao exame da memória discursiva que tais movimentos delinearam na conjuntura política da Argentina e do Brasil, respectivamente.

No tocante à comparação entre Perón e Vargas, podemos entender distintos funcionamentos discursivos entre ambos os contextos. Desta forma, o peronismo é constituído em meio às discursividades da militância. Perón, um representante das Forças Armadas do Exército, imbuído de uma oratória inflamada e agressiva, promove um discurso que se pauta em cortes discursivos, isto é, seu populismo – conforme pudemos examinar através dos enunciados oriundos da revista *Mundo Peronista*, que se comporta como um forte veículo de reverberação de seu discurso propagandístico – se assenta em polaridades e dicotomias que incitam as massas a lutar contra a oligarquia. O efeito de sentido de sua força mobilizatória se materializa através de um complexo movimento que, levando o seu nome, transcende a si próprio, bem como o seu tempo, atravessando decisivamente a memória argentina até os dias atuais.

Já o varguismo/getulismo não se inscreve nas discursividades do campo militante. O populismo do discurso varguista, conforme pudemos analisar por meio de panfletos e pôsteres confeccionados pelo DIP do Estado getulista, se apropria muito mais de um discurso paternalista e sentimental, que não estimulava o combate às estruturas de poder arraigadas, como as oligarquias. Sendo o próprio Vargas oriundo da oligarquia, sua política trabalhista simultaneamente ampara os trabalhadores e os domina sob seu jugo, controlando também os sindicatos. Sendo assim, o varguismo não mobiliza a cadeia do discurso revolucionário, não formando militantes combatentes.

O discurso da justiça social não adquire a mesma força tal qual no peronismo, sendo esta inferida no varguismo como um produto “espontâneo” que se daria com o desenvolvimento econômico. O discurso populista no varguismo também se alicerça em dicotomias e polaridades, tais como povo e inimigo, bons brasileiros e os maus, dentre outras, contudo, este estabelecimento de cortes discursivos se refere muito mais aos dissidentes que não se ajustam ao seu governo, aos opositores, sem aludir necessariamente aos oligarcas e às classes dominantes como inimigos. O discurso varguista se apropria muito mais de um discurso conciliatório, promovendo uma aparência discursiva de aliança entre classes sociais.

No que tange às semelhanças, entendemos, por meio da observação também de discursos jurídicos materializados a partir de fragmentos extraídos das Constituições em voga em ambos os países, que o peronismo e o varguismo vinculam seus discursos políticos às noções de família, trabalho e educação, uma vez que tais significantes condensam os três sustentáculos do discurso capitalista. Assim, tanto Perón quanto Vargas se configuram como líderes populistas que incorporam a classe trabalhadora à cena sociopolítica, com o objetivo de impulsionar o capitalismo industrial em suas nações, reconstruídas discursivamente como um “Novo país” que rompe com o passado, por meio dos enunciados “Nueva Argentina” e “Estado Novo”.

Referências

ANDREOTTI, A. L. A administração escolar na era Vargas e no nacional-desenvolvimentismo (1930-1964). *Revista HISTEDBR On-Line*, Campinas, n. especial, p.102-123, 2006.

ARGENTINA. *Constitución de la Nación Argentina de 1949*. Buenos Aires, 1949. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.gob.ar/items/show/1571>> Acesso em 30 dez. 2023.

BARROS, L. E. P. A cultura política do varguismo no Brasil e do peronismo na Argentina: um diálogo com a obra “multidões em cena” de Maria Rolim Capelato. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PENSAR E REPENSAR A AMÉRICA LATINA, 2, 2016, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ECA/EACH/PROLAM/FFLCH/Universidade de São Paulo, 2016, p.1-11.

BOHOSLAVSKY, E. Antivarguismo y antiperonismo (1943-1955): Similitudes, diferencias y vínculos. *Anuario de la Escuela de Historia. Revista digital, Facultad de Humanidades y Artes*, Rosario, v.3, n. 24, p.73-97, 2012.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1934*. Institui a Constituição Federal do Brasil. Brasília, 1934. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em 30 dez. 2023.

CELADA, M. T.; PAYER, M. O. Sobre sujeitos, língua(s), ensino. Notas para uma agenda. In: CELADA, M. T.; PAYER, M. O. (orgs). *Subjetivação e processos de identificação. Sujeitos e línguas em práticas discursivas –inflexões no ensino*. Campinas: Pontes Editores, 2016, p.17-42.

COURTINE, J.-J. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p.14-35, 2016.

FAUSTO, B. *História do Brasil* [2006]. 14^a ed. São Paulo: EdUsp, 2015.

FERREYRA, G. V. La revista La Obra y la política educativa peronista, 1950-1955. In: JORNADAS INTERESCUELAS DE HISTORIA, 14, 2013, Mendoza. *Anais*. Mendoza: Departamento de Historia/Facultad de Filosofía y Letras/Universidad de Cuyo, 2013, p.1-20.

FONSECA, P. C. D.; HAINES, A. F. Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p.1043-1074, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400013>

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber* [1976]. 23^a ed. São Paulo: Graal, 2013.

FOUCAULT, M. *A arqueología do saber* [1969]. 8^a ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GIRBAL-BLACHA, N. En la Argentina Peronista “los únicos privilegiados son los niños” (1946-1955). La doctrina desde la Biblioteca Infantil “General Perón”. *Historia Contemporánea, España*, v.9, n. 50, p.133-162, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1387/hc.14145>

GLIK, M. Ordem e Progresso, Civilização e Barbárie. Perón, Vargas e Positivismo (Argentina-Brasil, 1930-1955). *PerCursos*, Santa Catarina, v. 7, n. 2, p.1-15, 2006.

GUTIERREZ, T. V. Familia y educación en la Argentina, 1946-1955. Instrumentos para la acción del Estado Peronista. *Revista de Historia Americana y Argentina*, Mendoza, v.3, n. 39, p.145-168, 2002.

LACLAU, E. *A razão populista* [2005]. 1^a ed. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MUNDO PERONISTA. *Revista*. Vicios de la oligarquía y virtudes del pueblo. Organograma. Buenos Aires, n. 5, Setembro de 1951, p.48. Disponível em <<https://upcndigital.org/~ciper/Material/revistas/MundoPeronista05.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2023.

ORLANDI, E. P. *Terra à Vista*. 1^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 1990.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 1^a ed. São Paulo: Pontes, 2000.

PERÓN, E. Discurso de Eva Perón. *Revista Mundo Peronista*, Buenos Aires, n. 1, Julho de 1951. Coluna “Escribe Eva Perón”, p.5. Disponível em <<https://upcndigital.org/~ciper/Material/revistas/MundoPeronista01.pdf>> Acesso em: 30 dez. 2023.

PERÓN, J. Discurso de Perón e Eva. Revista *Mundo Peronista*, Buenos Aires, n. 4, Setembro de 1951, p.28. Disponível em <<https://upcndigital.org/~ciper/Material/revistas/MundoPeronista04.pdf>> Acesso em: 29 dez. 2023.

PERRIG, S. Mujeres, antiperonismo y antifascismo en Argentina (1943-1955). *Aposta – Revista de Ciencias Sociales*, Madrid, n. 73, p.139-167, 2017.

PODERTI, A. La batalla conceptual: el diccionario de los argentinos (1945-1976). *Revista Anales*, Suecia, v.8, n.7, p.191-221, 2005.

PODERTI, A. *Perón atraviesa los tiempos*. 1ª ed. Sydney: Editorial Cervantes Publishing, 2012.

SHUMWAY, N. *A invenção da Argentina: História de uma ideia*. 1ª ed. São Paulo: EdUsp, Brasília: Editora UnB, 2008.

SOUZA, P. A. Avanços da educação brasileira garantidos pela constituição federal de 1934. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/BR, 24, 2016, Maringá. *Anais*. Maringá: Rede Universitas-BR/ANPEd/Universidade Estadual de Maringá, 2016, p.1363-1380.

VARGAS, G. *A Juventude no Estado Novo* – Textos do presidente Getúlio Vargas extraídos de discursos, manifestos e entrevistas à imprensa. Materiais (pôsteres e panfletos) produzidos pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) à época do Estado Novo (1937-1945). Disponível em <https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/sites/expo-virtual-cpdoc.fgv.br/files/documentos/gv-133f_1.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2023.